

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE GOIÁS



Instituto

Histórico e



70 COMEMORAÇÃO
DOS
anos
DE FUNDAÇÃO DO IHGG

Geográfico

de Goiás

Número 18, dez/2004



**Revista do Instituto Histórico
e Geográfico de Goiás**

Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

**Revista do Instituto Histórico
e Geográfico de Goiás**

Número 18 - Ano 2004

Goiânia - Goiás

2004

Copyright © 2004 by Instituto Histórico e Geográfico de Goiás
Nº 18 - Ano 2004

Digitação: Mell Soares de Melo
Diagramação: Sandra Rosa

Capa: Bia Barros

(montagem fotográfica: painel de azulejos na área externa do IHGG, sede histórica e nova sede do IHGG, selo comemorativo dos 70 anos do IHGG, fotografia dos participantes do Encontro dos Institutos Históricos do Brasil em Goiânia - 2002.)

Revisão: Lena Castello Branco F. de Freitas

Projeto Gráfico: Kelps

(62) 211-1616 - www.kelps.com.br

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico e processo xerográfico, sem permissão expressa do editor.
(Lei 5.988 de 14.12.73, artigos 122-130).

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

2004

**Diretoria do Instituto
Histórico e Geográfico de Goiás
Biênio 2002 / 2004**

Presidente:

José Mendonça Teles

1ª Vice-presidente:

Belkiss Spenciere Carneiro de Mendonça

2º Vice-presidente:

Geraldo Coelho Vaz

3º Vice-presidente:

Ney Teles de Paula

Secretário Geral:

Jacy Siqueira

1º Secretário Geral:

Mary José Yázigi

Tesoureiro:

Waldomiro Bariani Ortencio

Rel. de Admissão de Sócios:

Maria Augusta Calado

Diretor da Revista:

Lena Castello Branco F. de Freitas

Chefe de Gabinete:

Elizabeth Abreu Caldeira Brito

Sec. Administrativa:

Neuza Soares de Melo

Bibliotecária:

Vânia Braga Faria

Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Rua 82, nº455, Setor Sul - Goiânia - GO - CEP:74083-010 - Fone/Fax:(62)224-4622

Apresentação

Longo tempo decorreu entre a última Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e a que ora se publica, sob o número 18. Tempo que transcorreu entre perdas e ganhos: perdas de companheiros ilustres e queridos; ganhos de sócios que passam a integrar e abrilhantar os nossos quadros.

Dos primeiros, lembremos Getúlio Araújo, “o paladino da cultura”; Jerônimo Geraldo de Queiroz, senhor do “sortilégio da palavra”; Jerônimo Carvalho Bueno, médico e pesquisador emérito. A cada um deles, reverenciamos com dor e saudade no vazio de sua ausência.

Dentre os ganhos havidos, saudamos fraternalmente a chegada dos novos, em roupagens e categorias diversas, irmanadas nas boas-vindas com que são recebidos. Esta Casa é ponto de encontro da inteligência, da sensibilidade e da amizade: aqui somos companheiros na aventura do espírito.

Nos *temas gerais* da presente Revista, privilegia-se o sertão: sua imprensa, seus *coronéis*, seus caminhos, sua configuração fisiográfica e a difícil incorporação aos cânones político-administrativos do mundo *civilizado*.

Em *estudos biográficos*, enfoca-se a personalidade legendária do Brigadeiro Felipe Antônio Cardoso, ao lado da figura singular de Amália Hermano Teixeira, ainda tão presente entre nós. Em *literatura*, reverencia-se a memória de Jerônimo Geraldo de Queiroz com a publicação de um poema que é o registro de uma premonição: *Como dói dizer adeus*. Insere-se, outrossim, um estudo sobre a crítica literária e sócia titular deste Instituto, Moema de Castro e Silva Olival, como reconhecimento ao muito que tem feito pelos estudos literários em Goiás.

Uma inovação é a abertura para a publicação de ensaios e estudos elaborados por jovens pesquisadores e estudantes – como é o caso de *Epidemia e família: a febre amarela na cidade imperial do Rio de Janeiro em 1850*.

Na secção relativa a *Documentos*, publica-se a *Árvore Genealógica da Família Pitaluga ...*, em si mesma uma preciosidade, ainda mais valiosa porque elaborada por Umbelino Galvão de Velasco (Seu Bi), de saudosa memória. Mais do que nunca, fica comprovada a assertiva de que, em Goiás, todos os da velha cepa são aparentados entre si.

Na mesma secção, reproduz-se um rascunho de carta manuscrita, de autoria de Antônio (*Totó*) Ramos Caiado, encontrada onde menos se poderia esperar: entre os papéis do acervo pessoal de Pedro Ludovico Teixeira. O conteúdo do documento é polêmico – e nem poderia deixar de ser, até porque seu autor sempre esteve no cerne de divergências e paixões.

Entre as (boas) *Notícias*, enfoca-se o *Encontro dos Institutos Históricos do Brasil*, realizado em Goiânia, nos dias 7 a 9 de novembro de 2002, por ocasião dos 70 anos do nosso Instituto, quando representantes de todos os estados viveram conosco a alegria das comemorações de tão auspiciosa data. De igual modo, noticiase o Seminário: *A História de Goiás nos documentos do Arquivo Ultramarino em Lisboa*, realizado nos dias 14 a 18 de junho de 2004, sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) e do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEH-BC). Com a divulgação dos estudos feitos a partir dos documentos em questão, objetiva-se socializar o conhecimento produzido e aprofundar o debate sobre a historiografia goiana. Foram realizadas conferências e mesas-redondas, com a participação de pesquisadores, historiadores, escritores, professores e alunos dos cursos de graduação e pós-graduação em História e áreas afins.

A todos os que colaboraram para que viesse a lume o n° 18 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás – de maneira especial ao presidente, José Mendonça Teles, ao confrade Brasigóis Felício Carneiro e à secretária Elisabeth Abreu Caldeira Brito – os nossos agradecimentos.

Goiânia, setembro de 2004.

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas.

Diretora da Revista – Sócia Emérita do IHGG

Presentation

Long time it elapsed between the last Magazine of the Historical and Geographic Institute of Goiás e this one, under number 18. Time that passed by losses e profits: losses of illustrious and wanted friends; profits of partners who pass to integrate and to embellish our pictures.

Of the first ones, let us remember Getúlio Araújo, “the paladin of culture”; Jerônimo Geraldo de Queiroz, the “sorcery of word”; Jerônimo Carvalho Bueno, Doctor and researcher. To each one of them, we reverence with pain and homesickness in the emptiness of their absence.

Amongst the profits, we greet the arrival of the news ones, in diverse categories, giving them warm welcomes. This House is a point of meeting of intelligence, sensitivity and the friendship: here we are friends in the adventure of the spirit.

In *general subjects* of this magazine, the hinterland is privileged: its press, its *colonels*, its ways, its geografical configuration and the difficult incorporation to politician-administrative ways of the *civilized* world.

In *biographical studies*, it is focused on the legendary personality of Brigadier General Felipe Antônio Cardoso, on the side of the singular figure of Amália Hermano Teixeira, still so present between us. In *literature*, the memory of Jerônimo Geraldo de Queiroz is revered with publication of the poem that is the one register premonition: *How it hurts to say good bye*. It is inserted a study on critical literary and the titular partner of this Institute, Moema de Castro e Silva Olival, as recognition to much that she had made for the literary studies in Goiás.

One innovation is the opening for the publication of essays and studies elaborated for young researchers and students - as it is the case of *Epidemic and family in imperial court in 1850*.

In the section related to *Documents*, it is published *Family tree of the Pitaluga...*, which is, by itself, a more valuable preciousness because it was elaborated by Umbelino Galvão de Velasco (Seu Bi), of homesickness memory. More of never it is proving the assertive one of that, in Goiás, all of old team are related to each other.

In the same section, there is a rough draft of hand-written letter, authorship of Antonio (*Totó*) Ramos Caiado, found between the papers of personal collection of Pedro Ludovico Teixeira. The content of the document is controversial - and nor it could not be, because its author has always been in the middle of divergences and passions.

Among the good news, we focus on the Meeting of the Historical Institutes of Brazil, realized in Goiânia, on November¹⁷ to ⁹^h, 2002, celebrating the 70th anniversary of our Institute, when representative from every state lived with us the joy of celebrations of this prosperous time. Equally, the Seminary is announced: *The History of Goiás in the documents of the Overseas Archive in Lisbon*, carried through the days 14 to 18 of June of 2004, under the auspices of the Historical and Geographic Institute of Goiás (IHGG) and of Institute of Research and Historical Studies of Central Brazil (IPEH-BC). With the spreading of the studies made from documents in question, objective to socialize the produced knowledge and to deepen the debate about the history of Goiás. Table-round conferences had been carried through and, with participation of researchers, historians, writers, professors and pupils of the courses of graduation and similar after-graduation in History and related areas.

To all that had collaborated so that came to happen the number 18 of the Magazine of the Historical and Geographic Institute of Goiás - in a special way to the president, Jose Mendonça Teles, to colleague Brasigóis Felício Carneiro and secretary Elisabeth Abreu Caldeira Brito - our gratefulness.

Goiânia, September of 2004.

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas.
Director of the Magazine - Special partner of the IHGG

Sumário

Ementas	13
Discursos de Saudação	
Gov. Marconi Perillo	23
José Asmar	25
Discursos de Posse	
Jarmund Nasser	31
Mauro Borges	33
Lena Castello Branco F. de Freitas (recepção)	35
Homenagens Póstumas (por Ático Vilas-Boas)	
Getúlio Pereira de Araújo, o paladino da cultura	47
Jerônimo Geraldo de Queiroz e o sortilégio da palavra ...	49
Temas Gerais	
<i>Folha Do Sul</i> – jornal moderno no sertão	53
<i>Nancy Helena Ribeiro</i>	
Sertões Brasileiros: cerrados e caatingas	67
<i>Melquíades Pinto Paiva</i>	
Correição em Villa Boa de Goiás	87
<i>Lena Castello Branco Ferreira de Freitas</i>	
Caminhos Místicos do Brasil Central	107
<i>Narcisa Cordeiro</i>	
Bariani Ortencio: um paulista e sua viagem pelos sertões da alma de Goiás	115
<i>Brasigóis Felício</i>	
O Dono da Bola (ao Bariani Ortencio)	121
<i>Elizabeth Caldeira Brito</i>	
Epidemia e Família na Corte Imperial	123
<i>Fernando Lobo Lemes</i>	
Coronelismo no Antigo Fundão de Brotas	147
<i>Mário Ribeiro Martins</i>	
Moema de Castro e seu <i>Espaço da Crítica</i>	151
<i>Mário Ribeiro Martins)</i>	

Estudos Biográficos

- O Legado Histórico de Amália Hermano 155
Bento Alves de Araújo Jayme Fleury Curado
- O revolucionário Brigadeiro Felipe Antônio Cardoso.. 171
Ana Braga

Poesia

- Como dói dizer adeus..... 201
Jerônimo Geraldo de Queiroz

Documentos

- Árvore Genealógica da Família Pitaluga 207
Umbelino Galvão de Vellasco

Discurso de Ático Vilas-Boas da Mota por ocasião do lançamento de seu livro *Estrela Editorial do Irmãos Taylor e José Modesto Oriente* 213

Discurso poético de José Mendonça Teles, ao receber o título de *Doutor Honoris Causa* da Universidade Católica de Goiás .. 215

Pronunciamentos do Deputado José Luís Bittencourt:
• em homenagem a Bariani Ortencio 221
• em homenagem a Brasilete Gomes Caiado..... 223

Documento inédito de Antônio (Totó) Ramos Caiado:
notas prévias e transcrição 227
Lena Castello Branco Ferreira de Freitas

Encontro dos Institutos Históricos do Brasil em Goiânia 235

Sócios do Inst. Histórico e Geográfico de Goiás..... 247

Ementas

FOLHA DO SUL – jornal moderno no sertão.

Nancy Ribeiro de Araújo e Silva

É focado o jornal *Folha do Sul*, editado em Bella Vista (GO), “hebdomadário independente”, sintonizado com o pensamento moderno. Fundado em 1905, circulou até 1909; de periodicidade semanal, era distribuído entre assinantes do estado de Goiás e do Triângulo Mineiro. O corpo de redatores e colaboradores incluía as personalidades mais expressivas do mundo intelectual de Goiás.

Sertões Brasileiros: cerrados e caatingas.

Melquíades Pinto Paiva

Versa sobre o cerrado e a caatinga, e aponta identidades entre o goiano e o sertanejo nordestino, gente andeja e sem limites de caminhos, amante da liberdade – característica dos povos criadores. Faz referência a autores e estudos sobre o tema e traça um paralelo entre a ocupação e o povoamento de uns e outros.

Correição em Villa Boa de Goiás

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas

O artigo estuda a Câmara Municipal de Villa Boa de Goiás, suas atribuições, estrutura e funcionamento. São analisadas *actas* do final do século XVIII e destacada a *correição* que se procedeu em 15 de novembro de 1792.

Epidemia e Família na Corte Imperial

Fernando Lobo Lemes

O tema abordado é o da disseminação de uma epidemia na Corte Imperial, em meados do século XIX, do ponto de vista da ação das famílias para combatê-la e minimizar os efeitos da doença. São versados assuntos pertinentes à medicina, à higiene pública e às tentativas de prevenção de doenças endêmicas na Corte Imperial (Rio de Janeiro).

Caminhos místicos do Brasil Central.

Narcisa Cordeiro

Trata da implantação de um *caminho místico* que, partindo do Santuário do Divino Pai Eterno em Trindade (GO), percorrerá o Planalto Central – inclusive parte do Distrito Federal e Brasília — e terá como ponto final a Chapada dos Veadeiros (GO). A região é de altiplanos de grande beleza, que levam à meditação e à espiritualidade.

Coronelismo no antigo Fundão de Brotas

Mário Ribeiro Martins

Versa sobre os coronéis Horácio de Mattos e Militão Rodrigues Coelho, suas personalidades e enfrentamentos na região da Chapada Diamantina, inserindo as lutas havidas no contexto do sertão baiano do início do século XX.

Moema de Castro e Silva Olival e seu *Espaço da Crítica*

Mário Ribeiro Martins

O estudo enfoca o livro *Espaço da Crítica II*, da Professora Doutora Moema de Castro e Silva Olival, discorrendo sobre a obra da Autora e sua trajetória de relevantes serviços prestados à cultura de Goiás.

O Legado Histórico de Amália Hermano

Bento Araújo Jayme Curado Fleury

Estudo biográfico sobre a professora, botânica e historiadora Amália Hermano Teixeira, figura de destaque da cultura goiana. Ex-sócia titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, foi pioneira do ensino da História de Goiás e atuou na linha de frente dos movimentos intelectuais de Goiás, no século XX.

Felipe Antônio Cardoso

Ana Braga

Circunstanciado estudo biográfico do Brigadeiro Felipe Antônio Cardoso, herói da História de Goiás e do Tocantins, enfocando sua personalidade e seus feitos, com destaque para os anos tumultuados da primeira metade do século XIX.

POESIA

Como dói dizer adeus

Jerônimo Geraldo de Queiroz

De autoria do saudoso sócio emérito, Professor Doutor Jerônimo Geraldo de Queiroz, o poema deveria ter sido publicado no número anterior (17) desta Revista. Lamentavelmente, deixou de ser inserido naquele número, o que se configurou como indesculpável falha da Direção da Revista, que ora apresenta suas desculpas.

Como verão os leitores, a bela poesia tem a feição de uma despedida e foi a colaboração última do seu sensível e ilustrado autor ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, ao qual tanto honrou com seus dotes de cultura, de espírito e de cavalheirismo.

Árvore Genealógica da Família Pitaluga

O presente estudo foi elaborado por Umbelino Galvão de Velasco — afetuosamente conhecido por *Seu Bi* — personalidade muito estimada na Cidade de Goiás onde, além de exemplar funcionário público, nas horas vagas dedicava-se à genealogia, sendo autor de importantes estudos sobre tradicionais famílias vilaboenses¹. Os originais da *Árvore genealógica da família Pitaluga* foram entregues à redação da Revista do IHGG pelo

¹ Dentre outros, estudos genealógicos sobre a família Vellasco. In CONTART, Luiz. Vellasco. Paladino do Socialismo. Goiânia Editora, 1005, p. 43 e seg.

ministro Waldyr do Espírito Santo Castro Quinta, que os recebeu do Autor, guardou-os por muitos anos e, reencontrando-os entres seus guardados, aos mesmos se reporta como sendo “uma preciosidade” — preciosidade que ora se coloca ao alcance dos estudiosos da História de Goiás.

Summaries

FOLHA DO SUL - modern periodical in the hinterland.

Nancy Ribeiro de Araújo e Silva

It is focused on the periodical *Folha do Sul*, edited in Bella Vista (GO), “independent hebdomadarium”, syntonized with the modern thought. Established in 1905, it circulated up to 1909; of regularity weekly, he was distributed between subscribers of the state of Goiás and the Triângulo Mineiro. The team of editors and collaborators had the more expressive personalities of the intellectual world of Goiás.

Brazilian hinterland: savannah and scrub savanna.

Melquíades Pinto Paiva

It turns on the savannah and scrub savanna, and point to similarities between the goiano and northeastern inlander, people without limits of ways, lovers of freedom - characteristic of creator peoples. It relates to authors and studies on the subject and traces a parallel between the occupation and the populating of one and the others.

Honesty in Villa Boa de Goyaz

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas

The article studies the Municipal Chamber of Villa Boa de Goiás, its attributions, structure and functioning. It is analyzed books of the end of century XVIII and it detaches the honesty that was proceeded in november 15 of 1792.

Epidemic and family in the Imperial Cut

Fernando Lobo Lemes

The discussed subject is the dissemination of an epidemic in Imperial court, in the middle of the XIX century, the point of view of the action of the families to fight it and to minimize the effect of the illness. Subjects are turned pertinent to the medicine, the public hygiene and the attempts of prevention of illnesses in the Imperial Court (Rio De Janeiro).

Mistical way of Brazil Central.

Narcisa Cordeiro

It deals with the implantation of a mystical *way* that, breaking of the Sanctuary of the divine Perpetual Father in Trindade (GO), it will go through the Central Plateaus - including part of the District Federal and Brasilia - and will end at the Chapada of Veadeiros(GO). The region is of high plateaus of great beauty, that lead to the meditation and the spirituality.

The historical legacy of Amália Hermano

Bento Araújo Jayme Curado Fleury

Biographical study on the teacher, botany and historian Amália Hermano Teixeira, figure of prominence of the goiana culture. Former titular partner of the Historical and Geographic institute of Goiás, she was pioneering of the education of History of Goiás and acted in the line of front of the intellectual movements of Goiás, in century XX.

Coronelism in the old Brotas' Deep

Mário Ribeiro Martins

It is about the colonels Horácio de Mattos and Militão Rodrigues Coelho, their personalities e confronts in the region of Chapada Diamantina, inserting the fights happened on the context of the hinterland of Bahia on the beginning of century XX

Moema de Castro and its space of critics

Mário Ribeiro Martins

The study focus the book *Espaço da Crítica II (Space of Critics II)*, of the doctor teacher Moema de Castro e Silva Olival, discoursing about the author and her trajectory of relevant services for culture of Goiás.

Felipe Antônio Cardoso

Ana Braga

Detailed biographical study of Brigadier Felipe Antônio Cardoso, hero of the History of Goiás and of Tocantins, focusing his personality and his facts, with prominence for the tumultuated years of the first half of the century XIX.

POETRY

How it hurts to say good bye

Jerônimo Geraldo de Queiroz

Of authorship of the wistful emeritus partner, Professor Doctor Jerônimo Geraldo de Queiroz, the poem should have been published in the previous number (17) of this magazine. Regretfully, it was not inserted in that number, what was configured as an inexcusable flaw of the Direction of the Magazine, that however presents its excuses.

As the readers will see, the pretty poetry has the lineament of a farewell and it was the last contribution of its sensitive and scholar author to the Historical and Geographical Institute of Goiás.

Family tree of the Family Pitaluga

The present study it was elaborated by Umbelino Galvão de Velasco - fondly known as *Seu Bi* - personality very esteem in Cidade de Goiás, where, besides being exemplary public officer, on his spare time, he dedicated himself to genealogy, being author of important studies about traditional families of vilaboenses. The original of *Family tree of the Family Pitaluga* were delivered to the redaction of the IHGG Magazine by minister Waldyr do Espírito Santo Castro Quinta, who received is from the author himself, kept them for many years and, finding it among his belongings, he references them as a "treasure" - treasure which is now on the reach of the scholars of the History of Goiás.

Discursos de Saudação

Speeches of Greeting

philosophy of Aristotle

Discursos de Sancho

The text is extremely faint and illegible. It appears to be a list of chapters or sections, possibly numbered, but the specific content cannot be discerned.

Discurso de saudação do Governador Marconi Perillo a Jarmund Nasser, José Amaury Menezes e Antônio Miguel Jorge Chaud, ao tomarem posse no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, em 20 de maio de 2003.

Senhores novos associados que ora são empossados,
Senhoras e Senhores

É grande a minha satisfação, quando a ela se soma a oportunidade de compartilhar com todos os presentes o testemunho do ingresso de três ilustres personalidades goianas como novos associados desta reconhecida instituição que é o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, entidade que resgata e preserva a história de nosso Estado e seus vultos.

José Amaury Menezes, Jarmund Nasser e Antônio Miguel Jorge Chaud são as personalidades que ora homenageamos. Em suas respectivas áreas de atividade, todos eles muito já contribuíram para dignificar a história de Goiás e de sua gente.

Jarmund Nasser, advogado, jornalista desde seus tempos de estudante, já honrou Goiás ocupando importantes cargos públicos, entre os quais cito o de Secretário da Educação e deputado federal. Ainda jovem, foi diretor do *Jornal de Notícias*, trabalhando ao lado de seu tio, Alfredo Nasser, e hoje é destacado colaborador do *Diário da Manhã*.

José Amaury de Menezes, artista plástico, professor e autor do livro *Da Caverna ao Museu – Dicionário das Artes Plásticas em Goiás*, com sua sensibilidade artística coloca as mais belas cores em suas telas que são verdadeiras crônicas da cidade de Goiânia.

Antônio Miguel Jorge Chaud, professor, escritor, depois de amanhã completa seus 80 anos de vida para nossa alegria. (Parabéns professor Antônio Chaud).

Seu livro *Imigrantes em Catalão* é um registro histórico que une sua cidade àqueles que também a adotaram como sua.

Cumprimento-os a todos. Os novos associados, pelo justo reconhecimento. O presidente José Mendonça Teles, demais dirigentes e associados do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás pelo acerto na indicação desses três personagens que são exemplo para todas as gerações de goianos.

Goiás, mais uma vez, está reconhecendo aqueles que muito tem contribuído para a grandeza de nosso Estado e de nosso povo.

Parabéns a todos.

Muito obrigado.

Discurso de saudação de José Asmar* a Jarmund Nasser, José Amaury Menezes e Antônio Miguel Jorge Chaud, ao tomarem posse no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, em 20 de maio de 2003.

Seria lugar comum dizer-se que, a partir de agora, o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás enriquece seu quadro de sócios com a posse de três expoentes da cultura. Mas há a justificativa dessa acolhida e daquilo que ela significa, pela soma dos valores e, sobretudo, pelo exemplo de cada um em realizações a repercutirem-se nas próximas gerações.

Tais aspectos correspondem à honra que o trio de empossandos garante às origens, consagradamente focos de luz na memória goiana.

Jarmund Nasser, de Caiapônia, de onde surgiram inúmeros vultos, um deles, por irrevogável adoção, o inesquecível Alfredo Nasser, cujo escrúpulo de probidade e amor ao velho Rio Bonito confirmaram-no na cidadania goiana, deixando vazio o berço paulista.

José Amaury Menezes, nascido em Santa Luzia, hoje a próspera Luziânia, fiel ao passado a ponto de compatibilizá-lo com o moderno progresso econômico.

E Antônio Miguel Jorge Chaud, fixo na vertente geográfica de Catalão, porta de entrada de bandeiras e imigrantes, objeto de sua meticulosa pesquisa, além de galeria de expressões literárias, políticas, mestres de ciências e de administração pública e empresarial — todos em quantidade bastante para exportá-los.

* Sócio titular do IHGG

Pois, desde as raízes, nem Jarmund, nem Amaury, nem Chaudomite o concurso à grandeza telúrica, ao transportarem causas para se avaliarem os efeitos tempos afora.

Aí está, a propósito, o binômio causas-e-efeitos em indissolúvel denominador das inquietações e conflitos do mundo. O desenvolvimento material ou o atraso dos países submeteu-os ao fenômeno da globalização, fantasma sem rosto infenso a derrota por trazer, embutida nas causas, a simples intimação semelhante ao desafio da pirâmide faraônica: decifra-me ou te devoro. Então, é analisar o monstro nos mil tentáculos a saber de sua formação espontânea, medir a força descomunal da interdependência dos povos, o recurso dos intercâmbios de todos os gêneros, puxados pelos interesses do comércio aglutinador de blocos no mercado comum, capaz de conciliar oferta e procura mediante tarefas competitivas.

Prevalecesse a história superlativa das grandes decisões dos governos e o decantado concerto das nações escaparia das armadilhas dos efeitos perversos — efeitos em nossos dias explícitos no confronto do ataque e da defesa, ambos no absurdo apelo ao genocídio e ao terrorismo, este só diferente no modo de fazê-lo, se convencional ou revel, mas de resultados iguais.

Permiti-me a essas reflexões menos por desvio da praxe do que no intuito de enaltecer o papel supremo da história em prol da sorte da civilização. História, somente por ela, a via de se chegar a causas e saná-las antes que cresçam e apareçam.

E acredito que também esta cerimônia, este encontro de inteligências, esta posse digna de assimilação das razões incentive o desempenho do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. É uma Casa que tem sua própria história, com semente e fases de vida vinculadas à história do Estado. É Casa fiel à filosofia de base, graças ao fundador Colemar Natal e Silva e, pelo que tem dentro e projeta fora, alojada numa arquitetura promovida pelo presidente José Mendonça Teles, perito em arrancar minhoca do cimento, ajeitá-la no anzol e fisgar o peixe a ser cozido ao molho ou caldo de cultura.

Caríssimos Jarmund Nasser, Amaury Menezes e Antônio Chaud:

Interpreto o júbilo de nossa comunidade, ao saudá-los e dar-lhes as boas-vindas ao clube. Um clube sob pesadas responsabilidades de Instituto e que, pelas credenciais dos que nele ingressam, sente-se mais forte e habilitado para recompor o passado como baliza do presente e sempre funcionar como o pêndulo do futuro.

Jarmund Nasser, advogado, parlamentar, secretário de Estado, paradigma de estudante vitalício e leitor de uma biblioteca tão enorme e eclética que se distribui à residência, ao escritório e à chácara;

Amaury Menezes, versátil conjugador de artes plásticas e documentação de dicionário, dono de talento e obra;

Antônio Chaud, da juventude acadêmica em trânsito pela política no longínquo 1946, ao magistério e a prefeito do município natal, além das láureas emblemáticas de sua personalidade atávica;

Se já eram diletos amigos, agora são colegas no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. E, no verniz da amizade e do coleguismo, autênticos beneméritos da sociedade ávida de saber de onde veio para saber para onde ir.

Jarmund, Amaury, Chaud:

Ocupem as Cadeiras que os esperavam há uma porção de anos — e boa viagem no tempo.

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

Discursos de Posse

Speeches of occupation

Speeches of occupation

Discursos de Posse

Discurso de Jarmund Nasser no dia 20 de maio de 2003, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr. Alcides Rodrigues.

Excelentíssimas autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Excelentíssimo Professor José Mendonça Teles, digníssimo Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e demais componentes da mesa.

Ilustres representantes de outras entidades culturais.

Meus prezados colegas.

Minhas senhoras, meus senhores, amigos e familiares dos empossandos.

Foi desejo dos ilustres empossandos Amaury Menezes e Antônio Miguel Jorge Chaud, que nestas breves palavras de agradecimentos, eu falasse, também, em seus nomes, o que, para mim, constituiu uma grande honra.

No nosso modesto entendimento, cremos que o momento não comporta divagações doutrinárias ou filosóficas sobre a História, mais especificamente sobre a de Goiás, porque se trata de uma simples solenidade de posse, todavia carregada de emoções que jamais serão esquecidas por nós empossandos, tal o alto significado da honraria com que estamos sendo agraciados.

Esta Casa, que é uma Casa de altos estudos, há mais de setenta anos vem enriquecendo a memória histórica e cultural do nosso Estado, tal a dedicação dos que por aqui passaram, continuada, agora, com o mesmo afinco por José Mendonça Teles,

que conta com o apoio dos mais brilhantes intelectuais goianos, sem desmerecer o valor e o brilho dos que atuam em outras instituições culturais.

Com o pensamento voltado para o passado, por dever da justiça, devemos reconhecer os elevados méritos do professor Colemar Natal e Silva, fundador desta instituição, na sua consolidação, com a valorosa colaboração do que havia de mais importante no seio da intelectualidade da época.

Outros, não menos devotados, deram continuidade ao seu trabalho. E hoje, inegavelmente, o professor José Mendonça Teles, com o calor, o estímulo, a cultura privilegiada de seus colegas, tornou o Instituto Histórico e Geográfico a mais importante instituição cultural de Goiás.

Fazer parte desta Instituição é um acontecimento que nos enche de orgulho e de eterna gratidão aos que contribuíram para tanto.

Acreditamos que nada mais há para se dizer, a não ser apresentar nossos agradecimentos:

- ao Presidente José Mendonça Teles e aos demais componentes deste colegiado, agradecemos, do fundo dos nossos corações, a honraria que nos foi concedida;
- ao Senhor Governador e demais ilustres autoridades dos Poderes do Estado, o penhor da nossa gratidão pelas suas presenças;
- aos amigos, aos familiares, enfim, a todos os que aqui vieram abrilhantar esta solenidade de posse, o nosso muito obrigado.

Tenho dito!

Discurso de posse de Mauro Borges, como Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Minhas senhoras, meus senhores:

A convite do ilustre presidente desta Casa, o escritor e historiador José Mendonça Teles, e referendado por seus pares, assumo, neste momento, a Cadeira número 8, do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, que tem como patrono o padre Luís Antônio da Silva e Sousa, primeiro historiador goiano, nascido na cidade mineira de Serro Frio, e que veio para Goiás em 1790, e aqui exerceu importantes cargos na vida eclesiástica e política. Sua vida e obra estão narrados com rigor historiográfico no livro de José Mendonça Teles, em segunda edição, pela Universidade Federal de Goiás.

Sei o quanto representa ter a honra de ser sócio titular desta Casa, fundada na Cidade de Goiás, no ano de 1932, quando meu pai era Interventor Federal no Estado, depois da vitoriosa Revolução de Trinta. Fundado por uma plêiade de jovens intelectuais, imbuídos da consciência de que o país que não resgata e não reverencia sua memória cai no esquecimento, o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, assim como a Academia Goiana de Letras, contaram com a liderança e o entusiasmo de Colemar Natal e Silva, para que se erguessem e se consolidassem como destacadas entidades culturais de Goiás.

Naquela quadra, vivia o Estado de Goiás momento decisivo em sua trajetória. Longe do centro das decisões políticas, manipulado por familiocratas que detinham o poder há mais de trinta anos, nada de novo por aqui acontecia, a não ser o referendo de cada pleito eleitoral, em que eram sufragados nas urnas encabrestadas os

mesmos homens, do mesmo partido. Goiás era o retrato do Brasil do interior, onde reinava a pobreza, a fome e o analfabetismo. A Revolução de Trinta chegou para mostrar ao país esse outro Brasil, o Brasil dos sem-nada, dos abandonados, do povo que não acreditava em nada porque nadava na força semântica do “deitado eternamente em berço esplêndido”. A Revolução de Trinta veio com a força da renovação, contagiou os intelectuais que contaram, em Goiás, com o apoio decisivo do Interventor na concretização de suas idéias. A fundação do Instituto Histórico, em 1932, se deu graças à iniciativa do Dr. José Honorato da Silva e Souza, que participava do governo de Pedro Ludovico ao convidar os intelectuais para uma reunião no Palácio da Instrução, quando expôs a sua idéia de criar a instituição. Sabem todos que, com o processo da mudança da capital, iniciado em 1933, já em 1938 o Instituto Histórico e Geográfico estava em Goiânia, e aqui, neste local, com a presença de vários intelectuais e do Interventor Federal, Colemar Natal e Silva lançava, no dia 26 de julho daquele ano, a pedra fundamental da sede própria do Instituto, que seria construída nos dois lotes doados pelo governo goiano. No dia 5 de outubro do ano seguinte é inaugurada a nova sede, o predinho histórico que está aí, com o seu estilo *art déco*, guardando a memória do seu notável protetor, Colemar Natal e Silva.

Um episódio marcante dessa época, que muito dignifica o governo de meu pai, foi o Batismo Cultural de Goiânia, e a circulação, no dia 5 de julho de 1942, da revista *Oeste*, que reunia, em seu corpo editorial, alguns dos mais destacados escritores e intelectuais de nossa terra. Nesse tempo eu já era oficial do Exército, radicado no Rio Grande do Sul e não poderia faltar ao notável acontecimento. Em viagem de trem de Porto Alegre até Leopoldo de Bulhões, e de automóvel até Goiânia, aqui cheguei para participar da notável efeméride.

Meu ingresso na política se deu logo após terminar a carreira militar, quando fui convidado para ser diretor da Estrada de Ferro Goiás. Em 1956, fui eleito deputado federal, e em 1960, governador de Goiás. Antevendo a transformação por que passaria

não só o Estado de Goiás, mas toda a região do Centro-Oeste, com a recente inauguração da capital federal, em território goiano, fiz que auxiliares de meu futuro governo se especializassem na Fundação Getúlio Vargas, para a elaboração de meu plano de governo, que ficou conhecido como Plano MB. Esse Plano nada mais é do que o encontro de Goiás com a modernidade, a descentralização do serviço público e a elevação do homem na sua condição de agente fundamental de todo desenvolvimento.

Em minha gestão como governador coloquei, como prioridade, a moralização do serviço público, com a instituição do concurso público para a admissão de servidores, acabando de vez com o velho sistema de nomeação por apadrinhamento. Nosso Estado revelava, ao país inteiro, querer mais do que ser apenas oermo geográfico conhecido somente por nele estar instalada a capital do país. Daí, a prática de uma gestão governamental moderna e voltada para a eliminação das diferenças regionais, com incentivo à produção e à distribuição das riquezas produzidas pelo povo, o que, certamente, preocupou os que estavam à frente do golpe militar de 1964. Uma prática de governo moderna e transformadora destacava-se, entre os governos de outros Estados, o que poderia suscitar o surgimento de uma liderança. Veio, então, minha deposição do cargo para o qual fui eleito pelo voto popular.

Deposto e cassado pelo golpe militar, esperei o tempo da espera, caminhando meus sentimentos pelas ruas de Goiânia, sem perder a esperança de que brevemente passaria o pesadelo. Anistiado, voltei à política, ao Senado e à Câmara Federal, onde cumpri minhas obrigações até o último dia.

Estimados amigos, intelectuais e artistas que me ouvem: hoje, revendo os autos do passado, constato que o tempo não passou tudo a raso. Os feitos que marcaram a História de nosso Estado e de nosso país são preservados para que nele se inspirem as novas gerações – e coube a ilustres integrantes deste Instituto, e de outras entidades culturais, como a Academia Goiana de Letras e a Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, realizarem este digno e elevado trabalho em prol de nossa memória. Viajar na

lembrança dos fatos que marcaram minha trajetória como cidadão e homem público traz-me o conforto de ter a consciência do dever cumprido. Hoje, não mais na linha de frente da política, faço história como um escrivinhador, como alguém que, ao escavar os escaninhos da memória, resgata feitos e fatos que merecem ser preservados, pois fazem parte da história do valoroso povo goiano.

Senhoras e Senhores: honra-me, sobremaneira, o fato de ter assento, a partir de hoje, entre os renomados historiadores e geógrafos que integram o quadro de sócios deste Instituto. Agradeço a demonstração de que sou alvo, por parte do presidente e dos ilustres integrantes desta renomada instituição cultural. Encerro minhas palavras com versos de Fernando Pessoa, bardo inspirado, que cantou, com o mesmo brilhantismo épico de Camões, as lutas e sonhos de seu povo:

“Cumpri com meu destino,
o meu dever ao mundo.
Inutilmente? Não, porque o cumpri”.

Muito Obrigado.

Posse do sócio correspondente, D. José Carlos de Lima Vaz e do sócio titular, escritor Aidenor Aires

Discurso de recepção por Lena Castello Branco Ferreira de Freitas*

Senhores e Senhoras,

São de boas-vindas as minhas primeiras palavras, dirigidas aos novos sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás: o sócio honorário, Dom José Carlos de Lima Vaz, e o sócio titular Aidenor Aires Pereira, que irá ocupar a Cadeira nº 20, da qual é patrono o Professor Luiz Gonzaga de Faria.

O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás sente-se honrado ao recebê-los no seu quadro de sócios, orgulhando-se de que venham partilhar conosco as atividades acadêmicas — e, igualmente, de que desfrutem da amena convivência das reuniões, ao lado da conversa amistosa e da solidariedade fraterna que distinguem os nossos encontros.

Os sócios que ora recebemos são homens com trajetória de vida marcada pelas lides intelectuais, com significativa produção literária — e não destoam, certamente, no ambiente em que predominam os cultores da História e da Geografia.

Literatos e historiadores têm convivido, com recíprocas vantagens, desde o distante 21 de outubro de 1838 — há 165 anos, portanto — quando foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que se inspirava no *Institut Historique* francês e, a exemplo deste, transformou-se em ativo centro de

* Sócia Emérita do IHGG

estudos, estimulando a vida intelectual. É interessante registrar que, dois anos antes, fora publicado o livro de Domingos José Gonçalves de Magalhães — *Suspiros Poéticos e Saudades* — que marcou a estréia, um tanto tardia, do romantismo no Brasil, dando início a nova fase, especialmente produtiva, das letras nacionais, com reflexos positivos em outras áreas da atividade intelectual.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro originou-se de proposta anterior do marechal-de-campo, Raimundo José da Cunha Mattos e do cônego Januário da Cunha Barbosa. Não será necessário lembrar que Cunha Mattos foi Governador das Armas da Província de Goiás e autor da *Corografia Histórica da Província de Goiás*. Dele afirmava Americano do Brasil: “Se muito amou o Brasil que ajudou a criar, com seu sangue e suas fadigas, o coração deste patriota pertencia a Goiás, que o idolatrou até a morte”.

Dentre os sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foram numerosos os cultores da literatura. Em 1839, começou a circular a Revista do Instituto — que se mantém atualizada, nos dias atuais — voltada para a publicação de trabalhos históricos e geográficos, a par de investigação erudita, no campo literário. Com o apoio do Imperador Pedro II, que se fazia presente às reuniões e participava dos trabalhos, o IHGB contribuiu para o despertar do interesse pelos estudos científicos. De igual modo, tornou-se importante centro de documentação, preservando acervos e instalando valiosa biblioteca.

Outra não tem sido a trajetória dos estudos históricos e geográficos em Goiás, onde a mais remota tentativa de criação de uma entidade voltada para tais áreas do saber data de maio de 1921, tendo como palco a cidade de Bonfim. A revista *A Informação Goiana* noticia a fundação da **Sociedade Goiana de Geografia e História** naquela cidade, com os objetivos — dentre outros — de incentivar o estudo e a prática dos conhecimentos de História e da Geografia; de criar um serviço meteorológico; de fundar uma biblioteca pública e de manter publicações de cunho científico e literário.

É escolhido presidente da entidade o jornalista e polígrafo Henrique Silva; o vice-presidente é o futuro desembargador Ayrosa Alves de Castro; são bibliotecários: Manuel Estelita Lobo e Misach da Costa Ferreira. Há também um arqueologista (Balthazar de Souza), um cronologista (Hermógenes Monteiro), dois secretários (José Umbelino e Jonas Nascimento); um procurador (Mário da Costa Ferreira) e até um mordomo (Flávio Felix de Souza). Um nome feminino completa a diretoria: a da meteorologista Antesina Santana.

Como é do conhecimento de todos os presentes, o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás — o nosso Instituto — foi instalado solenemente na Cidade de Goiás, em 17 de setembro de 1933, em sessão presidida pelo saudoso professor , jurista e historiador Colemar Natal e Silva, secretariando a sessão o professor de letras e de literatura, Alfredo de Faria Castro. Em 1938, voltaria a reunir-se o IHGG, em Goiânia, a nova capital goiana — momento em que se deu a fundação da Revista da entidade, cujo primeiro diretor seria o jurista, cronista e poeta Luiz Ramos de Oliveira Couto.

Vem de longe a simbiose entre História e Literatura . Sendo a História um relato, foi ela, muitas vezes, confundida com a lenda e a poesia; de igual modo, tem a História fornecido incontáveis e inesgotáveis temas a escritores, poetas, romancistas, teatrólogos — e, mais recentemente, a filmes e séries televisivas. Juntos, historiadores e literatos, lavramos as searas do conhecimento e da sensibilidade poética. Com os novos confrades, somos todos passageiros da aventura do espírito.

Dom José Carlos de Lima Vaz é mineiro, da histórica Vila Rica (Ouro Preto). Muito jovem ingressou na Companhia de Jesus, ordenando-se padre em Comillas (Espanha). Depois de 30 anos de sacerdócio, foi sagrado Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro e logo transferido para Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro.

Percorreu os muitos degraus de sua educação formal em Minas Gerais e no Rio de Janeiro; na Universidade de São Paulo, licenciou-se em Química, fazendo cursos de aperfeiçoamento em Göttingen (Alemanha), em Paris e em Lyon (França).

Na área educacional, começou como professor de 1º e 2º graus, coordenador de ensino, professor de *Elementos de Física Atômica* na escola Técnica de Eletrônica de Santa Rita de Sapucaí, onde também exerceu a Diretoria. Veio para Goiânia em 1973, como Reitor da Universidade Católica de Goiás, cargo que exerceu, com sabedoria e destemor, até 1979.

Designado para a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, ali exerceu as Vice-Reitorias Comunitária e Administrativa. Transferido para São Paulo, dirigiu o Centro Cultural *Casa de Anchieta*, instalada no Pátio do Colégio, no mesmo local onde Nóbrega fundou o Colégio dos Jesuítas, embrião do núcleo urbano que viria ser a tentacular megalópole que é São Paulo.

Muitas outras funções e atividades exerceu Dom Vaz na área de educação: na Fundação Universidade do Trabalho, em Belo Horizonte; no Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, também na capital mineira; no Ministério da Educação e Cultura, onde atuou junto à Diretoria do Ensino Industrial. Quando dirigiu o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, em Brasília, convidei Dom Vaz para Consultor Técnico — o que, para minha alegria, ele aceitou, exercendo a função com dignidade e competência.

Participou, igualmente, do Diretório Executivo do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras; da Fundação Projeto Rondon; do projeto de Pesquisa sobre as Universidades Católicas na América Latina. Atualmente, é Presidente da Mantenedora da Universidade Católica de Petrópolis, da qual é Grão-Chanceler.

Exerceu e exerce múltiplas atividades pastorais e religiosas — dentre outras, a de superior da residência dos Jesuítas em Goiânia, membro do Conselho Presbiteral da Arquidicocese e Pároco de Goianira. Sobre sua estadia em Goiás, escreveu Dom Vaz:

Igreja de Goiânia, que me fascinou pela força telúrica daquele imenso planalto, daqueles horizontes sem fim, por uma gente hospitaleira e generosa, pelo povo simples e sofrido da querida paróquia de

Goianira, onde aprendi a profunda lição de esperança que anima os pobres de Cristo. Igreja de Goiânia, onde encontrei nas horas alegres e no sofrimento, a grande caridade fraterna e o espírito de Pastor do querido Dom Antônio (...)

A obra literária de D. José Carlos de Lima Vaz inclui livros em que predomina sua preocupação com os ensinamentos da Igreja Católica, a par de belas lições de sabedoria. Em *A Igreja e o Mundo*, o capítulo 9 intitula-se *A Igreja e a República no Brasil* – estudo em que a narrativa histórica associa-se à análise dos fatos e ao estilo agradável. Em *Crônicas da Igreja e da Cidade*, estão reunidas crônicas escritas para o *Jornal do Brasil*, ao longo da década de 1990, inclusive um capítulo sobre a história dos Jesuítas. De grande interesse para os estudiosos da educação, *A Universidade Católica no Brasil* traz o resultado de pesquisa feita sobre a identidade, a situação atual e as perspectivas da Universidade Católica no Brasil.

Muito mais teríamos a dizer, sobre as atividades pastorais, educacionais e intelectuais de D. José Carlos de Lima Vaz; cremos, todavia, que o resumo feito seja suficiente para que todos os presentes tenhamos conhecido o seu perfil de religioso, de educador e de *scholar* – associação que é bastante rara, nos padrões de excelência que são apanágio do novo sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. A tais qualidades, somam-se nele o trato ameno, a serenidade e a constância na fé.

Do sócio titular que ora recebemos, o escritor Aidenor Aires Pereira, peço vênias para transcrever o *requerimento-poema* que dirigiu ao “Excelentíssimo Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás”:

*O suplicante que este subscreve,
goiano em adoção desde menino,
amante desta terra e da cultura,
no tempo em que agosto se prepara*

*para entregar a setembro a primavera,
com sua gorda mesa de fartura,
vem pedir assento nesta Casa,
onde já mora a história gloriosa,
da gente de ontem, de hoje e do futuro*

*Traz os balaios cheios de andanças,
de amores mestiços, espalhados,
a ressaca de banzeiros do Araguaia,
o fartum das mangabas, os cajus,
e as cantigas que entoa
quando a alma rasgada de paixão
peregrina na luz do fogaréu
pelo tempo guardado em Vila Boa.*

*Traz ainda o sabor da poesia,
das cantigas, das serestas, das catiras
e celebra no poema a utopia
de seus irmãos de lira que cantaram
na terra do Anhangüera vida e fado,
de pioneiros que aqui edificaram
fazendas de rebanhos; livros, fábricas,
bandas, orquestras, universidades,
e Goiânia, a primeira, luminosa
flor cintilante entre as cidades.*

*Para continuar vivendo a paz goiana,
comungando a história, vida e sangue,
vem pedir lhe seja permitido,
em mais um gesto de alvíssaras acolhido,
passar os umbrais deste Instituto,
e abraçar a história dos seus vultos,
provar a honra do saber e da verdade;
molhar seu pó de passageiro
na unção memorial da eternidade.
Assim, com tal bagagem, pede*

*o exame da soberba pretensão,
pois como goiano canta e cria,
fez a casa, pôs mulher e filhos,
plantou árvores, escreveu livros
pra redimir da morte seus momentos.*

*E é com esses méritos, se os tem,
que vem rogar, ante os varões da história,
para sua alegria e maior glória
em acolhida, em fim, deferimento.*

O poema fala por si, evidenciando a força e a beleza da poesia de Aidenor Aires. Nascido em Cotegipe (BA), mudou-se para Goiânia, onde fez seus estudos de nível médio e superior, formando-se em Letras Vernáculas e em Direito, na Universidade Católica de Goiás. Como bolsista da Organização dos Estados Americanos, freqüentou cursos de Recursos Humanos e de Administração de Serviços Culturais no Equador e na Venezuela. cursou especialização em Direito Penal e Processual Penal na Academia de Polícia Civil de Goiás.

Durante muitos anos, exerceu o magistério, lecionando Língua Portuguesa e Literatura Luso-Brasileira. Desempenhou importantes funções na Governadoria do Estado de Goiás, na Secretaria de Educação, na Fundação Cultural e na Secretaria de Justiça de Goiás. Foi promotor de Justiça, aposentando-se por tempo de serviço. Exerce a advocacia, com banca nesta Capital.

Sua produção literária é ampla e diversificada: são 11 livros, predominando os de poesia. Coleciona premiações. Dentre outras: *Amaragrei* (poemas) recebeu o Prêmio Nacional de Poesia, 1978, da CAIXEGO. *Lavra do Insolúvel* (poemas) e *Os deuses são pássaros do vento* (poemas) asseguraram-lhe o Prêmio Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos, em 1984 e 1994, respectivamente. *Via Viator* (poemas) obteve o Prêmio Nacional Bienal Nestlé, 1986.

Da revista *Status*, obteve o 2º lugar nacional, com o conto *Até a última estação*. A UBE, seção de Goiás, outorgou-lhe o

troféu *Tiokô*, para destaque na produção literária, 1998, e a Medalha do Mérito Cultural, 1997. Em concurso nacional, *Vento Novo* foi escolhido para compor antologia editada no Paraná.

Como escritor, além dos trabalhos publicados, desenvolveu atividades de animação cultural e divulgação literária, fazendo conferências, promovendo encontros e publicando artigos na imprensa local.

Como baiano que se goianizou, sendo pai de três goianos, o escritor Aidenor Aires — a exemplo de outro baiano ilustre que integra o quadro de sócios deste Instituto, o professor Ático-Vilas Boas da Mota — certamente nos trará o sopro vivificador de sua inteligência e a sensibilidade universal de sua alma nordestina.

Parafraseando as palavras da confreira Mary José Yazigi, relatora do processo de admissão de Dom Vaz, concludo afirmando que ter intelectuais dessa estirpe no quadro de sócios constitui uma honra para esta Instituição. Dom José Carlos de Lima Vaz e o escritor Aidenor Aires Pereira são personalidades que, ao invés de receberem uma honraria ao serem admitidos, darão mais honra e brilho ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Goiânia, 10 de dezembro de 2003

Homenagens Póstumas

Posthumous homages

Getúlio Pereira de Araújo, o paladino da cultura

Conheci-o nos bons e doces tempos de minha residência em Goiânia, apresentado que me fora pelo amigo comum Bernardino Granja. Desde então, eu o considerava um dos mais valiosos prêmios na minha trajetória existencial.

Cordial, comunicativo, prestimoso, nele sempre enxerguei a figura de um autêntico arauto da cultura — espécie em extinção — pelo seu inusitado amor e constante desvelo para com as coisas do espírito. Era um apolíneo. Amava a sua terra potiguar de forma carinhosa e fiel, e fazia de Goiás o ponto de partida para o intercâmbio cultural diuturno entre os nossos estados, pois também se identificara plenamente com a terra goiana à qual procurava servir e amar de maneira desinteressada.

Acordado cedo para os exercícios de servir ao próximo, sempre se revelou um médico dedicado e humanitário.

Certa vez, por telefone, falei-lhe do meu projeto de inaugurar o Museu Regional de Macaúbas / Bahia — uma das metas da Fundação Cultural Prof. Mota, entidade por mim implantada em pleno alto sertão da Bahia. Andava eu em dificuldade para formar o acervo inicial do Museu, eis quando Getúlio — numa explosão de generosidade — me telefonou anunciando: “Marque o dia da inauguração do seu museu, porque já tenho em mãos, algumas obras de arte suficientes para a instalação da sua pinacoteca”... E assim, para minha grande surpresa, eis que ele, acampanhado do poeta Gabriel Nascente, trouxe, em mão própria, uma rica coleção de obras que hoje orna as paredes do nosso Museu. E mais: vieram de carro de Goiânia a Macaúbas, num total de 2.400 (!) Km (ida e volta).

Sorridente, sempre irradiando otimismo, discursou na inauguração do Museu e, desde então, nunca deixou de corresponder-se comigo, por carta ou telefone. Posteriormente, o seu retrato foi colocado no Salão principal do Museu, na qualidade de nosso primeiro colaborador. Hoje, quando olho para ele, lá na moldura, uma imensa tristeza aflora no meu coração, e logo me vem a perguntar: Quais foram as indomáveis forças do destino que nos roubaram aquela figura tão solidária, tão boa, tão amiga do Dr. Getúlio? E não recebendo qualquer resposta plausível, deixo que a saudade — linguagem universal — invada minh'alma entristecida, mas entregue ao exercício de perene gratidão!

Ático Vilas-Boas da Mota

Jerônimo Geraldo Queiroz e o sortilégio da palavra

Quando me instalei em Goiânia, nos idos de 1960, para contentamento do meu espírito, por ter realizado o velho sonho de integrar-me — ainda que tardiamente — na marcha para o Oeste, tive a oportunidade de ouvir, em circunstância vária, comentários louváveis sobre a personalidade de um professor universitário, cujas aulas eram verdadeiras peças oratórias de fino quilate. Tratava-se do Prof. Jerônimo Geraldo Queiroz, mineiro de Campina Verde, radicado há muito tempo em terras goianas, vindo de Belo Horizonte, respeitável centro universitário e renomado laboratório cultural.

Não demorou muito, certo dia, quando me dirigia para a Reitoria da Universidade Federal de Goiás que se achava instalada na Rua Vinte, detive-me defronte da Faculdade de Direito, e ali fui apresentado ao Prof. Jerônimo. A partir daquele momento, firmaram-se, entre nós, uma amizade e admiração mútua, valores que muito me elevam.

No decorrer de nossa convivência, pude sempre nele flagrar todas as virtudes do perfeito neo-humanista e do ser humano bastante marcado pelos valores cristãos. Amigo, afável no trato, muito franco — pois pensava em voz alta — em tudo por tudo, nunca abria mão de sua condição de bom educador. Era um homem de bem, naturalmente de bem. Gostava de prestigiar a cultura, inclusive fazendo-se presente em quase todos os lançamentos de livros, pois o seu círculo de amizade era muito grande, justamente pelo fato de saber fazer amigos e conservá-los da melhor forma possível. Era um cavaleiro, um fidalgo do espírito. Como reitor da Universidade Federal de Goiás revelou-se equilibrado, justo e dinâmico, numa

época difícil, num momento histórico tenso — e por que não dizer — arbitrário. Administrou aquela entidade com total isenção de ânimo. Cumpriu, portanto, o seu mandato de cabeça erguida. Sua obra literária, elevada e de bom gosto, foi muito bem analisada, sobretudo pela saudosa Prof^a. Nelly Alves de Almeida.

Suas palavras — eloqüentes e enaltecedoras — hão de permanecer na memória e no coração daqueles que tiveram o privilégio de ouvi-lo. Seus exemplos de retidão de caráter hão de repercutir nas gerações de hoje e de amanhã.

Ático Vilas-Boas da Mota.

Temas Gerais

General Subjects

General Principles

Terms of Reference

1. The Commission was set up by the Government of India in 1957 to study the working of the Constitution and to suggest amendments.

2. The Commission was headed by Dr. B.R. Ambedkar.

3. The Commission submitted its report in 1960.

4. The report contained 284 amendments.

5. The amendments were grouped into 10 parts.

6. The amendments were adopted by the Parliament.

7. The amendments were implemented by the Government.

8. The amendments were aimed at strengthening the Constitution.

9. The amendments were aimed at removing the defects of the Constitution.

10. The amendments were aimed at making the Constitution more effective.

11. The amendments were aimed at making the Constitution more just.

12. The amendments were aimed at making the Constitution more democratic.

Folha do Sul - jornal moderno no sertão*

Nancy Helena Ribeiro**

A *Folha do Sul* foi editada na primeira década do século XX em Bella Vista, um aglomerado urbano-agrário do sul de Goiás¹. Dar a conhecer e proceder-se à análise morfológica e de conteúdo desse “hebdomadário independente” é a finalidade deste estudo, cuja oportunidade de realizá-lo deu-se graças ao escritor Geraldo Coelho Vaz, que me franqueou o seu acervo.

A *Folha*, como comumente lhe denominavam², foi fundada pelo Intendente Municipal Antônio Amazonas do Brasil Canedo (1870-1905). Vindo a lume em 1905, circulou até 1909. Teve como editor e redator-chefe o jornalista Honestino Guimarães (1876-1931), um egresso do Seminário de Santarém, Portugal³, dotado de vasta cultura, dono de grande experiência como homem de imprensa, possuidor de bons relacionamentos, dentro e fora de Goiás, e bastante conhecido pela combatividade na defesa de seus princípios e ideais.

* Sob o título *Folha do Sul*: marco de uma época do jornalismo goiano, em versão preliminar, este trabalho foi apresentado em reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH) no Rio de Janeiro, em julho de 2002.

** Nancy Helena Ribeiro (Nancy Ribeiro Araújo e Silva) é Doutora em Educação pela USP, Docente do Programa de Mestrado em Direito da UFG, Presidente da Academia Belavistense de Letras, Artes e Ciências e Sócia Emérita do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Três eram seus proprietários, que a partilhavam em sociedade: o Antônio Amazonas do Brasil Canedo, seu fundador, o jornalista Honestino Guimarães e o irmão deste, Benedito Monteiro Guimarães. Tendo o primeiro falecido subitamente, e deixado o terceiro a sociedade, a *Folha do Sul* passou a pertencer “única e exclusivamente a exma. sra. D. Guilhermina de Araújo Canedo e Honestino Guimarães”⁴. Dona Guilhermina era viúva de Antônio Amaro da Silva Canedo, Senador Canedo, mãe de Antônio Amazonas do Brasil Canedo, e Honestino Guimarães era seu genro.

Em 1907, a *Folha* passou para uma nova redação sendo diretor, gerente e redator, respectivamente, José Lôbo, Egesilêo de Araújo e Hilário Veiga Adrião.⁵

A *Folha do Sul*, de periodicidade semanal, circulava aos sábados, e era distribuída a um público de assinantes que se espalhava pelo Estado de Goiás, Triângulo Mineiro — notadamente Araguari e Uberaba — Rio e São Paulo. Impressa em papel cor-de-rosa, numa “Liberty Splendid”, máquina fabricada pela “The Liberty Machine Works Co. – New York” e vendida, no Rio de Janeiro na rua dos Inválidos, nº 93, pela “Companhia Typographica do Brazil” (cf. Almanak Laemmert, 1898).

A *Folha* tinha o formato de 47cm x 32cm. A partir do nº 53, que circulou em 17 de fevereiro de 1906, passou ao formato de 52cm x 36cm, trazendo a superfície impressa do espaço redacional superior a do espaço publicitário, o qual, de regra, não ultrapassava dois terços da última página. Os *anúncios*, denominação então usual das propagandas, cresceram em quantidade no terceiro ano de publicação.

O processo de difusão da informação e do conhecimento, embora pelas limitações da época não fosse o industrializado, era

feito com organização. O **editor** era também **redator** e **distribuidor**, além de jornalista.⁶ Nos diversos municípios operavam os **correspondentes** que cuidavam dos interesses do jornal na sua localidade, onde muitos deles exerciam função jornalística, compondo reportagens, artigos e notícias, enviando-os à redação e oficinas, que ficavam na Praça Antônio Cândido, nº 1, em Bella Vista. Afora os correspondentes, havia os **colaboradores**, nos quais residia boa parte da força intelectual da *Folha do Sul*, cuja matéria de difusão coletiva primava pelo conteúdo, atualidade e construção redacional.

Os colaboradores eram selecionados entre respeitados intelectuais, militantes da imprensa, literatos, bacharéis, magistrados, professores, acadêmicos de ensino superior, seminaristas, além de outros. Não raro, eram já conhecidos do público leitor, como Luiz do Couto, contista e poeta, autor de “Violetas”, estudante da Academia de Direito de Goiás, da mesma turma de outro colaborador, Raymundo de Castro, autor de crônicas e de textos de orientação e aconselhamento. Outro deles era o poeta, escritor, jornalista e senador estadual, Ricardo Paranhos, sediado na capital do Estado. Ainda na Capital, estava Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, celebrado autor do “Dicionário Analógico”, um purista da língua portuguesa, professor, historiador e cartógrafo; na *Folha* publicou trabalhos como biografias e a série *Efemérides Goianas*. Poeta e articulista era o colaborador do Rio de Janeiro, Joviano de Castro, goiano, aluno-concluinte da Faculdade de Medicina, turma de 1905. No Rio de Janeiro estava Olegário Herculano da Silveira Pinto, político, que em 1914 seria Presidente de Goiás, seu Estado natal. De São Paulo enviava sua colaboração Joviano de Moraes, bacharelado nas Arcadas do Largo de São Francisco.

Na circunvizinha Bonfim (atual Silvânia), residia Antônio Eusébio d'Abreu (Tonico Eusébio), professor, articulista, redator, poeta, poliglota, especializado em tupi-guarani. Deixou na *Folha do Sul* textos de rara maestria pela beleza da forma, profundidade de saber e boa didática. Usou o pseudônimo Dr. Pé de Perdiz em muitos deles, isto é, naqueles em que falava de caçadas, de culinária, ou nas poesias que intitulou de *Pizzicate*.

Na sede do jornal, atuava uma espécie de corpo de redação, destacando-se os irmãos Araújo Valle⁷, com realce para Cellynêo de Araújo (cujo anagrama era Leo Lynce), juiz Municipal Interino de Direito, com fortíssima vocação beletrista. De sua lavra era a coluna *Prosa Ligeira*. Suas crônicas de estréia literária ora falavam de amores, ora exaltavam a terra, a gente e a singularidade do patrimônio natural daquele chão, ao qual cognominou de “terra dos buritizais sussurrantes” e de “pérola do sul.”

Em a *Folha do Sul*, Leo Lynce (que iniciou escrevendo prosa), publicou seus versos de poeta estreante. Desse fato conta Antônio Batista Arantes, seu colega dos bancos escolares na escola de Tonico Eusébio e de grêmios literários. “Lembro-me”, diz, “como se fosse hoje, dos primeiros versos escritos por Cyllenêo e publicados pela ‘Folha do Sul’, os quais eram dedicados a Bela Vista (...). São, se não me falha a memória, mais ou menos, assim”⁸:

Pérola do Sul

*Que noites tão lindas!
Que céu tão azul!
Belezas infindas
Da Pérola do Sul.*

*A lua vagueia,
No alto brincando,
Qual bela sereia,
Nas águas boiando.*

*Os leques virentes
Dos buritizais,
Murmuram, trementes,
Em ânsias mortais.*

*Noites tão belas
Inda não vi:
Têm mais estrelas
As noites daqui.*

*As auras serenas,
Osculam as flores
Dizendo às verbenas
Segredos de amores.*

*A flauta sonora
Diz lá muito além,
Saudades de outrora
Saudades de alguém...*

Esses versos de Leo Lynce, depois, foram musicados e cantados pela mocidade de Bela Vista.

As páginas da *Folha* estavam abertas para outros estreantes, como Zoroastro Artiaga e Albatênio de Godoi, e à pena feminina, podendo-se anotar escritos de Júlia Lopes de Almeida e de Cora Coralina, entre outras mais. Cora Coralina, em 1906, publicou em a *Folha do Sul* o texto “A tua volta”, dedicado “ao Luiz do Couto, querido poeta gentil das mulheres goianas”. O título, por sinal,

assemelhava-se ao do soneto “Tua volta?”, da autoria desse conhecido homem de letras, publicado (1905) naquele periódico. Nele, Luiz do Couto exalta a natureza, sua flora e fauna.⁹

À prosa e aos versos compostos especialmente para aquele semanário somava-se em menor quantidade, é certo, a produção de autores de renome, como Artur de Azevedo, Silvio Romero, Coelho Neto, Guerra Junqueiro, Victor Hugo, Ramalho Ortigão, Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, João de Deus, Raymundo Corrêa e outros.

Dos vates goianos, afora os já citados, anota-se a publicação da produção poética de Félix de Bulhões, Joaquim Bonifácio, Higino Rodrigues, Augusto Rios, Honório Guimarães, Gastão de Deus, Arlindo Costa.

Naquela época, era comum assinar a matéria literária ou jornalística com pseudônimo, anagrama ou simples iniciais. Alguns estreantes daquele jornal consagrar-se-iam com o nome literário então adotado, é o caso de Leo Lynce e Cora Coralina, pois, seguidamente, assim assinaram suas produções. Outros continuaram sendo conhecidos pelo nome civil, como A. Guarshem ou Honestino Guimarães, B. Tironome ou Benedito Monteiro, E. Omedino ou Idomenêo de Araújo, Dr. Pé de Perdiz ou Antônio Eusébio d’Abreu. Foge da regra o J. Lupus ou José Lobo, que, vida afora, assinou seus escritos ora com o nome próprio, ora com o pseudônimo. Impossível é identificar alguns desses colaboradores. Quem seria o X., o Czarino, o Sempronio, o João da Sorte? Hornovic seria o Honório Guimarães? Quem era o Roceiro do Fundão, que teceu loas à *Folha do Sul* e ao Honestino nas trovas “Ao povo de Bella Vista”?

Ao povo de Bella Vista

*Criaram sua typographia
Como importante elemento
Dos povos civilizados
Que nutrem-se, de nobre senti-
mento.*

*Parabéns a este bom povo
De firmarem seu destino;
E terem em seus seios,
A pessoa do Honestino.*

*Com diplomacia escreve
Como redactor da Folha do Sul;
Com singeleza e cymitria
Como ouro sobre azul.¹⁰*

Quanto aos tipos de texto, em um número pelo outro, encontravam-se: editoriais ou artigos de fundo, nas primeiras colunas da primeira página; notícias; notas; reportagens; artigos; folhetins; contos; crônicas; críticas ou comentários; poesia; entretenimentos e anúncios. Sob o título *Seção Ineditorial* publicava-se matéria paga, “sem responsabilidade ou solidariedade da Redação”. Esses *ineditoriais* prestavam-se a uma variedade de assuntos, como: despedida por motivo de mudança; alteração de nome, prenome ou sobrenome; propaganda política; avisos do Poder Judiciário; editais, venda de gado etc. As notas sociais compunham uma coluna intitulada “Choribel...”.

O gênero de jornalismo praticado era o informativo-opinativo, com a narrativa dos fatos acrescida de um comentário ou ponto de vista sobre o assunto noticiado.

Na concepção de seus responsáveis, imprimir-se à *Folha do Sul* o caráter de independência, refletindo a opinião pública, era fato que convinha mais à coletividade do que a eles que tinham tido a “inaudita coragem” de fundá-la, sem que disso auferissem “compensadores lucros pecuniários”.¹¹ Na opinião do leitor, como o Dr. Sebastião Fleury Curado, escritor, magistrado e professor da Academia de Direito, a *Folha* era “um jornal moderno, leve” que sabia “agir com a elevação necessária” e, por isso, “conquistara posição segura na imprensa do Estado”. A isso, ele acrescentava que: “sem lisonja(...) no interior não tivemos ainda um jornal tão bem feito. (...) Acresce ainda a imparcialidade com que tem tratado os assumptos ainda mesmo os que mais apaixonam”¹². Esses e outros fatores fariam de a *Folha* o jornal mais lido *aquém Paranaíba*, segundo comumente era admitido.

Pelo conjunto da sua matéria, a *Folha do Sul* desvela uma função jornalística exercida com preocupação educativa. Independente, instrutiva, literária ou noticiosa, certo é que alguns princípios eram freqüentemente repisados.

A leitura interpretativa dos editoriais permite delinear uma linha de pensamento filosófico-político-ideológica definida, exemplificada a seguir.

República: é uma realidade consolidada. Dizer-se republicano num país onde a república está solidamente firmada não basta, é preciso que os partidos políticos goianos tenham um programa e lutem por princípios colocados acima dos interesses pessoais.

Município: assegurar-lhe a mais ampla autonomia é afirmar o sistema federativo. A política do futuro haverá de caracterizar-se pela solução dos interesses municipais, estando o município

“lealmente administrado” e assim merecedor do “carinho de seus habitantes.”¹³

Povo: liberdade, direito e democracia são os princípios de sua glória. “O povo precisa emancipar-se, o povo precisa reconhecer o que vale, precisa ter consciência do que é e do que deve ser”¹⁴ “A massa popular, que representa a garantia, e o progresso das nacionalidades, não dorme; e, no dia em que reconhecer que a revolta social de ontem é a opressão política de hoje (...) varrerá essas figuras lilliputeanas que se querem arvorar em cresocratas e supremos dominadores”¹⁵

Poder Judiciário: deve ser independente para garantir os direitos dos cidadãos¹⁶ “desde ser o único dique oposto aos caprichos de uma facção dominante armada do poder e abusando da influência adquirida (...)”.

Instrução: O Brasil é ainda um país de analfabetos e, assim sendo, o brasileiro jamais entrará no gozo dos direitos, que lhe asseguram os princípios democráticos. Em Goiás, a instrução popular é nula e a República sem instrução “não será uma realidade para o povo que, em taes condições, não poderá jamais compreender os benefícios do regimen republicano e nem gozar, de todas as suas regalias e direitos.”¹⁷ A instrução cívica é o remédio para o saneamento e progresso moral.

Políticos:¹⁸ “os politiqueros vivem a sondar cores partidárias em tudo que *jornalista independente* escreve” (grifo nosso).

Em artigos e crônicas pode-se identificar a existência de atualidade temática e de conhecimento, assim como a sintonia com o meio. Tinha-se consciência do subdesenvolvimento de Goiás em comparação com outros Estados, e que os recursos orçamentários da União eram mais canalizados para o Sudeste. Admitia-se que a

prosperidade do município estava no desenvolvimento do trabalho, da indústria, da lavoura e de meios de comunicação mais fáceis. Ansiava-se pela ampliação da via férrea mogiana, cuja estação terminal ficava em Araguari, Minas Gerais. O desenvolvimento do transporte fluvial era outra esperança. Propugnava-se a favor da instrução popular, do ensino profissional, especialmente do técnico-agrícola-pastoril. Inúmeras eram as matérias jornalísticas versadas em plantios, colheitas e cultivos em geral, que visavam a esclarecer o homem da zona rural.

Qual seria a motivação para o surgimento da *Folha do Sul* naquela localidade, distante cerca de cinqüenta léguas da Capital do Estado? Antônio Eusébio d'Abreu, no artigo "Bella Vista" (1905), teceu algumas considerações que merecem acolhimento. A comunicação entre a cidade de Goiás, o Rio e São Paulo, desde o século XIX, fora desviada de Morrinhos e Bonfim para Bela Vista, graças à "hospitalidade franca e cavalheira de seu fundador" Antônio Amaro da Silva Canêdo, fato que se tornou "um provérbio para os viajantes"¹⁹. Bela Vista era "ponto forçado" para Araguari, onde estava a estação mais próxima da Mogiana. Acrescentem-se a isso a procura de propriedades rurais, para compra, no município, assim como a grande procura pelos produtos da "indústria sertaneja", e, ainda, o fato de o município ter-se tornado um dos melhores mercados consumidores de produtos agropecuários da circunvizinhança.

Há de se acrescentar, também, o fato de que ali fixaram residência pessoas detentoras de conhecimento cultural, largo relacionamento no Estado e fora dele, visão e desejo de progresso. O grupo de a *Folha do Sul*, por exemplo, apoiava iniciativas de teatro, festas folclóricas, atividades musicais e culturais em geral.²⁰ É exemplo a reorganização da banda de música *Lyra Bellavistense*,

que passou a se denominar *Alliança Coração de Jesus*.²¹ Outra iniciativa foi a fundação do *Grêmio Instructivo Bellavistense*, inspirado no grêmio literário de Bomfim e do qual Cyllenêo de Araújo era o sócio correspondente em Bella Vista. De tal iniciativa nos dá testemunho um fundador do *Grêmio Instructivo Bellavistense*, Antônio Arantes, que, sobre esta organização literária, diz: “organizamos (em Bela Vista) uma biblioteca — ótima para aquele tempo — em que os livros eram raros em nossos sertões e de difícil aquisição.”²²

Assinala-se que o *Grêmio Instructivo Bellavistense*, além de contar com biblioteca, promover comemorações cívicas e representações teatrais, publicava um jornal, o *Phanal*, dirigido por José Lôbo.

Nesse tempo, funcionava em Bella Vista, em prédio doado por Antônio Cândido da Costa Moraes à Igreja Católica, o Colégio Santa Catarina de Senna (1904-1911) administrado pelas irmãs dominicanas francesas. Aberto ao sexo feminino, mantendo internato e externato, para ele acorriam alunas de diferentes municípios do estado de Goiás.

Também deve ser considerada a circunstância de que Goiás, desde os tempos da Província, tinha tradição na veiculação de inúmeros jornais. Por sua vez, os assinantes e leitores da *Folha* eram considerados, pelos seus proprietários, a peça mais importante da engrenagem, e, assim, merecedores de todo o reconhecimento: “nossa dívida de gratidão é geral no Estado e a que temos contraído fora nos honra sobremodo”²³, asseverava o editor.

NOTAS

1. Topônimos da localidade, pela ordem: Capela de N. S. da Piedade, Bella Vista, Suçupara, Bela Vista, Bela Vista de Goiás. Em 1896 adquiriu a autonomia municipal, desmembrando-se de Bomfim, a atual Silvânia.
2. Vide as exemplificações: 1) “As pessoas que receber o presente número e não devolverem à redação, serão consideradas assignantes da Folha” (cf. *FOLHA DO SUL*, Bella Vista, a. 3, n. 88, p. 1, 1º jun. 1907); 2) “Esriptas directamente para a “Folha” começamos hoje a publicar correspondencias e chronicas de Paris” (cf. *FOLHADO SUL*, Bella Vista, idem)
3. Cf. LOBO, José. *Goianos ilustres*. Goiânia: Oriente, 1974, p. 137.
4. Cf. *FOLHA DO SUL*, Bella Vista, a. 2, n. 68, p. 1, 16 jun., 1906.
5. A informação sobre a nova direção da *Folha* foi noticiada no n. 88, p. 1, em 1º de junho de 1907.
6. A conceitualização de editor, redator e distribuidor adotada neste trabalho é a esposada por Luiz Beltrão in *Jornalismo interpretativo* (1976, p. 6). Ao editor compete angariar recursos econômicos e financeiros, máquinas, instalações, recrutar pessoal, celebrar contratos etc.
7. Os irmãos Araújo Valle eram: Cellynêo, Idomenêo, Egesilêo, e Egerinêo Teixeira, irmãos por parte da mãe que, viúva, contraiu 2ªs núpcias. (cf. ARAÚJO, José Cruciano de. *Leo Lynce, do berço à estréia literária*. Goiânia: KELPS, 2000, p. 18).
8. Quando do primeiro aniversário da morte de Leo Lynce (7/7/1955), a Prefeitura Municipal de Piracanjuba, terra natal do poeta, a pedido do então Secretário Estadual de Educação, Dr. José Feliciano, prestou-lhe homenagem póstuma sendo orador Antônio Batista Arantes, que, à época, era o 1º Secretário e o Presidente eventual da Câmara Municipal daquele município (Cf. ARANTES, Antônio Batista. *Discurso pronunciado na Prefeitura Municipal de Piracanjuba ao ensejo do 1º aniversário da morte de Leo Lynce*. Piracanjuba, 1955. Mimeo. Do acervo do Professor José Cruciano de Araújo, filho de Leo Lynce).
9. CORA CORALINA, A tua volta. *Folha do Sul*, Bella Vista, a. 2, n. 64, p. 1, 10 maio 1906, e COUTO, Luiz do. Tua volta? *Folha do Sul*, Bella Vista, a. 1, n. 44, p. 1, 2 dez. 1905.
10. FUNDÃO, O Roceiro do. Ao povo de Bella Vista. *Folha do Sul*, Bella Vista, a. 2, n. 66, p. 3, 2 jun. 1906.
11. EM RESPOSTA. *Folha do Sul*, Bella Vista, a. 2, n. 56, p. 1, 10 mar. 1906. Editorial. Redator: Honestino Guimarães.
12. CURADO, S. Fleury. O nosso aniversário. *Folha do Sul*, Bella Vista, a. 2, n. 52, p. 1, 7 fev. 1906. O comentário escrito em carta ao “illustre amigo Honestino Guimarães” foi tecido a propósito do 1º aniversário daquele jornal.
13. *FOLHADO SUL*. *Folha do Sul*, Bella Vista, a. 1, n. 12, p. 1, 8 abr. 1905.
14. EM RESPOSTA. *Folha do Sul*, Bella Vista, a. 2, n. 56, p. 1, 10 mar 1906. (“Em resposta” a artigo do Dr. Eduardo Sócrates publicado no *Lavoura e Comércio* de Uberaba).
15. A NOSSA CONSTITUIÇÃO. *Folha do Sul*. Bella Vista, a. 1, n. 20, p. 1, 10 jun. 1905.

16. Cf. *Folha do Sul*, Bella Vista, a. 2, n. 81, p. 1, 8 dez. 1906.
17. Cf. FOLHA DO SUL. Bella Vista, a. 2, n. 52, p. 1, 7 fev. 1906.
18. GUARSHEIM, A. Annotando. *Folha do Sul*, Bella Vista, a. 1, n. 9, p. 1, 18 mar. 1905. (A. Guarsheim é anagrama de Honestino Guimarães).
19. D'ABREU, Antônio Eusébio. Bella Vista. *Folha do Sul*. Bella Vista, a. 1, n. 28, p. 1, 12 ago. 1905.
20. FOLHA DO SUL. *Folha do Sul*, Bella Vista, a. 1, n. 22, p. 1, 24 jun. 1905.
21. Os membros da banda de música *Lyra Bellavistense* reagruparam-se para fundar a *Alliança Coração de Jesus*, no que contaram com o apoio de Honestino Guimarães, então proprietário e redator de a *Folha do Sul*. Nessa última, entre músicos da antiga e nova banda, estavam: José Deolindo de Souza, João de Araújo Pinto, Josias Nogueira da Silva, Egesilêo de Araújo, José Lobo, Antônio Augusto da Silva e Nicolao Tolentino Marques, seu diretor.
22. ARANTES, Antônio Batista, op. cit., p. 2-3.
23. Cf. *Folha do Sul*, Bella Vista, a. 2, n. 50, p. 1, 20 jan. 1906.

1. The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that proper record-keeping is essential for the success of any business and for the protection of the interests of all parties involved.

2. The second part of the document outlines the various methods and techniques used to collect and analyze data. It describes the process of gathering information from different sources and how this data is then processed and interpreted to provide meaningful insights.

3. The third part of the document focuses on the application of statistical methods to the collected data. It details the use of various statistical tests and models to analyze the data and to draw conclusions about the underlying patterns and trends.

4. The fourth part of the document discusses the importance of data security and privacy. It highlights the need to protect sensitive information from unauthorized access and to ensure that data is handled in a responsible and ethical manner.

5. The fifth part of the document provides a summary of the key findings and conclusions of the study. It reiterates the importance of accurate record-keeping and the effective use of data analysis techniques to drive business success.

Sertões Brasileiros: cerrados e caatingas⁽¹⁾

Melquíades Pinto Paiva⁽²⁾

Foi a força do sertão que me trouxe a Goiás. Aqui estou entre irmãos, portadores da mesma cultura, gente habituada aos amplos espaços, andeja e sem limites de caminhos, amante da liberdade — características dos povos criadores, da civilização do gado. Quem é do sertão, a ele pertence.

Sertanejo de Lavras da Mangabeira, sul do Ceará, sempre ouvi dos meus maiores louvação às excelências de Goiás, com terras férteis e ainda pouco povoadas, abrigo de aventureiros e perseguidos, pobres e ricos, dos batidos pelas secas nordestinas ou enlouquecidos pelas visões do ouro fácil.

O chão goiano é amoroso na retribuição do trabalho fecundo, terra de homens fortes, garantindo este privilégio pelas armas dos jagunços e coronéis de barranco. Tudo isto me prende pelos caminhos da cultura que guiam meus passos e pela grandeza indiviza do Brasil.

Passada esta introdução sentimental, telúrica em sua dimensão maior, vou me dedicar um pouco ao trato do tema **sertões**, valendo-me da bagagem acumulada como cientista, ao longo da vida, e das tinturas de historiador que procuro dar ao meu proceder intelectual.

⁽¹⁾ – Palestra proferida no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, agradecendo título de sócio correspondente.

⁽²⁾ – Endereço para correspondência: Rua Baronesa de Poconé, 71 / 701 – Lagoa / 22471-270 Rio de Janeiro – RJ – Brasil. E-mail: <mappaiva@uol.com.br>.

Na literatura brasileira, são numerosos os estudos sobre os sertões, que possibilitam tantos desdobramentos, por roteiros os mais diversos. Tema explorado por eruditos acadêmicos e por ficcionistas vinculados às coisas da terra e do povo. Para não me tornar enfadonho, vou apenas mencionar três gigantes do saber: Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha (1866 – 1909), militar, engenheiro civil, jornalista e professor, com o seu livro *Os Sertões* (1902), que o tornou conhecido e famoso, com páginas candentes, marco da cultura nacional; Djacir de Lima Menezes (1907 – 1996), advogado, sociólogo, filósofo e professor, autor do livro *O outro Nordeste* (1937), importante ensaio sobre a evolução social e política da área das caatingas nordestinas; João Guimarães Rosa (1908 – 1967), médico e diplomata, com o seu livro *Grande sertão: veredas* (1956), indispensável ao estudo dos cerrados do Brasil Central, em múltiplos aspectos, com texto inovador.

Conceituar o sertão não é coisa fácil, tantas são as visões dos que tratam do tema, indo do puro valor literário ao rigor da avaliação científica.

“Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde o criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade.” (...) “O sertão está em toda a parte.” [ROSA, (1956) 1982: 9].

Em ampla faixa diagonal, cobrindo o território continental do Brasil, desde o nordeste ao centro-oeste, estão os biomas das caatingas e dos cerrados (FIGURA 1). Estas associações botânicas constituem as savanas brasileiras, áreas de vegetação aberta, com cobertura herbácea, árvores e arbustos dispersos, normalmente de pequeno porte, com definida estação seca anual.



FIGURA 1 – Mapa do Brasil com os seus principais biomas:

- 1 = floresta amazônica;
- 2 = mata atlântica;
- 3 = mata de araucária;
- 4 = cerrados; 5 = caatingas;
- 6 = campos;
- 7 = pantanal de Mato Grosso;
- 8 = dunas e manguezais.

Os cerrados ocupam de preferência áreas do planalto central do Brasil, aparecendo como enclaves em outros biomas, inclusive no domínio das caatingas (FIGURA 2). Normalmente ocorrem em regiões de clima quente, úmido/sub-úmido, com chuvas de verão.

As árvores dos cerrados não são muito altas, têm troncos e galhos retorcidos, cascas grossas e copas irregulares; as folhas caem no fim da estação seca.

As caatingas estão nas partes mais baixas do nordeste do Brasil, em altitudes que não ultrapassam 600m (FIGURA 2). Ocorrem em regiões de clima quente, desde o sub-úmido ao seco, com chuvas escassas de verão, que às vezes faltam, dando origem às secas.

Por causa da diversidade climática, a vegetação das caatingas varia desde o tipo florestal ao extremo de se apresentar com árvores e arbustos espaçados, com solo raso e quase que descoberto. Suas características mais gerais são as seguintes: perda de folhas no período seco, pequenez das folhas, grande ramificação das árvores e arbustos e frequência de plantas espinhentas, com o predomínio das espécies xerófilas, entre elas as bromeliáceas e cactáceas. Muitas desenvolveram mecanismos de armazenar água em raízes tuberosas ou em caules suculentos.

Tudo indica que as caatingas resultaram da degradação dos cerrados, após o ciclo de erosão do Cretáceo, rebaixando as terras do nordeste do Brasil, decorrente do recuo das águas marinhas e da intensificação das condições de semi-aridez. Estas a partir do Pleistoceno, há cerca de um milhão de anos; os cerrados que ocorrem no nordeste brasileiro, ficam entre o oeste da Bahia e Gilbués (PI), acima de 600m de altitude, e os enclaves estão nas chapadas remanescentes. Em resumo: os cerrados ocupam terras mais altas e mais úmidas, de solos mais profundos, enquanto as caatingas se mostram em áreas de solos mais rasos, rebaixadas e sujeitas às mais severas condições de semi-aridez.

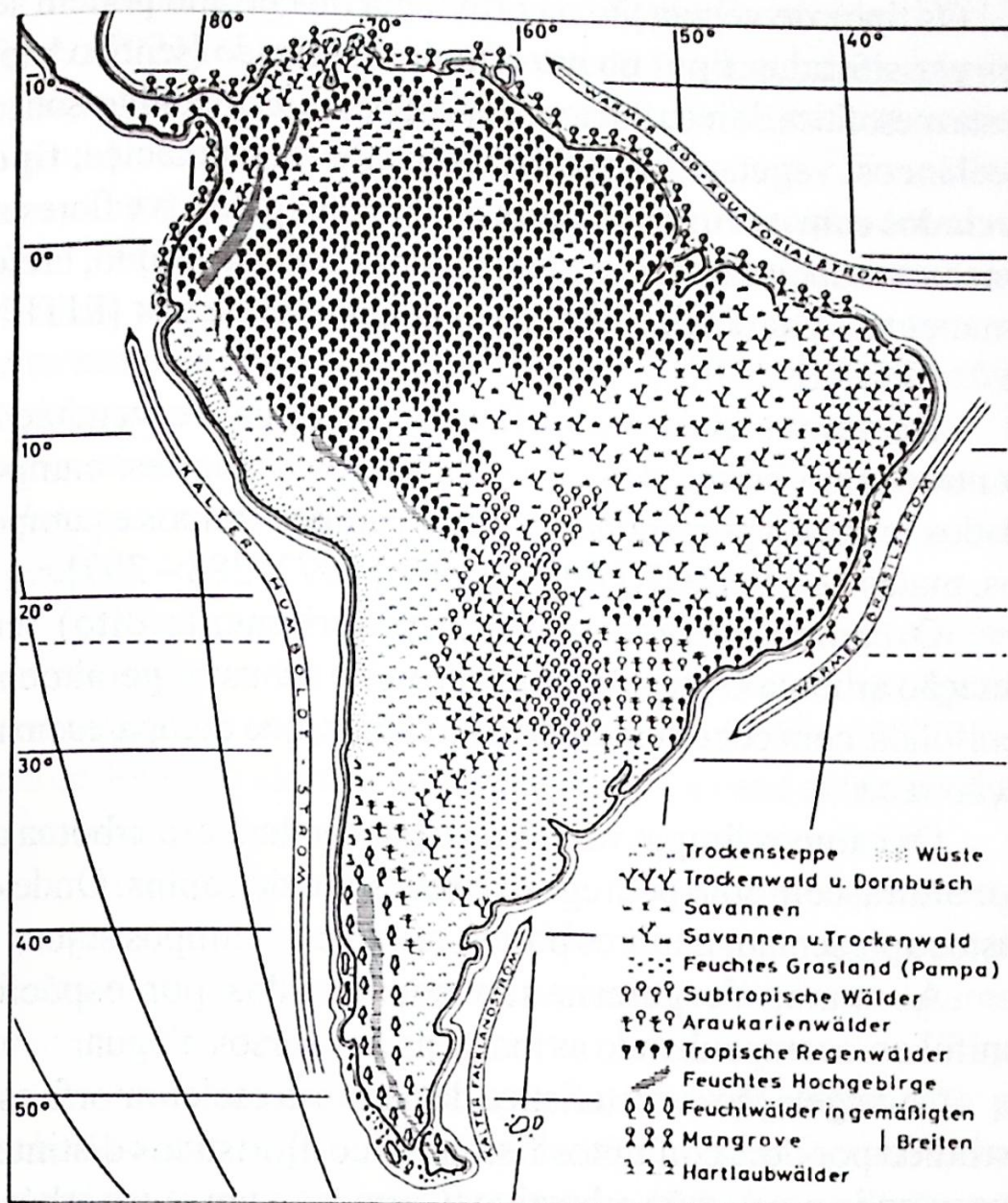


FIGURA 2— Mapa da vegetação da América do Sul (SCHMIEDER, 1962 in WEBER, 1969). Tipos de vegetação: trockensteppe = estepe árida; wüste = deserto; trockenwald u. dornbusch = caatinga; savannen = savana; savannen u. trockenwald = cerrado; feuchtes grasland (pampa) = pampa; subtropische wälder = floresta subtropical; araukarienwälder = floresta de araucária; tropische regenwälder = floresta tropical úmida; feuchtes hochgebirge = floresta úmida andina; feuchtwälder in gemäßigten breiten = floresta temperada úmida subandina; mangrove = manguezal; hartlaubwälder = floresta seca.

Os tipos de vegetação na província do cerrado podem ser assim classificados: **tipos no interflúvio** — cerrado (sentido lato), floresta mesofítica de interflúvio, campo rupestre, campos litossólicos miscelâneos, vegetação de afloramento de rocha maciça; **tipos associados com os cursos d'água** — florestas galerias e florestas de encosta associadas, buritizais e veredas, campo úmido, brejos permanentes, pantanal, plantas aquáticas e brejeiras [EITEN, (1990) 1993: 21 – 70].

De forma mais simplificada, os tipos de vegetação encontrados no bioma dos cerrados são os seguintes: campos cerrados (cerrado propriamente dito), campos limpos e campos sujos, matas de galeria [HUECK, (1966) 1972: 288 – 297].

O campo cerrado (cerrado propriamente dito) tem vegetação arbórea espaçada, com árvores e arbustos geralmente perenifólios, com cobertura de ervas e capins, que desaparecem na estação seca.

Os campos limpos não têm vegetação lenhosa arbórea de maior altura, com solo pedregoso e revestido de capins. Onde os arbustos apresentam maiores portes, aí estão os campos sujos.

As matas de galeria são constituídas por espécies perenifólias, acompanhando as margens dos cursos d'água.

“A vegetação característica de natureza escleromorfa está constituída por dois conjuntos fisionômico-florísticos distintos, representando um padrão arbustivo (Cerrado) e um outro arbóreo (Cerradão). Sempre estão acompanhados por formações campestres (Campos oreádicos), constituindo um manto herbáceo, cujas espécies se interpenetram nos espaços existentes entre os componentes daqueles corpos vegetacionais.” (FERNANDES, 1998: 257 – 258).

A biodiversidade dos cerrados é muito rica, com mais de 10.000 de espécies de plantas, sendo 4.400 endêmicas; a fauna é formada por 837 espécies de aves, 161 espécies de mamíferos (19 endêmicas), 150 espécies de anfíbios (45 endêmicas), 120 espécies de répteis (45 endêmicas). Apenas no Distrito Federal há 90 espécies de cupins, 1.000 espécies de borboletas e 500 espécies de abelhas e vespas (ARRUDA, 2001: 15).

Tomando por base estudos de José Guimarães DUQUE [(1949) 1973], as principais regiões naturais do nordeste brasileiro são as seguintes: caatinga, sertão, seridó, agreste, carrasco e serras.

A caatinga ocupa ou domina a maior área. É formada por árvores e arbustos baixos e retorcidos, em formação densa, com folhas pequenas e caducas no verão, com raízes desenvolvidas, grossas e penetrantes. "A erosão, o fogo e o machado operaram um rareamento na caatinga primária, que havia atingido, no passado, o verdadeiro clímax do xerofilismo; eles deixaram como flora sucessora uma outra caatinga mais baixa, mais aberta, mais seca, em luta para recuperar a posição de equilíbrio da antiga comunidade vegetativa." (p. 29). É a caatinga propriamente dita.

O sertão é a região mais quente, tem solo duro e pedregoso, com vegetação mais rala e menos densa do que a caatinga, com menos espinho, ocupando áreas baixas, com 200 – 300m ou não mais de 400m de altitude. A vegetação típica varia entre os solos de aluviões de baixios e os altos secos dos serrotes.

O seridó tem vegetação baixa, muito espaçada, com capim de permeio, em solo muito erodido, arenoso e seco; os seixos rolados estão por toda a parte e as massas de granito aparecem com muita freqüência.

Tudo parece indicar que "a caatinga degradada pelo machado e pelo fogo, arrasada pela erosão, teria se transformado no sertão e este ainda mais queimado, mais limpo de árvores e arbustos, mais lavado pelas águas, e povoado de capins, teria gerado o seridó." (pp. 32 – 33).

O agreste é a região intermediária, entre uma úmida e outra seca. Caracteriza-se "pela verdura da vegetação no verão; nem todas as folhas são caducas e os portes das plantas são mais desenvolvidos, o ar é mais seco e o solo menos raso." (p. 34).

O carrasco tem vegetação muito densa, com arbustos e árvores entrelaçadas, com chão arenoso sem verdura.

As serras, com mais de 600m de altitude, apresentam vegetação mais alta, de crescimento mais rápido, chegando a formar verdadeiras matas circundadas pela amplidão das áreas secas.

“No Polígono das Secas o xerofilismo é o caráter dominante de todos os agrupamentos botânicos com exceção de algumas serras; estas sociedades florísticas vivem sedentas de água, são de porte reduzido, de folhagem caidicha, irritadas contra a avareza do céu, sobre solo ressequido em luta constante pela umidade.” (p. 38).

A região Neotropical é uma das grandes divisões zoogeográficas da Terra, compreendendo a totalidade da América do Sul, as Antilhas e a parte tropical da América Central; a transição para a região Neártica ocorre no México. Pode ser dividida em sub-regiões, a saber: América Central – Índias Ocidentais, Guiano-Brasileira e Andino-Patagônica.

De acordo com FITTKAU (1969), a fauna da América do Sul comporta as seguintes divisões (FIGURA 3): sub-região Guiano-Brasileira — com as províncias América Central, Caquetá, Hiléia, Bororó, Cariri, Tupi, Guarani e Inca; sub-região Andino-Patagônica — com as províncias Pampa, Patagônica, Subandina Chilena e Andina.

No espaço continental do Brasil estão presentes cinco das províncias da sub-região Guiano-Brasileira, de forma parcial ou total: Hiléia, Bororó, Cariri, Tupi e Guarani.

A província Bororó cobre a área dos cerrados, na parte central do continente, com estação seca de maio a setembro: ocupa o planalto central brasileiro, o norte do Chaco e o Pantanal de Mato Grosso. Os rios mais importantes têm divisores de bacias pouco definidos (**águas emendadas**). Em média, tem 800m de altitude e, em grande parte, corresponde ao **escudo brasileiro**, formado por rochas precambrianas.

A fauna dos cerrados é rica em espécies e indivíduos, com alto endemismo; tem maior diversidade e abundância nas matas de galeria. Está mais relacionada com a fauna da hiléia amazônica do que com as das outras províncias circunjacentes. Nos cerrados, um grande número de espécies da fauna tem ocorrência estacional, com hábitos migratórios ou nômades; fora das matas ciliares, os animais são principalmente noturnos e muitos têm hábitos fossoriais — os grupos predominantes são as formigas e os cupins, cujas colônias ocupam grande parte da superfície do solo, além de troncos de árvores.

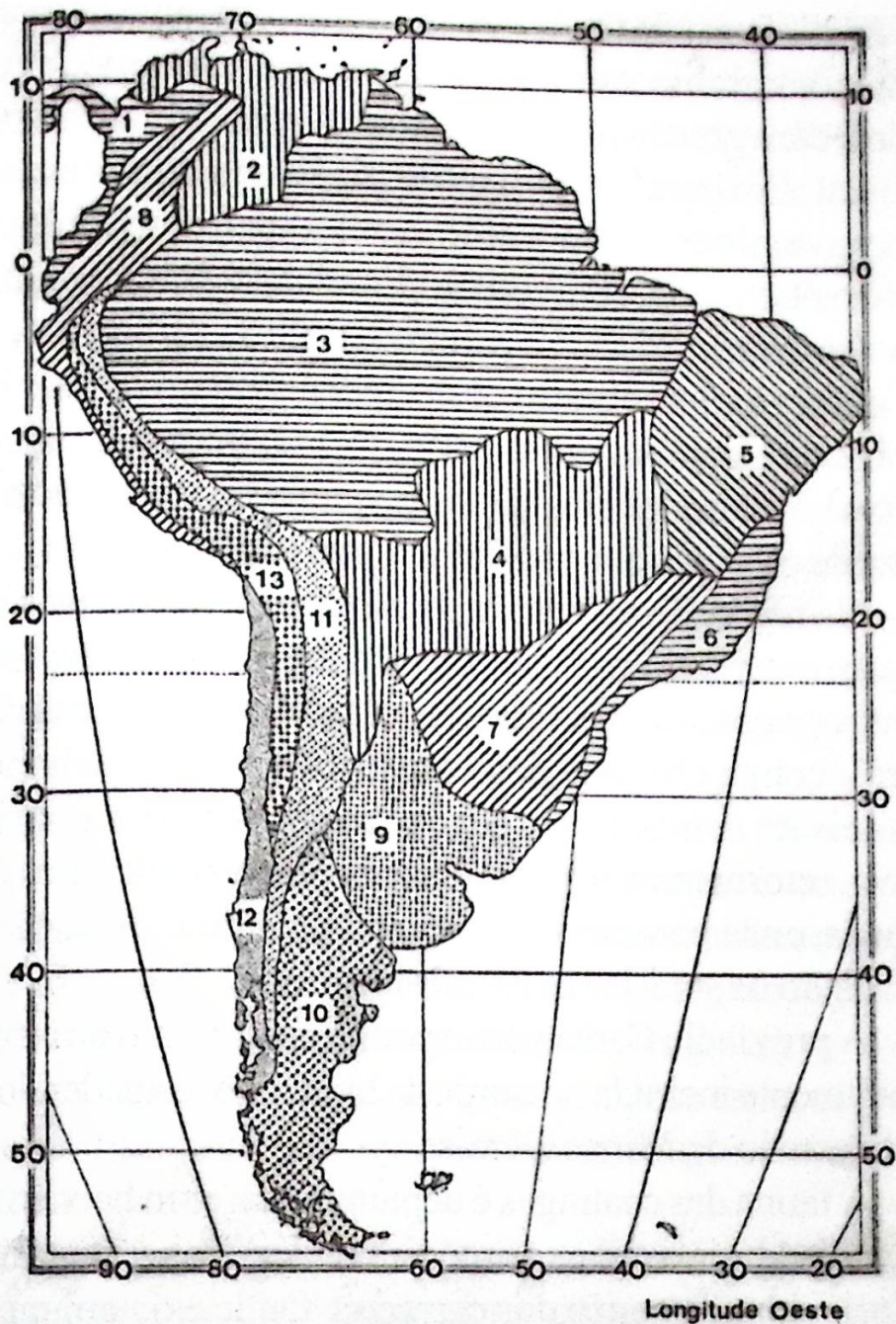


FIGURA 3 – Províncias

zoogeográficas da

América do Sul:

1 = América Central;

2 = Caquetá;

3 = Hiléia;

4 = Bororó;

5 = Cariri;

6 = Tupi;

7 = Guarani;

8 = Inca;

9 = Pampa,;

10 = Patagônica;

11 = Subandina;

12 = Chilena;

13 = Andina.

Segundo FITTKAU (1969),

com algumas modificações.

A ictiofauna do rio Araguaia é variada e abundante, refletindo as condições ambientais do Brasil Central, onde predominam os cerrados, com grande parte do seu curso percorrendo ampla planície aluvial. Em geral, os **peixes de piracema** começam a subir o rio em novembro/dezembro, às vezes antes, com repiquetes em outubro; sobem e descem com as primeiras e últimas águas, desovando nos meses de janeiro a março.

Os principais biótopos dos peixes do rio Araguaia são as suas várzeas e lagoas marginais de água sedimentada, onde eles se concentram. Os acidentes são de pequeno porte, donde a relativa pobreza de espécies que preferem águas turbulentas.

Na região do médio São Francisco, os **peixes de piracema** começam a se reproduzir em outubro, logo após o mês mais seco (setembro) e antecedendo aqueles mais chuvosos (novembro/dezembro); com a chegada das chuvas e início da enchente, estes peixes deixam as lagoas marginais, migrando para montante; após a desova, retornam os reprodutores e entram os alevinos nas citadas lagoas, onde permanecem à espera da seguinte estação chuvosa – ali estão os seus **lares de alimentação**.

A província Cariri corresponde ao domínio das caatingas. Está totalmente incluída no nordeste brasileiro, estendendo-se pelo norte do estado de Minas Gerais.

A fauna das caatingas é depauperada, com baixas densidades de indivíduos e poucas espécies endêmicas, estando basicamente relacionada com a dos cerrados. Onde existem matas e/ou afloramentos de rochas intemperizadas (**lajeiros**), muitas vezes ocorrem microclimas mais úmidos, que sustentam comunidades diversificadas e com maiores densidades de povoamento.

A semi-aridez condiciona a distribuição da fauna nordestina. Durante o estio anual, conhecido como **verão**, muitos animais abandonam a região, voltando na época das chuvas, chamada de **inverno**, ou então quando amadurecem os frutos, em busca de sementes. Os animais são essencialmente noturnos, fugindo da insolação diurna. Tudo isto se transforma com o advento das secas anuais e periódicas. Os animais terrestres mais abundantes são os que têm mobilidade suficiente para fugir do meio hostil, pela carên-

cia d'água, regressando com a chegada das chuvas, quando as condições da flora se tornam mais convidativas à vida selvagem.

A ictiofauna das bacias hidrográficas situadas entre os rios Parnaíba e São Francisco é muito pobre. A incapacidade de fugir, quando as condições ambientais se tornaram adversas, plasmou uma fauna altamente adaptada e rústica, sobrevivendo apenas as espécies mais resistentes. É possível deduzir que as espécies de peixes comuns das bacias dos rios Parnaíba e São Francisco, não presentes na zona intermediária, foram desta expurgadas, subsistindo apenas aquelas adaptativamente plásticas, ao lado de poucas endêmicas.

Os açudes criaram novos e amplos ambientes para suporte das populações de peixes, aves aquáticas e da fauna em geral, pela permanência de corpos d'água, maiores do que os **poços**, muitos destes secando pela infiltração e evaporação.

A força motora da ocupação dos cerrados foi a busca de riquezas minerais – ouro, prata e pedras preciosas. Com o esgotamento das fontes mineradas, a região passou a desenvolver a agropecuária, fundamentada, desde o início, nas grandes fazendas criadoras de bovinos; mais recentemente, surgiram as lavouras mecanizadas de soja e milho, ocupando amplos espaços, com investimentos maciços em máquinas e insumos agrícolas, baseadas em avançada tecnologia.

No passado, os cerrados atraíram bandeirantes e aventureiros, na miragem da fácil riqueza proporcionada pelas minas; depois, chegaram perseguidos os mais diversos, em busca de homígio e reconstrução de suas vidas; mais recentemente, gente criadora, para implantar grandes fazendas de gado; por fim, vieram os plantadores modernos de milho e soja, com suas máquinas e vontade de alcançar riqueza.

O desenvolvimento urbano do Brasil Central, principalmente decorrente da implantação de Brasília, atrai pessoas carentes para a periferia das cidades, sem perspectivas maiores de sobrevivência nos cerrados, excluídas por atividades que demandam pouca e/ou qualificada mão-de-obra, tais como a pecuária e as lavouras mecanizadas.

Os cerrados receberam gente pobre e sustentaram contingentes populacionais nativos, nos seus espaços desmedidos; agora, perderam a força de atração, concentrando ricos e expulsando pobres, mostrando pujança econômica com simultânea exclusão social.

As caatingas foram desbravadas no rastro dos bois, expansão da economia canavieira da faixa úmida litorânea do nordeste brasileiro. Com o passar do tempo, pouco se desenvolveu, tendo havido um surto de progresso com os cultivos do algodão, agora decadentes por causa de praga que destrói as lavouras — o chamado bicudo.

Os sertões nordestinos sempre foram exportadores de gente, com maior evidência durante as secas, retirantes à procura de melhores condições de vida, inclusive buscando os cerrados goianos. Independentemente da ocorrência de secas, os sertanejos nordestinos procuram as maiores cidades da própria região e vão para os arredores de metrópoles, principalmente Brasília e São Paulo.

A carência de perspectivas econômicas nas caatingas expulsa gente pobre, despovoando os sertões nordestinos. A mesma exclusão social, sem desenvolvimento das atividades agropecuárias, exceto em algumas áreas irrigadas. Riqueza de poucos e pobreza de quase todos.

A situação fundiária nos sertões brasileiros exigem uma política que estimule a distribuição de renda, para assegurar o maior povoamento dos seus espaços, concentrando gente e favorecendo a produção agropecuária. O Brasil deve ser generoso com a maioria dos seus filhos sertanejos!

Presidente José Mendonça Teles e confrades do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás: chego a esta nobre instituição com pouca coisa no meu matulão, apenas dois modestos trabalhos sobre peixes da bacia do Araguaia-Tocantins.

Para compensar tão pequena carga, trago velho amor à natureza do Brasil Central, aquecido pelos estudos de Johann Emanuel Pohl (1782 – 1834), Auguste de Saint-Hilaire (1779 – 1853), Francis Castelnau (1810 – 1880), José Vieira Couto de Magalhães (1836 – 1898), Luiz Cruls (1848 – 1908), Henrique José da Silva (1865 – 1935), Hermano Ribeiro da Silva (1903 –

1937), Helmut Sick (1910 – 1991) e Carmo Bernardes (1915 – 1996), para citar apenas os vultos de maior porte, já encantados pela morte. Muitos outros estão relacionados na bibliografia selecionada, no final desta palestra. Seria tremenda injustiça não destacar Mário Guimarães Ferri (1918 – 1985), pelas suas valiosas contribuições para o conhecimento da vegetação dos cerrados.

Não é simples formalidade o agradecimento da honra a mim concedida, quando vocês me elegeram sócio correspondente deste Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, indicado por dois diletos amigos — José Mendonça Teles e Getúlio Pereira Araújo. Em verdade, muito valorizo e mais agradeço o título com que fui agraciado, pela bondade de meus novos confrades, guardiães do saber e expoentes da cultura goiana. Fico enriquecido como cientista e alegre como cidadão, por me tornar membro desta comunidade de intelectuais, a serviço de Goiás e do Brasil, que é de todos nós, filhos da terra amada.

Antes de me calar, deixo sentida homenagem à memória de dois importantes intelectuais brasileiros:

- Henrique José da Silva (Henrique Silva), goiano de Bomfim, onde nasceu em 18 de março de 1865, tendo falecido na cidade do Rio de Janeiro em 21 de maio de 1935, por sua fundamental contribuição para o conhecimento da fauna de peixes do rio Araguaia;

- Nertan Macedo de Alcântara (Nertan Macedo), meu dileto amigo, cearense do Crato, onde nasceu em 20 de maio de 1929, vindo a falecer na cidade do Rio de Janeiro em 30 de agosto de 1989, goiano pela força do coração, sócio correspondente deste Instituto e autor de livro sobre o coronel Abílio Wolney (1876 – 1965), sua vida e lutas no nordeste do antigo estado de Goiás.

O tempo não vai desgastar o brilho dos seus escritos!

Voltando à expansão sentimental, presente no início de minhas palavras, encerro com duas citações sobre os sertões que vão desaparecendo, mas que permanecem nas memórias dos velhos sertanejos — é o preço pago pelo progresso que invade o interior do Brasil, com a degradação ambiental, destruindo as fontes da vida, na natureza sem proteção.

“Finalmente acabou-se a beleza do sertão. Havia chegado o trinômio devastador: o progresso, o desenvolvimento e a tecnologia, deixando uma cicatriz indelével onde outrora a flor campestre, cândida e bela vicejava nos jardins floridos, imaculados do Criador!” (CAIADO, 1999: 297).

“No princípio, como numa gênese bíblica, era o sertão mais sertão. Vastos campos cercados por uma solidão de pedra.” (...) “Lugar onde foram viver os homens e os seus bichos. Vindos do litoral, por onde chegaram, e fugindo do chão úmido dos agrestes, ainda tocados pela brisa fresca do mar. Procuravam terras e abrigos, para plantar suas sementes de famílias e de rebanhos.” (SEREJO, 2002: 23).

Eu fico por aqui, para não mais abusar da paciência das senhoras e dos senhores, deixando-lhes agradecimentos pela honrosa e atenta presença nesta solenidade. Que Deus guarde a todos nós!

Bibliografia selecionada

Os artigos e livros referidos no texto estão assinalados com (*), logo após os correspondentes registros bibliográficos. Os demais foram apenas consultados.

ALHO, C. J. R. – (1990) 1993 – Distribuição da fauna num gradiente de recursos em mosaico. In: PINTO, M. N. (org.) – *Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas*, pp. 213 – 262, 1 fig. Editora Universidade de Brasília, 681 pp., ilus., Brasília.

ALMEIDA, M. G. – 1998 – Em busca do poético do sertão. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, (6): 35 – 45.

ARRUDA, M. B. (org.) – 2001 – *Ecossistemas brasileiros*. Edições IBAMA, 50 pp., ilus., Brasília. (*)

BARBOSA, A. S. – 2002 – *Andarilhos da Claridade: os primeiros habitantes do cerrado*. Universidade Católica de Goiás / Instituto do Trópico Subúmido, 414 pp., ilus., 1 encarte, Goiânia.

BARROS JÚNIOR, F. – s/d – *Caçando e pescando por todo o Brasil. 1º volume * Sul – Mato Grosso e Goiás*. Livraria Exposição do Livro, 4ª. ed., 376 pp., 1 fig., São Paulo.

BERNARDES, C. – 1994 – *Jângala: complexo Araguaia*. Edição do Autor, 247 pp., [7] figs., Goiânia. (*)

BERNARDES, C. – 2001 – *Selva: bichos e gente*. Agência Goiana Pedro Ludovico Teixeira, 168 pp., [50] figs., Goiânia. (*)

BERNHARD, J. R. C. *et alii* – 1982 – *Estudo da Ictiofauna do Pólo Araguaia – Tocantins. Parte I – Rio Araguaia*. Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária, 240 pp., 122 figs., Goiânia.

BRAGA, R. – (1953) 1960 – *Plantas do Nordeste, Especialmente do Ceará*. Imprensa Oficial, 2ª. ed., VIII + 540 pp., Fortaleza.

CABRERA, A. L. & WILLINK, A – 1973 – *Biogeografia de América Latina*. Organización de los Estados Americanos, V + 177 pp., 25 figs., Washington.

CAIADO, L. – 1999 – *Araguaia: o rio da vida*. Editora Kelps, 297 pp., [31] figs., Goiânia. (*)

CASTELNAU, F. – (1850 / 1851) 1949 – *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul*. Companhia Editora Nacional, tomo I – 383 pp., tomo II – 379 pp., São Paulo. (*)

COSTA, C. C. C. *et alii* – 1981 – *Fauna do cerrado: lista preliminar de aves, mamíferos e répteis*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / Superintendência de Recursos Naturais e Meio Ambiente, 222 pp., 1 mapa, Rio de Janeiro.

COSTI, C. G. *et alii* – 1977 – *Estudo Preliminar da Ictiofauna do Pólo Araguaia – Tocantins*. Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, 171 pp., 124 figs., Brasília.

CRULS, L. – (1894) 1957 – *Planalto Central do Brasil*. Livraria José Olympio Editôra, 333 pp., [32] ests., Rio de Janeiro. (*)

CUNHA, E. – (1902) 1946 – *Os Sertões*. Livraria Francisco Alves, 20ª. ed. (corrigida), X + 646 pp., [IX] ests., Rio de Janeiro. (*)

DIAS, B. F. S. – (1990) 1993 – *Conservação da natureza no cerrado brasileiro*. In: PINTO, M. N. (org.) – *Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas*, pp. 607 – 663, 2 figs., 1 mapa. Editora Universidade de Brasília, 2ª. ed., 681 pp., ilus., Brasília.

DUQUE, J. G. – (1949) 1973 – *Solo e Água no Polígono das Secas*. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, publicação nº 154, série I – A, 4ª. ed. (revista e aumentada), 223 pp., [11] tabelas em páginas não numeradas, [XL] ests., Fortaleza. (*)

DUQUE, J. G. – 1964 – *O Nordeste e as lavouras xerófilas*. Banco do Nordeste do Brasil S. A., 238 pp., [19] tabelas em páginas não numeradas, [LI] ests., 1 mapa anexo, Fortaleza.

EITEN, G – (1990) 1993 – *Vegetação do cerrado*. In: PINTO, M. N. (org.) – *Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas*, pp. 17 – 73, 41 figs. Editora Universidade de Brasília, 681 pp., ilus., Brasília. (*)

FERNANDES, A – 1998 – *Fitogeografia brasileira*. Multigraf Editora Ltda., 339 pp., 44 figs., Fortaleza. (*)

FERNANDES, A. & BEZERRA, P. – 1990 – *Estudo fitogeográfico do Brasil*. Stylus Comunicações, 205 pp., 25 figs., Fortaleza.

FERRI, M. G. – 1969 – *Plantas do Brasil: Espécies do Cerrado*. Editôra Edgard Blücher Ltda. / Editôra da Universidade de São Paulo, 239 pp., ilus., São Paulo. (*)

FERRI, M. G. – 1973 – A vegetação de cerrados brasileiros. In: WARMING, E. & FERRI, M. G. – *Lagoa Santa e A vegetação de cerrados brasileiros*, pp. 285 – 362. Editora Universidade de São Paulo / Livraria Itatiaia Editora Ltda., 386 pp., ilus., São Paulo / Belo Horizonte. (*)

FERRI, M. G. – 1980 – *Vegetação brasileira*. Editora Itatiaia Limitada / Editora da Universidade de São Paulo, 157 pp., 82 figs., [XXIV] ests., Belo Horizonte / São Paulo. (*)

FITTKAU, E. J. *et alii* – 1969 – The fauna of South America. In: FITTKAU, E. J. *et alii* (eds.) – *Biogeography and Ecology in South America*, volume 2: 624 – 658, 2 figs. Dr. Junk N. V. Publishers, XI + 449 – 946 pp., ilus., The Hague. (*)

GERY, J. – 1969 – The fresh-water fishes of South America. . In: FITTKAU, E. J. *et alii* (eds.) – *Biogeography and Ecology in South America*, volume 2: 828 – 848, 5 figs. Dr. Junk N. V. Publishers, XI + 449 – 946 pp., ilus., The Hague.

GOMES, H. – 1969 – *Geografia sócio-econômica de Goiás*. Livraria Brasil Central Editora, [XI] + 124 pp., [11] figs., Goiânia.

HENRIQUES, R. P. B. – 2003 – O futuro ameaçado do cerrado brasileiro. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 33 (195): 34 – 39, 7 figs.

HERINGER, E. P. *et alii* – 1977 – A flora do cerrado. In: FERRI, M. G. (coord.) – *IV Simpósio sobre o Cerrado: bases para utilização agropecuária*, pp. 211 – 232, 2 figs. Editora da Universidade de São Paulo / Livraria Itatiaia Editora Ltda., 406 pp., ilus., São Paulo / Belo Horizonte.

HUECK, K. – (1966) 1972 – *As florestas da América do Sul: ecologia, composição e importância econômica*. Editôra da Universidade de Brasília / Editôra Polígono S. A., XXIII + 466 pp., 253 figs., Brasília. (*)

JOLY, A B. – 1970 – *Conheça a vegetação brasileira*. Editôra da Universidade de São Paulo / Editôra Polígono S. A., 181 pp., [14] + 21 figs., [XV] ests., São Paulo.

JORDAN, D. S. & BRANNER, J. C. – 1908 – The cretaceous fishes of Ceará, Brazil. *Smithsonian Miscellaneous Collections*, Washington, 52 (I): 1 – 29, 22 figs., VIII ests.

LEITÃO, C. M. – (1937) 1947 – *Zoogeografia do Brasil*. Companhia Editora Nacional, 2ª. ed., 651 pp., 213 figs., São Paulo.

MACEDO, N. – 1975 – *Abílio Wolney, um coronel da Serra Geral*. Legenda Editora, 122 pp., [V] ests., Goiânia. (*)

MAGALHÃES, [J. V.] C. – (1863) 1957 – *Viagem ao Araguaia*. Companhia Editora Nacional, 6ª. ed., XXXIV + 253 pp., São Paulo. (*)

MENEZES, D. – (1937) 1970 – *O outro Nordeste*. Editora Artenova Ltda., 2ª. ed. (refundida e aumentada), 205 pp., 1 fig., [IX] ests., Rio de Janeiro. (*)

MENEZES, N. A. – 1972 – Distribuição e origem da fauna de peixes de água doce das grandes bacias fluviais do Brasil. In: *Poluição e Piscicultura*, pp. 73 – 78, 1 fig. Comissão Interestadual da Bacia Paraná – Uruguai, 216 pp., ilus., São Paulo.

PAIVA, M. P. – 1982 – Recursos pesqueiros. In: *Diagnóstico da Bacia do Araguaia – Tocantins*, 2º volume (Recursos Naturais), pp. 169 – 188 + 198 – 199 + 231 – 245 + 247 – 249. PRODIAT — Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia Araguaia – Tocantins, 251 pp., ilus., com 3 mapas em páginas não numeradas, Brasília. Identificação do autor na página 190 do 1º volume, onde também está a síntese do trabalho (pp. 94 – 96). (*)

PAIVA, M. P. – 1983 – *Peixes e pescas de águas interiores do Brasil*. Editeria Editorial Ltda., 158 pp., [2] + 83 figs., Brasília.

PAIVA, M. P. – 1995 – Fauna do Nordeste do Brasil. Parte I – Conhecimento Científico. In: PAIVA, M. P. & CAMPOS, E. – *Fauna do Nordeste do Brasil: Conhecimento Científico e Popular*, pp. 7 – 194, 4 figs. Banco do Nordeste do Brasil S. A., 273 pp., ilus., Fortaleza.

PAIVA, M. P. – 1999 – *Conservação da Fauna Brasileira*. Editora Interciência Ltda., [XII] + 226 pp., 2 + [36] figs., Rio de Janeiro.

PAIVA, M. P. – 2000 – Henrique Silva (1865 – 1935) e os peixes do antigo Estado de Goiás (Brasil). *Rev. Inst. Hist. Geogr. Goiás*, Goiânia, (15): 73 – 194. (*)

POHL, J. E. – (1832) 1976 – *Viagem ao interior do Brasil*. Editora da Universidade de São Paulo / Livraria Itatiaia Editora Ltda., 417 pp., São Paulo / Belo Horizonte. (*)

RIZZINI, C. T. – (1976/1979) 1997 – *Tratado de Fitogeografia do Brasil*. Âmbito Cultural Edições Ltda., 2ª. ed., [VIII] + 747 pp., 131 figs., Rio de Janeiro.

ROSA, J. G – (1956) 1982 – *Grande sertão: veredas*. Livraria José Olympio Editora, 15ª ed., [II] + 460 pp., I est., Rio de Janeiro. (*)

SAINT-HILAIRE, A. – (1848) 1975 – *Viagem à Província de Goiás*. Editora da Universidade de São Paulo / Livraria Itatiaia Editora Ltda., 158 pp., 1 fig., São Paulo / Belo Horizonte. (*)

SAMPAIO, A. J. – (1932) 1945 – *Fitogeografia do Brasil*. Companhia Editora Nacional, 3ª. ed. (revista e aumentada), 372 pp., [38] figs., Rio de Janeiro.

SEREJO, V. – 2002 – (Discurso do acadêmico Vicente Serejo, saudando a posse do escritor Osvaldo Lamartine de Faria, na Academia Norte Riograndense de Letras), pp. 18 – 49, [12] figs. In: FARIA, O. L. & SEREJO, V. – *O sertão de nunca mais*. Sebo Vermelho Edições, 53 pp., ilus., Natal. (*)

SICK, H. – (1957) 1997 – *Tukani: entre os animais e os índios do Brasil Central*. Marigo Comunicação Visual, IX + 213 pp., Rio de Janeiro. (*)

SICK, H. – 1965 – A fauna do cerrado. *Arquivos de Zoologia*, São Paulo, 12: 71 – 93. (*)

SILVA, H. – [1898] – *A Caça no Brasil Central*. Domingos de Magalhães – editor, III + 190 pp., Rio de Janeiro. (*)

SILVA, H. – 1905/1906 – *Fauna Fluvial de Goiás. Contribuição para o conhecimento vulgar dos peixes e mais espécies fluviais e lacustres do Brasil Central*. Tipographia Andrade & Mello, volume I, 40 pp., São Paulo; Off. “KÓSMOS”, volume II, 32 pp., [3] ests., Rio de Janeiro. (*)

SILVA, H. – 1912 – *Caças e Caçadas no Brasil*. H. Garnier – livreiro-editor, 263 pp., Rio de Janeiro / Paris. (*)

SILVA, H. – 1915 – *O Pescador Brasileiro*. Biblioteca Agrícola Popular Brasileira (Chácaras e Quintas), 64 pp., São Paulo. (*)

SILVA, H. R. – (1935) 1936 – *Nos sertões do Araguaia*. Empresa Editora J. Fagundes, 2ª. ed., 354 pp., [XV] ests., São Paulo. (*)

VANZOLINI, P. E.; RAMOS-COSTA, A. M. M. & VITT, L. J. – 1980 – *Répteis das Caatingas*. Academia Brasileira de Ciências, [VI] + 161 pp., 102 figs., XL ests., Rio de Janeiro.

WARMING, E. – (1892) 1908 – Lagoa Santa: contribuição para a geographia phytobiologica. In: WARMING, E. & FERRI, M. G. – 1973 – *Lagoa Santa e A vegetação de cerrados brasileiros*, 1 – 282 + II pp., 1 + 43 figs. Editora Universidade de São Paulo / Livraria Itatiaia Editora Ltda., 386 pp., ilus., São Paulo / Belo Horizonte.

WEBER, H. – 1969 – Zur natürlichen vegetations – gliederung von Südamerika. In: FITTKAU, E. J. *et alii* (eds.) – *Biogeography and Ecology in South America*, volume 2: 475 – 518, 11 figs. Dr. Junk N. V. Publishers, XI + 449 – 946, ilus., The Hague.

DEDICATÓRIA: Este trabalho é dedicado (**in memoriam**) ao meu querido amigo Getúlio Pereira Araújo, médico, escritor e artista plástico, seridoense nascido na Fazenda Cauaçu (Cruzeta – RN), em 29 de junho de 1946, que tragicamente buscou a morte em Goiânia (GO), no dia 10 de setembro de 2003. Será sempre lembrado por familiares e amigos!

Correição em Villa Boa de Goyaz

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas*

O instituto do município foi transplantado de Portugal para o Brasil na vigência das Ordenações do Reino e de Leis Extravagantes, às quais se acrescentou legislação complementar, elaborada para a Colônia.

Como codificações — as primeiras feitas na Europa, na Idade Moderna¹ — as Ordenações incluíam leis de caráter geral. Às Câmaras Municipais caberia elaborar legislação específica, para atender às necessidades locais, da Colônia e suas vilas, das quais a primeira foi a de São Vicente, fundada em 1532 por Martim Afonso de Souza².

Quando as minas de Goiás foram descobertas pela bandeira do Anhangüera II (1725), repetiu-se o fenômeno que se desencadeara nas Gerais, há cerca de quatro décadas. O afluxo desordenado de aventureiros, faiscadores e garimpeiros que se aglomeravam nos recônditos sertões é um fato novo para a Metrópole, que até então tivera a atenção voltada para a agricultura e os núcleos urbanos da Colônia, localizados nas proximidades do litoral.

Junto às minas, formavam-se rapidamente povoados que se dedicavam unicamente à extração do ouro. Em incertos e turbulentos arraiais, ajuntavam-se pessoas de outras regiões da Colônia ou que afluíam do Reino, formando-se núcleos dispersos pela vastidão dos ermos, nas franjas das matas ou nas margens dos rios.

* Doutora em História. Professora colaboradora do Programa de Mestrado em História da Universidade Federal de Goiás. Sócia Emérita do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e Sócia da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás.

¹ As Ordenações Afonsinas, em 5 livros, datam de 1446.

² Nesse momento estavam em vigor as Ordenações Manuelinas, de 1521.

Não obstante, esses arraiais desordenados têm acentuada feição urbana; neles, além da mineração, exercem-se febricitantes atividades comerciais, pelo que se convertem em centros de consumo da produção agrícola e pastoril, de regiões próximas ou distantes. Há uma aceleração no processo de urbanização: entre 1540 e 1700, fundaram-se pouco mais de 50 vilas ou cidades, em todo o território da Colônia, mas principalmente à beira-mar; nos primeiros vinte anos do século XVIII, surgiram 8 vilas, somente nas Gerais.

Uma década depois da descoberta do ouro, no rio Vermelho, foi determinada por Carta Régia a criação de uma vila, na povoação mais importante de Goiás. Para esse fim, ordenou El Rei ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, D. Antônio Luiz de Távora, Conde de Sarzedas:

(...) que passeis às minas dos Goyaz e nelas determineis o sitio mais a proposito para uma villa e procedei que seja o que parecer mais saudavel e com provimento de boa agua e lenha (...) e logo determineis nella o lugar da Praça no meyo da qual se levante o pelourinho e se assinale a area para o edificio da Igreja (...) e que façais delinear por linhas rectas a area para as cazas com seus quintaes, e se designe o logar para se edificarem a Casa da Camara e das Audiencias e cadeya e mais oficinas publicas, as quaes devem ficar na area determinada para as cazas dos moradores as quaes pelo exterior sejam todas no mesmo perfil, ainda no interior as fará cada um dos moradores à sua eleyção, de sorte que em todo tempo se conserve a mesma fermosura da terra e a mesma largura das ruas(...)³.

Tais providências tardaram a concretizar-se, entre outros motivos, pela morte do conde de Sarzedas, que adoeceu gravemente no caminho para Goiás, vindo a falecer no arraial de Traíras⁴.

³ Carta Régia de 11.2.1736. Apud COELHO, Gustavo Neiva. Goiás: uma reflexão sobre a formação do espaço urbano Goiânia: Ed.UCG, 1996, p. 11-14.

⁴ O conde de Sarzedas faleceu em 20.8.1737. ALENCASTRE, J.M.P. Annaes da Província de Goiás (1863). 2ª ed. Goiânia: convênio SUDECO/Governo de Goiás, [s.ed.], 1979, p. 67.

Seu sucessor, D. Luiz de Mascarenhas, atraído, talvez, pelas notícias da extraordinária riqueza das minas goianas, apressou-se a vir de São Paulo com numeroso séquito. Seguiu, à risca, o que fora determinado por El Rei ao seu antecessor:

(...)demarcou o lugar da villa que veio a crear, a que chamou Villa Boa de Goyaz, em attenção a (Bartolomeu) Bueno, seu descobridor e ao gentio Goyá; fez erigir o pelourinho; designou o lugar da praça da matriz, da camara, da cadea e dos edificios principaes, e não se dedignou de pegar na ponta da corda e servir de peão para marcarem os logradouros publicos; estabeleceu o senado, e escreveu ao superintedente Agostinho Pacheco Telles para elleger dous vereadores e procurador do conselho, os quaes foram elleitos e tomaram juramento, fazendo sua primeira vereança em 1º de agosto de 1739⁵.

Cumpria-se, no remoto sertão, o rito ancestral. Na expressão de Zenha, no bojo das naus portuguesas traziam-se “para o deserto americano” os colonos, os animais domésticos, as espécies vegetais cultiváveis e a organização municipal, “encadernada no Livro I das Ordenações”⁶.

Alencastre transcreve o documento no qual é relatada a fundação de Villa Boa de Goyaz, em 25 de julho de 1739, com a presença da “nobreza e povo”. De acordo com “termo” então lavrado, “havendo eleitas as justiças” foram declarados (proclamados) dois juizes ordinários⁷, dois vereadores⁸, o escrivão⁹ e o procurador do Conselho¹⁰ — “levando o estandarte dela (da Câmara) Ignacio Dias Paes”. Na seqüência,

⁵ Luiz Antonio da Silva e Souza (Pe.) *Memória sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz*. In Teles, José Mendonça. Vida e obra de Silva e Souza Goiânia: Ed. UFG, 1998, p. 85.

⁶ Edmundo Zenha. *Apud Reis Filho, Nestor Goulart. Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1968, p.35

⁷ Juizes ordinários: Thomé Gomes Mazagão e Antônio Xavier Garrido.

⁸ Vereadores: Antônio Dias da Silva e Antônio Brito Ferreira.

⁹ Escrivão: Manuel Carlos.

¹⁰ Procurador do conselho: João Lopes Zedes, representado por Antônio de Brito Rabelo.

*(...) foi mandado pelo dito Sr. General (D.Luiz de Mascarenhas) que todos os ditos com a nobreza e povo da dita vila, a que ele acompanhou, fossem levantar pelourinho ao lugar destinado, junto do arraial, a quem em nome do rei deu o nome de Villa Boa, e todos concorreram para o levantamento do pelourinho, que com efeito se levantou: de que para constar se fez este termo (...)”*¹¹.

O pelourinho era uma coluna erguida em praça ou sítio público, como símbolo do poder medieval ou municipal. Originariamente feita em madeira ou em pedra, tinha argolas no alto, nas quais se amarravam os criminosos, para expô-los à execração pública. Em Villa Boa, o pelourinho foi assentado no que viria a ser conhecido como Largo do Chafariz.

D. Luiz de Mascarenhas ficou em Goiás durante três anos, presidiu à descoberta de novas minas e amealhou “considerável riqueza”¹², voltando para São Paulo como um dos homens mais rico do Reino.

A câmara e a alcaidaria constituíam-se em órgãos da administração municipal, cuidando a primeira de assuntos locais de economia e legislação; aos alcaides cabia, sobretudo, a função de polícia.

As câmaras não tinham funcionários fixos. Abrigavam os *conselhos*, que se compunham de *oficiais* eleitos: procurador do povo, juízes ordinários, vereadores e tesoureiro, além do escrivão e dos almotacés, que eram designados para períodos limitados. Na Metrópole, a partir do século XIII, os procuradores representavam o povo nas Cortes, o parlamento português.

As câmaras municipais expressam a aliança entre o Rei e o município, antepondo-se aos privilégios dos nobres e do clero. Têm como distintivos insígnias e pendões, nos quais se gravam as armas do município. São poderosas e gozam da liberdade de escrever diretamente ao monarca, sem a interveniência dos governadores das capitanias — e podem formular queixas contra governantes e autoridades.

¹¹ Alencastre, J.M.P.Op.cit.,p.71, nota *.

¹² Silva e Souza, L.A. Op.cit.,p. 85.

Os *oficiaes* eleitos tinham funções e competências definidas.

O número de vereadores variava de uma vila para outra, entre dois e quatro, conforme a importância da povoação. A partir do século XVIII, passaram a gozar de imunidades, ficando a salvo de arbitrariedades, quando no exercício de suas funções. Em algumas cidades brasileiras, seus habitantes e respectivas câmaras tinham privilégios idênticos aos das municipalidades de Lisboa e do Porto.

Os *oficiaes* eram escolhidos de forma indireta por seis homens, previamente eleitos, que formavam como que um colégio eleitoral. Estes, bem como todos os candidatos, deveriam ser nobres ou homens bons — *boni homines* — de preferência *herdadores*, que tivessem recebido propriedades livres em herança, “pessoas naturais da Terra e da governança della, ou (que) houvessem sido seus pais e avós, de idade conveniente, sem raça alguma (...)”¹³.

Na escolha dos eleitores, votava o povo: o voto era direito de todos. Não podiam ser votados, porém, oficiais mecânicos e pessoas que não fossem “de limpo sangue”, ficando assim excluídos os judeus, negros, degredados e estrangeiros. Na interpretação da lei, diluíam-se, todavia, as proibições. Em relação aos oficiais mecânicos, por exemplo, algumas Câmaras entendiam que estavam proibidos de votar e ser votados unicamente aqueles que estivessem *no exercício* de seus ofícios; em consequência, não foram raros os artesãos, artífices e comerciantes eleitos para os conselhos. Quanto aos *estrangeiros*, os nascidos fora do município poderiam ser escolhidos, desde que estivessem radicados no lugar. Eventualmente, contornava-se a exigência de *sangue limpo* — como no caso do mulato, certamente influente e rico, que foi declarado branco por decisão da câmara...

A eleição dos *oficiaes*¹⁴ era detalhadamente regulada pelas Ordenações do Reino e legislação complementar¹⁵. Os mandatos tinham a duração de um ano, mas as eleições realizavam-se de 3 em

¹³ Ordenações Filipinas. Livro 1, título 67.

¹⁴ Sobre o assunto, ver FERREIRA, Manoel Rodrigues. História dos sistemas eleitorais brasileiros. São Paulo, Livraria Nobel Ed., 1976, p. 19-24.

¹⁵ Especialmente Alvarás de 12.11.1611 e de 26.2.1771.

3 anos, na oitava do Natal, ou seja, no dia 1º de janeiro, antecipando-se a escolha para os três exercícios vindouros. Votando de uma só vez para o triênio, contornavam-se as dificuldades de comunicação com os eleitores, bem como evitavam-se os incômodos do deslocamento daqueles que residissem fora da sede do município.

Alguns dias antes, arautos convocavam “o povo” para que comparecesse ao local da eleição e votasse. Corregedores, ouvidores e juizes não podiam “lançar pregão”, pedindo voto, nem exercer qualquer forma de suborno, para si ou para outrem, sob pena de prisão e degredo. Em caso de desrespeito, qualquer pessoa poderia impugnar o pleito.

Composta a mesa eleitoral, o votante diz reservadamente ao escrivão os nomes de sua escolha, cuidando que estes sejam “nomeados secretamente”. O escrivão registra-os e, ao final, entrega o *rol* dos indicados ao juiz. Este reúne o conselho em exercício, para tomar conhecimento dos seis mais votados, a quem “logo será dado juramento dos Santos Evangelhos”. Ao fazê-lo, comprometem-se eles a escolher “os melhores” para servirem como oficiais da Câmara, cujos nomes juram não divulgar.

Prossegue o processo eleitoral: os seis *eleitores* reúnem-se em outro local, que não a sede da Câmara, onde se agrupam de dois em dois. Cada dupla indica, para os diferentes cargos — juiz, vereador etc. — número condizente de pessoas que possam ser escolhidas para atuar nos próximos três anos.

Ao final, três listas — ou *róis* — são entregues ao juiz mais antigo do conselho em exercício, a quem cabe “apurar a *pauta*”, ou seja, depois de identificar as pessoas que tiveram maior número de votos, escreverá seus nomes em um papel. Ao fazê-lo, analisará cada um *per se*, à luz das Ordenações e da legislação, cuidando que não sejam parentes, buscando mesclar “os mais práticos com os que não o forem” e, sobretudo, tendo em mente “que a terra seja melhor governada”.

A *pauta* será “lacrada e sellada”. Antes, porém, o juiz copiará os nomes dela constantes em pedaços de papel, os quais colocará em *pelouros* (bolas de cera). Estes serão guardados

em um saco, dividido em compartimentos identificados com os nomes dos cargos do conselho.

Os *pelouros* assim acondicionados — bem como a *pauta* — irão para um cofre, cujas chaves ficam em poder dos vereadores em exercício. Os nomes encerrados nos *pelouros* não serão divulgados, prevendo-se penalidades para quem infringir a proibição.

Reunido o conselho, procede-se à *eleição* dos *oficiaes* para o ano que começa. Com toda a solenidade, é aberto o cofre. Dos compartimentos específicos do saco ali guardado, um menino de até 7 anos de idade retira tantos *pelouros* quantos forem os ocupantes de cada cargo: de 2 a quatro nomes para vereadores (conforme a Câmara), dois para juizes, um para procurador e assim por diante. No terceiro e último ano, obviamente, restará o número exato de nomes para cada cargo. A *pauta* será então consultada, para verificar se houve fraude nos sorteios.

De acordo com as Ordenações Filipinas, os vereadores

(...) terão encargo de todo o regimento da terra e das Obras do Conselho e de tudo que puderem saber e entender, porque a terra e os moradores d'ella possam bem viver (...)

.....
(...)proverão as posturas, vereações e costumes da Cidade, ou Villa, e as que virem que são boas,segundo o tempo, façam-nas guardar, e as outras, emendar(...)

.....
(...)porão taxa aos Officiaes mecanicos, jornaleiros, mancebos e moças de soldada¹⁶, louça, e mais cousas, que se comprarem e venderem, segundo a dispoição da terra e qualidade do tempo(...).

Os dois juizes ordinários, que também eram eleitos, revezavam-se no exercício do cargo, presidiam o conselho e superintendiam a polícia. O procurador do povo, igualmente eleito, deveria manter a câmara informada das necessidades e dos reclamos do povo.

¹⁶ *Mancebos e moças de soldada* : assalariados

As câmaras estavam a salvo da coação dos poderosos locais, senhores de terras ou alcaides, que não podiam estar presentes às vereações e, se o fizessem, ficavam sujeitos a denúncia e punição.

As posturas municipais deviam ser obedecidas. Para que chegassem ao conhecimento de todos, eram afixadas em locais públicos e divulgadas por meio de pregões. Dentre outras faculdades que lhes eram atribuídas, o conselho podia convocar os governantes, para tratar de negócios públicos. Ao longo dos trezentos anos da Colônia houve muitos e tempestuosos conflitos, entre *oficiaes* e portadores de títulos de nobreza, proprietários de terras, comerciantes influentes etc.

As câmaras aumentavam sua independência e ampliavam suas atribuições nos momentos de perigo, como assaltos de índios ou invasão de estrangeiros. Via de regra, expediam editais e posturas sobre assuntos de interesse do município, sua fisionomia urbana, edificações, fontes, logradouros, açougues e requisitos sanitários; deliberavam sobre a criação de arraiais e povoações; distribuíam sesmarias ou concediam aforamento de terras, nas proximidades de vilas e cidades; prendiam e punham a ferro funcionários e particulares. Os oficiais das câmaras faziam alianças entre si, para aprovar matérias de seu interesse; em certos momentos, chegaram a suspender governadores e capitães gerais.

Do ponto de vista econômico, impunham e recusavam tributos; estipulavam o “jornal”¹⁷ de índios e de trabalhadores livres; fixavam os preços dos serviços de oficiais mecânicos, bem como dos gêneros mais necessários: a carne, o sal, a farinha e o algodão em rama ou fiado, ou sob a forma de panos. Deliberavam sobre medicamentos e manufaturas do Reino. Regulavam o curso e o valor da moeda da terra; providenciavam sobre a agricultura, a navegação e o comércio. Ao almotacé, competia aferir pesos e medidas e cuidar da exatidão dos mesmos.

¹⁷ *Jornal*: remuneração diária.

Como visto, a Câmara Municipal de Vila Boa de Goyaz foi constituída e instalada sob a supervisão de D. Luiz de Mascarenhas, que determinou a realização de eleições, para a escolha dos *oficiaes* do conselho.

As Ordenações — elaboradas para a sociedade portuguesa e transplantadas do Reino — quando da sua aplicação são adaptadas às peculiaridades da Colônia. Como se terá formado o corpo de eleitores, para que se procedesse à eleição dos *oficiaes* e se instalasse a Câmara Municipal de Villa Boa? No momento mesmo de criação da vila, como se terão identificado *homens bons e herdadores* ?

Os documentos não detalham, mas é lícito supor que aqui — a exemplo de outros lugares da Colônia — a própria autoridade fundadora, depois de informar-se com os moradores do arraial de Santana e arredores, escolheu e pessoalmente designou os seis *eleitores* que iriam eleger — em segundo grau — os vereadores, juizes e demais *oficiaes*. Terão pesado na escolha o *status* desses homens na metrópole, suas relações pessoais e familiares? Certo é que o conselho foi formado e seus integrantes prestaram juramento, realizando-se a primeira vereança em 1º de agosto de 1739.

Era tensa a vida nas minas. Na permanente expectativa de novos *descobertos*, ansiedade e imprevisibilidade permeavam a atividade mineratória. Faiscadores e mineiros pagaram pesado tributo de frustrações e desenganos para que alguns poucos enriquecessem. A maioria deles endividou-se na compra de escravos, indispensáveis à mineração. De outra parte, muitos comerciantes auferiram grandes lucros e prosperaram, negociando com gêneros de primeira necessidade e outros, literalmente a peso de ouro. Formando uma camada social intermediária — abaixo dos altos funcionários e mineiros, mas com *status* superior aos *mesteirais* (artesãos e artífices) — os comerciantes eram relativamente numerosos em Goiás. Em 1741, contavam-se na capitania 253 casas comerciais, sendo 146 vendas¹⁸, onde se praticava o pequeno

¹⁸ PALACIN, Luiz. *O século do ouro em Goiás*. 4ª ed. Goiânia: Ed. UCG, 1994

comércio de gêneros alimentícios e bebidas espirituosas. Quatro décadas depois, haveria 99 tabernas em Goiás, sendo 63 em Villa Boa¹⁹.

Alguns anos depois, Goiás ganharia *status* de capitania independente de São Paulo²⁰, sendo Villa Boa a capital. Dada sua localização, um pouco a oeste da linha de Tordesilhas — em terras que deveriam pertencer a Espanha — esse núcleo urbano foi marco significativo da presença portuguesa no interior da Colônia.

Plantada no fundo de um vale, remonta, em suas origens, à extração do ouro, obtido no rio Vermelho. Implantada no arraial de Santana — e rebatizada futuramente como Cidade de Goiás — Villa Boa é testemunho da arquitetura e do urbanismo dos antigos núcleos de mineração.

Preservada, em parte, graças à distância que a separa dos centros mais dinâmicos da economia, a área central de Villa Boa/Cidade de Goiás foi tombada como patrimônio histórico nacional e, mais recentemente, inscrita na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO.

Em meados do século XVIII, estava ultrapassada, em Villa Boa, a fase inicial de ocupação e de povoamento, quando as *datas minerais*, junto ao rio, abrigavam choupanas de pau-a-pique barreado, aos poucos substituídas por construções mais sólidas. Em ruas e largos esboçava-se o adensamento da vila. A primeira matriz de Sant'Ana, padroeira da vila, foi erguida na praça demarcada por D. Luiz de Mascarenhas, junto ao palácio do governo e fora do alcance das enchentes do rio Vermelho. Os caminhos de acesso à vila alargavam-se e, com pequenas variantes, delineavam novos arruamentos.

Ao ser instituída, a Câmara Municipal dispunha de rendimentos anuais que somavam cerca de mil oitavas (3,6 kg) de ouro, provenientes de “foros de duas léguas de terras de sesmaria (e de)

¹⁹ BERTRAN, Paulo. Notícia Geral da Capitania de Goiás. Tomo I. Goiânia: Ed. UCG/ Ed. UFG Brasília: Solo Ed., 1997, p. 99.

²⁰ A Capitania de Goiás foi instalada em 1749.

afiliações, cabeças e talhos²¹. Nos valores da época, perfaziam a vultosa quantia de, aproximadamente, 1:200\$000rs. (um conto e duzentos mil réis)²². Esses rendimentos incluíam o imposto cobrado sobre o gado que pastava nos terrenos comunais, o imposto da cadeia e as taxas referentes à inspeção de pesos e medidas, além dos juros sobre dinheiros recolhidos e amealhados. Para a Câmara Municipal de Vila Boa destinava-se, igualmente, a metade da arrecadação de todos os arraiais de Goiás²³.

Desapareceram muitos Livros de Registro da Câmara, relativos a esses primeiros tempos; o mais antigo texto que se conhece — além do *termo* anteriormente referido, pertinente à fundação de Villa Boa e transcrito por Alencastre — é um fragmento de edital, “dado e passado nesta Villa Boa de Goyaz em o primeiro de setembro de mil setecentos e quarenta e trez”²⁴.

Villa Boa era, então, um incipiente e inseguro núcleo urbano, oficialmente fundado há apenas quatro anos e ilhado no sertão, entre tribos indígenas. D. Luiz de Mascarenhas voltara para São Paulo, de onde administrava, à distância, as turbulentas minas dos Goyazes. Desordens e perturbações grassavam entre mineiros e colonos; “decidiam-se os pleitos a ferro e fogo”, diz Alencastre²⁵ — o que era agravado pelas tropelias e insultos dos índios, sobretudo os caiapó. Nem a ação de Antônio Pires de Campos — “na praça Adonis e no sertão Marte”²⁶ — lograra *desinfestar* definitivamente o território²⁷.

Nesse mesmo ano de 1743, uma Carta Régia aprovava a criação de companhias de aventureiros — bastardos e pretos forros — para fazer o policiamento de diversos locais ameaçados pelos silvícolas. Reunida na sede da Câmara Municipal²⁸, uma junta composta pelas

²¹ *Affiliações*: rendimentos. *Cabeças*: porções de dinheiro que rendem juros. *Talhos*: açougues.

²² O valor da oitava de ouro (3,58gr.) manteve-se estável durante o período colonial: 1\$200rs. a oitava de ouro em pó; 1\$500rs., a oitava de ouro quintado.

²³ Palacin, L. Op. cit., p. 109.

²⁴ Livro de Registro Geral da Câmara Municipal de Villa Boa de Goyaz. Fragmento manuscrito de 1.º.9.1743. Arquivo da Fundação Frei Simão Dorvi (doravante AFSD).

²⁵ Alencastre, J. M. P. Op. cit., p. 66.

²⁶ Pedro Tacques. Nobiliarchia Paulistana. *Apud* Palacin, L., Op. cit., p. 34.

²⁷ Antônio Pires de Campos recebeu uma arroba de ouro pela guerra que moveu guerra contra os caiapó, em 1742, matando inúmeros deles e capturando 1.000 escravos. Alencastre, M. P. Op. cit., p. 74.

²⁸ A junta reuniu-se em 12.5.1743. Idem.

peças gradas de Villa Boa — com a “assistência do coronel Pires de Campos” — tornou efetiva a contratação de povos do norte da comarca, para dar seguimento à guerra contra os índios.

A despeito do clima de insegurança, evidencia-se no edital que os *oficiaes* da Câmara estavam atentos às suas atribuições. Os moradores são intimados a manter a limpeza das testadas de suas casas — “assim de parte das ruas como dos quintaes” —, sendo-lhes proibido “trazer porcos pelas ruas”, sob pena de serem multados. No mesmo documento, cuida-se de que sejam consertadas com “estivas e pontes” as ruas de acesso à vila, “para servidão do povo e viandantes”²⁹.

Aos poucos, Villa Boa foi razoavelmente aparelhada para sede da administração, das forças militares e do judiciário. Nela, passaram a residir as mais altas autoridades, inclusive o primeiro governador da capitania de Goiás, D. Marcos de Noronha, futuro conde dos Arcos (1749-1753). Alencastre assinala que, ao chegar, este mandatário encontrou “corrupção deslavada ao último excesso”, concluindo o cronista que “a administração da província de Goiás não era fácil e nunca o foi, em tempo algum”³⁰.

Durante o governo do conde dos Arcos, deu-se rumorosa contenda entre a Câmara Municipal e o vigário-geral, padre João Perestelo. No competente Livro está registrada a carta que o senado da Câmara e o corregedor da comarca enviaram ao sacerdote, reprimendo-o exortando-o a lembrar-se

*(...) da obrigação de que se acha, e de (dê) conta della, e exercite como bom Parocho na Igreja e Povo, os officios e obrigaçoens, uze dos requisitos que Santo Thomaz declara devem ter os Parochos, e confeçores, que vem a ser virtude e prodencia e Letras (...)*³¹.

Foi igualmente registrada a carta do rebelde vigário-geral, em resposta à Câmara, sendo possível consultá-la, embora o manuscrito esteja rasurado e incompleto³².

²⁹ Idem.

³⁰ Alencastre, J.M.P. Op.cit., p. 88.

³¹ Registro de carta enviada pelo senado da Câmara ao Pe. João Perestelo, em 26.4.1749. AFSD. Transcrição publicada in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, a.6, 1977, p.160-161.

³² Idem, p. 161-163.

O *boom* aurífero estendeu-se, em Goiás, por pouco mais de três décadas; em 1760, já decaía a produção. Dois anos depois, foram retirados do solo goiano somente 75 arrobas de ouro (1.125 kg); a partir de então, a extração declinou rapidamente. Escassearam as rendas da capitania e do município, até porque as práticas desonestas e a sonegação de impostos eram disseminadas, tanto na mineração — que se extinguiu — como nas demais atividades, inclusive no comércio.

Depois de hiato de quase meio século, numerosos termos de vereança e editais da Câmara Municipal estão disponíveis, ainda que danificados e, por vezes, ilegíveis. Os documentos remetem ao segundo semestre de 1792, quando era governador da Capitania de Goiás D. Tristão da Cunha Menezes³³.

Continuava sem solução o problema da convivência entre colonos e índios. Sob o influxo de idéias iluministas, durante o consulado do marquês de Pombal, tentou-se a aproximação com os silvícolas e numerosas aldeias foram construídas. Não cessaram, porém, o desassossego e a insegurança. Nos arraiais e nas novas minas descobertas eram constantes os excessos cometidos pelos garimpeiros, aventureiros e desocupados que afluíam.

Cronistas relatam disputas entre autoridades e “cenas de intriga e difamação”³⁴ em Villa Boa, criando-se dois *partidos*: um, formado pelos adversários e desafetos do governador, que eram muitos; o outro, apoiando Cunha Menezes³⁵.

No cenário mais amplo da Colônia, em 1792, chegavam ao fim a longa devassa e o processo instaurado contra os rebeldes inconfidentes da vizinha capitania de Minas Gerais; condenados à forca, os principais acusados tiveram a pena comutada para degredo, por carta de clemência da rainha D. Maria I. Constituiu-se em exceção o Tiradentes — Joaquim José da Cunha Xavier — exemplarmente enforcado em 21 de abril, no Rio de Janeiro.

³³ Livro de Registro Geral da Câmara Municipal de Villa Boa. Termos de vereança referentes ao período de 22.8.1792 a 12.5.1795. Manusc. AFSD.

³⁴ Alencastre, J.M.P. Op. cit., p. 224 e seg.

³⁵ Idem, p. 257-259.

A Europa assistia, amedrontada, o desenrolar da Revolução Francesa; abolida a monarquia, a França tornou-se República, em 22 de setembro desse mesmo ano.

Em Villa Boa, nos *termos de vereança* percorridos não se identifica qualquer repercussão de tão graves acontecimentos. Os *oficiaes* do conselho cuidavam de aforamentos e da provisão de licença para a edificação de uma casa “na rua Direita, logo adiante da Ponte da Lapa”³⁶. No dia-a-dia da Câmara Municipal, os assuntos versados diziam respeito a salubridade, a obras e concorrências, inclusive de serviços, como a aferição de pesos e medidas que eram *postos em praça*.

Em 6 de outubro de 1792, a Câmara examinou requerimento do procurador geral, Manoel José Leyte³⁷ em que, dizendo-se empenhado em zelar pela observância das leis, denuncia

*(...)ser constante o clamor do povo pelo excessivo preço por que estão os taberneiros vendendo os mantimentos (...) medidas e pesos falsos e diminuídos, se faça hua carta de officio aos ditos Almotaceis para que a sua obrigação a cumprão (...) dando as providencias necessarias não só nesta importante materia, como tambem nos Atravessadores dos ditos mantimentos e outros generos, e tenha hum vigilante cuidado nos Açougues, pesos delle, e carne, para que a Real colecta não experimente o menor prejuizo (...)*³⁸.

Entre outras práticas desonestas, o procurador identifica o uso de pedras, ao invés de pesos, “nas Tabernas e Carregaçoens”, pelo que tudo “é vendido por mais do que almotaçado”³⁹. Em uma taberna no caminho do Ferreiro, são comercializados “todos os viveres da terra”, mas tudo é “mal medido e mal pesado (...) pelos preços que querem”, sem fazer caso da Almotaçavia. No cumprimento da lei, o procurador geral pede o fechamento da taberna.

³⁶ Livro de Registro...cit. *Termo de vereança*, sessão de 22.8.1792, fls.70-70 v.

³⁷ Idem, sessão de 6.10.1792, fls. 73 v.-75.

³⁸ Idem.

³⁹ *Carregaçoens*: cargas transportadas em fardos, nos quais se colocavam pedras para fraudar o peso. *Almotaçavia* officio do almotacé, oficial encarregado de fiscalizar pesos e medidas e fixar o preço de gêneros alimentícios, inclusive as taxas que recaíam sobre os mesmos.

Acrescenta, ainda, que, na estrada por onde passam as cargas de mantimentos destinadas à vila, “tudo se atravessa para vender ao Povo contra as Posturas dessa Camara”. Prossegue, reivindicando que aos faltosos sejam impostas “as pennas da Ley, para sua emenda e exemplo de outros”.

Leva ao conhecimento da Câmara que está vencido o último pagamento do “arrematante da affiliação”, ou seja, do encarregado das rendas municipais que as arrematara quando *postas em praça*⁴⁰. O atraso no recolhimento impede o atendimento das despesas feitas com a compra de pedras e com escravos alugados, que trabalham nas calçadas, caminhos e conserto da fonte.

O promotor diz, ainda, ser necessário o calçamento da rua que vai para o moinho, para evitar a formação de poças de água “corrupta”, prejudicial à saúde dos moradores. A estes caberá fazer “suas testadas”, ou seja, o calçamento da frente de suas casas; o meio da rua será feito pela Câmara.

Pede a atenção do conselho para a existência de duas braças de cano descoberto, na fonte do Largo da Cadeia, onde imundícies e entupimentos trazem prejuízo ao público que “da agoada do chafariz costuma beber”⁴¹.

Requer, finalmente, seja expedido

*(...) mandado de prisão contra o Rematante pela quantia de sua Rematação (...) E que o escrivão desta Camara passasse sem perda de tempo, Mandado de Sequestro contra o Rematante das Rendas Bernabé Gonç. Vaz, e seu fiador (...)*⁴².

Os pedidos de prisão e seqüestro surtiram efeito. Um mês depois, o “arrematante da affiliação” recolheu o pagamento em atraso, no valor de 101,5 oitavas de ouro⁴³. Nessa ocasião, foi decidido que se fizesse correição geral “no dia quarta feira quatorze do corrente, para cujo effeito se publicasse Edital, na forma costumada”.

⁴⁰ *Por em praça*: modalidade de licitação pública; no caso, o *arrematante* deveria cobrar e recolher os tributos e taxas municipais, ficando com uma parte, a título de remuneração.

⁴¹ *Requerimento do procurador ...cit, p. 73 v.*

⁴² *Idem, fls.74.*

⁴³ *Idem, sessão de 10.11.1792, fls. 77. Ibidem.*

De acordo com Termo lavrado em seguida⁴⁴, o juiz ordinário e presidente da Câmara, os *officiaes* desta - vereadores, procurador geral e escrivão, acompanhados do alcaide e do porteiro, “que faz as vezes de rendeiro de ver”⁴⁵, saíram *em correição* pelas ruas. Os membros de tão conspícua comitiva, zelosos de suas atribuições e prerrogativas, percorreram solenemente a vila, fazendo o levantamento de irregularidades, de obras necessárias e de “outras averiguaçoens tendentes ao bem público”.

É de presumir-se que um *frisson* tenha percorrido comerciantes e concessionários dos serviços públicos; por traz de janelas semi-cerradas, cidadãos anônimos certamente acompanhavam o desenrolar dos acontecimentos.

Em roupas solenes, depois de cansar-se ao sol causticante, os ilustres membros da Câmara recolheram-se para avaliar as infrações que “encontrassem (contrariassem) as posturas”.

No “rol que apresentou o rendeiro de ver”, foram listados comerciantes sem licença ou que não tinham aferido pesos e medidas; de igual modo, “oficiaes de officios mecanicos não tinham carta de exame”. Convocados para “apresentarem o seu direito”, deveriam comparecer na próxima vereação, no sábado seguinte; quem não se fizesse presente seria condenado à revelia⁴⁶. Assinaram o Termo os *oficiais* Monteyro (juiz ordinário e presidente), Passos (escrivão), Leyte (procurador), Alves e Xavier (vereadores).

Sobre este último — Alvaro José Xavier — sabe-se que era pessoa de confiança do governador Cunha Menezes; promovido a sargento-mor, representou o governo de Goiás em disputa havida com Minas Gerais, por questões de limites. Enviado ao Dezemboque, distrito que era o pomo de discórdia, conseguiu restabelecer a ordem⁴⁷. Alguns anos depois, Xavier viria a ser ajudante de ordens do governador D. João Manoel de Menezes⁴⁸.

⁴⁴ Termo de correição geral da Câmara Municipal de Villa Boa de Goiás. Idem, sessão de 15.11.1792, fls.78. Ibidem.

⁴⁵ Rendeiro de ver: fiscal

⁴⁶ Livro de Registro...cit. Idem,ibidem.

⁴⁷ Alencastre, J. M. P. Op. cit., p. 257.

⁴⁸ Idem, p. 269. D. João Manuel de Menezes governou a Capitania de Goiás de 1800 a 1803.

Dos demais *oficiaes* da Câmara não foi possível obter maiores informações. Todavia, não parece descabido conjecturar sobre se a correição geral — e os resultados a que chegou — guardariam alguma relação com o clima de intrigas e perseguições que imperava em Villa Boa.

Na sequência das sessões da Câmara, não se encontrou nenhuma defesa dos indigitados, nem a condenação dos mesmos — pelo que se conclui que, exceto no que diz respeito ao arrematante das afiliações, as denúncias do procurador geral resultaram inócuas.

Até o final do ano de 1792, os vereadores e demais *oficiaes* da Câmara Municipal de Villa Boa cuidaram, prioritariamente, de concessões de terras, de novas nomeações e de mandados de salários do escrivão, do alcaide, do porteiro e do carcereiro, “para se assignarem na vereança seguinte”. Em 31 de dezembro, foi consignado que “andou em praça as rendas da Camara”; como houvesse, “um só lanço de 600 oitavas”, deliberou-se deixar para o futuro conselho resolver a respeito⁴⁹.

Depois de despacharem requerimentos e decidirem sobre aforamentos, juizes, vereadores e procurador encerraram o ano, protestando contra a extinção das *propinas* - gratificação por serviços prestados — conforme fora decidido pelo ouvidor da Capitania.

Ao iniciar-se o novo ano de 1793, procedeu-se à “entrega das chaves do cofre em que se guardão os pilouros”⁵⁰. Na sessão subsequente, além da rotina de nomeações, deliberou-se sobre os rendimentos da Câmara:

*(...) andando em Praça e pregão as Rendas da Afilliação, cabeças e Talhos desta Villa e seu Termo, o maior lanço que teve foi o que offereceo João Lopes de Barros, de oitocentas oitavas de ouro, que por ser diminuto ficou para a Vereança seguinte*⁵¹.

⁴⁹ *Termo de vereança da Câmara Municipal de Villa Boa de Goiás*. Livro de Registro...cit., 1792. Sessão de 31.12.1792, fls.80 v.-81. Manusc. AFSD.

⁵⁰ *Termo de entrega das chaves do cofre em que se guardam os pilouros*. Livro de Registro...cit., 1793. Sessão de 1º de janeiro de 1793, fls. 81 v. Idem.

⁵¹ Idem. Sessão de 2.1.1793, fls. 82 v. ibidem

A penúria dos cofres municipais não esmoreceu, contudo, a devoção do procurador geral, que requereu

(...) por estar propinqua a Festividade do Glorioso Martyr São Sebastião, para a qual se precisava de cera, musica e outras despesas, pedia faculdade para as poder fazer.

A decisão a que chegou o conselho é indicativa do quanto eram prioritárias e populares as celebrações religiosas:

Foi determinado que (o procurador) aprontasse tudo o que fosse necessario de cera, e o mais precizo, que se lhe levaria em conta, fazendo todo com a clareza necessaria⁵².

Não se esclarece se a Câmara dispunha de verba para o pagamento das despesas da festa; o que importava era o atendimento às expectativas da população, celebrando-se condignamente o “Glorioso Martyr São Sebastião”. Como se vê, vem de longa data, na administração pública, o vezo de gastar sem a competente provisão de recursos.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCASTRE, J.M.P. Annaes da Província de Goiás (1863). 2ª ed. Goiânia: convênio SUDECO/Governo de Goiás, [s.ed.], 1979.
- BERTRAN, Paulo. Notícia Geral da Capitania de Goiás. Tomo I. Goiânia: Ed. UCG/Ed. UFG Brasília: Solo Ed., 1977.
- COELHO, Gustavo Neiva. Goiás: uma reflexão sobre a formação do espaço urbano. Goiânia: Ed. UCG 1996.
- Bertran, Paulo. Notícia Geral da Capitania de Goiás. Tomo I. Goiânia: Ed. UCG/Ed. UFG Brasília: Solo Ed., 1997.
- FERREIRA, Manuel Rodrigues. História dos sistemas eleitorais brasileiros. São Paulo: Livraria Nobel Ed., 1976.
- PALACIN, Luis. O século do ouro em Goiás. 1722-1822: Estrutura e conjuntura de uma capitania de minas. 4ª. ed. Goiânia: Ed. UCG, 1994.

⁵²Idem, ibidem.

REIS F^o., Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1968.

SOUZA, Luiz Antonio da Silva e (Pe.) *Memória sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz*. Apud TELES, José Mendonça. *Vida e obra de Silva e Souza*. Goiânia: Ed. UFG, 1998.

TACQUES, Pedro. *Nobiliarquia Paulistana*. Apud PALACIN, Luis. *O século co ouro em Goiás...* cit.

ZENHA, Edmundo Apud REIS Filho, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil*. São Paulo: Livraria Pioneira Ed., 1968.

FONTES PRIMÁRIAS

- Livro de Registro Geral da Câmara Municipal de Villa Boa de Goyaz. *Termos de vereança* referentes ao período de 22.8.1792 a 12.5.1795. Manusc. Arquivo Frei Simão Dorvi.

... ..
... ..
... ..
... ..
... ..

... ..
... ..
... ..
... ..
... ..

... ..
... ..
... ..
... ..
... ..

... ..
... ..
... ..
... ..
... ..

... ..
... ..
... ..
... ..
... ..

... ..
... ..
... ..
... ..
... ..

Caminhos Místicos do Brasil Central*

*Narcisa Cordeiro***

O Caminho Místico do Brasil Central é proveniente de inspiração. É claro que recebi uma cultura católica na qual toda roupagem desta comunicação esta intrinsecamente ligada. Porém, não quero imprimir, ou seja, cunhar, o espírito do Supremo na minha visão. Tenho minhas devoções, mas quero deixar isto para mim, guardado. Entretanto, não posso omitir que minha madrinha do caminho é Nossa Senhora, a Grande Mãe.

Tenho meu lado holístico e filosófico no qual aceito o ecumenismo como tônica deste caminho. É importante que ocorra neste caminho, um verdadeiro laboratório de diálogos entre religiões, um movimento embasado num denominador comum, do espírito sobre a matéria. O redimensionamento do ser humano é fundamental para uma harmonia com o novo milênio. A natureza e o meio ambiente exigem a sutilização do espírito para a preservação do planeta. O Caminho funcionará como processo ou sistema para alcançar este aprimoramento na educação dos valores essenciais da vida, num sentido amplo.

Em 1987, tive um “insight” na estrada de São Gabriel, onde percebi toda a magnitude desta região que enfoquei como umbigo do Brasil, que Deus atou com todas as forças e esqueceu por muito tempo. Escrevi isto numa poesia publicada no Jornal *O Popular*, em 1989, na qual também denominei o percurso como estrada Musa.

*Obra registrada em Cartório de Títulos e Documentos.

**Escritora e urbanista,

Membro titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, da Academia Trindadense de Letras Ciências e Artes, membro do Instituto de Arquitetos do Brasil e de outras instituições relevantes.

Naquela época , visualizei repentinamente que de Trindade a Natividade, existe uma constelação de pontos de profundo significado místico. Foi uma grande surpresa para mim quando verifiquei no mapa, a precisão de cidades e locais energéticos de forma simbólica e harmoniosa. Uma mensagem de linguagem compreensível, indicando a existência de um Caminho Místico no coração do Brasil, revelado através da Sabedoria Divina. Confesso que tudo isto foi muito emocionante, porque como urbanista, estava naquele momento zoneando elementos ligados a abstrações além do campo físico, caracterizando uma região de pontos para elevação espiritual, a ser reconhecida por toda a humanidade.

Percebi que havia uma missão do Brasil Central para o mundo. Comecei a pesquisar elementos para embasar esta proposta e viajei por vários países. Tive a participação da professora Renée Chantal, com seus conhecimentos sobre cultura afro-brasileira, que veio agregar valores dentro da concepção desta proposta, que culminou em um roteiro de filme, registrado na Biblioteca Nacional em 1999, e um livro denominado “A Trajetória de Uma Maga Numa Região Mística do Brasil”. A personagem central da obra tem a liberdade de curvar-se diante de imagens simbólicas de Deus e, ao mesmo tempo, encontrá-lo na própria natureza, que deve ser respeitada e amada. Considero o referido livro como documento fundador do Caminho. Nele, está contido o percurso geográfico que foi detalhado num projeto gráfico, espinha dorsal da região mística e suas derivações. Este projeto, juntamente com a proposta estrutural de módulos de apoios educacionais, foi encaminhado a grupos oficiais de decisões de Governos e apresentado a uma comissão na Igreja do Divino Pai Eterno em Trindade, com a presença do Digníssimo Padre Fábio.

Caminho Místico Ambiental do Brasil Central*

*Maria Narcisa de Abreu Cordeiro Pires
(Narcisa Cordeiro ou Crisana) e Renée
Chantal Dugué (Chantal Dugué ou Obi).*

Considerando que o Brasil possui a Mata Amazônica com sua rica biodiversidade, a Mata Atlântica, o Cerrado, o Mato Grosso Goiano, o Pantanal e outros ecossistemas de importância planetária, concluímos que este país, gigante pela própria natureza é de grande religiosidade, é o indicado para coordenar uma política espiritual e ambiental para o mundo. Além disto, a região central do Brasil, com sua belíssima região do cerrado contendo plantas exóticas e medicinais, pode realmente ser o piloto, a coordenadora, o corpo de prova de um movimento no coração do Brasil, país de maior potencial de biodiversidade do planeta como também, sediar o processo de liderança do movimento místico e ambiental de uma ampliação da consciência planetária, propiciando a sobrevivência da humanidade, pois, é “da região central do país que emanarão as regras do meio ambiente para o mundo, e, outros paradigmas” (in *Trajetória de uma Maga*).

A sinalização e a formalização do caminho não restringem o percurso a uma forma linear, mas permitem que se estabeleçam novos percursos dentro da Região Mística para o alcance da plenitude. As cidades terão esculturas personalizadas e a instalação de uma estrutura de comunicação altamente potente para divulgação da região e do Caminho, a fim de serem conhecidos nacionalmente

*Obra registrada na Fundação Biblioteca Nacional nº 280273. Baseada no roteiro do filme *Caminho de São Gabriel a Bonfim e Natividade — Caminho de Compostela do Brasil*, registro nº 187337 livro 319 folha 491 em 22 de novembro de 1999 e, também, no livro *A Trajetória de Uma Maga Numa Região Mística do Brasil*, de Maria Narcisa de Abreu Cordeiro Pires (Narcisa Cordeiro) e Renée Chantal Dugué (Chantal Dugué), obra registrada na Fundação Biblioteca Nacional, Ministério da Cultura, escritório de Direitos Autorais nº Registro: 225.561, livro 396, folha 221, foi elaborado o Memorial do Caminho Místico Ambiental do Brasil Central.

e internacionalmente, via internet, aérea, televisão e outras mídias de comunicação e divulgação.

Ao longo do caminho, serão instaladas bases para que ocorra o processo de aperfeiçoamento e valorização dos recursos naturais, promovendo programas de educação, visando a resolução de problemas locais relacionados ao meio ambiente e ao desenvolvimento; a formação de técnicos ambientais para atender as necessidades regionais; o apoio ao desenvolvimento sustentável, reforçando a iniciativa local; o apoio a aptidões humanas no campo científico e tecnológico para proteção do meio ambiente, estimulando a pesquisa e o desenvolvimento dos setores produtivos da economia; o estudo das características, históricas e culturais, de cada micro região, será repassado aos visitantes, pelos seus habitantes que se beneficiarão com a presença do turista, trazendo-lhe uma nova maneira de viver. Estes turistas deixarão novos recursos que serão investidos para o desenvolvimento do município.

O caminho conterà elementos para aprimoramento amplo do ser humano na preparação para uma nova era, como o aperfeiçoamento espiritual, a ampliação da consciência e a aceitação da generosidade, da humildade e outros fatores para nos adaptar ao macro planejamento da salvação do mundo. Alto Paraíso, que se encontra no centro do Caminho já se caracteriza nesta tônica, nesta busca. Este Caminho permitirá um turismo místico, ambiental e educacional, uma introspeção, redimensionando os valores essenciais da vida. O processo se apoiará em locais pré-estabelecidos, amarrando certos pontos, para que as pessoas tenham caracterizado o Caminho para toda a humanidade.

Sabemos que são numerosos os países, que vivendo do turismo, proporcionam ótima qualidade de vida para seus habitantes, levando a cada município recursos para facilitar a inclusão social, utilizando a mão de obra local e a instalação de bases edificadas.

No referido projeto, programamos, basicamente o seguinte:

- Restauração do patrimônio histórico e religioso existente;
- Aproveitamento das instalações para pousadas,

albergues e campings em fazendas interessadas em recepcionar o turista e colônias de férias que conhecerão os costumes regionais;

- Sinalizações para os turistas, instalações de teleféricos e esculturas símbolos;
- Instalações de um sistema de trens para transporte de passageiros e cargas;
- Pavimentação das estradas, pois, a malha viária será priorizada, melhorando o sistema de transportes da região, tanto para o turismo, como para sua economia;
- Construções de hospitais, spas para terapias alternativas, escolas, bibliotecas, salas de vídeo e módulos de apoio para o planejamento familiar;
- Instalações de museus: do Folclore, do Índio, da Cultura Afro-brasileira, do Meio Ambiente, da História do Brasil e de Goiás;
- Construção de herbários, favorecendo o estudo de plantas medicinais;
- Laboratórios para elaboração de remédios fitoterápicos;
- Instalação de serpentários e laboratório para a produção de soro antiofídico;
- Laboratórios Santos Dumont para apoio ao pequeno cientista, com aparelhagem que propiciem a realização de pesquisa e inventos;
- Construção de um planetário em Alto Paraíso, com área anexa elevada para a contemplação da abóbada celeste e, também, salas para estudos da astronomia e da física quântica;
- Casa do Filósofo, com retrospectiva histórica da filosofia;
- Demarcação e construção de parques temáticos, estradas parque com mirantes, remansos para pequenos concertos ao ar livre,

trilhas ecológicas para peregrinos, sítios arqueológicos e ecológicos com evidência de cachoeiras, matas e outros elementos que devem ser considerados verdadeiros templos para meditação;

- Construção de um parque temático em São João da Aliança com a escultura de uma grande Arca da Nova Aliança, que deverá conter incrustações de cristais, simbolizando purificação espiritual (local onde recebeu-se a inspiração do Caminho Místico do Brasil, numa tônica de renovação, 1987);
- Instalação de eco vilas para a terceira idade, artistas, recuperação de viciados, projetos de assistência social e outros fins;
- Fazendas para criação de animais silvestres, promovendo a multifuncionalidade do espaço rural que não se limitará à agricultura e pecuária, mas também visará a preservação da biodiversidade, da paisagem, dos recursos naturais esgotáveis (o planeta tem que repensar a voracidade do consumo de suas riquezas naturais, e este é o momento inadiável);
- Instalação de fábricas para o aproveitamento de produtos locais, contribuindo para o turismo rural, na transformação de matérias primas;
- Instalação de tendas em áreas bucólicas, com infra-estrutura adequada para venda de livros, CDs, artigos de artesanato, etc...

Caminho Místico Ambiental do Brasil Central

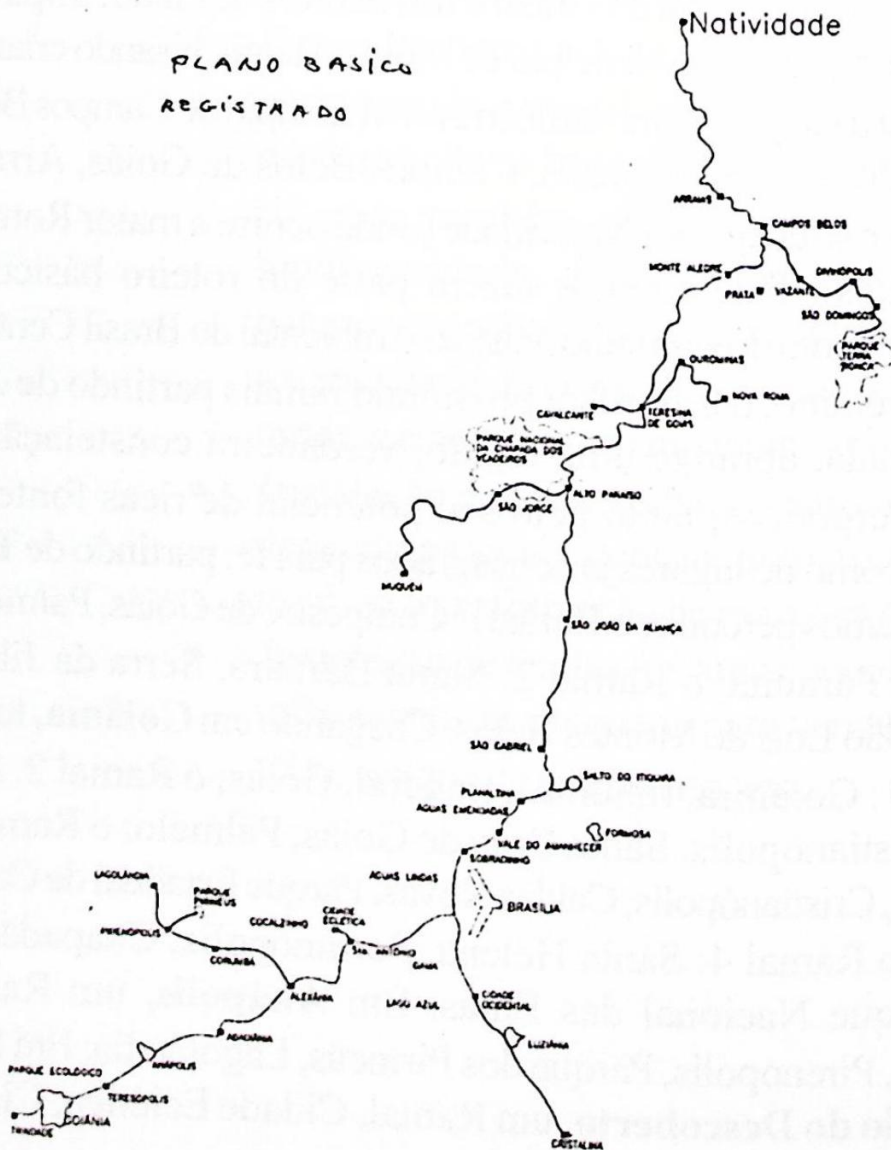
Inicia-se, oficialmente em Trindade (onde ocorre a romaria do Divino Pai Eterno: Pai, Filho e Espírito Santo), segue para Goiânia, Parque Ecológico Altamiro de Moura Pacheco, Teresópolis de Goiás, Anápolis, Abadiânia (considerada Portal Místico), Alexânia, Santo Antônio do Descoberto, Brasília (sonhada por Dom Bosco), Sobradinho, Reserva Biológica de Águas Emendadas, Planaltina, São Gabriel, São João d'Aliança, Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Alto Paraíso (centro místico do Caminho), Teresina de Goiás, Monte Alegre de Goiás (em Monte Alegre, deve se instalar um museu sobre a cultura Afro-brasileira, enfatizando a história regional, já que temos a presença da Comunidade Calunga, na Serra do Paranã – antigo quilombo do Brasil Central – o que possibilita uma retrospectiva na história do Brasil e nos hábitos de então; implantar uma grande represa no Município de Monte Alegre, visando criar um micro clima na região, como também, no Município de Campos Belos, amenizando o clima tropical), Campos Belos de Goiás, Arraias, Conceição e se chega em Natividade (onde ocorre a maior Romaria do Tocantins). Estes pontos fazem parte do roteiro básico do desenvolvimento do Caminho Místico Ambiental do Brasil Central.

Entretanto, o Caminho, possuindo ramais partindo de cada cidade citada, abrange uma região, verdadeira constelação de pontos energéticos, tanto pelo seu potencial de ricas fontes da natureza, como de lugares já consagrados pela fé: partindo de **Trindade**, podemos percorrer o Ramal 1: Campestre de Goiás, Palmeiras de Goiás, Paraúna; o Ramal 2: Santa Bárbara, Serra da Jibóia, Nazário, São Luís de Montes Belos. Chegando em **Goiânia**, temos o Ramal 1: Goianira, Inhumas, Itaberaí, Goiás; o Ramal 2: Bela Vista, Cristianópolis, Santa Cruz de Goiás, Palmelo; o Ramal 3: Bela Vista, Cristianópolis, Caldas Novas, Parque Estadual de Caldas Novas e o Ramal 4: Santa Helena, Serranópolis, Chapadão do Céu, Parque Nacional das Emas. Em **Anápolis**, um Ramal, Corumbá, Pirenópolis, Parque dos Pirineus, Lagolândia. Em **Santo Antônio do Descoberto**, um Ramal, Cidade Eclética, Cidade

Ocidental, Luziânia, Cristalina. Em **Sobradinho**, um Ramal, Vale do Amanhecer. Em **Planaltina**, um Ramal, Salto do Itiquira. Em **Alto Paraíso**, um ramal: São Jorge, Muquém, Niquelândia. Em **Teresina de Goiás**, um Ramal: Cavalcante, Ourominas, Nova Roma. Em **Monte Alegre de Goiás**, um Ramal: Vazante, Divinópolis, São Domingos, Parque de Terra Ronca. Em **Natividade**, um Ramal: Bonfim.

Obs.: outras cidades, como Jaraguá, Pilar e Ceres podem ser estudadas para serem incorporadas no planejamento.

Não podemos desprezar, neste mapeamento, estas cidades-ramais, de suma importância (que são intrínsecas) no fechamento desta figura geométrica, ou seja, no zoneamento de uso do solo desta mancha caracterizada como região mística no coração do Brasil.



Mapa do caminho místico do Brasil Central

Bariani Ortencio: um paulista e sua viagem pelos sertões da alma de Goiás*

*Brasigóis Felício***

Não vivemos debaixo da lei, mas da Graça. Assim escreveu João Guimarães Rosa, sobre os insondáveis mistérios da vida humana. E o mistério da vida é tão vasto que dificilmente sabemos explicar porque tomamos os caminhos que nos conduziram a ser quem somos. O que faz uma pessoa ser quem é, assumindo o destino de Sísifo de ser artista da palavra, em um tempo e em uma sociedade que considera os poetas como seres de inutilidade pública?

Como resumir, em vinte minutos de um discurso prosaico, uma vida que atinge 80 anos, tendo sido sempre intensa e realizadora, como é a de Bariani Ortencio? Conciliando sua vocação literária com sua paixão pela música, tornou-se o maior comprador e o maior vendedor de discos, em Goiás, através do Bazar Paulistinha, o primeiro estabelecimento do gênero, em nossa capital. Dezenas de artistas sertanejos e de música popular, dentre eles Eli Camargo e Lindomar Castilho – foram lançados em disco graças a este paulista para quem não existe tempo ruim, em matéria de incentivar talentos. Uma conversa neste sentido, em sua residência, com a presença de jornalistas e de Lindomar Castilho, de quem foi padrinho artístico, revela ter sido ele quem lançou em disco os primeiros trios e duplas sertanejas de Goiás.

Não escaparam nem mesmo Eli Camargo e a professora Honorina Barra, que chegaram a gravar um disco com o nome de *As goianinhas*. E aqui cabe perguntar: uma vida explica uma obra, ou seria a obra capaz de explicar uma vida? Embora se saiba, como já o sabia o velho Shakespeare, que o mal que os homens fazem a eles sobrevive, e o bem que chegam a fazer em suas vidas com seus ossos se enterra, não pode nosso homenageado se queixar: se muito ele fez por Goiás, nos campos da literatura, da música, e também

* Discurso proferido por ocasião das comemorações dos 80 anos do escritor Bariani Ortencio.

** Sócio titular do HIGG, ocupando a Cadeira nº 16.

como fazendeiro, industrial e minerador, colheu sucesso e vitórias, em tudo o que empreendeu. Não lhe faltou o apoio de sua família, de seus amigos, nem lhe foi negado o reconhecimento do povo goiano, que o recebeu de braços abertos, e soube aplaudir sua vida laboriosa e inspiradora.

Sendo uma das importantes personalidades literárias brasileiras, com vivência e atuação no Estado de Goiás, é um prolífico intelectual e escritor, com uma obra substantiva e variada, em que entram a prosa de ficção, o autor do Dicionário do Brasil Central e do Medicina Popular do Centro-Oeste. Como se isto já não fosse muito, notabiliza-se o escritor por ser um estudioso e pesquisador do folclore, tendo recebido o prêmio João Ribeiro, conferido pela Academia Brasileira de Letras à sua Cartilha do Folclore Brasileiro. É, atualmente, o presidente da seção goiana da Comissão Nacional do Folclore, notabilizando-se por notável elenco de realizações, à frente desta instituição.

Outra faceta criadora de Bariani, não menos importante, que aliás rendeu-lhe reconhecimento e consagração nacional, é a do compositor. Letras de músicas de sua autoria, bem como versões de sucessos nacionais e internacionais foram gravadas por importantes artistas do cenário regional e nacional brasileiro, revelando sempre um talento invulgar. Talento prolífico, não se contentou em ser um dos mais importantes autores de nossa ficção regionalista. Tornou-se conhecido autor de literatura para crianças e jovens, além de escrever literatura policial, um gênero dos mais difíceis, só esnobado por quem ignora que foi praticado por gênios da literatura, como Dostoievski, Júlio Cortazar e Edgar Alan Poe, ou por quem não é capaz de enfrentar suas dificuldades.

Familiares, amigos e admiradores do versátil e talentoso escritor Waldomiro Bariani Ortencio. Aqui estou, tentando me desincumbir a contento da honrosa tarefa de homenagear este notável representante da intelectualidade brasileira, nascido a 24 de julho de 1923, nas Usinas Junqueira, em Igarapava, São Paulo. Vivendo sua infância à beira do lendário Rio Grande, palco de muito luto e muita luta, muito cedo entrou para o comércio, trabalhando durante sete anos, nas Casas Pernambucanas, sem ganhar um tostão, pois então existia a figura do empregado praticante.

Sem considerar a justiça ou a injustiça de se colocar um jovem para trabalhar, sem qualquer pagamento, o certo é que Bariani Ortencio tanto praticou, que viria a se tornar, mais tarde, um empresário bem-sucedido. Trabalhou também como aprendiz de alfaiate, também sem receber pagamento, sendo uma extensão de seu trabalho o fazer compras, limpar a residência, vigiar crianças e lavar privadas para o patrão. Conta Bariani que seu patrão tinha uma filha, de nome Zuleika, que se matava de vergonha, quando o via executando tais serviços domésticos, quem sabe se por ter algum interesse no moço. Embora tenha sido, tanto em São Paulo quanto na Campininha das Flores, um exímio matador de pássaros e outros animais de pequeno porte, auxiliado que era por sua mortífera e certa pontaria, Bariani viria a se redimir do carma adquirido em matanças implacáveis, tornando-se um defensor da vida, como ambientalista amante do patrimônio natural.

O gosto pelo futebol veio de sua infância, o que lhe valeria, após chegar, com a família, em Goiânia, tornar-se um goleiro de sucesso, defendendo as cores do valoroso Atlético Clube Goianiense. Antes, porém, de demonstrar em um time de respeito, suas qualidades de goleiro, entrou por acaso, para esta ingrata e perigosa profissão. Estando a sapear uma das peladas que eram a única diversão do povo da cidade, faltou um jogador para o gol. O técnico, ao vê-lo ali, marombando, perguntou se ele toparia ir para o sacrifício. “De onde você vem, rapaz?”, indagou o técnico botocudo. “Vim de São Paulo, seu moço”. “Tá certo, então você é o Paulistinha.”

O apelido pegou. Tão bom era o Paulistinha em seu trabalho de guarda valas, que além de defender os petardos, ainda acumulava a função de costurador das bolas, que furavam, não agüentando as bicudas e trombadas do truculento futebol de várzea. Quando Bariani Paulistinha, intrépido goleiro do Atlético Clube Goianiense remendava a bola furada em técnica perfeita, e com um balão domingueira devolvia ao jogo, a galera ia ao delírio. Naquelas tardes provincianas do “chão vermelho” da cidade que surgia da garra de seus pioneiros, o futebol de várzea era a única alegria que havia na praça associada. Era igual à alegria de ver subir o Sputnik nos céus da Campininha — alegre como a noiva (moça brejeira) enfeitada de flores.

“Sempre gostei de ganhar dinheiro”, confessa o escritor, sem precisar de fazê-lo, haja vista ser público e notório que dinheiro honesto ele ganhou: “Durante o almoço, ou à hora do café, fabricava piões, preparava tabuinhas de peroba para trabalhos manuais do grupo (duzentos réis cada uma) e fazia garruchas com cascas de balas de fuzil. Covardão, pegava a garruchinha, enchia de pólvora, e dava para minha irmã Lucília experimentar. Fabricávamos também papagaios e cartolas de papel de seda, para vender. No nosso quintal da rua Bernardino de Campos com a Espírito Santo, fazíamos, Lucília e eu, cidades em miniatura. Com os pontos do catecismo levantávamos brinquedos para o natal, na igreja. Fui coroinha por muitos anos, também, ao tempo do padre Abel Mendes Teles, e ganhava 400 réis por semana: quatro picolés, que lá se chamava pau gelado.”

Tendo vivido o tempo em que o circo era o palco iluminado das ilusões e fantasias inocentes, naqueles tempos fagueiros de sua juventude não poderia imaginar o escritor que viveria um tempo em que o circo eletrônico seria o veículo massivo para a propaganda enganosa de raposas do populismo profissional, ou de produtos de que não precisamos, ou aos quais a grande maioria do “respeitável público” não tem acesso.

Sobre o tempo da inocência, que foi a época da arte circense, relata o escritor: “Igarapava foi a terra dos circos. Chegava um na mais profunda miséria, e saía de lá com pano, cordoame, cadeiras e bancadas, tudo novo. E assim mesmo só ia embora com intimação do delegado, pois deixava o povo na pior situação possível, porque até panelas eram vendidas. Lembro-me bem do proprietário do circo Pereira fazendo um apelo aos expectadores: ‘Respeitável público! Amanhã tem mais. O espetáculo será o mesmo de hoje, não presta mesmo não, mas venham ajudar-nos, pelo amor de Deus!’ Agora, quanto aos circos, tenho uma ressalva a fazer: penso que quem conseguia carregar o povo era o Quinzinho, com a sua banda de música. Aqueles circos chiques, que possuíam banda própria, contratavam o Quinzinho assim mesmo. Era assim: vesperando começar o espetáculo, não tinha ninguém na porta; aí o Quinzinho dava uma volta pelas ruas principais, arrebatando dobrados, e entrava pelo Largo dos Cachorros, com a multidão

atrás. Nós enchíamos o meu pai para levar-nos. Ele brontolava, dizendo que não, mas nós já sabíamos e ficávamos trocados de roupa. Assim que a banda do Quinzinho passava, ele corria a vestir o paletó, gritando conosco para que nos apressássemos. O Quinzinho, coitado, roubou uma máquina de escrever, na prefeitura de Conquista, e morreu de desgosto, na cadeia de lá”.

Tais memórias podem não ser pertinentes em uma homenagem acadêmica. Mas se o gênio de Camões entendia que nossa pátria é nossa língua, também pode ser a nossa infância. E muito da coragem e da, por vezes rude, franqueza deste paulista, agraciado com o título de Cidadão Goiano, vem da boa cepa da família comandada por seu avô, Fioravante Bariani, de seu pai, e de seu tio, Pedro Bariani, que foram os esteios de um magote de gente recém-chegado ao chão vermelho, onde se desenrolava a saga da construção da nova capital de Goiás. “O tempo, em muitos trechos, é sempre tranqüilo”, escreveu Guimarães Rosa. Nós é que nos agitamos, feito palhaços trágicos, no palco da vida, e não percebemos que, se viver é perigoso, também podemos exercer, em nossas vidas, a pedagogia da dignidade, sem gastar nossa coragem. Aqui, reportando-me ao pescador amigo do Araguaia, que é nosso homenageado, permiti-me fazer um poema inspirado em sua crônica *Os perigos do Araguaia*, publicada em *O Popular*. O maior perigo do Araguaia é o que, em bandos de bêbados, todo ano às suas praias aporta. No mais, não pisando em rabo de arreia, tudo é tranqüilo. Desde que só fotografias se tire do que ainda restou de vivo, depois que os urbanóides desembarcaram no Beero-can, com seus pacotes de *normoses*.

Senhoras e senhores: Uma vida não vale nada, mas nada vale uma vida. Chegar aos oitenta anos com a bagagem de realizações e vitórias, nos diversos campos em que atuou, constitui não só uma experiência de sucesso existencial, mas sobretudo dá corpo a uma lição de vida. Uma vida como a que vem construindo este cidadão brasileiro ensina-nos que há uma riqueza que não pode ser confiscada, e vence a entropia mental dos criadores de dificuldades: trata-se do poder da vontade, e da honestidade integral, que faz uma pessoa sair da condição de jovem trabalhador voluntário de uma loja de tecidos à condição de empresário de sucesso.

A herança de humildade e de coragem, que recebeu de seus pais e avós, repassou para seus filhos, e não só a eles. No exemplo de seu amor à vida, em sua inesgotável capacidade de fazer e de manter amizades, seus leitores o inspiram. E isto explica sua saúde física, e a juventude de seu espírito: Bariani não deixa morrer o sonho da alma. Pois é sabido que o agora é sempre grávido de desejos, e só a vontade tem o poder para criar realidade.

Amigo Bariani Ortencio: aqui fala o que sempre desafina, no coro dos contentes – o que vivia a falar desta casa, que aqui chegou, com seu apoio e sua amizade, quando as uvas maduraram. Fala o antigo e atual admirador, que decidiu que não seria outra coisa, senão escritor, depois de ler o seu livro *O sertão, o rio e a terra*, trazido até minha casa por meu pai, um leitor e um homem culto, embora fosse um simples policial militar. Quem fala aqui é quem, tendo sido, menino ainda, seu admirador, hoje vive a alta honraria de ser seu colega, nesta Academia de Letras.

Quem ocupa, hoje, esta tribuna, para homenageá-lo, é seu antigo secretário, que datilografava as fichas de seu *Dicionário do Brasil Central*, causando um certo prejuízo às suas finanças, pois sendo muito romântico, e tendo uma namorada em cada município, telefonava a todas, de sua casa, em interurbanos freqüentes. Este que o saúda guarda lembranças das vivências compartilhadas, em nossas jornadas pelo sertão profundo do chão goiano, como caixeiros-viajantes da cultura. Se você chegou até aqui, sem gastar sua coragem e o poder de sua vontade, é porque você conseguiu a façanha de conciliar, em uma só personalidade, o homem pragmático do comércio e o cultor das belas letras. Vivendo em um tempo em que tantos sucumbiram ao ter, você não traiu o sonho da alma. Por isto pode, como Fernando Pessoa, dizer: “Cumprido, com meu destino, o meu dever ao mundo. Inutilmente? Não, porque o cumprido”.

A vida de Bariani Ortencio, vivida sob o signo da vitória, tem sido um símbolo de luta, perseverança e fé nos ideais da cultura. Neste jogo, o paulista tornado goiano tem se saído vitorioso como bem o demonstra o poema a seguir. Uma homenagem a ele, prestada pela poetisa Elizabeth Abreu Caldeira Brito, chefe de gabinete do IHGG

O Dono da Bola*

Ao Bariani Ortencio

Cedo chegou
quis ficar,
fixar e ficou.
Lidou na lida:
madeira esculpida,
costura cosida.
Menino moleque,
o dono da bola.
Rasgada...emendava
como se nova fosse.
Consertava a jogada,
impondo presença,
goleiro escalado,
senão bola ausente.
A melodia o conquista:
escreve, vende,
produz, diversifica.
Pesquisa, publica,
preserva a cultura,
resguardando raízes.
Folclore o fascina,
a arte o seduz,
a escrita o domina
- Conhece de tudo.
De tudo um pouco.
- Um pouco não!
De tudo, um montão!

* Do livro *Dimensões do Viver*
de Elizabeth Caldeira Brito.

The text on this page is extremely faint and illegible, appearing as a series of light grey smudges and ghosting of characters. It seems to be a continuation of the historical text from the adjacent page, but the specific words and sentences cannot be discerned.

Epidemia e Família: a febre amarela na cidade imperial do Rio de Janeiro, em 1850*

*Fernando Lobo Lemes***

Os estudos que tratam das epidemias ocorridas ao longo da história da civilização ocidental têm avançado continuamente, e o espaço dedicado ao assunto pelos historiadores tem sido bastante ampliado e tem crescido, na medida em que a importância ocupada pelo tema assume maior vulto na historiografia contemporânea.

Não se dá de outra forma com os estudos sobre história da família. Partindo de vários enfoques, de diferentes perspectivas, a historiografia ocidental tem priorizado constantemente pesquisas que envolvem a família, bem como outras variantes relacionadas de uma forma ou outra com o assunto.

No Brasil, a preocupação com ambos os temas tem se revelado com certa assiduidade nos trabalhos produzidos, embora ainda muito esteja por ser feito.

Neste ensaio procuramos relacionar a temática da epidemia com aquela da família, perseguindo basicamente dois objetivos.

Em primeiro lugar, ao tratar da epidemia de Febre Amarela que surpreendeu os habitantes da cidade imperial do Rio de Janeiro em meados do século XIX, propomos a possibilidade de inserir as atitudes e comportamentos ali manifestos num modelo mais amplo construído pelo historiador francês Jean Delumeau, analisando-o a partir de uma tipologia dos comportamentos coletivos em tempo de peste.

A epidemia do Rio de 1850, devido às dimensões e formas que tomou em seu percurso, parece não se diferenciar essencialmente de outras grandes pestes que, por seus consideráveis estra-

* Comunicação apresentada no Curso de História Social da Família e da Criança na População do Brasil, ministrado pela Profª. Drª. Maria Luíza Marçílio, na Universidade de São Paulo – USP.

** É graduado em História pela UCG. Mestrando em História pela UFG.

gos e amplas repercussões, assumiram relevância significativa para os historiadores, bem como para a historiografia das respectivas nações e/ou regiões onde ocorreram.

Acreditamos, portanto, podermos encontrar no flagelo que se abateu sobre a Corte do Império, em 1850, efeitos esmagadores na organização social da cidade, a exemplo de outros grandes eventos epidêmicos conhecidos e já estudados.

Mesmo porque, o acesso às informações sobre a epidemia do Rio, nos leva a perceber a forte incidência da Febre, que desferiu seu poder em todas as direções e sentidos possíveis, chegando a atingir provavelmente a totalidade das famílias existentes à época na cidade.

A enormidade de seus estragos e o vulto das conseqüências que engendrou podem ser facilmente imaginados: de uma população total de 266.466 habitantes, mais de 1/3, ou seja, mais ou menos 94 mil pessoas foram prostradas nos leitos de suas casas e nos hospitais da cidade. As mais de 4 mil mortes, ao longo dos oito meses em que persistiu a epidemia, foram responsáveis por quase 40 por cento da mortalidade total computada para o ano de 1850.

Em segundo lugar, ao identificarmos uma certa desorganização dos grupos familiares por força da epidemia, julgamos também poder encontrar os indícios de uma deterioração momentânea nas relações sociais na cidade, alcançando inclusive suas instâncias econômicas e políticas.

Acreditamos, pois, que a degeneração das referências e dos laços mais ternos no âmbito do ambiente familiar, nos momentos mais agudos e mais intensos do ataque epidêmico, é que parecem dar início e mesmo provocar a paralisação ao menos parcial das demais estruturas constituintes da sociedade.

É, pois neste núcleo essencial, na família, que poderemos detectar e sentir a intensidade do flagelo. Pois, ao ataque cada vez mais intenso às famílias, pela força contagiante e destruidora da epidemia, correspondia, proporcionalmente, o funcionamento precário e decadente das instituições e dos serviços urbanos existentes na cidade.

Assim, tendo sempre como pano de fundo as estruturas familiares, insistentemente citadas nas referências contemporâneas do flagelo, é que perseguiremos os rastros de horror e morte deixados pela epidemia.

Desta forma, associando ao estudo da epidemia de 1850 as condições de existência das famílias durante a propagação incontrolável da Febre Amarela, sugerimos a possibilidade do estabelecimento de uma relação entre essas duas temáticas distintas, mas colocadas agora num espaço comum, num mesmo plano e apreendidas num mesmo momento de análise.

As Epidemias na História

Desde épocas longínquas, a fome, aliada às guerras e epidemias, tem se constituído num mecanismo que impõe à vida um ritmo que regula sua expansão, tendo produzido grandes mortandades nas populações do passado. A respeito dessa tríade devastadora, acrescenta um historiador francês: *“Se medirmos as crises demográficas pelas mortes que provocaram, sabemos hoje que as guerras e as fomes têm, de forma geral, efeitos bem menores do que as epidemias”* (1).

Examinando melhor a história, podemos constatar que desde tempos remotos temos notícias de pragas e epidemias a causar danos às sociedades, como o demonstra, por exemplo, o Velho Testamento, cujos textos estão plenos destas narrativas, e mesmo na Antigüidade, tendo sido atingidas com certa freqüência as regiões próximas ao litoral do mar Mediterrâneo.

O elenco de doenças epidêmicas que, por suas dimensões altamente comprometedoras, provocaram grandes alterações e profundas rupturas em momentos cruciais nas mais diversas aglomerações humanas é reconhecidamente vasto e bastante extenso.

Contudo, ainda hoje, de forma mais genérica, a única grande epidemia tradicionalmente considerada pelos historiadores com a devida importância é a já conhecida e largamente estudada Peste

Negra que invadiu e flagelou grande parte da população européia na Idade Média, sendo invocada pelos estudiosos “ (...) *para explicar algumas das grandes mudanças políticas, demográficas, econômicas ou sociais do passado* ” (2).

Não obstante, algumas doenças de caráter epidêmico ou permanentemente endêmicas assumem importante papel para o estudo mais recente da história das sociedades e populações ocidentais, obtendo destacadas análises por parte de estudiosos do passado.

A varíola, por exemplo, mal antigo, fez consideráveis e importantes vítimas, como Luiz XV, rei da França, quando, no século XVIII, encontrou dificuldades para desenvolver-se devido aos avanços médico-terapêuticos nas formas e nos métodos de combatê-la. Prosseguiu, entretanto, sua mórbida trajetória durante todo o século XIX para somente no início do século XX ser completamente controlada nas nações ocidentais mais pobres.

Originário dos vales do Ganges e do Brahmaputra, seguindo por vias terrestres e marítimas, o “colera-morbus” alcançou a Europa na terceira década do século passado. Nas palavras de Alain Becchia, “*La vague de ‘cholera-morbus’ qui atteignait la France em 1832 fut la première des sept pandémies cholériques qui frappèrent l’Europe aux XIX^e e XX^e siècles*” (3).

Da Europa, o vibrião colérico estendeu-se ao outro lado do atlântico, ampliando sempre seu caminho e fazendo ao longo de suas trilhas incontáveis vítimas.

Encontrada em regiões tropicais e subtropicais da África e América, a febre amarela, outra moléstia que tem ocupado espaço na produção científica e acadêmica relativa às grandes epidemias, já incidiu de forma bastante significativa em áreas temperadas. Apesar de reconhecido seu agente transmissor (o mosquito *Aedes Aegypti*), a teoria de sua origem ainda hoje é causa de inúmeras controvérsias.

Não havendo indícios da existência dessa febre ou de sua manifestação na Antigüidade, parece ter ocorrido entre os séculos XV e XVII nas áreas centrais da América, para reaparecer durante

o século XIX com intensidade suficiente para provocar verdadeiras catástrofes. Abateu-se também sobre a Filadélfia, Montevidéu, Buenos Aires e Lisboa (4).

No Brasil, as três doenças referidas não deixaram de fazer seus estragos. Rota da morte que segue na esteira das epidemias devastadoras, aqui a varíola, mais conhecida como “bexiga” ou “varicela”, projetou seus efeitos desde o século XVI, sendo reconhecida sua presença endêmica no Rio de Janeiro desde o começo do século XVII (5). Durante o século XIX, manteve presença assídua até sua erradicação, já na aurora do século XX, através das medidas saneadoras de Osvaldo Cruz.

Quanto ao “cólera-morbo”, provocou aqui uma das maiores epidemias do século XIX, atingindo implacavelmente incontáveis regiões do país. Existem estudos pontuais sobre sua incidência, particularmente na Bahia, levando em conta, inclusive, suas consequências no âmbito do processo produtivo da província, cuja população foi profundamente afetada (6).

Com relação à febre amarela, análises específicas de seu aparecimento em forma de epidemia na cidade do Rio de Janeiro e no Brasil podem ser encontradas em alguns autores, já que se constituiu, provavelmente, na mais importante epidemia registrada na história do Brasil, devido, por um lado, às suas características bastante específicas e, por outro, por ter incidido de forma absolutamente brutal em todo o reino durante o século XIX e, de maneira particular, na cidade do Rio de Janeiro, a Corte do Império.

Todas essas doenças, entre outras, que em determinadas épocas emergiram sob a forma epidêmica, zombando e desafiando os povos, em momento algum se mostraram complacentes com os sofrimentos humanos ou com a ordem estabelecida de seus agrupamentos.

Quando não eliminaram parte considerável da população através da presença apavorante da morte anunciada, premeditada, mas ao mesmo tempo repentina, deitaram sobre leitos mórbidos, sem esperanças, famílias inteiras, vilas e cidades, com a promessa silenciosa de um fim próximo, arrebatador e inevitável.

Dessa forma, as epidemias a seu modo e durante o tempo de sua atuação alteraram comportamentos e atitudes, interferiram na ordem do poder, atingiram o processo produtivo e passaram a representar, portanto, momentos de importância ímpar na história, revestindo-se da necessidade de serem compreendidas nos contextos em que afloraram, em toda a sua complexidade e força, tornando-se objetos para a análise dos quais os pesquisadores do passado não podem prescindir.

Epidemia e família

Movendo-nos por entre estudos referentes a pestes e epidemias, desde aquelas relatadas nos textos bíblicos, passando pela Peste Negra, até as mais recentes, que submeteram os povos ocidentais, incluindo o Brasil, visitando as crônicas e testemunhos, as narrativas emocionadas, mas realistas, das vítimas dos grandes flagelos de outrora, deparamo-nos com referências constantes a um elemento cuja análise julgamos do mais alto valor para o entendimento dos efeitos que as calamidades coletivas fazem recair sobre os povos. Este elemento é a família, imaginada por nós como centro e unidade nuclear, coluna vertical da sociedade organizada.

Na construção de uma tipologia dos comportamentos coletivos em tempos de peste, Jean Delumeau indiretamente confirma nossa suspeita de que as grandes pestes fazem incidir exatamente sobre o núcleo central das sociedades, a célula familiar, os efeitos mais dramáticos de sua violenta propagação.

Imaginamos igualmente que quanto maior é a violência e o grau de destruição imposto pela peste, tanto maior será a violência e o grau de desestruturação do núcleo e dos laços familiares.

A correspondência entre epidemia e família nos dá, portanto, a proporção exata da intensidade do flagelo. Neste contexto, é preciso também considerar a correlação imediata existente entre a família, centro do espaço social privado, e as demais instituições, espaço público, dimensão social mais ampla.

Com efeito, a desestruturação do espaço e dos laços familiares teria como conseqüência a desorganização global da sociedade.

Para Delumeau, as atitudes comuns em tempo de peste caracterizam-se, entre outros indicadores, pela absolvição da morte personalizada, pelo desregramento e licença desenfreada, pela demência e, enfim, por todos aqueles procedimentos ligados ao que ele denominou “desestruturação do ambiente cotidiano”, desestruturação que abalaria, por sua vez, as bases do psiquismo individual e coletivo (7).

A esta situação de desgoverno individual e coletivo, Delumeau faz corresponder alguns acontecimentos provocados pela condição epidêmica que atuariam como causas e poderiam explicar aquelas atitudes: entre outros ele enumera o desmoronamento das estruturas familiares, ou seja, a “abolição dos quadros familiares” (8).

Ao citar um religioso português que conviveu com a Peste Negra no século XVII, dá-nos um exemplo inequívoco do abalo sofrido pelas famílias vítimas da epidemia: *“A justiça não é mais obedecida; os ofícios param; as famílias perdem sua coerência e a rua sua animação”* (9).

A propósito da abolição dos laços familiares, o mesmo autor transcreve parte de uma crônica italiana contemporânea da peste de 1630, onde, a certa altura dos ataques pestilentos, *“Não se suspeitava apenas do vizinho, do amigo, do hóspede: esses doces nomes, esses ternos laços de esposo, de pai, de filho, de irmão eram objetos de terror; e, coisa indigna e horrível de dizer, a mesa doméstica, o leito nupcial, eram temidos como armadilhas, como locais onde se escondia o veneno”* (10).

As referências às famílias vítimas das pestes não cessam. Como esta passagem, extraída do **“Diário do ano da Peste”** (a de Londres em 1665) de D. Defoe: *“[...] os mais ricos, os nobres e a gentry do oeste apressavam-se em deixar a cidade com suas famílias e seus criados [...], não se viam senão carros e carroças carregados de bagagens, de mulheres, de crianças, de criados”* (11).

Ou esta outra, ainda transcrita das citações de Delumeau, do mesmo religioso português já citado: *“[...] as crianças são*

subitamente separadas dos pais, as mulheres dos maridos, os irmãos ou os amigos uns dos outros [...]” (12).

Essa recorrência permanente em épocas de epidemias detectada igualmente nas crônicas brasileiras do século XIX, como veremos mais adiante, nos leva a avaliar o grau de preponderância dos grupos familiares e sua importância significativa na própria constituição e conformação das instituições sociais, bem como no imaginário coletivo dos tempos passados.

Sabemos da posição relevante ocupada pela família hoje e nas sociedades tradicionais. Muita dedicação e enormes esforços vêm sendo dispendidos no sentido de iluminar esse objeto de estudo e muita água vem sendo jogada nesse moinho de conhecimentos sobre a família.

Tanto a historiografia européia e norte-americana quanto a brasileira, *“especialmente nas últimas três décadas, têm priorizado o estudo da família, [...] partindo do enfoque demográfico até o das mentalidades e comportamentos, passando pelo cotidiano, o material, o sócio-antropológico, o psicológico”* (13).

Estes estudos têm nos instrumentalizado melhor a fim de que possamos compreender da forma mais aproximada possível a realidade passada.

Saber, por exemplo, que tipo de família predominava nas sociedades tradicionais é fundamental para esclarecer vários aspectos relativos ao estudo das epidemias.

Para perguntas do tipo: *que forma e/ou modelo de família a Peste Negra surpreendeu e atacou durante tão longos séculos da história européia?*, alguns estudos recentes nos apontam respostas e caminhos.

Mais especificamente, para o período que antecede o processo de industrialização, coexistiam na família tradicional o grupo familiar e o grupo de trabalho. De acordo com Peter Laslett, *“o grupo doméstico-residente da Europa pré-industrial foi, de forma geral, adaptado para atender às finalidades de produção e de procriação, características comuns de todas as sociedades não industriais, tanto no presente, como no passado”* (14).

Ora, tudo indica que é este o modelo de família que as pestes encontraram nas sociedades tradicionais européias, evidentemente com as devidas nuances e variações. E o peso e importância desta célula e unidade no contexto da comunidade mais ampla não podem, de forma alguma, ser ignorado nas análises das sociedades passadas. Menos ainda em tempos de epidemia.

Philippe Ariès corrobora ainda mais os argumentos em defesa da importância da família tradicional no meio social, ao especificar suas funções. Diz ele que ela “[...] *tinha por missão - sentida por todos - a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua cotidiana num mundo em que um homem, e mais ainda uma mulher isolados não podiam sobreviver, e ainda, nos casos de crise, a proteção da honra e das vidas*” (15).

Imaginemos, apenas por instantes, esta estrutura desfeita, desarticulada, desorganizada e por alguns momentos recriemos o quadro dos efeitos possíveis no âmbito mais amplo desta comunidade, e veremos o caos.

O avanço da epidemia e as medidas sanitárias no Rio de 1850

O Brasil do século XIX conviveu cotidianamente com a morte, que atingia índices extremamente elevados. Antes do ano de 1900, a mortalidade brasileira situou-se sempre acima das 40 ou 45 mortes anuais para cada mil habitantes. Hoje estes níveis giram em torno de dez falecimentos por mil habitantes (16).

Visitando a cidade do Rio de Janeiro em meados do século passado, o maior e mais importante reduto urbano do Império, encontramos uma população cuja taxa de mortalidade superava sempre os índices de natalidade. Nas palavras de Maria L. Marcílio, “*systematiquement, chaque année de 1830 au début de ce siècle, le nombre de décès l'emporta sur celui de naissances*” (17). Dados coligidos pela mesma autora apontam para 1850, no Rio, um quadro absolutamente aterrorizante: 11.192 mortes para apenas 5.817 nascimentos.

Apesar disso, a cidade não parava de crescer e sua população aumentava a cada ano graças à entrada massiva de escravos provenientes da África e de outras províncias do país, ao incremento contínuo da imigração européia e dos habitantes de outras partes do Brasil (18).

Este crescimento constante, entrecortado pelo aumento populacional ininterrupto, apenas contribuía para agravar ainda mais a situação da cidade, cujas condições sanitárias eram simplesmente deploráveis e onde as medidas tomadas pelo governo imperial se mostravam sempre insuficientes, dando até mesmo a impressão de haver um descaso por parte das autoridades oficiais quanto aos preceitos higiênicos, notadamente públicos.

Não era por acaso que o Dr. José Pereira Rego, Barão do Lavradio, médico proeminente da Corte, denunciava, já em 1873, "*A pouca importância que tem merecido da administração pública o auxílio valioso que com referência a este ponto [...] podem fornecer os preceitos higienicos em suas aplicações praticas*". Criticando as medidas adotadas, posto visarem apenas resultados imediatos, dizia ele serem "*improficuas*", chegando mesmo a se reportar ao [...] *estado actual de nossa organização social, quando tão atrasado se acha entre nós tudo quanto respeita a hygiene municipal propriamente dita*" (19).

Diante dessas condições, marcada pela morte, pela morbidade cotidiana, fábrica do medo, por assim dizer, a cidade do Rio de Janeiro inspirava o horror:

A mortalidade infantil nos dá, ela própria, a medida exata do terror: em 1859, a proporção de recém-nascidos mortos antes do primeiro aniversário era de 359 por 1.000; a taxa dos que faleciam antes dos cinco anos atingia 604 por 1.000. Em 1871, a mortalidade de crianças menores de cinco anos atingiu a 578 por 1.000; em 1875 a 645, e em 1877 a 604. "*Un veritable genocide de petits enfants!*" (20), exclama Marcílio.

Vale lembrar, além disso, que os dados acima apresentados nem sempre coincidem com períodos de epidemias, quando tanto as taxas de mortalidade quanto as de morbidade atingem índices consideravelmente elevados (21).

Como, então, compreender o impacto provocado nos homens do Dezenove brasileiro por essa presença marcante da morte?

A epidemia de febre amarela de 1850 que se abateu sobre a cidade do Rio de Janeiro, ao intensificar a presença da morte, elevando ainda mais os índices da mortalidade, pode, sem dúvida alguma, constituir-se num modelo de análise, tornando-se uma porta de entrada no tempo que nos permite entrever os comportamentos e as atitudes dos homens da época.

Mesmo porque, a importância da qual se revestiu a epidemia não se limita apenas ao simples fato de permitir trazer à luz do presente, através dos rastros documentais que produziu, fatos contundentes de nosso passado: reverberou também no seu tempo, incitando os homens a novas atitudes, alterando costumes e hábitos, promovendo e impulsionando iniciativas inéditas, como sempre fazem os grandes acontecimentos históricos.

Por outro lado, as peculiaridades dos efeitos da febre amarela, cuja forma de propagação e características diferem basicamente de outras moléstias que reinavam à época, surpreenderam não apenas os homens, mas também com eles as instituições, criações suas que lhes norteiam a ação.

Seu caráter pouco seletivo, não fazendo distinção de classes sociais, cor, sexo ou idades, atacando igualmente a todos, no espaço que talvez por ironia escolheu (justamente a Corte do Império), movimentou como nunca a imaginação e o medo, multiplicando idéias e ações conjuntas que pudessem deter ou ao menos amenizar o avanço da peste e o sofrimento sobre-humano a que submetia os homens.

A peste então desencadeou o que poderíamos considerar a primeira campanha sanitária oficial no Brasil, norteada pelas novas perspectivas de atuação das instituições de saúde pública e organizada pelos mais proeminentes médicos da Corte.

De forma pragmática, este fato parece ter imprimido uma nova orientação à organização da saúde pública no país, demonstrando, a partir de então, haver uma preocupação permanente com o planejamento de ações e práticas de higienização

que dariam à medicina um caráter de atuação profilático e não mais apenas curativo (22).

Os médicos de 1850, envolvidos pela agonia de um verdadeiro flagelo promovido pela epidemia, propunham medidas até então inusitadas (23):

1. A criação de uma Comissão Central de Saúde Pública, para coordenar os combates contra a epidemia;

2. A criação, em cada paróquia ou distrito da cidade, de sub-comissões paroquiais de saúde pública, compostas por sub-delegados de polícia, de fiscais e médicos;

3. A criação de um serviço de assistência aos pobres, com médicos, medicamentos, etc.;

4. A Intervenção das Comissões Sanitárias, no porto, nas ruas, nas prisões, nos hospitais, nos conventos, nas escolas, nos teatros, nas igrejas, etc., para controlar o respeito às regras de higiene;

5. O registro dos médicos.

A partir dessas primeiras iniciativas, e ainda sob o furor da Febre epidêmica que reinava, foi criada a “Junta Central de Higiene Pública” que esteve atuante até o fim do século. Em 1886, a “Junta” transformou-se na “Inspeção Geral de Higiene”, quando foi também criada uma outra “Inspeção Geral da Saúde dos Portos”. Estas duas instituições, vale lembrar, constituíam-se em organismos essencialmente médicos (24).

Como, apesar das medidas implementadas, a epidemia proliferava indiferente sobre a população da cidade, ainda outras providências marcariam as transformações das práticas sanitárias e das políticas públicas do Império, como se o flagelo requisitasse, pela sua inerente ousadia, ações que lhe impusessem limites.

Assim, a situação deprimente da população reclamava decisões e medidas de higiene pública que saneassem o meio ambiente urbano, eliminando as causas imputadas ao mal e, por conseguinte, amenizando a irrefreável epidemia.

As autoridades, pressionadas, tomavam providências: promoveram o aterramento de pântanos, a expansão dos limites da

cidade, a abertura de novas ruas, a construção de habitações em lugares mais elevados e menos insalubres, a instalação de redes de esgoto, a melhoria na distribuição de água, a proibição definitiva dos enterros nas igrejas (providência a muito reclamada pela “civilização”) e, por conseqüência, a abertura de cemitérios públicos, e ainda o estabelecimento de hospitais de isolamentos fora do centro da cidade (25).

Mesmo diante do extenso elenco de mecanismos adotados e da manutenção permanente de medidas que visavam barrar o avanço do flagelo, prevaleciam os efeitos incontidos da doença sobre a população.

Apesar do esquadramento do espaço urbano pelo saber médico, suas estratégias e métodos inovadores não foram suficientes para estancar a infecção que afetava os corpos.

Nem a terapêutica, nem a engenharia sanitária foram suficientemente eficazes na luta contra um mal talvez maior que a própria epidemia: o desconhecimento das causas reais da doença.

Mesmo assim, forçoso é reconhecer e impossível seria negar o momento revolucionário para a saúde pública do Império em que se constituiu a epidemia de Febre Amarela de 1850.

Contudo, como afirmou o próprio ministro dos Negócios do Império, a peste zombou com seu veneno, “[...] *de todos os esforços e invadiu com incrível rapidez a cidade inteira*” (26).

A desorganização do meio ambiente cotidiano

Mesmo diante da inexistência de trabalhos comparativos entre epidemias ocorridas no Brasil e outras ocorridas noutros países, as reações durante estes momentos difíceis por parte dos brasileiros, as atitudes coletivas aqui detectadas parecem, mais genericamente, não se diferenciar daquelas produzidas e encontradas durante outras grandes manifestações epidêmicas.

Por outro lado, ao detectarmos um certo grau de desestruturação do ambiente cotidiano, perfeitamente perceptível durante a epidemia de 1850 no Rio, através da observação das

alterações ocorridas no funcionamento do comércio e do artesanato, da invasão que fez a epidemia nos espaços e nas instâncias do poder político e na perda das referências comuns por parte da população, acreditamos, ao mesmo tempo, poder encontrar na desorganização parcial dos laços familiares indícios que apontam e revelam a intensidade e o grau de incidência e destruição imposto pela peste.

Deste modo, a correspondência entre epidemia e família nos pode dar, também no Rio de meados do século XIX, a proporção direta da intensidade do flagelo. Vale lembrar que ali, tanto quanto noutras epidemias que deixaram suas marcas na história, a recorrência à família nas referências e fontes existentes é uma constante.

Família predominantemente nuclear, que não se difere, contudo, daquele modelo proposto por Peter Laslett para as sociedades tradicionais pré-industriais, mas conservando certas especificidades e peculiaridades próprias da sociedade brasileira do século passado: eis o tipo de família acometida pela Febre Amarela epidêmica na cidade imperial do Rio de Janeiro em 1850.

Introduzida por via marítima ainda no decorrer do mês de dezembro de 1849, trazida por marinheiros provenientes da Bahia, onde já reinava epidemicamente, a febre amarela aportou na cidade e do porto estendeu-se a outros pontos e localidades através das ruas que lhe serviam de canais de propagação. “*A princípio*”, relata o Dr. Avé-Lallemant, médico da enfermaria dos estrangeiros da Santa Casa de Misericórdia, “*caminhava muito devagar, porém caminhava com passo certo quasi de uma casa para outra, de uma travessa para outra, e nas casas e nas travessas atacando uma após a outra [...]*” (27).

Essa entrada magistral e quase instantânea da Febre também seduziu outros expectadores. O Dr. José Pereira Rego mapeando os caminhos do flagelo na cidade esclarece e indica o percurso da doença: do litoral, de “[...] *três pontos marchou para o interior della e seus subúrbios por tres direções ou raios mais ou menos distintos e bem marcados*”. O primeiro, da rua da Misericórdia, encaminhou-se para o lado sul da cidade; do segundo ponto, da Prainha e suas imediações, seguiu em direção ao norte; do terceiro

ponto ou do central, da praia dos Mineiros ou do Peixe, subiu pelas ruas centrais. Nestes sentidos e direções, prossegue o Dr. Pereira Rego, a Febre Amarela impôs seu ritmo, *“de modo que para fins de março a cidade estava sob a influência epidêmica em todos os seus pontos”* (28).

Uma vez no interior da Corte do Império, apenas cessaria seus efeitos sete ou oito meses mais tarde. Enquanto isso, de rua em rua, de casa em casa, a epidemia fazia das famílias do Rio objeto de desprezo e alvo de lágrimas e medo. Nada podia detê-la, nada cessava seus movimentos ininterruptos, nada impedia seus passos que, por várias vezes, carregavam o peso inexorável da morte.

Sitiados pela epidemia, tomados pela doença, os hospitais e serviços de saúde da cidade estavam sobrecarregados daqueles que, por um caminho ou outro, chegavam às casas públicas e clínicas particulares de tratamento em busca de socorro médico, pois a Febre reinava soberana. Nas palavras do Dr. Avé-Lallemant, *“Sem cerimonia ataca tudo, prostra tudo sobre o leito dos sofrimentos; ha casas em que nenhum indivíduo fica intacto; nenhuma idade, nenhum estado, nenhum sexo dá um privilégio, uma isenção”* (29).

Em meio aos ataques incontroláveis da epidemia, às mortes em quantidade visivelmente mais elevadas que em dias normais, um outro fator parecia agravar a situação: o controle da informação. *“O que, sem dúvida alguma, mais assustava era a absoluta proibição de publicar diariamente o número de mortos”*, disparava o Dr. Lallemant (30).

Certamente, o pessimismo exacerbado, levado ao ápice pela dúvida e pela incerteza, exagerava a imaginação, fazendo ampliar as proporções da epidemia nos cálculos errôneos elaborados pelos amedrontados habitantes da cidade. E ao aumento imaginado do flagelo correspondia a ampliação do medo. *“Este silencio misterioso”*, afirmava Lallemant, *“fazia que tudo causasse medo. Atras de cada porta fechada via-se um morto, quando o sol batia sobre uma casa, e se fechavão as janellas, julgava-se que algum cadáver estava na sala; quando um homem corria pela rua, julgava-se que corria em busca de um médico ou sacerdote para algum doente ou moribundo”* (31).

Quem viveria tal situação, sem se impressionar com as imagens deprimentes, com o silêncio aterrador e com a dura incerteza da real proporção da peste?

Quantos pesadelos não expulsaram dos leitos homens e mulheres sadios e plenos de esperanças? Quanta ansiedade não invadiu os corações aflitos de pais preocupados com o futuro de seus filhos e de jovens casais que ainda não os haviam tido, mas que planejavam tê-los?

A insegurança com o futuro era uma constante. Mas a brutal realidade da doença iminente amarrava e detinha os homens no presente, aterrizava-os no solo incômodo de suas casas, de suas ruas, de sua cidade.

Justificável insegurança, pois, como nos diz mais uma vez o Dr. Avé-Lallemant, houve casas “[...] em que famílias inteiras desaparecerão; e [...] ficarão muitas mulheres viúvas, e muitas crianças orphãs” (32).

A gravidade momentânea da vida parecia, naqueles dias, encontrar motivos e razões que a tornava cada vez mais aguda, dolorida: a instantaneidade da doença também apavorava os homens. Alguns casos são narrados em que indivíduos *sãos*, em pleno desempenho de suas funções, não mais que de repente, prostravam-se doentes. É o caso do SR. E. A. da V., citado pelo Dr. José Pereira Rego: “[...] não tinha pessoa alguma de sua família com a moléstia; porém, mandando uma sua criada à cidade, voltou esta doente e succumbiu em poucos dias. Logo após adoeceu sua filha e succumbiu igualmente” (33).

Por volta de meados do mês de março, quando a epidemia alcançou seu mais elevado grau de intensidade, encontrando-se toda a cidade submetida aos seus caprichos, já “Não havia [...] uma só família, para assim dizer, que não tivesse dores e lágrimas, uma rua que não fosse um hospital” (34). A indiferença, marca indelével da Febre Amarela, parecia mesmo nortear seus avanços, e como por ironia não poupou sequer a própria família do médico. E é o próprio Dr. José Pereira Rego quem narra: “[...] em nossa família deu-se o fato seguinte: que retirando-se ella para a Lagoa Rodrigo de Freitas muito além do Jardim Botânico adoe-

ceu gravemente no mesmo dia meu filho mais moço, e o trouxe imediatamente comigo para a cidade. Apesar disso a molestia continuou a aparecer no resto da família [...]” (35).

Ao produzir seus estragos incontáveis, induzida por suas preferências, à época incompreendidas, a epidemia repercutiu também no exterior.

A morte de representantes estrangeiros como a do Sr. Morgan e do Sr. Serra, diplomatas norte americano e francês (36), respectivamente, emprestou à epidemia ares de catástrofe, triste e assustador, e ainda profundamente prejudicial à imagem que se formava do Rio de Janeiro no exterior. A partir de 1850, a Febre Amarela ficou conhecida noutros países como a “Febre Amarela do Rio de Janeiro” e como o “Mal do Brasil” (37).

Tudo isso criava uma expectativa cada vez mais negativa nos protagonistas do horror epidêmico que reinava. Naquele momento, as tintas do quadro pintado para a época não podiam ser mais negras: praticamente todas as famílias tinham já sofrido os incômodos sintomas da Febre, em todas as casas havia pelo menos um doente, em todas as ruas da cidade contavam-se numerosas vítimas fatais.

Vemos então que a esperança dos homens tem seus limites, e o sofrimento, de seu lado, também impõe suas condições.

Por isso, a partir de determinados momentos, em meio ao palpitar irregular de mentes e corações, o medo que perseguia os homens tomava novo vulto, assumia novas formas, e a angústia sobrevinha ainda mais intensamente debilitando-os e tornando-os ainda mais frágeis e suscetíveis aos acontecimentos.

A certa altura da epidemia, diante da persistência a toda prova da doença, os laços familiares pareciam ter perdido suas funções e um sentimento de impotência invadia os homens, impedindo e alterando a convivência entre eles, modificando o funcionamento cotidiano e o movimento normal da cidade, como se as forças que os impulsionavam para a vida tivessem perdido sua dimensão costumeira.

É neste momento, instante em que as estruturas básicas constituintes do meio ambiente cotidiano são pouco visíveis, confusas, de textura frágil, de contornos quase invisíveis, que o olhar vazio de nosso narrador por entre as ruas quase mortas da cidade reclamava a presença de outras pessoas: *“havia bem tempo em que se não via nenhum vendedor de estátuas de gesso na rua, nenhum concertador de bacias e caldeiras, nenhum negociante de chapéus de chuva. A ópera italiana calou-se, alguns membros della para nunca mais serem ouvidos”* (38).

Mais adiante, a tinta da mesma pena nos permite recriar as imagens daqueles dias assoladores: *“havia casas de commercio, que por pouco ou mais tempo ficavão inteiramente fechadas. ‘Sou o único que neste instante não está doente em casa’. Assim escreveu um dia um guarda-livros de uma casa allemã para a Europa, e pouco tempo depois elle também morria”* (39).

Temos aqui a sensação de que o comércio da cidade encontrava-se ao menos parcialmente interrompido, de portas fechadas. E os artesãos ausentes, talvez desaparecidos, resguardavam-se do perigo mortal representado pela Febre.

E as instâncias do poder político, teriam por algum capricho especial da epidemia ficado intocadas ou restado ilesas às garras do flagelo? Teriam sofrido menos os estadistas brasileiros?

Não é o que afirmava, então, o Dr. Avé-Lallemant: *“[...] a morte entrava para a câmara dos deputados, introduzindo-se nas veneráveis fileiras do Senado e, ousada, tomou acento até no meio do Conselho de sua Majestade Imperial”* (40).

Seria exagero entrever o pânico entre as mais eminentes autoridades do Império, considerando a elasticidade da epidemia que estendeu a morte a todas as instâncias da sociedade, e imaginarmos um corre-corre, uma desorganização ao menos parcial das atividades políticas imperiais? Acreditamos que não.

Mas prossigamos na descrição que faz o Dr. Lallemant das condições dos homens nos momentos mais cruéis da epidemia. Diz ele que *“As casas em que havia um morto já não se cobriam mais de luto; os fúnebres sinos já não*

acompanhavam o enterramento do christão; ate a campainha que acompanhava o Santissimo Sacramento pelas ruas [...] calou-se! Prohibião-se enfim as encomendações nas igrejas; tudo se prohibia só a morte não era prohibida!!! [...] Ja nas igrejas não cabião mais cadaveres” (41).

Estas descrições, estas imagens de um cotidiano adulterado, parecem traduzir os sentimentos e as atitudes dos habitantes do Rio de Janeiro, durante os meses de março, abril e maio de 1850, período de atuação mais intensa da epidemia.

Já não se ouvia mais os ruídos corriqueiros, as relações pessoais perderam sua coerência, o medo que nalguns momentos aproxima as pessoas parecia exercer seu efeito contrário, afastando-as e isolando-as.

Os movimentos estavam alterados, a ausência parcial de comunicação estabelecida, a interrupção do comércio e do artesanato esvaziava os espaços da cidade, as instâncias políticas do poder foram afetadas.

Podemos então perceber, pelos enunciados acima, uma evidente desorganização da vida econômica, política e social na sociedade ou aquilo que Delumeau preferiu chamar de desestruturação do ambiente cotidiano.

Mas neste caso específico, no Rio de 1850, como em outros regidos pelo mesmo agente (uma epidemia), a família, célula mãe e ponto de apoio central da sociedade, também pagou seu tributo ao flagelo.

E foi no momento em que mais se abatia sob a crueldade de seu algoz, que as relações comerciais, políticas e sociais da cidade sitiada se prostraram ante a impotência de homens e mulheres, jovens e crianças, vítimas aterrorizadas por uma doença brutal e pela morte insaciável promovida pela epidemia.

Diante da crise que se instalara, frente às limitações da arte médica, que desconhecia as causas, e do resultado praticamente nulo da terapêutica utilizada, ante a extensão assustadora do flagelo e da ausência total de uma perspectiva otimista que pudesse ao menos indicar o fim próximo da epidemia, quantas preces, promes-

sas e penitências não foram elevadas aos céus? Quantas famílias inteiras não ajoelharam-se implorando talvez o restabelecimento daqueles laços essenciais que lhe dão coerência e harmonia?

Com efeito, “*era na maior força da epidemia*”, lembra o Dr. Lallemand, “*que as prossições noturnas iam pelas ruas implorando a misericórdia de Deus!*” (42). Assim, movidos pelo medo e pela visível degradação das condições do meio ambiente cotidiano, aflitos, os homens buscavam por todos os meios um remédio. Se não humano, divino; se não imediato, ao menos de acordo com o tempo e a vontade absoluta de Deus.

Epidemia e família: seria possível uma apreensão, uma análise conjunta de temas aparentemente tão diferenciados? Ao leitor cabe a reflexão e a resposta para a questão colocada.

Contudo, nesta mórbida e mortal trajetória da epidemia do Rio, quem mais diretamente eram as vítimas diletas da doença? Não foram, por acaso, os indivíduos que em última instância, encontravam-se organizados em núcleos familiares?

As famílias, constituídas na verdade em células vitais da comunidade, ao serem destituídas da força cotidiana que lhes davam coerência, não afetaram muito mais o funcionamento das instituições, organismos mais amplos da sociedade?

Por outro lado, quem eram os verdadeiros alvos das medidas sanitárias e das políticas públicas de saúde promovidas pelo governo Imperial? Não eram exatamente as famílias que davam forma e movimento à vida pública e privada da cidade?

E os terrores proporcionados pela doença incontida, não brotavam eles do interior de lares cujos membros caíam acamados ou mesmo faleciam sem remédio?

De onde provinham o artesão e o comerciante que promoviam o comércio, responsável pelo colorido e pela correria incessante das ruas da cidade? E os membros do Senado e da Câmara, bem como os deputados da Assembléia? Não seriam eles acaso redutíveis a simples membros de famílias, onde a morte tinha passagem certa? Não seriam eles também os pais ou mães, os filhos ou filhas, os parentes ou vizinhos que, não raro, sofriam no desespero do leito ou da morte?

E os artistas que desapareceram, atores que abandonaram seus papéis nos palcos, picadeiros e teatros fechados do Rio de 1850, acaso não conformavam famílias?

Mais amplamente ainda, a morte de um filho, de um irmão, de um pai ou mãe, de um parente próximo, não teria ausentado os homens das atividades cotidianas em tempos normais? E em tempos de epidemia, época da morte coletiva, estas ausências não teriam se multiplicado na proporção direta da intensidade do flagelo?

O desconhecimento das causas também gerava suas conseqüências: a idéia do contágio da febre amarela estava disseminada e o medo de contrair a doença mortal não se mostrava apenas nas ruas ou logradouros, espaços públicos que serviam de canais para a propagação do mal, mas adentravam também as portas das residências onde havia alguma vítima e criavam, por sua vez, barreiras às vezes intransponíveis entre os próprios membros de uma mesma família.

Diante de tudo isso, como negar a relação entre epidemia e família numa cidade contaminada pelo medo, pelo desespero e por uma infecção generalizada promovida pela Febre que nada podia estancar e por um agente transmissor completamente desconhecido à época?

Duas faces de um mesmo fenômeno, a questão parece clara: coexistiram no Rio de 1850, epidemia e família. Inexorável conexão, inevitável condição. Ao recuo paulatino da epidemia, ao abrandamento dos ataques da doença, correspondeu o retorno à normalidade, e ao desarmamento incondicional provocado pelo afastamento do medo, correspondeu a volta dos relacionamentos que fazem das cidades espaços especiais para a morada dos homens.

Notas

(1) BIRABEN, Jean-Nöel. **Epidemias na História da População**. In: Maria Luiza Marcílio (org.). *População e Sociedade*. Petrópolis, Vozes, 1984, p. 110.

(2) BIRABEN, Jean-Noel. artigo citado, p. 110.

(3) BECCHIA, Alain. **Des Villes Épargnées? L'Épidémie de Chôlera de 1832 a Elbeuf**. In: *Annales de Démographie Historique* - E.H.E.S.S.. Paris, 1990, p. 53.

- (4) FRANCO, Odair. **História da Febre Amarela no Brasil**. Rio de Janeiro, Ministério da Saúde, DNER, 1969.
- (5) MEIHR, José C. Sebe e BERTOLLI FILHO, Cláudio. **Opinião Pública versus Poder: a campanha da vacina de 1904**. São Paulo, Estudos CEDHAL nº 5, 1990.
- (6) MATTOSO, Kátia M. de Queiróz e ATHAIDE, Johildo Lopes de. **Epidemias e flutuações de preços na Bahia no século XIX**. In: *L'Histoire Quantitative du Brésil de 1800 a 1930*. Paris, CNRS, 1973.
- (7) DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente, 1300-1800**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 125.
- (8) DELUMEAU, Jean. obra citada, p. 120.
- (9) DELUMEAU, p. 121.
- (10) DELUMEAU, p. 123.
- (11) DELUMEAU, p. 119.
- (12) DELUMEAU, p. 122.
- (13) MARCÍLIO, Maria Luiza. **Santé et Mort dans la Ville Imperiale de Rio de Janeiro, 1930-1889**. In: *Mesurer et comprendre. Melanges offerts à Jacques Dupâquier*. Paris. PUF, 1993, p. 7.
- (14) LASLETT, Peter. **Família e Domicílio como Grupo de Trabalho e Grupo de Parentesco: Comparações entre as Áreas da Europa Ocidental**. In: *População e Sociedade*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- (15) ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1981, pp. 10-11.
- (16) MARCÍLIO, Maria Luiza. **A Morte de Nossos Ancestrais**. In: José de Souza Martins (org.) *A Morte e os Mortos na Sociedade Brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1983.
- (17) MARCÍLIO, Maria Luiza. artigo citado. p. 381.
- (18) MARCÍLIO, p. 381.
- (19) REGO, José Pereira. **Memória Histórica das epidemias de Febre Amarela e Cholera Morbo que tem reinado no Brasil**. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1873, pp. 222-221.
- (20) MARCÍLIO, p. 315.
- (21) MARCÍLIO, p. 390.
- (22) MACHADO, Roberto et alii. **Danação da Norma. Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- (23) MARCÍLIO, p. 383.
- (24) MARCÍLIO, p. 384.
- (25) MARCÍLIO, p. 385.
- (26) **RELATÓRIO do Ministro dos Negócios do Império** apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Oitava Legislatura em 14 de Maio de 1850. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1850.
- (27) AVÉ-LALLEMANT, Roberto C. B. **Observações acerca da epidemia de Febre Amarela no anno de 1850 no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Typographia J. Villeneuve, 1851, p.9.
- (28) REGO, José Pereira. **História e Descrição da Febre Amarela Epidemica que Grassou no Rio de Janeiro em 1850**. Rio de Janeiro, Typographia de F. de Paula Brito, 1851, p.17.

- (29) AVÉ-LALLEMANT, Roberto C.B. obra citada, p. 9.
- (30) AVÉ-LALLEMANT, p. 12.
- (31) AVÉ-LALLEMANT, p. 12.
- (32) AVÉ-LALLEMANT, p. 10.
- (33) REGO, José Pereira. obra citada, p.53
- (34) REGO, p. 57.
- (35) REGO, p. 56.
- (36) AVÉ-LALLEMANT, p. 11.
- (37) FRANCO, Odair. obra citada, p. 44.
- (38) AVÉ-LALLEMANT, p. 10.
- (39) AVÉ-LALLEMANT, p. 11.
- (40) AVÉ-LALLEMANT, p. 9.
- (41) AVÉ-LALLEMANT, pp. 11-12.
- (42) AVÉ-LALLEMANT, p. 152.

Fontes e Referências Bibliográficas

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1981.

AVÉ-LALLEMANT, Roberto C. B.. **Observações acerca da epidemia de Febre Amarela no anno de 1850 no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Typographia J. Villeneuve, 1851.

BECCHIA, Alain. **Des Villes Épargnées? L'Épidémie de Chólera de 1832 a Elbeuf**. In: *Annales de Démographie Historique* - E.H.E.S.S.. Paris, 1990.

BIRABEN, Jean-Nöel. **Epidemias na História da População**. In: Maria Luiza Marcílio (org.). *População e Sociedade*. Petrópolis, Vozes, 1984.

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente, 1300-1800**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

FRANCO, Odair. **História da Febre Amarela no Brasil**. Rio de Janeiro, Ministério da Saúde, DNER, 1969.

LASLETT, Peter. **Família e Domicílio como Grupo de Trabalho e Grupo de Parentesco: Comparações entre as Áreas da Europa Ocidental**. In: *População e Sociedade*. Petrópolis, Vozes, 1984.

MACHADO, Roberto et alii. **Danação da Norma. Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A Morte de Nossos Ancestrais**. In: José de Souza Martins (org.) *A Morte e os Mortos na Sociedade Brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1983.

. **Santé et Mort dans la Ville Imperiale de Rio de Janeiro, 1930-1889**. In: *Mesurer et comprendre. Melanges offerts à Jacques Dupâquier*. Paris. PUF, 1993.

MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). **Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil**. São Paulo, Loyola, 1993.

MATTOSO, Kátia M. de Queiróz e ATHAIDE, Johildo Lopes de. **Epidemias e flutuações de preços na Bahia no século XIX**. In: *L'Histoire Quantitative du Brésil de 1800 a 1930*. Paris, CNRS, 1973.

MEIHR, José C. Sebe e BERTOLLI FILHO, Cláudio. **Opinião Pública versus Poder: a campanha da vacina de 1904**. São Paulo, Estudos CEDHAL nº 5, 1990.

REGO, José Pereira. **História e Descrição da Febre Amarella Epidemica que Grassou no Rio de Janeiro em 1850**. Rio de Janeiro, Typographia de F. de Paula Brito, 1851.

REGO, José Pereira. **Memória Histórica das epidemias de Febre Amarella e Cholera Morbo que tem reinado no Brasil**. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1873.

Relatório do Ministro dos Negócios do Império apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Oitava Legislatura em 14 de Maio de 1850. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1850.

Coronelismo no antigo Fundão de Brotas

Mário Ribeiro Martins

Um dos capítulos mais interessantes da História de Ipupiara, o antigo Fundão ou Jordão de Brotas, diz respeito a duas figuras notáveis: Horácio de Matos e Militão Rodrigues Coelho.

É preciso relembrar, no entanto, alguns aspectos geográficos desta velha cidade baiana. Ipupiara, como hoje é denominada, está situada na Chapada Diamantina Meridional que tem, atualmente, trinta e um municípios, destacando-se Abaíra, Água Quente, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Boquira, Botuporã, Brotas de Macaúbas, Contendas do Sincorá, Ibicoara, Ibipitanga, Ibitiara, Ipupiara, Iramaia, Iraquara, Iatetê, Ituaçu, Jussiape, Lençóis, Macaúbas, Mucujê, Oliveira dos Brejinhos, Palmeiras, Paramirim, Piatã, Rio de Contas, Rio dos Pires, Seabra, Tanhaçu, Utinga e Wagner.

Mas nos tempos idos, ou mais precisamente no ano de 1917, já pertenceu à Chapada Diamantina Setentrional que tem hoje treze municípios, destacando-se Barra do Mendes, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipecta, Ibititá, Irecê, Jussara, Morro do Chapéu, Presidente Dutra, Souto Soares e Uibaí.

Pois bem, é neste contexto de cidade interiorana, que fatos históricos relevantes iriam ocorrer na antiga Jordão de Brotas. Os descendentes dos MATOS, através do Alferes José Pereira de Matos, vieram do Tijuco, em Minas Gerais, mas eram Portugueses de origem. Este alferes português veio para Santo Inácio, na Bahia, por volta de 1842, dedicando-se a garimpar diamantes.

Desta vila baiana, espalharam-se os seus filhos, dentre os quais, Clementino Pereira de Matos e Quintiliano Pereira de Matos, pai de Horácio de Matos, estabelecendo-se ambos na região de Brotas de Macaúbas.

Horácio de Matos, portanto, nasceu em Brotas de Macaúbas (Capim Duro), no dia 18 de março de 1882. Militão Rodrigues Coelho nasceu no Jordão (Imbaúba), no dia 20 de outubro de 1859.

Nasceram em povoados diferentes, dentro do mesmo município de Brotas de Macaúbas, que era extraordinariamente grande, indo de Morpará (margens do Rio São Francisco) até Barra do Mendes.

Militão era 23 anos mais velho do que Horácio.

Quando se enfrentaram, a partir de 1916, Militão estava com 57 anos de idade e Horácio de Matos, na juventude de seus 34 anos apenas.

O Coronel Horácio de Matos estendeu os seus domínios de Brotas de Macaúbas até Lençóis. O Coronel Militão Rodrigues Coelho (Chico Militão) passou a dominar a região de Ipupiara até Barra do Mendes.

É neste fogo cruzado entre os dois líderes, ambos desejosos de dominar por completo a Chapada Diamantina, que Ipupiara passa a sofrer as investidas constantes dos dois grupos rivais. Assim é que se dizia: A Chapada Velha (Brotas de Macaúbas) é de Horácio de Matos. A Chapada Nova (Barra do Mendes) é de Militão Rodrigues Coelho. Daí a razão histórica por que as duas populações não se toleravam e jamais se entenderam. Entre uma e outra região, ou seja, entre Brotas de Macaúbas e Barra do Mendes, encontra-se IPUPIARA, o velho Fundão ou Jordão.

Assim é que, no dia 04 de janeiro de 1916, após se tocaiar no PEGA, povoado existente entre Fundão e Brotas, o Coronel da Guarda Nacional Militão Rodrigues Coelho toma de assalto a cidade de Brotas de Macaúbas, retirando o Cartório dos Feitos Cíveis e Criminais, de seu escrivão efetivo Joviano dos Santos Rosa que, no entanto, algum tempo depois, é morto na Cadeia Pública de Brotas, para onde fora levado preso, após mandar uma Carta Aberta ao Governador do Estado, Dr. Antônio Muniz Ferrão de Aragão.

Nesta ocasião, é morto a tiros e crucificado nas estacas de uma cerca de pau-a-pique, Onésio Lima, filho do farmacêutico Canuto Lima, de Ipupiara (Fundão), com o qual Horácio de Matos fora criado e se considerava irmão.

Satisfeito com a tomada de Brotas de Macaúbas, Militão Rodrigues Filho retorna a Barra do Mendes, mas é surpreendido pelos jagunços de Horácio de Matos que cercam a cidade.

Após onze grandes combates, por vários meses ininterruptos ou mais precisamente oito meses de luta e a destruição dos famosos fortes, entre os quais, Forte Branco, Forte Vermelho, Forte Queimadas e Forte Catuaba, todos possuidores de comunicação subterrânea, com cerca de quatrocentos mortos, Miltão Rodrigues Coelho foge, em agosto de 1919, levando consigo seu filho Nestor Rodrigues Coelho que se tornaria posteriormente também líder político da região, eis que, em 1946, elegeu-se Deputado Estadual.

Quanto a Militão, sabe-se que refugiou-se na Fazenda do Coronel Franklin Lins de Albuquerque, em Pilão Arcado, também na Bahia, onde faleceu de desgosto, sendo sepultado no cemitério local, hoje coberto pelas águas barrentas da barragem de Sobradinho.

Vitorioso, Horácio de Matos tornou-se o líder mais forte da Chapada Diamantina, estabelecendo o seu quartel-general num casarão, ainda hoje existente, na cidade de Lençóis, interior da Bahia. De lá, reuniu tropas para invadir Salvador, a Capital Baiana, em 1920, só não o fazendo, em virtude de acordo feito com o Governo Federal.

Em 1926, sob a orientação do General Mariante, representante do Ministério da Guerra, o Coronel Horácio de Matos, com 560 homens armados lança-se contra a Coluna Prestes, Comandando o Batalhão Patriótico Lavras Diamantinas, ao lado de outros Comandantes, entre os quais, o Coronel Abílio Wolney, do Norte de Goiás, que estava se deslocando, com 300 soldados de Cobrobó, em Pernambuco, para Leopoldina, em Minas Gerais.

Todos estes homens, no entanto, após perseguirem duramente os passos dos revoltosos de Prestes, retornaram às suas cidades de origem, porque a Coluna Prestes conseguiu penetrar no território da Bolívia.

Quanto a Horácio de Matos, no dia 15 de maio de 1931, no Largo do Acioli, em Salvador, ao passar, descuidado e terno com a filha mais velha Horacina, de seis anos de idade, pela mão, recebe covardemente pelas costas, três tiros de revólver, disparados por Vicente Dias dos Santos, que fora contratado por Manuel Dias Machado, tio da viúva do Major João da Mota Coelho que morrera em combate às portas da cidade de Lençóis, em 1925.

À história de Ipupiara, antigo Fundão ou Jordão, em 1915, estão vinculados vários nomes: Capitão José Joaquim Sodré, cunhado de Militão; Capitão Gasparino Barreto, Delegado de Polícia; Antonio Lucas da Costa, Sargento da Polícia Militar; Capitão Nestor Rodrigues Coelho, Secretário da Intendência; Major Avelino Barreto, Coletor Estadual; Bertoldo Saldanha, Escrivão de Polícia; Capitão Marcolino Martins, Subdelegado do Distrito de Gameleira; Tenente Tibúrcio Durães, Suplente de Delegado de Polícia; Capitão Ezequiel de Matos, irmão de Horácio de Matos; Benevenuto Barreto, Subdelegado de Polícia.

Ao longo do tempo, outros nomes apareceram e se firmaram, tornando-se, inclusive, mais conhecidos: É o caso do Tenente-Coronel Artur Ribeiro dos Santos que fora nomeado pelo Presidente Afonso Pena, em 21 de março de 1907, quando tinha 19 anos de idade, para o Posto de Tenente, no Batalhão da Guarda Nacional, na cidade de Brotas.

Seu irmão mais velho, Coronel Isidório Ribeiro dos Santos, tornou-se comandante do 298º Batalhão da Infantaria da Guarda Nacional, sediado na Chapada Velha. Ambos os irmãos e mais ainda as figuras destacadas de Alvino Francisco Martins e Adão Francisco Martins todos estavam politicamente vinculados ao Coronel Militão Rodrigues Coelho e ao seu filho Nestor Coelho.

Passadas as lutas regionais, os dois irmãos Coronéis, estabelecidos na cidade de Ipupiara, na Bahia, terminaram por constituir numerosa família, de que o autor desta nota é descendente, sendo bisneto do Coronel Isidório Ribeiro dos Santos.

Convertidos ao Protestantismo Batista, os dois se tornaram excelentes pregadores sacros. Isidório Ribeiro morreu cedo. Mas seu irmão Artur Ribeiro, após exercer muitos cargos políticos, entre os quais, de Vereador e Prefeito, faleceu em Ipupiara, no dia 22 de setembro de 1979, com quase 92 anos de idade, sendo sepultado no jardim do Templo da Igreja Batista, onde até hoje é venerado.

Moema de Castro e seu *Espaço da Crítica*

Mário Ribeiro Martins

Acabo de receber e também de ler o livro “*O Espaço Da Crítica Literária II – Crônica – Dimensão Literária e Implicações Dialéticas*”, da Professora aposentada da Universidade Federal de Goiás, Moema de Castro e Silva Olival. Trata-se de um livro de significação profunda e bela, em que a autora, unindo o útil ao agradável, revela mais uma vez, seu talento multiforme, num verdadeiro “doublé” de esteta e exegeta.

“O Espaço da Crítica II”, focalizando a evolução da crônica em Goiás, desde os primórdios da história goiana até a atualidade, é de qualidade fundamental. A importância do livro de Moema, lançado em 2002, pelo Instituto Goiano do Livro, apoiado pela Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, se dá num instante crucial ou seja, no momento em que a grande obra de Moema de Castro e Silva Olival teria sido esquecida, por um lapso, pela Professora da Universidade de São Paulo, Nelly Novaes Coelho, em seu livro “*Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras*”, com 750 páginas, editado em 2003, na cidade de São Paulo, pela Editora Escrituras.

É que, ao estudar as Escritoras de Goiás e sem consultar textos pertinentes, como o “*Dicionário do Escritor Goiano*”, de José Mendonça Teles e “*Dicionário Biobibliográfico de Goiás*”, de Mário Ribeiro Martins, terminou por deixar de fora, o trabalho profícuo e eminentemente literário da filha ilustre de Colemar Natal e Silva, autora consagrada com dezenas de livros publicados.

Ela que já foi estudada na *Enciclopédia de Literatura Brasileira*, de Afrânio Coutinho e J. Galante, com edição revista e atualizada por Graça Coutinho e Rita Moutinho, em 2001. Ela que é verbete do livro *Ensaístas Brasileiras*, de Heloísa Buarque de Hollanda e Lúcia Nascimento e também do *Dicionário de Mulheres*, de Hilda Agnes Hubner Flores, bem como do *Dicionário Biobibliográfico Regional do Brasil*, via Internet, dentro do ensaio, no site www.usinadeletras.com.br.

Mas, retornando ao livro de Moeme Olival, “*O Espaço Da CríticaII - crônica - Dimensão Literária e Implicações Dialéticas*”, ele também apresenta certos problemas. Um deles é a ausência de bibliografia no fim do texto. Como se sabe, as famosas “notas de rodapé” não substituem a bibliografia, por várias razões, uma delas, a facilidade da consulta rápida.

E esta bibliografia, em ordem alfabética, que poderia ser o resumo de todos os autores que foram referidos nas “notas de rodapé”, não é encontrada no dito livro. Por outro lado, alguns livros goianos, relacionados com a “crônica”, deixaram de ser referidos, como é o caso do livro “*Dimensões da Literatura Goiana*”, de José Fernandes, aliás, Prêmio Bolsa de Publicações José Décio Filho, do Governo de Goiás.

Nesta linha também não foi mencionado o livro “*Estudos Literários de Autores Goianos*”, com 1051 páginas, de Mário Ribeiro Martins, bem como ainda “*Súmula da Literatura Goiana*”, de Álvaro Catelan e ainda “*Os Princípios da Crítica Dinâmica*”, de Hilda Gomes Dutra Magalhães, assim como “*Crítica Sistemática*”, de Wendel Santos.

De qualquer forma, o livro tem o mérito de, além de ser muito bem escrito, ser também o único a tratar, especificamente, da origem e do desenvolvimento do gênero “crônica” no Estado de Goiás, com “apresentação” de Itamar Pires Ribeiro e prefácio do crítico literário Fernando Py.

Mário Ribeiro Martins é Escritor e Procurador de Justiça

e-mail: mariorm@terra.com.br

Home Page: www.genetic.com.br/~mario

Fones: (063) 215-4496 – Celular: (62) 9974-1906

Estudios Biográficos

Biographical studies

O Legado Histórico de Amália Hermano

*Bento Alves de Araújo Jayme Fleury Curado**

Amália Hermano Teixeira

* *Natividade – 1916*

† *Goiânia – 1991*

Falo de flores para falar de Amália Hermano Teixeira, pois ela, no conjunto, foi a mais bela orquídea, florida sempre, de cores várias, na variedade encantadora – ser eclético que era – que tinha o Dom de encantar e cativar. Faremos nessa *Sentimental Journey* uma caminhada pelos fatos da vida de Amália, seus feitos, sua história que se confunde com a própria história de Goiânia, visto que esta aqui foi pioneira e, sobretudo, amou com desvelado carinho a capital brotinho, hoje, cidade jardim de nossos sonhos.

Apresentando um ecletismo incomum, professora, pesquisadora, biógrafa, historiadora, orquidófila, advogada, folclorista, arquivista, conferencista, jornalista, Amália Hermano Teixeira deixou à posteridade exemplo dignificante de sensibilidade, de patriotismo, de honradez e de cultura, glorificando com ternura a Terra que lhe serviu de berço.

Amália Hermano Teixeira, em solteira Amália José Hermano, nasceu em Matões, município de Natividade, hoje Estado do Tocantins, em 23 de setembro de 1916. Seu pai, Manoel José Hermano, nasceu também em Natividade, em 28 de abril de 1888, filho de Manoel José Hermano e Francisca de Brito Guimarães. Foram seus irmãos, Maria Cazuzza Hermano, emérita educadora em Itaberaí, Maria Magdalena Hermano, famosa modista, Josina

*Sócio Correspondente do IHGG

Hermano, cega desde sua meninice, Leopoldo Hermano, ourives famoso, que obteve medalha de ouro na grande exposição de 1922, Luíza Hermano de Britto, Antônia de Britto Guimarães e Dr. José Hermano, casado com Elmira Lima Hermano, que foi Juiz de Direito em Trindade e ativo colaborador do Jornal *A Rosa*, fundado por Heitor de Moraes Fleury, tendo belíssima crônica ali escrita no número 33, circulado na Cidade de Goiás em 24 de setembro de 1908, intitulada “A Rede”. A guerreira da família, Francisca de Britto Guimarães, faleceu em 24 de outubro de 1926, fato noticiado pelo Jornal *A Voz do Sul* de Anápolis, fundado em meados dos anos 20, por José Lourenço Dias.

Archângela Pereira Hermano também nasceu em Natividade e sobre ela, escreveu Armênia Pinto de Souza em seu valioso livro *Goiânia, a Saga dos Pioneiros*:

Archângela Pereira Hermano, admirável figura de mulher, valorosa filha do norte goiano, integrou com seu esposo, a leva de pioneiros que se dispôs a ajudar na construção de uma nova Cidade para este Estado. Trouxe consigo os nove filhos que orientou e educou, fazendo de todos, pessoas idôneas, cultas, de caráter sem jaça, elementos de valor na sociedade nascente...”

O distinto casal Manoel José Hermano e Archângela Pereira Hermano, casados em Natividade, tiveram além da primogênita Amália, os filhos Jandyra Hermano de Paula, Delzuíta Hermano, Cremilda, Rosinha, Francisquinha, José, Modestino e Manduquinha, todos elementos de valor de nossa sociedade, ocupando cargos de destaque e de grande projeção social.

No final de 1918, início de 1919, ocorreu em São José do Duro, vila fundada em 1750, subordinada até 1912 à Comarca de Natividade, a maior tragédia do sertão goiano “A Revolta do Duro”, centrada na figura do Coronel Abílio Wolney, cognominado o “Coronel da Serra Geral”. Em virtude dessa revolta sangrenta que colheu familiares seus, Manoel José Hermano demandou para o sul

do estado com toda a família, fixando-se em Itaberaí, antiga Currealinho, onde Amália José Hermano aprendeu as primeiras letras com sua tia e madrinha Mestra Cazuza Hermano. Depois a família seguiu para a antiga Capital, onde Amália fez curso primário no Grupo Escolar de Goiás, com a emérita professora Emília Perillo Argenta (1902-1991), de 1926 a 1928. Fez ainda o curso secundário no Lyceu de Goiás e, enquanto estudante, isto no ano de 1933, recebeu como presente de sua avó, três pratos de porcelana, dois de origem holandesa e um francês, que foi o impulso inicial para uma rica coleção que Amália guardou para toda a vida, essa coleção continha mais de 600 peças.

Em 1935 recebeu o certificado de conclusão do Curso, e o jornal *Correio Oficial*, circulado num sábado, 05 de janeiro de 1935, relata em minúcias a “Collação de Grau dos Bacharéis do Lyceu de Goiás”, realizado em 30 de dezembro de 1934, sendo celebrada missa solene pelo Monsenhor Joaquim Confúcio de Amorim na Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte com grande concorrência, seguida do ato solene de colação com as presenças do Dr. João Teixeira Álvares Júnior, Diretor Geral do Interior; Desor. Maurílio Augusto Curado Fleury, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Dr. Luis Altino da Cunha Cruz, Fiscal do Governo Federal, Dr. Alcides Celso Ramos Jubé, Diretor do Lyceu; Cel. Joaquim da Cunha Bastos, Prefeito da Cidade de Goiás. Foi orador da turma, Octávio Monteiro Artiaga e Parainfo o Dr. Joaquim Rufino Ramos Jubé Júnior. Eram professores do Lyceu na distante década de 30: Dario Délio Cardoso, Donizeth Martins de Araújo, Venerando de Freitas Borges, Edmar Fleury Pereira, Agnello Arlington Fleury Curado, José Theodorico Péclat, Luis Gonzaga de Faria, João Setúbal, Alfredo de Faria Castro, Joaquim de Carvalho Ferreira, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, José Cândido, Pedro Gomes de Oliveira, Artur Wascheck, Iron da Rocha Lima, Valentina Kern Paes Barreto, Maurílio Augusto Curado Fleury, Vicente Miguel da Silva Abreu, além de outros renomados mestres do passado.

Foram bacharéis do Lyceu de Goiás no ano de 1934: Archie Russel Macyntyre, Benjamim Gomes de Oliveira, João Ala Filho, João Batista de Souza, Luís Gonzaga de Amorim, Elias Nacim Tomé, Túlio de Azeredo Bastos, Amália José Hermano, Creonice Fleury de Britto, Eunice Hermano de Melo Rosa, Guarany da Silveira, Maria das Dores Macedo, Antônio Miguel Fleury Curado, Celso Augusto Fleury Curado, Colombo Caiado de Castro, Djanir Caldas, Domingos Leite de Santana, Dorival de Moraes, Eduardo Jacobson, Francisco Balduino de Santa Cruz, Garibaldi Rizzo de Castro, Geraldo Curado Fleury, Octávio Monteiro Artiaga, Joaquim Cid de Moraes, José de Moraes, José Rodrigues de Moraes, Leonel da Rocha Lima, Lavy Paranhos, Manfredo de Campos Maia, Nazareno Paranhos, Petrônio Rios da Fonseca, Reinaldo Baiochi, Sebastião Dante de Camargo, Sebastião Pinto da Silveira, Sílvio do Rosário Curado Fleury, Tancredo Félix de Souza e Wilson Natal e Silva. No ano de 1981, Amália coordenou o livro *Reencontro* que apresentava toda a história dos Bacharéis do Lyceu de Goiás (1930 – 1934) que comemoraram a passagem dos 46 anos de formatura com intensa festividade.

Em 1935, fez o Curso Normal, pela Escola Normal Oficial de Goiás, hoje Instituto de Educação de Goiás, concluindo o curso com brilhantismo. No ano seguinte, 1936, foi Amália Hermano escolhida por seus mestres para ir ao Rio de Janeiro, onde, submetendo-se a rigoroso teste, frequentou o Curso de Extensão Rural, em grau Universitário, promovido pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Ali, recebeu lições de eminentes mestres adeptos da filosofia torreana e, voltando à Goiás, encetou campanhas pela implantação dos clubes agrícolas nas escolas, visando fomentar nas crianças de então, o amor à natureza e sua eficaz utilização para a sobrevivência.

Em Goiás, antiga Capital, poética e romanesca, Amália José Hermano residia no alto do Moreira, Rua do Horto, onde Manoel José Hermano possuía a “Pensão Manduca” e sobre esta escreveu Claro Augusto Caiado de Godoy:

Sua casa não era uma república de estudantes, era uma só família que vivia sob o regime do patriarcado como um chefe, onde imperava a ordem, o carinho que traduz no calor humano, tão necessário e que tanto bem fazia aos moços forçados a permanecer longe de sua família...

Ali, na realidade, era um reduto de jovens estudantes do norte goiano, formando a “República do Tocantinaragua”, presidida pelo estudante Maximiano da Mata Teixeira (Maci) e formada por outros então jovens, como Altino de Sena Fernandes, Joaquim de Faria Pereira, Joaquim Batista Cordeiro, José Lopes Rodrigues, Francisco Balduino de Santa Cruz, André Rodrigues de Araújo, Antônio Conceição, Hildebrando Veloso, André Mundim, Ademar de Mendonça, Ademar Lopes Ferreira, Acácio Felix de Souza, além de outros.

O Presidente da “República Tocantinaragua” Maximiano da Mata Teixeira, nasceu em Natividade no ano de 1910, filho de Veríssimo Teixeira da Mata e Maria Pereira da Mota. Foi estudante do Colégio Antônio Vieira de Salvador, tendo por colegas, dentre outros, o bom baiano, escritor Jorge Amado. Em Goiás, fez o Curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito, turma de 1936, tendo por colegas dentre outros, Félix Augusto Taveira de Carvalho, Elízio Taveira, Emmanoel Augusto Perillo, Kleber Machado, Edmar Fleury Pereira, Jary Sócrates, Pedro Ferreira de Azevedo e Arione Correia de Moraes. O rapaz moreno, hígido físico, inteligência primorosa, forte atração causou ao coração sensível de Amália José Hermano, fato que havendo reciprocidade de afetos, passaram a ser namorados, dentro dos rígidos preceitos da época.

Em julho de 1936, Amália José Hermano proferiu uma conferência na Faculdade de Direito de Belo Horizonte, intitulada “Um Estudo Sobre Goiás — a Velha e a Nova Capital”, que foi publicada na íntegra pelo jornal mineiro *A Nota*, dirigido pelo jornalista baiano Geraldo Rocha. Publicou também nesse mesmo ano a tese “Os Atuais Programas de Ensino e o Clube Agrícola” no *Diário Oficial e Correio Oficial*, em 03 de outubro do mesmo

ano. Ainda neste ano, escreveu importante nota “ O Ensino Rural”, no Jornal *O Tocantins*, fundado por Maximiano da Mata Teixeira em 1934. Fez ainda Amália, neste ano de 1936, a abertura do programa de Ensino Rural no Grupo Escolar Pedro Ludovico Teixeira de Goiás, cerimônia realizada naquela localidade em 16 agosto de 1936.

Em 1º de fevereiro de 1937, Amália José Hermano contraiu matrimônio com o seu conterrâneo Maximiano da Mata Teixeira, passando a assinar Amália Hermano Teixeira. Neste mesmo ano iniciou seus trabalhos com Joaquim Câmara Filho, então Diretor do Departamento Estadual de Propaganda e Expansão Econômica. Ainda, teve destacada atuação no Primeiro Congresso Estadual de Educação realizado em Goiânia em 29 de outubro de 1937, apresentando importante trabalho sobre o ensino rural, pondo em prática os ensinamentos hauridos no curso feito na Universidade Rural Brasileira. Também, por essa época, ao lado do conceituado agrônomo Manoel Alves de Almeida, instalou a Escola Profissional de Rio Verde, sudoeste de Goiás.

Em 14 de setembro de 1937, Maximiano da Mata Teixeira foi nomeado pelo Interventor Pedro Ludovico Teixeira, para, em comissão, exercer o cargo de Secretário de Governo. Em seguida, em 02 de março de 1938, foi comissionado no cargo de professor da cadeira de Introdução à Ciência do Direito, na Faculdade de Direito de Goiás, função exercida até o ano de 1953. Em 13 de outubro de 1937, foi Maximiano convidado pelo então Prefeito Municipal de Goiânia, Venerando de Freitas Borges, para integrar o Diretório Municipal de Geografia. Ainda neste mesmo ano, a 14 de julho, é instalada em Goiânia a Associação Goiana de Imprensa (AGI), criada em 18 de setembro de 1934 na Cidade de Goiás, e verdadeiro veículo impressor dos ideais de goianidade, e, naquele longínquo ano entre os novos sócios, constava Maximiano da Mata Teixeira.

Amália Hermano Teixeira e Maximiano da Mata Teixeira passaram a residir em Goiânia no ano de 1937, em um dos 100 lotes doados aos pioneiros, na Rua 24, no Centro, hoje Rua Maximiano da Mata Teixeira, justa homenagem ao morador inteligente, correto, amigo e justo. Ali, construíram aprazível vivenda

com projeto de Coimbra Bueno, grades de Neddermeyer e onde transformaram num oásis de verde, antigüidades e cultura, vista pela ótica sensível de Narcisa Cordeiro no poema “A Mais Antiga Residência de Goiânia”, publicada no Jornal *O Popular*.

Maximiano da Matta Teixeira, no ano de 1940, foi eleito Presidente do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de Goiás. Por essa época, Amália Hermano já havia proferido importantes palestras como “A Proclamação da República” no Colégio Batista de Natividade, em 15 de novembro de 1938, e, no mesmo ano, uma saudação a Pedro Ludovico Teixeira, em solenidade oficial.

Goiânia, 1942, ano do Batismo Cultural. No programa de festividades estava inscrito o “8º Congresso Brasileiro de Educação”, onde Amália Hermano Teixeira apresentou a tese “Problemas do Ensino Rural Brasileiro”, publicado nos anais daquele importante evento e na *Revista Oeste* — verdadeiro veículo do Estado Novo — um balancete intitulado “O 8º Congresso Brasileiro de Educação e sua significação cultural para Goiânia”, circulada no ano de 1934. Por essa época, Amália Hermano Teixeira já era catedrática por concurso de Geografia, pela antiga Escola Normal Oficial. Ainda em 1943, Amália publicou estudos sobre “Os Amigos da Natureza” na *Revista Oeste*, e a “Semana da Árvore em Goiânia” e “Convênio Nacional de Ensino Primário”, ambas, circuladas em Jornais de Goiânia.

José Asmar, emérito e competente jornalista, escritor, historiador, Membro da Academia Goiana de Letras, em seu primoroso livro “Câmara Filho, O Revoltoso que Promoveu Goiás” faz referências ao valoroso trabalho da botânica Amália Hermano Teixeira, pela instalação e organização dos Clubes Agrícolas em Goiás, tendo, segundo ele, apoio de Joaquim Câmara Filho, Manoel Alves de Almeida e Luís Mendes.

A Escola Normal Oficial, fundada na antiga Capital, Cidade de Goiás e hoje Instituto de Educação de Goiás, transferiu-se para Goiânia no ano de 1938 e sua primeira Diretora na nova Capital foi Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro (Decreto Nº 144 de 08/

01/1938), seguida de Maria Beatriz Vanderley Albernaz, José Lopes Rodrigues (Decreto nº 627 de 22/04/1938), Benjamim Segismundo de Roriz (Decreto de 24/02/1948), Genesco Ferreira Brêtas (Decreto de 13/10/1948), Joaquim Edson de Camargo (Decreto de 07/02/1949), além de outros. Amália Hermano Teixeira assinou termo de compromisso como substituta da Professora Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro e depois efetivou-se em 01 de março de 1939, como professora Catedrática de Geografia e Corografia do Brasil. Também foi intensa defensora da Escola Nova, aplicando técnicas pedagógicas inovadoras, publicando também o livro-defesa *O Curioso Caso da Escola Normal Oficial* nas oficinas da Revista dos Tribunais de São Paulo no ano de 1946. Como professora, foi altamente organizada, fazendo criteriosas fichas individuais de suas alunas, com relatos históricos de cada uma, entendendo que fazia documentário precioso, um autêntico arquivo humano-educacional de Goiás.

Foram ainda funcionários da Escola Normal Oficial de Goiás: Nice Monteiro Daher (Decreto de 25/07/1935), Antônio Juruema de Guimarães (Decreto de 03/03/1938), Agnello Arlinton Fleury Curado, Colemar Natal e Silva, Dário Délio Cardoso, Donizeth Martins de Araújo, Maria Paula Fleury de Godoy (Decreto de 31/03/1938), Marilda Fleury de Godoy (Decreto de 22/09/1942), Nelly Alves de Almeida (Decreto de 25/09/1948), Wilson Cavalcante Nogueira (Decreto de 30/08/1939), Goiandira Ayres do Couto (Decreto de 09/08/1937), Regina Lacerda (Decreto de 20/07/1937), Genezy de Castro e Silva (Decreto de 28/03/1938), Alcides Celso da Silveira Ramos Jubé, Acary de Passos Oliveira, Ary Demóstenes de Almeida, Carlota Maria Ramos Jubé, Cremilda José Hermano, Creonice Fleury de Britto, Dora Perné, Darcy de Bessa, Dinah Barros Velasco, Dinah de Amorim, Emmanoel Teixeira Sócrates, Esmeralda de Faria, Enedina de Oliveira, Eunina Hermano, Edésio Elias Daher, Eurídice Silva Juliano, Floracy Artiaga Mendes, Hegesipo Campos Meirelles, Germano Guido Roriz, José Gonçalves Zuza, Joaquim de Carvalho Ferreira, João Augusto Perillo, Luis Guedes de Santana, Lúcio Arantes Costa, Maria Lucy Veiga

Teixeira, Maria Carlota Guedes de Amorim, Olga Hermano, Pardal dos Reis Gonçalves, Orestes Baiochi, Paulo Emílio Povoá, Maria do Rosário Fleury (Rosarita), Zilah Seixo de Britto, Décio Jayme, Yêda Sócrates do Nascimento entre outros.

No final dos anos 30, início da década de 40, Mariana Augusta Fleury Curado (1897-1986) assinava a coluna social “Do Meu Cantinho” seleção de primeiras crônicas lítero-sociais a circularem na nova capital, veiculada no Jornal *O Popular* e onde Dorita, pseudônimo de Nita Fleury, em uma de suas crônicas pejadas de lirismo e refinado senso de humor, fala da graciosidade e elegância das irmãs Hermano numa pomposa e requintada festa no Automóvel Clube de Goiáz, hoje, Jockey Clube, no ano de 1939. Também por essa época, Manoel José Hermano instalava-se em Goiânia, abrindo aqui a “Pensão Manduca”, originária de Goiás, que se instalou na Rua 16, no centro, próxima às repartições públicas, com cozinha de 1ª ordem, a cargo da família do proprietário, preços módicos, conforme nos atestam os registros.

A LBA – Legião Brasileira de Assistência — foi fundada no Rio de Janeiro em 28 de fevereiro de 1942, e Goiás, através de sua benfeitora, Dona Gercina Borges Teixeira, copiando os modelo carioca, aqui instalou a Legião em 05 de setembro de 1942 e logo após, a 10 de novembro de 1942, também se instalava o Curso de Samaritanas Socorristas, promoção da Comissão Estadual da LBA, gestão de Dona Gercina Borges Teixeira. Dentre as alunas, constava Amália Hermano Teixeira, que atendendo ao chamado patriótico e humanitário das lideranças goianas, fez-se presente, como sempre, nos eventos que marcavam o progresso de Goiânia. Também foram cursilhistas por essa época: Mariana Augusta Fleury Curado, Jandira Hermano, Aurora Esteves Pereira, Celina Monteiro, Esmeralda de Farias, Lívia Teixeira, Alice Gonçalves Bastos, Andiara Marques, Ana Pereira Braga, Augusta Miranda e Silva, Zilah Fleury Curado, Marilda Fleury de Godoy, Delzuíta Hermano, além de outras jovens goianas que, seguindo a “Marcha Para o Oeste”, confiaram que Goiânia seria a confirmação do poder construtivo de um homem, este, Pedro Ludovico Teixeira. O Curso de Samaritanas Socorristas

da Comissão Estadual da LBA de Goiânia encerrou-se no dia 12 de janeiro de 1943, com sessão solene no Palácio das Esmeraldas e apoteótica festa no Automóvel Clube de Goiás, sendo o Major Euclides Nunes, Paraninfo da Turma, Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, oradora oficial, tendo ainda as palavras de Vasco dos Reis Gonçalves e Joaquim Câmara Filho e a orquestra foi coordenada pelo maestro Joaquim Edson de Camargo.

No ano de 1944, Amália Hermano Teixeira fundou o Jornal *A Colméia*, órgão do Clube Agrícola Couto Magalhães por ela fundado, na Escola Normal Oficial e que muito contribuiu para fomentar nos alunos o amor ao ensino rural. E assim distribuiu-se por Goiás, sendo que, em Trindade, Nila Chaves Roriz de Almeida criou o Clube Agrícola Constantino Xavier e o Jornal *A Crisálida* no Grupo Escolar João Pessoa, hoje Escola Estadual Dom Prudêncio, isto em 1936, quando era Diretora da referida Escola, Ana Maria de Oliveira (Dona Sinhá), emérita educadora trindadense. Em 1º de julho desse mesmo ano, Amália Hermano Teixeira enviou a Dona Gercina Borges Teixeira, um memorial solicitando ajuda financeira para a execução dos projetos do Clube Agrícola, fato que a presidente da Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência concedeu despacho favorável, através de ofício de 14 de julho de 1944. Também nesse mesmo ano, Amália diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Goiás, no dia 09 de dezembro, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de Goiás em 09 de abril de 1945.

Em 12 de outubro de 1945, na instalação da “Semana da Criança em Goiânia”, Amália Hermano Teixeira proferiu importante palestra no Instituto de Educação de Goiás, intitulada: “A Criança e as Atividades Agrícolas”, depois publicada pela Imprensa Oficial de Goiás no ano de 1947. Assumiu, também, o cargo de Secretária da Imprensa Oficial do Estado, sendo a primeira mulher a desempenhar tal cargo, ocupando-o de 11 de janeiro de 1945 a 05 de fevereiro de 1946, quando então exercia o cargo de Interventor Federal em Goiás, o presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Eládio Amorim, que iniciou sua gestão no dia em que se findou o Estado

Novo, em 06 de novembro de 1945, e também, período em que Mariana Augusta Fleury Curado presidiu a Comissão Estadual da LBA, promovendo o natal dos pobres no pátio interno do Palácio das Esmeraldas, cedido pela então primeira dama Antonieta Cupertino de Barros Amorim.

Amália Hermano Teixeira proferiu uma palestra sobre “Os Amigos da Natureza” em setembro de 1946 e teve também uma crônica “Lar Goiano”, transmitida pela *Rádio Clube de Goiânia*. Também em 15 de março de 1946, Maximiano da Mata Teixeira foi nomeado titular da Cadeira de Economia Política da Faculdade de Direito de Goiás, função que desempenhou até o ano de 1953. Em 25 de março de 1946, o mesmo é nomeado Desembargador do Tribunal de Apelação pelo Interventor Federal, general Felipe Antônio Xavier de Barros, que esteve à frente do Executivo goiano de 18 de março de 1946 a 04 de agosto do mesmo ano.

Em 29 de março de 1959, Amália Hermano Teixeira foi homenageada pelos advogados e juizes da cidade de Campos, estado do Rio de Janeiro, no Fórum local, por seu fecundo trabalho como Diretora da *Revista Goiana de Legislação e Jurisprudência*. É homenageada ainda na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil em reunião comemorativa.

Amália Hermano Teixeira integrou ainda, a Delegação de Goiás no 10º Encontro de Conferência Nacional de Educação, promovida pela Associação Brasileira de Educação, realizada na Capital Federal em novembro de 1950, quando, como pesquisadora, contribuiu com dados sobre o Ensino em Goiás, para a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Compôs também a Delegação do VIII Congresso Brasileiro dos Escritores em Porto Alegre, ano de 1951, apresentando a tese: “O Clube Agrícola Escolar — Fator de Democratização”. Também Amália presidiu a Comissão Social do 1º Congresso Nacional de Intelectuais Brasileiros e do Exterior, realizado em Goiânia de 14 a 21 de fevereiro de 1954, apresentando a indicação da necessidade de assistência aos Clubes Agrícolas

Escolares e dotações orçamentárias para a construção e instalação de Escolas Normais e Rurais do Estado de Goiás.

No ano de 1955, Amália Hermano Teixeira foi diretora da *Revista Goiana de Legislação e Jurisprudência*, juntamente com o professor Emmanoel Augusto Perillo, Secretário do Tribunal de Justiça do Estado. Integrou a representação de Goiás no VI Congresso Jurídico e a 1ª Convenção Nacional dos Advogados, realizado em janeiro de 1955 em São Paulo, sob a Coordenação da Ordem dos Advogados de São Paulo, sob a Presidência de Noé Azevedo. No ano seguinte, foi Amália Membro da Comissão Social da III Conferência Nacional de Jornalismo, realizada em Goiânia de 21 a 25 de outubro de 1956, sob a presidência do Jornalista Geraldo Valle.

Foi agraciada no ano de 1957, com uma Bolsa de Estudos, concedida pelo Ministro Clóvis Salgado do Ministério da Educação e Cultura, para pesquisa de História no Rio de Janeiro e São Paulo na Biblioteca Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e outras entidades congêneres, onde muito pesquisou sobre a história de Goiás. Neste mesmo ano, ainda, por ocasião dos festejos do Cinquentenário da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, Amália Hermano Teixeira foi representante de Goiás no VII Congresso Nacional de Jornalismo.

Entre os anos de 1958 a 1963 Amália Hermano Teixeira foi diretora de *Revista de Educação do Estado de Goiás*, importante órgão que teve a colaboração de Maria Paula Fleury de Godoy, Agnello Arlington Fleury Curado, Nelly Alves de Almeida, Genezy de Castro e Silva, José Lopes Rodrigues, Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro e outros. Como Diretora, Amália Hermano Teixeira mostrou-se eficiente na organização e seleção do assuntos e teve o seu trabalho louvado pelo Jornal *Diário da Tarde*, na edição de 08 de junho de 1961, quando fez publicar o 47º número da referida Revista.

No ano de 1957, Amália Hermano Teixeira organizou as primeiras exposições de orquídeas e plantas ornamentais de Goiás, tendo o patrocínio de Jaime Câmara, então Secretário de Viação e Obras Públicas. No ano seguinte, 1958, Amália Hermano representou Goiás no 2º Congresso Nacional de Educação de

Adultos, de 09 a 16 de julho de 1958, no Rio de Janeiro, participando ativamente da campanha de educação de adultos, tendo sido a primeira diretora do estabelecimento (Ginásio Professor Ferreira), da magnífica cruzada encetada em Goiás e encabeçada pelo Ministro Alfredo Nasser, sendo iniciada também, antes disso, no ano de 1949 pelo então Deputado Albatênio Caiado de Godoy (1893-1973), no Rio de Janeiro, a partir da Campanha do Ministro Clemente Mariani. Com profícuo e incansável trabalho, o deputado Albatênio Caiado de Godoy fez criterioso levantamento de alfabetização de adultos pelo interior goiano.

Em 08 de maio de 1961, Maximiano da Matta Teixeira foi aposentado no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, com apenas 51 anos de idade, ato político imposto ainda aos outros magistrados goianos, como Manoel Amorim Félix de Souza, Everardo de Souza, Hamilton Velasco, Frederico de Medeiros e Geraldo Freitas.

No ano seguinte, Amália Hermano Teixeira recebeu a portaria nº 17/62 de 19 de janeiro de 1962, do então Secretário de Educação do Estado de Goiás, Dr. Ruy Rodrigues da Silva, elogiando-a por haver feito publicação especial sobre o V Congresso Nacional de Professores, realizado de 17 a 24 de janeiro de 1962. Também no ano seguinte, a Assembléia Legislativa fez constar em ata de 20 de maio de 1963, voto de louvor pelo trabalho executado por Amália Hermano no campo da Educação e da Cultura no Estado de Goiás.

Amália Hermano Teixeira foi professora de História do Brasil e de Goiás, no Centro de Estudos Goianos da Universidade Federal de Goiás de 1963 a 1964, participando do II Simpósio de professores Universitários de História, realizado em Curitiba de 27 a 31 de outubro de 1962, defendendo a comunicação na palestra: “A Propriedade e o Uso da Terra”. Também, em 03 de setembro de 1965, Amália Hermano por ocasião da “Exposição Nacional de Orquídeas”, comemorativa ao IV Centenário do Rio de Janeiro, por apresentar plantas de sua valiosa coleção, recebeu o certificado comemorativo do Centro Paulista de Orquidófilos.

Em 24 de maio de 1966, a Diretoria da Sociedade Goiana de Orquidófilos esteve reunida em Trindade, na residência do intelectual Sebastião de Barros (1908), comparecendo Amália Hermano Teixeira, Jaime Câmara, Geraldo de Passos, Leolídio di Ramos Caiado, Luiz Carlos Pimenta, Jandira Hermano de Paula, todos Membros da Diretoria da Sociedade. Ali discutiram assuntos variados, fato noticiado no Jornal *O Popular*. No mesmo ano, a Sociedade Goiana de Orquidófilos realizou a 1ª Exposição, com o auxílio da Prefeitura Municipal de Goiânia.

No ano de 1969, Amália Hermano Teixeira foi Secretária Tesoureira do XX Congresso Nacional de Botânica, realizado em Goiânia, participando, a partir daí, de todos os Congressos realizados no Brasil. No II Congresso Nacional de Botânica, Amália Hermano Teixeira apresentou estudos sobre a árvore de papel-Papirus, que baseado neste, o Chefe de Sessão de Floricultura e Plantas Ornamentais de Campinas, Estado de São Paulo, Dr. Hermes Moreira de Souza, enviou à Assembléia Legislativa de Goiás, a sugestão para que se adotasse o Papiro como planta símbolo de Goiás, e, esta aprovou a proposta e o executivo sancionou a Lei nº 760 de 30 de novembro de 1972.

Amália Hermano Teixeira foi ainda, inserida na Grande Enciclopédia Delta Larousse, página 6587, edição Antônio Houais, edição de 1970. Nesta década, descobriu-se em Taguatinga, uma nova qualidade de orquídea, classificada em 1978 por Guido Pabst, com o nome de *Cattleya Nobilior Amalie*, incluída no Catálogo Internacional de Orquídeas e na Revista *Bradea*, de 15 de março de 1978. Amália, uma flor oficial daí em diante.

No ano de 1981, Maximiano da Matta Teixeira publicou *Estórias de Goiás, Contos e Recontos*, seguido em 1983 de *Outras Histórias de Goiás, Lendas, Terra e Gente*, contribuição valorosa para a Literatura regional de Goiás, retratando tipos, lugares, o homem goiano na sua posição de sertanejo e o seu *modus-vivendi*. No ano de 1983 também, Amália Hermano Teixeira, aposentou-se na área federal, como Pesquisadora da UFG, deixando importante estudo folclórico: *A Folia do Divino em Natividade*.

Em 06 de agosto de 1964, faleceu Maximiano da Matta Teixeira, sepultado no Cemitério Santana de Goiânia, deixando o vazio impreenchível de sua presença amiga, sombra querida dos olhos de Amália. Entendendo que tudo é passageiro e efêmero, Amália Hermano Teixeira seguiu, na trilha da saudade, caminhando passos certos rumo ao grande encontro que se verificou em 1986. Coligiu dados sobre o esposo, publicando *Dois Anos Sem Maximiano*, precioso documentário sobre o valoroso pioneiro de Goiânia.

Pela Lei Municipal nº6265 de 04 de julho de 1985, passou a Rua 24 a denominar-se “Rua Maximiano da Matta Teixeira”, justa homenagem ao Maci, querido por todos, amigo de todos, por todos amado. Também, em 16 de junho de 1986, no Teatro Goiânia, foi lançado o livro *Escritores em Ação – Trinta Anos de Atividade Cultural*, em noite de gala, com a presença da Banda de Música da Polícia Militar, o Clube do Choro, Hugo Zorzetti e os 31 homenageados, através da coordenação segura do escritor Kleber Adorno. Neste precioso documentário foi inserida a substancial biografia de Amália Hermano Teixeira, em sua trajetória valorosa pela história, pelo magistério, pelo jornalismo, pelo Direito e pela Botânica em Goiás.

Como Jornalista, Amália Hermano Teixeira foi ativa colaboradora dos Jornais *A Colméia*, *Cinco de Março*, *O Popular*, *Diário da Manhã*, *Revista Oeste*, *Revista de Educação*, *Atualidades Pedagógicas*, *Presença*, dentre outras.

Também como biógrafa, deixou vasto trabalho em jornais goianos sobre importantes e destacadas figuras de nossa história, também coletadas no livro intitulado *Perfis*, publicado após sua morte. Na área de História de Goiás, deixou volumosa e inédita obra, que deverá ser publicada.

No ano de 1989, Amália empreendeu viagem à Europa, onde fez um roteiro romântico e sentimental, aliado à sua sensibilidade, que guardou e registrou fatos vistos e vividos. Teve como companheiras de viagem, as amigas Narcisa Cordeiro e Jacira Rosa Pires, ambas arquitetas renomadas.

Como uma de suas últimas atividades, Amália Hermano Teixeira apresentou valioso trabalho sobre o “Dente de Leão” no

“XVII Congresso de Botânica, realizado em Goiânia e presidido por Terezinha Rêgo e Berta Langes de Morretes, conceituadas Botânicas. Logo depois, em 21 de abril de 1991, Amália é acometida de derrame cerebral, falecendo uma semana após, isto em 28 de abril, “Devolvendo-se à natureza que tanto amou”, no dizer poético de Narcisa Cordeiro. Amália deixou extensa obra histórica, porém, deixou além de tudo, um exemplo de trabalho e dignidade e uma mensagem muito bonita, bonita demais, que agora em versos d’alma, lembramos. Adeus Amália pioneira!

O Revolucionário Brigadeiro Felipe Antônio Cardoso, Precursor da Independência em Goiás, Mentor e Defensor Separatista da antiga Província de Goiás, hoje Estado do Tocantins*

*Ana Braga**

Nos anais de Goiás e, agora, do novo estado do Tocantins, há figuras de inestimável valor cívico e cujos feitos se baseiam no ideal independensista contra a monarquia portuguesa e sua opressão, através dos governos provinciais. São nomes dignos de menção, inapagáveis. Por isso merecem a gratidão e o respeito das gerações atuais e vindouras.

Entre tantos outros, na história do Brasil e, especialmente, na história da Independência de Goiás, destaca-se o brigadeiro Felipe Antônio Cardoso, marcante perfil de bravo revolucionário, cujo nome não se confunde com o seu pai, nem com seu ilustre filho, Felipe Antônio Cardoso Santa Cruz, de igual nome, o qual seguindo a trilha de seu digno progenitor, foi, também, representante de Goiás na Assembléia Legislativa.

Filho do capitão-mor Domingos Antônio Cardoso e da Sra. Rosa Santana de Lemos, o Brigadeiro Felipe Antônio Cardoso, nasceu em 26 de maio de 1779, em Cavalcante, Julgado de Arraias, pertencente à antiga Câmara de São João das Duas Barras. Muito jovem ainda, casou-se com a Srta. Joana Crisóstomo Amado do Amaral, com quem teve três filhos, Narcisa Antônio Cardoso, Marcos Antônio Cardoso e Felipe Antônio Cardoso Santa Cruz, seu primogênito. O capitão-mor Domingos Antônio Cardoso, pertenceu à milícia de Segunda Linha de Portugal. Vindo para o Brasil, fixou-se nas minas de Goiás, onde prestou relevantes serviços à Capitania, nos fins do século XVIII.

* Conferência proferida no Auditório Augusto da Paixão Fleury Curado, do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, em 23 de maio de 2001, às 20h.

** Presidente da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, membro da Academia tocantinense de Letras.

Seu filho, o brigadeiro Felipe Antônio Cardoso, desde mocinho, mostrou-se vocacionado à carreira militar. Aos 27 anos de idade, fez-se praça no Segundo Regimento de Cavalaria da Capitania de Goiás, com sede em Arraias. Logo depois foi graduado cabo de esquadra, em 29 de janeiro de 1800. Não demorou, foi promovido a Alferes do referido Regimento, tendo sido nomeado, em 13 de maio de 1808, 1º Tenente agregado à milícia de Arraias. Em 10 de maio de 1811, foi promovido ao posto de Capitão desse mesmo Regimento, cuja promoção foi confirmada por portaria de Sua Majestade.

É de se notar, que o capitão Felipe Antônio Cardoso já havia se transferido de Arraias para a antiga capital, Goiás, quando chegou àquela cidade o brigadeiro Manoel Inácio de Sampaio que foi o último Capitão General a governar a região. Governou de 14/10/1820 a 30/09/1821.

O general Sampaio era um discricionário delegado de Portugal. Nomeado ainda em Lisboa, com prévia audiência do Conselho Ultramarino, assumiu o cargo em Goiás, segundo o historiador Hugo de Carvalho Ramos, “ainda cheio de reima lusitana”. Seu Governo foi agitado por acontecimentos muito sérios e em decorrência de fatos políticos, previa-se, já, “tempestades e borrascas” à vista, com sinais fortes. O movimento independentista do Brasil tomava corpo nas províncias. Mas ninguém podia se manifestar. Todo o trabalho era secreto. Porém, a conspiração se processava, de sul a norte. Os adeptos da monarquia se julgavam donos da situação e contentavam-se em oprimir os filhos da terra. Nem pensavam os representantes do reino, vindos da metrópole, que é uma ilusão dos poderosos, em todas as épocas, julgar a mentalização de uma aspiração popular, o que nada consegue, senão a repulsa dos idealistas dentro dos corações “onde brota a chama do amor, este que faz heróis. O amor que não significa, mas, é desvelo à pátria, à terra onde se nasceu e onde estão, pois, nossas raízes, sustentando nossas aspirações”.

Em Goiás, sob as cautelas e precauções que a situação exigia, crescia o movimento contra a monarquia. Padres, intelec-

tuais, jornalistas, escritores, homens do povo e os de negócios, todos desejavam a independência e sabiam que ela viria mais cedo ou mais tarde. Segundo o historiador Zoroastro Artiaga, “o único que acreditava na perpetuidade do reino era mesmo o Capitão General”, Manuel Inácio Sampaio.

FELIPE ANTÔNIO CARDOSO – Precursor da independência

Em surdina, levantou-se um movimento contra a monarquia, cujo movimento deveria explodir na Capital, em consonância com outros, em outras regiões do Brasil. Esse movimento deveria ir à praça, em 14 de agosto de 1821. Chefiava esse levante o destemido Capitão FELIPE ANTÔNIO CARDOSO, auxiliado pelo Capitão da Cavalaria Francisco Xavier de Barros, os padres Luiz Bartolomeu Marques, Luiz Freire de Andrade, José Cardoso de Mendonça e o soldado Felizardo Nazaré Bittencourt. À frente desse levante, eles iriam à luta, para depor o Capitão Manoel Inácio de Sampaio, Governador da Capitania. Esse movimento seria um eco em resposta às transformações políticas que se operavam no litoral, devido à Revolução Liberal do Porto, Portugal, cujas notícias vinham através dos jornais patrióticos da Corte, os quais já pregavam as primeiras idéias de independência do Brasil. Portanto, esse referido grupo revolucionário, chefiado pelo Capitão da Cavalaria FELIPE ANTÔNIO CARDOSO, foi o primeiro movimento em Goiás, pela liberdade do Brasil e separação da Monarquia Portuguesa. Daí o brigadeiro FELIPE ANTÔNIO CARDOSO, por justiça, ser cognominado o Precursor da Independência do Brasil na então Capitania de Goiás.

Saindo do quartel, onde os revolucionários se preparavam e de onde era chefiado o movimento separatista, dali marchariam até o Palácio do Governo (Palácio Conde dos Arcos). Então, o Governador Manoel Inácio G. Sampaio seria deposto. A seguir, instituir-se-ia um Governo Provisório e dali gloriar-se-iam os vultos goianos envolvidos nessa insurreição. Era este o plano e o sonho dos libertadores.

A preparação para a revolta, à hora e dia certos, empolgava os goianos e se tornava, embora sob cautelas, mais ostensiva. O movimento ganhava inúmeros adeptos: civis, religiosos e políticos.

Colaborava para a fortificação desse levante o comportamento agressivo e injusto do Governador Manoel Inácio Sampaio. Por outro lado, o espírito nativista não esmorecia em nenhum lugar do Brasil. Também, é de relevância se dizer que, naquela época, o movimento independencista em Goiás já possuía uma elite de intelectuais, como Luiz Antônio da Silva e Souza, professor de gramática latina, Luiz Bartolomeu Marques, professor de teologia moral e, ainda, outros muitos cidadãos, senhores de excelente instrução e merecimento cívicos, como o Cel. Álvaro Xavier, o Capitão José Rodrigues Jardim, o Tenente Coronel José do Couto Guimarães e o Padre Joaquim Vicente de Azevedo, todos com sentimentos independencionistas.

A existência desse suporte, por parte de tantos valores e inteligências, dava um cunho de esperanças, incentivando o civismo dos goianos a irem à luta. Ainda, repetindo, favorecia esses ideais de independência, o comportamento agressivo do Capitão General, Inácio Sampaio, tão injusto e prepotente que despertava antipatia e revolta. Era um homem envenenado pelo poder discricionário, violento e de inteligência obscura. Tanto, que obrigava qualquer cidadão que dependesse de qualquer despacho seu, jurar fidelidade à Coroa Portuguesa, antes, de obter o favor ou o direito solicitado. Não era um nobre. Seus gestos o denunciavam; nem, tão pouco, tinha compromissos com a civilização. “Só queria agradar o Rei, e, assim, garantir sua posição no Rio de Janeiro ou em Lisboa, como fiel servidor da monarquia portuguesa” (segundo Regina Lacerda, em *“A Independência de Goiás”*). Pensando sobressair-se, punia severa e sistematicamente a todo simpatizante da independência, julgando-se, assim, um cauteloso vigilante do governo monarquista e, ao mesmo tempo, digno das benesses reais.

Somente ele indicava testemunhas para processos de interesse dos nativos (goianos). Deportava e enforcava, discricionariamente. Diz o historiador e pesquisador Zoroastro

Artiaga (*História de Goiás*, 2ª edição, 1959), que seus fâmulos, bajuladores subordinados, perscrutavam, com os ouvidos colados nas paredes, os olhos nos buracos das fechaduras alheias e embebedavam os suspeitos, para obterem declarações que pudessem indiciar como criminoso qualquer goiano. Intrigavam, para obter algo das pessoas ingênuas. Seus fâmulos farejavam, nas reuniões sociais, para conseguirem informações contra o reino e sempre acrescentando inverdades, de tudo informando ao governo.

Sampaio atendia somente aos pedidos que iam ao encontro de suas idéias de perseguição, mesmo àqueles feitos em cartas anônimas. Seu desejo era ser temido e não estimado, como desejam os governos inteligentes. Mandou consertar, lixar e envernizar o patíbulo, anunciando que “uma dúzia de enforcamentos iria ali se dar, em breves dias”.

Quem não delatava e não intrigava era vigiado. Aquele que agisse como espião, era premiado.

Sampaio sonhava com um título de nobre e com uma alta posição na Corte. Pensando consegui-lo, através de atitudes violentas, espalhou avisos a qualquer voz contrária à Corte. Foram expedidas dezenas de avisos, lidos nas esquinas e localidades da Capitania. Tais leituras se faziam ao rufar de tambores, em lugares públicos, feiras e portas de lojas. Editais estabeleciam até normas de comportamento à população. Mesmo assim, a subversão e o trabalho independentista se prosseguiram.

Ignorante e grosseiro, o Capitão General Inácio Sampaio não poderia mesmo entender que, em todos os tempos da humanidade, ninguém matou uma idéia com castigo e violência. A essas violências e ameaças, Goiás respondia usando espírito, coragem e ironia: a fina crítica, o satirismo em verso, nos muros caiados onde faziam também, desenhos insultando e ridicularizando o Capitão General. Tais coisas faziam sofrer os palacianos. E então, os bajuladores atiçavam o ódio. Os policiais faziam espancamentos e prisões inúteis. A cadeia, diariamente, ficava cheia presos, mormente mulheres.

Vendo a resistência passiva do povo, determinavam os cupinchas do Governador Sampaio, que obtivessem informações

até de crianças, de cachaceiros e de outros que, loquazes, e desprevenidamente, em lugares públicos e até nos lares, delatassem conspirações.

Primeira prisão de Felipe Antônio Cardoso

Naquele movimento subversivo, mas necessário, em prol de nossa independência, na Capitania de Goiás, foi o Capitão Felipe Antônio Cardoso o cabeça, igual o fora Tiradentes, em Minas Gerais, no ano 1789. E o “Frei Caneca”, dessa insurreição, na lapidar expressão de Americano do Brasil, foi o padre Bartolomeu Marques.

Organizada a conspiração, a parte militar ficou a cargo do soldado Nazaré, que instruía a tropa e organizava os planos de ataque.

Mas não faltou ai a traição. Foi o Calabar desse movimento a espiã Maria Gertrudes. Sabedora da conspiração, correu ao palácio, para delatar o fato, certificando de tudo ao Governador. Então o movimento revolucionário foi violentamente reprimido. Antes de eclodir, o que se daria às 20h do dia 14 de agosto, iniciaram-se prisões em massa. Com o produto da carceragem bem alta, o Governador contratava muitos “bate paus”, a serviço da vigilância e espionagem, encomendados por Sampaio.

Do palácio expediram-se rigorosas ordens de prisão dos adeptos independencistas, na Capital e interior da Capitania. Ordenou-se, ainda, que se construíssem mais cadeias, urgentemente. Construíram-se também, muitos troncos, rapidamente. Filhos de fazendeiros e políticos amanheciam com seus pés enfiados em buracos daqueles instrumentos aviltantes e de suplício, colocados à porta do edifício onde se davam as audiências, para serem presos, vistos e servirem de exemplo. As devassas e inquéritos eram feitos sob a direção de pessoas de confiança do Governador. As denúncias eram fornecidas pelos espiões, especialmente por Maria Gertrudes.

Na noite da denúncia, quando repicavam os sinos, depois da novena de N. S^a. D’Abadia, Maria Gertrudes profanou o templo, ali

entrando acompanhada de “bate paus” e, dentro do templo, efetivaram-se várias prisões. À porta do Palácio Conde dos Arcos se postaram homens com espingardas, clavinotes, pedreiras, trabucos e outros tipos de armas, hoje obsoletos e, à ocasião, permitidas e usadas pelos governistas, que ali recebiam a incumbência de efetuarem as prisões e de zelarem e defenderem o Governo Del Rey.

Os processos de acusações se sucediam. Por todo o interior da Capitania houve um corre-corre, uma perseguição feroz e indiscriminada que até mesmo os próprios portugueses temiam, e delas se escondiam, receando demorar muito a provarem que não eram brasileiros, e serem levados aos troncos e às cadeias, como acontecia aos nativos. Havia inquietação. Dez dias já haviam se passado e essas injustiças continuavam. As cartas-denúncia, mesmo anônimas, eram ajuntadas aos processos e, se continham delações, eram acatadas.

À frente do edifício onde estavam os presos incomunicáveis (os chefes do movimento revolucionário e seus achegados partidários), ajuntavam-se os parentes, familiares e amigos das vítimas, aglomerando-se ali, à espera de uma próxima soltura ou da permissão para uma visita. A polícia dispersava a todos, sem consideração a quem quer que fosse.

Para apressar a conclusão dos processos, instalou-se um Tribunal de Emergência, como se alguém na cidade tivesse competência para fazê-lo. Convocaram todos os que tinham boa caligrafia, para serem escrivães “ad hoc”, funcionando nos inquéritos.

Os indiciados, à proporção que se instruía os processos, eram mandados para a prisão com correntes no pescoço. Os incomunicáveis ficavam no vasto salão do rés do chão do prédio da Câmara, que não tinha portas; os presos (inclusive Felipe Antônio Cardoso e Francisco Xavier de Barros) desciam por uma escada, e lá embaixo, um lugar sem luz e sem água, com odores nauseantes e ventilação precária, eram alojados.

Para amedrontar, mais ainda, o interior da Capitania, o Governo fazia seus adeptos e bajuladores esparramarem notícias alarmantes, como a de que “muitos presos poderiam ser enforcados

e que essa penalidade já havia sido aplicada ao filho do capitão **Felipe Antônio Cardoso**, Felipe Cardoso Santa Cruz, ao sargento Felizardo Nazaré e ao Padre Bartolomeu Marques”, sendo até, que este, o padre Bartolomeu, nem tinha sido preso, pois, avisado a tempo, escapou, viajando para o norte da Capitania, onde tinha amigos que o protegeriam, como aconteceu.

Enquanto tudo isso acontecia, o primeiro préstito foi enviado para ser julgado por instância superior, em São Paulo. Os acusados subiram o Largo do Chafariz, à hora do sol a pino, acompanhados por chacotas de uma banda exótica, pejorativa, constituída de tambores, latas e chocalhos que, juntos, formavam uma fanfarra.

Iam os presos, tendo à frente Felipe Antônio Cardoso, o padre José Cardoso de Mendonça e Francisco Xavier de Barros, seguidos de muitos outros. Esses prisioneiros, sacrificados a serviço de nossa independência, andavam serenos, conservando a atitude dos mártires. Não demonstravam temor, ante tanta injustiça. Ornava-lhes o ar de bravura e a serenidade dos heróis.

Para assistirem a esse espetáculo desumano e injusto, a mando do Capitão General, o Governador Manuel Inácio Sampaio, o povo foi “convidado”, sob pena de severa punição, e sob o “ciente” lançado no “convite”, a comparecer à saída dos presos. À porta da Câmara, uma massa popular testemunhou aquela cena agressiva à civilização e que deveria, como desejava o Governador Manuel Inácio Sampaio, ficar aquele quadro de horror perpetuado na memória de todos, para ser transmitido de geração em geração, uma vez que não havia imprensa, para **“documentar as iniquidades daqueles prisioneiros, traidores da Corte, inimigos do Reino”**.

A turba infrene, inconsciente e aterrada, assistia aquele espetáculo medieval. Outros, pagos por sua lealdade ao governo, “tocavam berrantes e buzinas, cumprindo as exigências do malvado Sampaio”.

O processo contra Felipe Antônio Cardoso e seus companheiros de ideal foi conclusivo, com rapidez.

Julgava o governador Sampaio que, com esses procedimentos por ele tomados contra os insurrectos e o afastamento dos

mesmos, estaria cessado definitivamente “o movimento revolucionário desses visionários”.

Ignorante, nada lúcido, Manuel Inácio Sampaio não poderia mesmo prever que um grande e sadio ideal não se deixa vencer ao primeiro entrechoque.

Do fracasso do movimento, devido à traição da hetaíra Maria Gertrudes, do dia 14/08/1821 até o dia 20 do mesmo mês, a devassa foi concluída em seis dias e presos os “cabeças” daquela insurreição.

No dia 20/08/1821, ficou concluída a devassa e, em consequência, foram decretadas as medidas contra os implicados: o Capitão Felipe Antônio Cardoso teve ordem de se retirar para o distrito de Arraias, confinado, na sua fazenda Sumidouro; o Capitão Francisco Xavier de Barros foi mandado para o registro de Santa Maria, na Ribeira do Paraná, depois, cidade de Taguatinga, hoje no Tocantins. O soldado Felizardo Nazaré foi destacado para a Lagoa Feia, próxima à atual Formosa. O padre José Cardoso de Mendonça foi enviado para a Aldeia de Formiga, perto de Duro, hoje Dianópolis. Ao padre Luiz Bartolomeu Marques foi dada a ordem de se afastar, a 50 léguas da Capital. E o padre Lucas Freire de Andrade foi intimado a deixar a Capitania, dentro de oito dias.

Mas o ódio aliado ao poder não apaga os anseios de liberdade.

Logo mais, outro movimento de notável repercussão e consequências históricas e políticas contra o Governo da Capitania, iria provar que o desejo de liberdade, na alma de um povo oprimido, não se extingue com perseguições, nem à força de intimações e arrogância.

O calor pátrio excitado pela idéia de separação do Brasil da Corte Portuguesa, que exigia a volta do Brasil ao Regime Colonial e o regresso de D. Pedro, imediatamente, a Portugal, alertou o povo brasileiro. Anteviam nesse regresso de d. Pedro, por assim dizer, algo a acontecer, sob segredo, porque desta maneira procedia-se em todo reino de Portugal. Esse “algo a acontecer”, seria o “FICO” e, depois a INDEPENDÊNCIA DO BRASIL.

Na capital da Província de Goiás o movimento crescia, cautelosamente. Em certa noite, quando a procissão desfilava pela Rua do Horto, um clérigo assomou à janela de um sobradinho e, ao lado dos padres, Silva e Souza aconselhou, dali, ao povo ter mais paciência, não fazer resistência alguma, confiar, que tudo iria se resolver a bem de todos; “que tudo estaria bem, dentro de poucos dias, não havendo necessidade de sacrifício”. Naquelas palavras influentes, o povo viu uma promessa velada. Houve uma grande esperança, que aliviou aquela sociedade sofrida, ante tantas agressões e injustiças. O patíbulo, na Praça, refeito e pintado de vermelho, era como um espantalho a intimidar e a atizar em todos as lembranças de enforcamentos e de terror.

De fato, algo extraordinário acontecia. Vieram as primeiras eleições à Constituinte e, conseqüentemente, o Brasil marchava rumo à sua emancipação política. Chances de reivindicações chegariam. Reuniram-se as juntas eleitorais, numa solenidade pública, a 21/04/1821.

E novas notícias chegaram aos goianos sobre as explosões de patriotismo e de libertação, nos acontecimentos que corriam no Rio de Janeiro, após o juramento das bases da Constituição. Tais notícias geraram grande entusiasmo, pondo em pânico o Governador Sampaio, que se apressou em jurar a Constituição. Para agradar o povo, o Governador Sampaio anunciava grandes “melhoramentos que chegariam, e tantos, que até aos próprios filhos da terra causariam admiração”. Mas as promessas do antipatizado Governador, ambicioso português, não convenceram o povo. A verdade é que o espírito nativista estava desperto. O sentimento de patriotismo não aceitava aquelas tapeações. E a continuação de manifestações populares incomodava aos palacianos.

Marcou-se dia e hora para se ratificar o juramento à Constituição. Houve Te Deum e sermão encomendado ao padre Silva e Souza. Realizaram-se passeatas. Foram convocadas as juntas eleitorais. No dia 24/04/1821 e no dia 07/08/1821, processaram-se as eleições “livres”, para deputados às Cortes Portuguesas. Foram eleitos Joaquim Teotônio Segurado – Ouvidor da Câmara

do Norte, hoje, Estado do Tocantins e o padre Luiz Antônio da Silva e Souza e ainda, um suplente de nome Plácido Moura de Carvalho, que residia no Grão Pará, hoje Estado do Pará.

Joaquim Teotônio Segurado deveria seguir para Lisboa, passando por Belém, via Tocantins, como o fez, de fato. O padre Silva e Souza que pretendia, antes de viajar à Corte, passar por Minas Gerais, para visitar seus familiares, acabou por permanecer em Goiás.

Na verdade, as eleições “livres” não foram realizadas em clima de muita paz. Nem na Capital, Goiás, nem no interior da Capitania. Somente haviam se acalmado os ânimos e se apagado as lembranças das prisões e dos banimentos dos “cabeças” do movimento liberatório, iniciado por Felipe Antônio Cardoso e pelo padre Luiz Bartolomeu Marques, os quais passaram à história, respectivamente, o primeiro, segundo Americano do Brasil, como pioneiro da Independência em Goiás e, o segundo, com o título de “Apóstolo da Liberdade”.

Conjurado o movimento de 14 de agosto e procedidas as eleições, o Capitão General Sampaio convenceu-se da importância das eleições dos deputados e da validade da ratificação procedida ao juramento à Constituição.

Acontecia, porém, que os habitantes da Comarca do Norte se consideravam desprezados, segundo as cartas do Cel. Antônio Felipe Cardoso e do padre Bartolomeu Marques.

A prisão desses dois compatriotas provocou ressentimentos e revoltas naquela região, que não tardaria a manifestar sua oposição ao Governo da Capital e, também, se por a campo, em favor da Independência. Tudo conspirava favoravelmente aos opositores do Governo: as dificuldades da vida econômica da Comarca do Norte, dificuldades que aumentaram mais com a mudança do ciclo do ouro para o da plantação da lavoura.

O declínio da mineração, iniciado em 1779, ano anterior à queda do quinto, que vinha se mantendo acima de 15 arrobas e que desse ano à frente, não mais atingiu tal índice. Entrou a região numa decadência acentuada.

Contribuíram, ainda, para a descrença do povo ao Governo:

- a) a decadência dos rendimentos da Casa de Fundição, o que se atribuía ao extravio do ouro em pó, no Rio, e a apreensão do metal extraviado, sem regresso nem lucros aos mineiros, donos das lavras, na origem;
- b) os anseios dos exploradores das barras, embalando os sonhos de voltarem ao tempo da abundância do ouro fácil; estes sonhos os desencorajavam a enfrentar a luta com a terra, para a implantação da agricultura, apesar das incitações que para isso recebiam, desde o governo de D. José de Almeida Vasconcelos Several de Carvalho, em 1772. Além do mais, a adversidade do tempo conspirava contra os que tentassem plantar, pois, dois anos de seca não permitiram colheitas e, após esta calamidade, vieram grandes enchentes, que alagaram as safras. Também o isolamento, as dificuldades de transportes para o escoamento dos produtos, tudo isso contribuiu para que a lavoura no Norte se transformasse em produção de consumo ou em produção doméstica. Exportavam-se apenas couros de bois, crus ou em solas, fardos de algodão em pequena quantidade, também, o boi em pé e peles de animais silvestres. Doloroso é se dizer que esse tipo de comércio perduraria, com ligeiras melhoras, até o ano de 1930.

Somente em 1950, foi inaugurada a estrada Belém-Brasília, que ligou o Sul ao Norte do Brasil, cuja estrada se chamou, de início, “Bernardo Sayão” e, recentemente, BR-153. A ela se acoplaram inúmeras outras importantes rodovias. Essas estradas vão a todas as regiões do Brasil, graças à alta visão do fundador do Estado do Tocantins, Siqueira Campos. No seu primeiro e terceiro

mandatos, esse Estado já está cartado, em todas as direções, por rodovias asfaltadas, ligando as cidades do ex-norte goiano ao sul, ao litoral e a todo o resto do Brasil.

Mas, voltando ao ano de 1821: depois da conspiração contra o Capitão General Manuel Inácio Sampaio, então Presidente da Capitania de Goiás, Felipe Antônio Cardoso, chefe daquele movimento, ficou confinado na Fazenda Sumidouro, no município de Arraias, cuja fazenda ainda hoje guarda vestígios de seus velhos tempos. Lá da Sumidouro, cercado de riqueza natural e das terras que tanto amava, dali, no entanto, ele não era só testemunha interessada na importante causa que surgia na Comarca do Norte, à qual ele ajudou fazer independente do Sul. Daquela fazenda, ele se tornou mentor assíduo dos arraiais e julgados da referida Comarca, que tão bem conhecia, viajando por elas, ou através de constantes correspondências com seus habitantes e líderes.

Divisão da Capitania de Goiás e Criação da Capitania do Norte

A queda do Governo do Capitão General Manuel Inácio Sampaio foi, de qualquer forma, resultante da conspiração contra ele feita pelo movimento chefiado por Felipe Antônio Cardoso.

Abafado esse movimento na Capital, banidos seus cabeças, estes nem por isso deixaram de fomentar o espírito independencista. Abortada a conspiração, no entanto, sua chama continuou aquecendo e luziu na paisagem distante da Comarca do Norte, sob a inspiração de Joaquim Teotônio Segurado, Ouvidor dessa Comarca, fiel à Monarquia Portuguesa, contrário à Independência do Brasil, mas, a favor da separação da Comarca do Norte da província Sul de Goiás.

Joaquim Teotônio Segurado era lusitano, do Alentejo, Desembargador, Ouvidor da Comarca de São João das Duas Barras. Fiel à Corte Portuguesa era no entanto, grande defensor da região do Tocantins. Pugnou pelo desenvolvimento comercial da

capitania. Realizou ousadas navegações pelo Tocantins; incentivava o programa da indústria, sobretudo da pastoril, da mineração e da agricultura, a favor da prosperidade da Capitania. Foi auxiliar dos esforços do economista Marquês de Palmas. Autor de memoráveis reivindicações enviadas à Corte do Rio de Janeiro, pedindo melhoras para a Comarca do Norte. Fundador da Vila de Palmas, depois, sede da Comarca. Tornou-se líder do povo dessa região. Por força da situação econômica de que dispunha, pois era dono de muitas e prósperas fazendas e ainda, homem dotado de inteligência e de bom nível cultural para a época e o lugar em que vivia, Segurado organizou o movimento, separando a Comarca do Norte daquela do Sul, da Província de Goiás.

Por essa época, Felipe Antônio Cardoso, embora, como se disse, confinado na sua fazenda Sumidouro, em Arraias, mesmo de longe, interessava-se por esse movimento e tornou-se mentor dessa política libertatória do Norte da Capitania. Elemento assíduo e prestigiado pelos nortenses, foi o braço direito de Teotônio Segurado, conseguindo adeptos à separação da Província.

Finalmente, no dia 14 de setembro de 1821, estabeleceu-se o Governo Provisório em Cavalcante, Governo independente de Vila Boa, assim constituído: **Presidente** – Joaquim Teotônio Segurado; **Secretário** – o Vigário Francisco Joaquim Coelho de Matos e mais cinco membros.

É de se notar que Segurado, ainda que preocupado com libertar o povo do Norte, tornando-o desligado do Governo do capitão General, igual vinham fazendo outras Províncias, Segurado desejava a continuidade da dependência do Brasil, sob as Cortes Portuguesas.

Ao assumir o Governo, Teotônio Segurado lançou um vigoroso manifesto ao povo: estava instalada a **Província do Norte**. Destituiu o Capitão General de Goiás de qualquer poder administrativo e de suas funções no Norte. De imediato, para captar adeptos e sustentar seu prestígio, tomou medidas aliviando os impostos (sobre selo, sisa, décima, tributo sobre a carne verde). Aumentou o valor do ouro; franqueou os registros; criou

o Corpo de Defesa, de 1ª a 2ª Linhas. Estipulou Julgados, inclusive o de Arraias, de São José, São Domingos, Chapada e Carmo. Estes dariam um Deputado ao governo provisório de Cavalcante. E a todos fez ciente da instalação do Governo no Julgado de Arraias, e, logo depois passou a Capital a Natividade.

Apesar de o historiador Alencastre considerar que a mudança da Capital, de Cavalcante para Arraias, foi a causa das dissensões naquele Governo, e ainda, do afastamento de muitos adeptos de Segurado, outras causas existiram, entre elas certas atitudes resultantes do “caráter violento” do Ouvidor Segurado. Ainda mais: os participantes que se empenharam pela independência do Norte não se conformavam com o fato de ele, embora tendo lutado pela libertação da Comarca do Norte e criado o Governo Provisório, continuar defendendo as Cortes Portuguesas, tendo declarado, até que, “o governo de Cavalcante ficará contra D. Pedro I (que havia proclamado a Independência do Brasil), caso este aceite a coroa do Brasil”.

O historiador moderno pergunta, hoje: Teria Segurado sido apenas um “caráter violento” ou mais grave que isto, um “mau caráter?”

Segurado era avesso a toda idéia de emancipação política que desvinculasse o Brasil de Portugal. Frenético apologista da união do Reino, teria se colocado à frente do Governo de Cavalcante para servir à causa Portuguesa? O fato é que o Norte passou a viver dias de graves confusões, quando sua gente percebeu que havia sido ludibriada por Segurado. A capital já havia passado de Cavalcante para o Julgado de Arraias. E, devido às constantes desarmonias e indisciplinas entre os habitantes do Norte, geradas pela presença de portugueses e insinuações destes e do Governo do Sul, foi logo mais, transferida para Natividade.

Com a transferência, foi extinto o Foro de Arraias e destituído o Juiz ordinário, Febrósio José Vieira; para a nova sede nomeou-se o Ouvidor Pio Pinto de Cerqueira. Tais fatos aumentaram a indisciplina. A desordem se generalizou. O Juiz des-

tituído e o Juiz nomeado, ambos despachavam concomitantemente. E o povo, desgovernado, obedecia a quem queria. A autoridade desequilibrou-se.

A segunda prisão de Felipe Antônio Cardoso

Ao chegar a Cavalcante, o padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, encontrou o Coronel Felipe Antônio Cardoso, que ali fora fazer reconhecer a Regência do Imperador D. Pedro I e jurar a Independência, o que já fizera em Arraias e Natividade. Mas, em nome do povo, insurgiu-se contra a proposta do padre Luiz Gonzaga, a de unificar novamente o Norte ao Sul de Goiás.

O veterano soldado e revolucionário reafirmou seu ponto de vista que seria o de se aguardar a consulta feita ao ministério e afirmou “que só permitiria a reconciliação mediante ordem do Imperador.”

O padre Camargo Fleury, compreendendo a importância da declaração de Felipe Antônio Cardoso contra a missão que o levava ao Norte, que era a pacificação e união, e baseado nas instruções que recebera do Presidente da Junta Provisória em Goiás, mandou prender Felipe Antônio Cardoso, o que se deu. Foi preso pelo Cel. João Leite. O mandado de prisão foi assinado por Febrônio Vieira Sodré, Ouvidor da Comarca de São João das Duas Barras. Declarava o dito mandado que o motivo da prisão foi haver Felipe Antônio Cardoso participado do movimento de Independência e ter sido pronunciado na devassa que se procedeu “para conhecer os demagogos e anarquistas, seus agentes e emissários.” A prisão se efetuou no dia 08/02/1823, tendo o mandado sido lavrado pelo escrivão Francisco Ribeiro de Carvalho.

Na mencionada devassa foram ouvidas 33 testemunhas e incriminados os presos, os revolucionários: Pio Pinto Cerqueira, Antônio Joaquim Ferraz, João Batista da Cruz Monte, Silvério José Silva Rangel, Luiz Lisboa, Joaquim José da Silva, Manuel Mateus Pereira. Foram presos por não aceitarem a imposição de padre Gonzaga Fleury, vale dizer, a união do Norte com o Sul.

Antes desses fatos, o capitão Felipe Antônio Cardoso ao se certificar da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, através de jornais vindos da Bahia, viajou a Cavalcante, onde, a 20 de janeiro de 1823, jurou e fez o povo prestar juramento à Independência, tal como se fazia no Rio de Janeiro, São Paulo e outros Estados.

As Câmaras e toda a Capitania do Norte juraram a Independência, seguindo o exemplo de Cavalcante e Natividade; nesta ocasião, o bravo filho da terra, Felipe Antônio Cardoso tentou dissuadir Joaquim Teotônio Segurado de abandonar suas atitudes contrárias à Independência do Brasil e aconselhou-o a imprimir com o povo um novo rumo à política do Norte. Mas, apesar de ser reconhecido como fiel amigo de Felipe Antônio Cardoso e da Capitania do Norte, nem assim demoveu o Ouvidor Teotônio de suas idéias de monarquista. Também estava quase incontrolável a desmando na Província do Norte.

Já eleito, em 1821, deputado constituinte, Teotônio Segurado tratou de viajar a Portugal, o que fez pelo Tocantins, até o Pará, deixando atrás de si inquietações e também algumas desilusões aos seus adeptos. Tal era sua submissão a Lisboa, que provocou na Capital Natividade e em outras localidades da Província do Norte, o receio de que na sua passagem pelo Pará, ele conseguisse enviar de lá, forças portuguesas para aquela região, onde aliás, estavam suas muitas fazendas de gado e inúmeras terras.

Foi mandado um emissário à Corte, no Rio de Janeiro, levando a comunicação da criação do novo Governo e pedindo a confirmação de sua Majestade. Antes disso, fez-se essa comunicação ao Governo de Vila Boa, que não aprovou a criação da Província do Norte, “por estarem esses negócios afetos à S. M. e às Cortes.”

Ao partir para Lisboa, Joaquim Teotônio Segurado prometeu obter do Conselho Ultramarino a aprovação do Governo do Norte. Não tendo nunca vindo essa aprovação, os insurretos, desesperados, interceptavam e abriam malas postais vindas de Portugal e destinadas a Vila Boa, mas, o FICO, antes, e depois a proclamação da Independência trouxeram aos nortenses as

esperanças da oficialização do Governo do Norte. Daí que a administração de Natividade mandou ao Rio de Janeiro outro mensageiro, José Bernardino, com o encargo de defender a causa do Norte. Mas para tristeza e desilusão dos habitantes da sonhada e recém-nascida Província, aos 23 de Junho de 1823, o referido emissário recebia das mãos do Patriarca José Bonifácio de Andrade e Silva, a formal negativa aos anseios dos nortenses. Tal decisão reforçava o Governo da Junta Provisória de Goiás, agora presidida pelo Coronel Álvaro Xavier de Almeida, que para pacificar o Norte, mandou àquela região o mais ilustre membro do Governo do Sul, padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, a quem foram dadas atribuições administrativas, civis e militares. Partiu rumo ao Norte em 15/11/1823.

Não seria fácil a missão desse pacificador. Sua viagem se iniciou no tempo das cheias nos rios, sem pontes e sem canoas. Vencia-se a viagem sob a lentidão da marcha dos animais.

Padre Luiz percorreu centenas de quilômetros, sofrendo múltiplos transtornos e ameaças dos separatistas. Ele era escoltado por diminuta força. Diminuta sobretudo, ante a bravata dos nortenses contra as opressões feitas a eles pelo ex-Capitão General Manuel Inácio Sampaio, em setembro de 1821. À intervenção e pacificação dessa região, pelo padre Luiz Gonzaga, a mando da Junta Provisória de Goiás, responderam os filhos do Norte, desafiando qualquer tentativa de forças armadas: **“Ele sabe que nós temos mil bravos e destemidos sertanejos, que sepultarão seus soldados nas gargantas das serras que nos rodeiam.”** (Alencastre, Anais, 19/1979, 339).

A situação se afigurava de muita gravidade para o Governo de Vila Boa. Gravidade que não deveria perdurar.

Como se vê, o Brasil estava independente, contudo, o Norte de Goiás continuava oprimido. Felipe Antônio Cardoso teve de se curvar ante a portaria trazida pelo emissário de José Bonifácio, comunicando aos nortenses a não aprovação por parte de D. Pedro I, de um governo separado, no Norte. *“Não porque julgue que os indivíduos de que se compõe o dito Governo sejam*

destituídos de sentimentos patrióticos e honrados e fiéis brasileiros. Mas por ser Lei contrária a multiplicidade do Governo em uma só Província.”

Felipe Antônio Cardoso foi enviado preso, para Vila Boa, de onde seguiu, sob custódia, para o Rio de Janeiro em 27/05/1823.

Foi encaminhado pelo Governo Provisório a José Bonifácio e, por recomendação do padre Gonzaga Fleury, que procedeu a apuração de responsabilidade dos sediciosos do Norte, recaindo maior culpa sobre o Capitão Felipe Antônio Cardoso, que no dizer do historiador Zoroastro Artiaga (Hist. Goiás, 2ª edição, pág. 131) foi candidato ao martírio infligido a Tiradentes em 1792, pois sofreu pela Independência do Brasil e do Norte, toda sorte de humilhações e prisões, só faltando mesmo levá-lo ao patíbulo.

Mas, por sorte do valoroso Capitão, ou por parte do destino, o oficial encarregado da diligência, da deposição e escoltamento do Capitão Felipe, foi o Capitão Francisco Xavier de Barros, seu ex-companheiro de revolução, e os soldados Francisco Borges Pereira Maia, da Companhia dos Dragões, e André Cursino da Silva, da Companhia de Pedestres, todos seus amigos.

No Rio de Janeiro, o Conselho de investigação a que foi o Capitão Felipe Antônio Cardoso submetido, nenhum crime apurou contra seu procedimento, apenas seu inquestionável ímpeto de independência e de nativista, desejoso de se livrar do mando português e de libertar Goiás e sua região, a que tanto amava, o Norte da Província de Goiás, do jugo português, lutando como lutou e dando seu apoio a essa separação. Valeram essas conclusões que lhe foram inteiramente favoráveis e em razão das quais foram-lhe restituídas sua patentes, inclusive a de Brigadeiro. Imediatamente, foi enviado de regresso, para servir na Província de sua origem.

Por essa mesma época, o General Raimundo José da Cunha Matos assumia o Governo das Armas, em Goiás. O Brigadeiro Felipe Antônio Cardoso foi muito prestigiado pelo novo Governador e tal foi seu prestígio, que logo foi nomeado Presidente do Conselho Regional da Província.

Uma Escola de Medicina em Cavalcante

Homem de empreendimentos e conhecedor do precário atendimento à saúde pública, na região do Norte, o Brigadeiro Felipe Antônio Cardoso planejou e conseguiu apoio à criação da Escola de Medicina em Cavalcante, como se vê:

“Sendo a saúde pública um dos mais importantes objetos de que todas as Nações tratam. O conselho Geral da Província de Goiás, não pregando menos o bem dos seus concidadãos da Comarca de São João das Duas Barras, que ali vivem em total abandono, sem outros recursos para a conservação da vida, além dos da Natureza, resolve:

Art. 1º - No Arraial de Cavalcante, Comarca de São João das Duas Barras, haverá um cirurgião aprovado em medicina e cirurgia, vencendo anualmente 600\$000 réis pagos pela Fazenda Pública.

Art. 2º - A residência do dito cirurgião será na casa da extinta Fundação, sendo obrigado a ensinar Medicina e Cirurgia a todas as pessoas que se dedicarem a tais estudos, dando aula três horas por dia.

Art. 3º - O professor dará de 6 em 6 meses parte ao Presidente da Província da aplicação, adiantamento e conduta dos alunos, com declaração do número destes.

Art. 4º - Os alunos não poderão exercer esta profissão sem se mostrarem habilitados por meio de exames, obtendo para estes atestação do Mestre.

Art. 5º - Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Paço do Conselho Geral de Goiás, 31 de Janeiro de 1832.

Presidente Felipe Antônio Cardoso

Secretário José Joaquim Pulquério dos Santos

(Matutina Meiapontense nº334)

Cunha Matos e Felipe Antônio Cardoso se fizeram íntimos amigos, tendo, viajado juntos para o Norte de Goiás, quando se estendiam pelos estados limítrofes, as ameaças feitas por D. Miguel de Bragança, de invadir pelo Norte, o Brasil, à testa de 20.000 homens. Aquele Monarca pretendia reconquistar para Portugal, as terras brasileiras. O que não conseguiu.

A respeito da prisão de Felipe Antônio Cardoso, em Arraias, pela devassa de 08/02/1823, feita pelo Ministro do Império, muito já se tem escrito, sendo unânimes os historiadores a debitar o erro dessa prisão ao padre Luiz Gonzaga. Para muitos, esse ato injusto foi, de fato, um crime. Pois intempestivamente esse padre se tornou excessivamente poderoso, para não se dizer violento, e logo ao chegar na região para onde fora mandado como um pacificador, determinou aquela rigorosa devassa, procurando os responsáveis, “os sediciosos do Norte”. E sem mais acurados cuidados, arvorou-se logo contra o prestigiado líder daquele povo, o Capitão Felipe Antônio Cardoso, que apareceu aos olhos da história como valoroso independencista, mas considerado culpado, preso e remetido a “dar explicações” ao Governo de Vila Boa.

Tal acontecimento gerou contra o padre Luiz Gonzaga Fleury muitos desonrosos comentários. O próprio General Cunha Matos, viajando pelo Norte da Província, em setembro de 1823, em ofício endereçado à Junta, dizia ser o padre Luiz Gonzaga “muito mal visto no setentrião goiano”.

Novas posições do Brigadeiro Felipe Antônio Cardoso

As atividades militares e políticas de Felipe Antônio Cardoso, ao voltar o mesmo do Rio de Janeiro, foram-lhe restituídas. Resgatou seu prestígio. Foi repostado na sua antiga posição de militar, enaltecida sua personalidade moral, pois nenhum crime ou falha lhe foram atribuídos pelo Conselho das Investigações.

Foi indicado por Cunha Matos, para o posto de Oficial-Mor e nele foi logo graduado como Brigadeiro, pelo Decreto de 1º de julho de 1825, e agregado ao 1º Regimento Aquartelado em Goiás.

Nesse mesmo ano, a 12 de outubro de 1825, foi promovido a Coronel do Regimento de Infantaria de Milícia. Nesta patente, foi Governador interino das Armas da Província.

Entrou na política municipal de Goiás e foi nomeado Vereador da Câmara, tendo neste período se sobressaído com seus criteriosos pareceres.

Homem de fino trato e amigo íntimo de Caetano Maria Lopes Gama (1º Governo do Ciclo Regencial – 1º Império, que governou Goiás de 1824 a 23/10/1827), o Coronel Felipe reunia ao redor de si um grande e distinto grupo de amigos, e em 1827, era um dos homens mais influentes e acatados da sociedade goiana. Nesta época, já havia se casado, em 2ª núpcias, com D^a Maria Anastácia Santa Cruz, natural de Itaberaí, digna viúva do Sargento-Mor Antônio Pedroso Campos.

Em 1827, declarou-se forte divergência entre o Presidente Lopes Gama e o Juiz do Foro, Manoel Rodrigues Vilares, sendo o Coronel Felipe Antônio Cardoso, amigo de Lopes Gama, foi preso pela terceira vez, agora pelo Presidente da Câmara, Rodrigues Vilares, sob acusação de desobediência à soberania da Lei. Imediatamente foi libertado.

Em 1829, nomeado Governador o Brigadeiro Miguel Lino Moraes, o Coronel Felipe Antônio Cardoso foi eleito Membro Suplente do Conselho Administrativo e pouco depois, Membro do Conselho Geral da Província de Goiás, tendo em 1830, sido eleito seu Presidente. Ainda em 1830, por falecimento do Brigadeiro João Jácomo de Baumann, o Coronel Felipe Antônio Cardoso assumiu o Governo da Armas, na administração de Miguel Lino de Moraes.

Esta alta envergadura exigia experiência, calma e ponderação. E o tempo provou ao Coronel Felipe Antônio Cardoso que mais forte que a experiência são os impulsos originados desde o berço. Felipe Antônio Cardoso nasceu um revolucionário. Agora, de novo, os ânimos em Goiás se exaltavam. Formaram-se dois partidos

políticos, como aliás, acontecia em todas as Províncias Brasileiras: o Partido dos Brasileiros Adotivos e, seu opositor, o Partido dos Brasileiros Natos.

O revolucionário Felipe Antônio Cardoso, Governador interino da Armas e o padre Luiz Bartolomeu Marques, Vice-Presidente da Província, promoveram “um novo 14 de agosto”. Desta vez, porém, ao lado deles se colocaram a tropa e o povo. O movimento foi vitorioso. Assim, no dia 14 de agosto, o Presidente da Província, Miguel Lino de Moraes, premido pela revolução, que durou apenas 3 dias, demitiu-se e viajou para o Rio de Janeiro, para queixar-se das “injustiças” que teria sofrido. O cargo foi assumido por seu substituto, o padre Bartolomeu Marques, que havia regressado do Norte, onde fora um dos principais líderes do movimento separatista. E no Governo interino da Armas, continuou o notável Felipe Antônio Cardoso.

Esses três dias de “revolução branca”, pois nela não houve derramamento de sangue, produziram um efeito de grande valia para os governos: a política da Província ficava, agora, entregue a elementos nacionais. No entanto, a Regência não sancionara totalmente este procedimento dos goianos. Então, a 31 de dezembro de 1831, por haver tomado parte da Revolução de 14/08/1831, que forçou a retirada do Governador Miguel Lino de Moraes, Felipe Antônio Cardoso no cargo de Governo interino das Armas, foi censurado pela Regência, em virtude de sua participação em tal movimento. Por este fato, foi chamado à Corte para dar explicações. Mas, fazendo parte como suplente que era do Conselho Administrativo, o interpelado, revolucionário Felipe Antônio Cardoso negou-se a ir à Corte, que inutilmente lhe repetia a ordem de chamamento. Obstinava-se em não obedecer e ir à Corte, chegando a declarar que “**nem preso seguiria**”. E deixou-se ficar em Goiás.

Estava iniciando o 4º período do Governo, na Regência, em Goiás, a partir de 31/12/1831. Uma nova fase política, um novo cenário se mostraria na cortina do tempo.

Final glorioso dos heróis da Província do Norte

O padre Luiz Bartolomeu Marques retirou-se à vida privada e faleceu em 25/12/1833.

Felipe Antônio Cardoso continuou a fazer parte do Conselho Geral e pouco tempo depois, foi eleito Deputado à Assembléia Geral Legislativa, cargo que não quis ocupar, tendo assumido em seu lugar, o suplente, Dr. João Gomes Machado Corumbá.

Felipe Antônio Cardoso, reformado no posto de Brigadeiro do exército, já estando muito idoso e alquebrado por tantas lutas, que seu ideal e ímpetos revolucionários fizeram-no sustentar, em defesa da Independência do Brasil e da **separação da região do Norte de Goiás**, recolheu-se da vida política.

Sua luta estava concretizada com a nova política contrária aos déspotas e provocadores do movimento de 14/08/1821 e, ainda que, por pouco tempo, com a divisão da Província de Goiás, em Província do Sul e a do Norte, movimento que teve no Brigadeiro Felipe Antônio Cardoso o orientador, o participante intelectual, depois efetivo, por isso mesmo foi vítima de injustiças, perseguições e até prisão.

Amigo das letras e de intelectuais, Felipe Antônio Cardoso criou o Jornal “**O Tocantins**”, que ele mandava imprimir na tipografia onde se editava o Diário Oficial, na capital goiana, cuja tipografia ele arrendara, mediante contrato assinado em 30/12/1855.

Na sociedade, Felipe Antônio Cardoso era admirado como um cidadão de inequívocas qualidades morais, sociais e religiosas. Político e militar, corajoso e impoluto, revolucionário que fez “o bom combate”. Sempre e destemidamente foi contra os poderosos e em defesa do Brasil, e particularmente de Goiás e da região onde nasceu: o Setentrião Goiano, o Norte de Goiás, hoje o promissor Estado do Tocantins.

Felipe Antônio Cardoso passou a velhice sendo um “ornamento à vida política e social”, um exemplo à posteridade.

Seu nome, por justiça, deve figurar na história como um herói de importantes feitos, especialmente na história do Estado de Goiás e em destaque na do Tocantins.

Lá, o Governador Siqueira Campos se ergue, agora à frente dos intelectuais e historiadores tocantinenses, neste trabalho histórico-cultural de resgate, não somente dos nomes, mas também dos importantes feitos de nossos notáveis coestaduanos, que, há dois séculos lutaram por esta terra que é nossa.

Desses bravos, ele retomou o movimento libertatório do Norte de Goiás. Determinadamente, enfrentando obstáculos e perseguições, graças à sua obstinada decisão à luta e ao sacrifício a tal fim, quando Deputado Federal, eleito pela região do Tocantins, Siqueira Campos conseguiu a aprovação da emenda de sua autoria, transformada no Art. 13 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, pela qual ficou criado o Estado do Tocantins, na sua área desmembrada do Sul de Goiás e tão bem descrita pelo mesmo ex-Deputado Federal Siqueira Campos, que atualmente exerce com acerto e grandes realizações, seu 2º mandato de Governador dos tocantinenses.

Homem de lutas e de letras, cearense de origem e o mais autêntico tocantinense pelo coração, fez-se seguidor de Teotônio Segurado e do Brigadeiro Felipe Antônio Cardoso. E nesta trilha, enfrentando tantos reveses, tornou-se o **herói da libertação da bela Terra dos Tocantins**.

A História chega a seu fim

Felipe Antônio Cardoso, na avançada idade de 95 anos, faleceu na ex-capital, hoje Cidade de Goiás, no dia 24 de julho de 1868.

O ilustre extinto deixou numerosos descendentes no Tocantins e no nordeste de Goiás, também no Município de Itaberaí, de onde era sua 2ª esposa, D. Maria Anastácia Santa Cruz Bueno Fonseca..

Entre os seus descendentes, todos excelentes cidadãos e cidadãs, sobressai-se a notável figura do impávido Coronel Felipe Antônio Cardoso Santa Cruz, que foi também, Deputado Geral da Província de Goiás e ainda, Governador de Goiás por duas vezes. A última, de 19 de fevereiro de 1885 a 06 de março de 1889., ano da Proclamação da República.

No túmulo do Brigadeiro Felipe Antônio Cardoso

Ao final da quadra 19 com a quadra 9, no Cemitério São Miguel, na Cidade de Goiás, numa lápide singular, lê-se:

Nesta Sepultura:

“Descrição dos restos mortais do Brigadeiro FELIPE ANTÔNIO CARDOSO: nascido a 26 de março de hum mil setecentos e setenta e três, na Vila de Cavalcante e falecido na Cidade de Goiás, a 24 de julho de hum mil oitocentos e setenta e oito.

Que a terra lhe seja leve”.

P.N.A.M.

Nota da autora

Estas páginas sobre o movimento da **Independência da Província de Goiás e da do Norte**, hoje, **Estado do Tocantins**, região libertada de Goiás pelo Deputado Federal **Siqueira Campos**, seu 1º e 3º Governador, são resultantes de pesquisas em livros de vários autores, Cartórios de Cidades do Estado do Tocantins, com aproveitamento de velhas anotações do “Club de Natividade”, como era chamado no Governo Revolucionário Independencista da Comarca do Norte, hoje Tocantins e nos escritos dos historiadores goianos, especialmente: Humberto Crispim Borges, Zoroastro Artiaga, Regina Lacerda, Americano do Brasil, Rosolinda Batista de Abreu Cordeiro, Aracy Batista Cordeiro, Cunha Matos, Oscar Leal, Batista

Pereira, Colemar Natal e Silva e Antunes de Frota. Também Moisés Santana, Gandavo, Afonso E. Taunay, Alencastre, Vítor Carvalho Ramos, José Mendonça Teles e João Emanuel Pohl. Também em algumas anotações manuscritas deixadas pelo nativitano, professor de história e língua portuguesa, acadêmico, Prof. José Lopes Rodrigues, dados que gentilmente me foi doados por sua esposa, a saudosa acadêmica Sílvia Lourdes do Nascimento Rodrigues. Fizemos pesquisas em jornais antigos do IHGG (Instituto Histórico e Geográfico de Goiás) e ainda, entrevista com a bisneta de Teotônio Segurado, já falecida em Palmas, entre outros de Natividade.

Informamos aos ilustres e pacientes leitores que possivelmente será feito um filme sobre o revolucionário Brigadeiro FELIPE ANTÔNIO CARDOSO. Já está pronto o roteiro deste filme. Um trabalho notável, feito pela Arquiteta e Artista Plástica, Acadêmica Narcisa de Abreu Cordeiro.

Peço ao Governo, representantes culturais, jovens alunos que intensifiquem o trabalho de resgate de nossos valores e nossa memória, para que todos se conscientizem de que não há presente, nem futuro sem ligação com o passado.

Palmas, 28 de outubro de 2000.

Ana Braga

Academia Tocantinense de Letras, cadeira 02

Cambridge University Press

Cambridge University Press
The Edinburgh Building
Shaftesbury Road
Cambridge CB2 2RU, United Kingdom
477 Williamstown Road
Port Melbourne, VIC 3207, Australia
300 North Zeeb Road
Falmouth, ME 04101, USA
7500 Central Expressway
Folsom, CA 95630, USA
477 Williamstown Road
Port Melbourne, VIC 3207, Australia
300 North Zeeb Road
Falmouth, ME 04101, USA
7500 Central Expressway
Folsom, CA 95630, USA

Cambridge University Press

Cambridge University Press
The Edinburgh Building
Shaftesbury Road
Cambridge CB2 2RU, United Kingdom
477 Williamstown Road
Port Melbourne, VIC 3207, Australia
300 North Zeeb Road
Falmouth, ME 04101, USA
7500 Central Expressway
Folsom, CA 95630, USA
477 Williamstown Road
Port Melbourne, VIC 3207, Australia
300 North Zeeb Road
Falmouth, ME 04101, USA
7500 Central Expressway
Folsom, CA 95630, USA
477 Williamstown Road
Port Melbourne, VIC 3207, Australia
300 North Zeeb Road
Falmouth, ME 04101, USA
7500 Central Expressway
Folsom, CA 95630, USA

Poesia

Poetry

Como dói dizer adeus

De autoria do saudoso sócio emérito, Professor Doutor **Jerônimo Geraldo de Queiroz**, o poema deveria ter sido publicado no número anterior (17) desta Revista. Lamentavelmente, deixou de ser inserido naquele número, o que se configurou como indesculpável falha da Direção da Revista, que ora apresenta suas desculpas.

Como verão os leitores, a bela poesia tem a feição de uma despedida e foi a colaboração última do seu sensível e ilustrado autor ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, ao qual tanto honrou com seus dotes de cultura, de espírito e de cavalheirismo.

Como dói dizer adeus!

*Sim, você deveras é meu amigo:
Pelas mesmas virtudes que perigos
E os valores iguais no coração,
Como um Cáio Lélío para Cipião,
Cáio Cumano a Tibério Graco:
O mesmo sabor em cada prato,
Como Gaio, ou Filo ou Catão.*

*Ah, você, constante amigo e certo:
Visita e conforto e água em meu deserto,
sofrendo as minhas dores, junto nas loucuras,
como Joveny a Irapuan, Venerando a Ludovico,
Jarmund a Nasser e Jales Machado;
Como Otávio Lage a Hélio de Brito.
-veros, leais, respeitosos, lado a lado –
como Licínio Barbosa a Odim Indiano,
ou Pereira Zeca a José Cruciano.*

*E que belas amizades reconfortantes:
A de Nice Monteiro a Célia Coutinho;
De Ana Braga a Rosarita e Nelly, é carinho;
De Belkiss a todas, em divinais instantes;
De Moema de Castro a Yêda divina;
A de todo o Goiás a Cora Coralina,
A Eurídice, Nita, Leda, Nair, Tânia, Regina,
Lena, Áurea, Genezy, Nancy, Elciene, Augustinha,
Ângela, Goiandira, Violeta, Maria Lucy, Guilhermina,
Lygia, Beth, Esther, Ada, Elza, Placidina
Zilda, Heloísa, Ivone, Ana Maria, Honorina!
Sim, vocês todos, meus amigos deveras,
Em todos os outonos e primaveras,
Em dias d'hoje ou distantes eras;
No eu de cada um, igual do meu
Pela natureza igual que Deus nos deu,
Onde fingimento não abriu crateras.*

*Preocupação conjunta, partilhada em vida;
Cumplicidade leal nas escolhas e ideais;
Generosidade na integridade eqüitativa;
Afeição constante da força moral da alma;
Descanso silente, aos golpes da vida vivida;
Intimidade oportuna, jamais embaraçosa.*

*Ah, disputa concorde, como em Pilades/Orestes:
Benefício espontâneo, sem pensar retorno;
Vantagem prestada, sem ambição mercantil;
Envelhecimento que nos juveniza alegres;
Pedido algum, que deva nunca ser pedido*

*Ó, conselho necessário, imposto sem hesitação;
Justiça viva, preocupada com a injustiça;
Coragem franca, em guerra à covardia;
Braçamparo a todo fraco qualquer, ou infeliz;
Mostra na escolha de quem mereça ser amigo;
Sinal vermelho aos Gnalthons terencianos;
Caráter e constância, provando convincentes;
Resignação aconselhada, se sobrevivendo amargo rompimento;
Cortesia gentil, na repreensão imperiosa;
Gratidão à autenticidade rude do inimigo leal.*

*E que luz, farol, lanterna e modelo
Que Cícero lembrou, de Lélío a Fânio e Cévole!*

*Tudo isso minha vida eternizará comigo:
Pois essas virtudes vocês me fizeram seu amigo.*

Goiânia, 14 Agosto 2003
Jerônimo Geraldo de Queiroz

Documentos

Documents

Árvore genealógica da Família PITALUGA

O presente estudo genealógico foi encaminhado à Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás pelo Sócio Emérito, Professor Dr. Waldyr do Espírito Santo Castro Quinta, que o encontrou entre seus guardados e o reconhece como “uma preciosidade”. Com efeito: o texto merece tal conceito, tanto pelo conteúdo - que atesta o entrelaçamento das antigas famílias goianas - como pelo fato de que foi elaborado por Umbelino Galvão de Velasco, conhecido por “Seu Bi”, homem de cultura, personalidade estimada e admirada na antiga capital goiana e - não será o menor dos seus méritos - pai da folclorista e escritora Regina Lacerda, a quem transmitiu dotes de inteligência e o amor a Goiás.

A árvore genealógica da Família PITALUGA, de Goiás, entrelaçada com a de ABREUS e BASTOS, tem o seu desenvolvimento partindo de dona ANA BUENO GUSMÃO, conhecida em Goiás, no fim da era setecentista, pelo apelido de MÃE BUENO.

Esta era filha de BARTOLOMEU BUENO DE GUSMÃO, filho do ANHANGUERA Segundo e de dona FELICIANA DE GUSMÃO, paulistas.

De MÃE BUENO descende:

FILHO 1 - Brigadeiro JOAQUIM BUENO PITALUGA, que também assinava CAIAPÓ, nome adotado por uma convenção de intelectuais, no tempo dos seus estudos. Foi homem de grande projeção política e social, adquirindo com o seu trabalho grande

fortuna. Foi casado com Dona ANA OLÍMPIA MARQUES, uma senhora que, no seu nascimento, foi exposta em casa do cônego LUIZ BARTOLOMEU MARQUES, que a criou e fez casar. Faleceu cega em 1874, com idade maior de 80 anos. De seu casamento ficaram dois filhos:

NETO 1 - Dr. LUIZ BARTOLOMEU MARQUES PITALUGA, formado em Direito, casado com Dona JOSEFINA PITALUGA. Morreram sem deixar filhos.

NETO 2 - ANTÔNIO OLÍMPIO MARQUES PITALUGA, oficial da Força Pública, casado em primeiras núpcias com Dona ANTÔNIA DE SOUZA e em segundas com Dona ADELINA TEIXEIRA. Foram pais de:

BISNETO 1 - JOAQUIM MARQUES PITALUGA, casado, com descendência;

BISNETO 2 - Dona ADELINA MARQUES PITALUGA, casada, com descendência;

BISNETO 3 - Dona ROSA MARQUES PITALUGA, solteira;

BISNETO 4 - Dona VIOLETA MARQUES PITALUGA, solteira, professora;

BISNETO 5 - BENEDITO MARQUES PITALUGA, casado, com descendência;

BISNETO 6 - Cônego JOÃO OLÍMPIO PITALUGA.

FILHO 2 - Dona ANA JOAQUINA BUENO PITALUGA, casada em primeiras núpcias com o português DOMINGOS FERREIRA DE ABREU e, em segundas, com o Coronel JOAQUIM DA CUNHA BASTOS. Foram pais de:

NETO 3 - Comendador e Brigadeiro ANTÔNIO PEREIRA DE ABREU, Dignatário da Ordem da Rosa e de Cristo, pai de:

BISNETO 7 - Desembargador
ANTÔNIO PEREIRA DE ABREU
JÚNIOR, casado, com descendente.
NETO 4- Dona VICÊNCIA PEREIRA DE
ABREU, mãe de:

BISNETO 8 - Dona HONÓRIA
PEREIRA DE ABREU, casada com o
Coronel JOAQUIM LUIZ DO COUTO
BRANDÃO, com descendentes;

BISNETO 9 - Desembargador RAMIRO
PEREIRA DE ABREU, casado, com
descendência.

NETO 5 - Coronel EDUARDO DA CUNHA
BASTOS, casado com Dona OLÍMPIA
RODRIGUES JARDIM, pais de:

BISNETO 10 - Coronel JOAQUIM DA
CUNHA BASTOS (2º.), casado, com
descendentes;

BISNETO 11 - Coronel ARTUR DA
CUNHA BASTOS, casado, com
descendentes;

BISNETO 12 - Major LUIZ DA CUNHA
BASTOS, casado, com descendentes;

BISNETO 13 - Major JOSÉ AUGUSTO
DA CUNHA BASTOS, casado, com
descendentes;

BISNETO 14 - Major JOVENTINO DA
CUNHA BASTOS, casado, com
descendentes;

BISNETO 15 - Major LEOPOLDO DA
CUNHA BASTOS, casado, com
descendentes;

BISNETO 16 - Dona MARIA DE
BASTOS FREITAS, casada, com
descendentes;

BISNETO 17 - Dona ANA DE BASTOS
GUIMARÃES, casada, com descendentes;

BISNETO 18 - Dona CARMEN DE BASTOS SOUZA, casada, com descendentes;

BISNETO 19 - Dona OLÍMPIA DE BASTOS AZEREDO, casada, com descendentes;

BISNETO 20 - Dona CLOTILDES DE BASTOS MACEDO, casada, com descendentes;

BISNETO 21 - MANOEL DA CUNHA BASTOS.

NETO 6 - Coronel FRANCISCO DA CUNHA BASTOS, casado com Dona LUIZA VICÊNCIA DO COUTO BRANDÃO, pais de:

BISNETO 22 - Coronel Francisco da Cunha Bastos (2º.), solteiro;

BISNETO 23 - Coronel JOAQUIM JACINTO DA CUNHA BASTOS, casado, com descendentes;

BISNETO 24 - Dona ISABEL DA CUNHA BASTOS, solteira;

BISNETO 25 - Dona ANTÔNIA DA CUNHA BASTOS SANTARÉM, casada, com descendentes.

NETO 7 - Coronel ANTÔNIO DA CUNHA BASTOS, casado com Dona ALZIRA DE ASSIS MASCARENHAS, pais de:

BISNETO 26 - JOAQUIM DA CUNHA BASTOS, casado, com descendentes;

BISNETO 27 - FIRMO DA CUNHA BASTOS, casado, com descendentes;

BISNETO 28 - ACILINO DA CUNHA BASTOS, casado, com descendentes;

BISNETO 29 - ALCEBÍADES DA CUNHA BASTOS, casado, com descendentes;

BISNETO 30 - JOÃO DA CUNHA BASTOS, casado duas vezes, com descendentes;

BISNETO 31 - Dona ANA DA CUNHA BASTOS BARROS, casada, com descendentes;

BISNETO 32 - JOSÉ DA CUNHA BASTOS, casado, com descendentes;

BISNETO 33 - Dona LUIZA DA CUNHA BASTOS RIBEIRO QUINTA, casada, com descendentes;

BISNETO 34 - Dona JOSEFINA DA CUNHA BASTOS BARROS, casada, com descendentes;

BISNETO 35 - Dona ADELINA DA CUNHA BASTOS JUBÉ, casada, com descendentes.

NETO 8 - Coronel LUIZ DA CUNHA BASTOS, solteiro.

NETO 9 - Dona JOANA PEREIRA DE ABREU, mãe de:

BISNETO 36 - Coronel LUIZ ANTÔNIO PEREIRA DE ABREU, casado, com descendentes;

BISNETO 37 - Coronel JOAQUIM GRACIANO PEREIRA DE ABREU, casado, com descendência;

BISNETO 38 - Coronel EDUARDO PEREIRA DE ABREU, casado, com descendentes;

BISNETO 39 - Dona AUGUSTA PEREIRA DE ABREU, solteira.

NETO 10 - REGINALDO PEREIRA DE ABREU, sem descendentes.

FILHO 3 - PACÍFICO BATISTA PITALUGA, casado com Dona ISABEL SARDINHA DE BASTOS, pais de:

NETO 11 - Dona MIQUELINA BATISTA PITALUGA, casada com o comerciante JERÔNIMO ANTÔNIO COIMBRA, natural de Minas Gérias, pais de:

BISNETO 40 - Coronel ISIDORO ANTÔNIO COIMBRA, comerciante, casado, com descendentes.

BISNETO 41 - Coronel ABEL COIMBRA RAMOS, Casado, com descendência;

BISNETO 42 - Coronel JERÔNIMO ANTÔNIO COIMBRA, casado, com descendentes;

BISNETO 43 - Dona MARIA COIMBRA CARNEIRO, casada com descendência;

BISNETO 44 - Dona UMBELINA COIMBRA BUENO, casada, com descendentes;

BISNETO 45 - Dona PERCÍLIA FERREIRA CARVALHO, casada, com descendentes.

NETO 12 - Coronel SEBASTIÃO BATISTA PITALUGA.

Discurso de Ático Villas Boas da Mota*, por ocasião do lançamento de seu livro *Estrela Editorial dos Irmãos Taylor e José Modesto Oriente*.**

Minhas senhoras, meus senhores,

É com profunda emoção que participo desta solenidade, que carrega em seu bojo o testemunho da saudade e a expressão da máxima da gratidão, sentimento nobre que soe praticá-lo somente os espíritos superiores e sempre voltados para a demonstração do bem querer. Já bem dizia o padre Antônio Vieira: “A gratidão é a memória do coração”.

Taylor e José Modesto Oriente – este último tratado afetuosamente por Zezinho – são alvos – hoje, aqui, agora – de nosso reconhecimento sem limite. Moços idealistas, lutadores e cheios de otimismo, fizeram muito, muitíssimo pela cultura goiana e, por conseguinte, pela brasileira. O trabalho desenvolvido por eles equivale ao de uma verdadeira instituição. Não temiam dificuldades nem obstáculos e sabiam superar tudo, mediante uma fantástica força de vontade, traço exclusivo e característico dos heróis.

A idéia desta homenagem, eu a tive por achar que a memória cultural goiana precisava deste testemunho público, que há de servir como edificante lição para as gerações de hoje e de amanhã; vale ressaltar ainda que o apelo dirigido a todos aqueles direta ou indiretamente ligados aos homenageados, foi atendido por meio de uma comovente adesão. Dona Esther, mãe carinhosa, professora dedicada, aquela que bem soube educá-los da melhor forma possível, coube a tarefa de entender o alcance da presente homenagem póstuma e não poupou esforços para que o livro viesse a público à altura da memória dos homenageados e, para isso, franqueou-me os seus

* Sócio Emérito do IHGG.

** Lançamento realizado em 6 de julho de 2003.

arquivos familiares, contactou novos depoentes e, finalmente — para alegria e honra nossa — descobriu na pessoa do deputado federal Vilmar Rocha, o endereço certo para a concretização de nosso ideal. Espírito aberto, solidário e, sobretudo desprendido e sensível aos problemas culturais, cabe também ao deputado Vilmar os melhores agradecimentos. Sua Excelência acaba de resgatar a memória de dois propulsores da cultura goiana. Os inesquecíveis editores Taylor e Zezinho, cidadãos da eternidade, porém, morando em nossa lembrança, permanentemente agradecida.

A todos aqueles que de boa vontade prestaram seus depoimentos — preciosos em todos os aspectos — os agradecimentos deste organizador e da família Oriente. Estendo também um “muito obrigado” à Editora Kelps pelo capricho e zelo editoriais. Os mesmos agradecimentos faço chegar às Academias e ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, co-participantes deste encontro, ocasião para testemunho da saudade e do apreço para com os editores que muito fizeram pelo desenvolvimento cultural de nosso Estado de Goiás.

Que o exemplo de Taylor e Zezinho permaneça como referência máxima de uma etapa da história da cultura goiana, porque eles souberam — de forma abnegada e altruísta — devolver a Goiás, o que dele receberam, isto é, o privilégio de terem aqui nascido. Eles souberam premiar o seu estado natal com centenas de livros que falarão por eles como uma permanente lição de saudade e de amor à terra goiana. Que os pósteros acolham os frutos bibliográficos da Editora Oriente e possam estudá-los da melhor forma possível, enxergando em nossos saudosos editores o grande exemplo daqueles que souberam vencer por si mesmos: sem nunca temerem os espinhos ou as pedras do caminho!

Seria bom lembrar ainda, o relacionamento recíproco que os homenageados sempre tiveram com seus operários, desde os tempos da gráfica que evoluiu até se transformar na Editora Oriente. Aos operários, gráficos e demais colaboradores da Editora Oriente, o preito de gratidão da família Oriente.

Que a nossa saudade e nossa gratidão sejam permanentes sinais de que não os esquecemos, pois eles estão presentes em nossa lembrança cotidiana, de forma permanente e carinhosa!

Discurso poético pronunciado por José Mendonça Teles, no dia 19 de outubro de 2004, no Auditório do Júri da Universidade Católica de Goiás, ao receber o título de Doutor Honoris Causa da UCG.

NA RIMA DA EMOÇÃO

*"A Católica por si mesma viverá
também na sombra que deixo por lá."*

JMT

(Crônica, O Popular, 15/9/2003).

Foram longos anos de caminhada,
Às vezes lenta, às vezes estressada,
Levando na minha pasta de professor
A palavra que sustenta a vida: Amor!
Amor que vem do meu lar-menino,
E saí por aí distribuindo
Em silêncio e sem vangloriar
Como é bom conjugar o verbo amar!
Amor que me faz abraçar irmãos
Na bela taquicardia da emoção.
Amor que sempre foi o meu Norte,
Mesmo que me torne um Dom Quixote.
E trazendo nas mãos o gesto da paz
Aqui cheguei há tantos lustros atrás,
A Universidade estava nascendo.
No curso de Direito, ia recebendo
Aulas de mestres inesquecíveis,
Guias certos das horas divisíveis:
Paulo Tormin, Jerônimo, Palacin,
E a saudade multiplicada em mim!

Bacharel, a dúvida: serei professor?
Fala sempre mais alto o escritor.
Esse sonho, vício, essa luta vã,
De juntar palavras todas as manhãs
Tem muito a ver com o magistério.
Daí a escolha, fim de mistério!
Em Civil me especializei
Distribuí currículos e aguardei.
Diretor do Direito, professor Jônathas
Bendita surpresa ele me apronta:
— Vai substituir o mestre de Penal,
Ausente uma semana da Capital.
São duas turmas, nesta semana.
— Seja feliz, disse-me mestre Jônathas!
Outubro, nem ouvi o canto da cigarra,
A cavalo, soltei as rédeas, fui feito bala.
Dias depois, Jônathas me chamando:
— Os alunos gostaram, será contratado!
Nem sabia de um abaixo-assinado.
Assim, costurando essa lógica,
Virei professor na Católica,
Que até então não era Católica não.
Nome oficial em gestação
Era Universidade de Goiás,
Nome frio, sem pompa, sem gás.
Levas de alunos matriculados,
Novos professores contratados.
Chamará Católica, falou a Igreja,
Os padres rejubilaram-se, assim seja!
Universidade Católica de Goiás,
Sua fama correndo nos gerais.
Nela exerci o magisterio do amor
E certa vez quase virei Reitor!
Poderia essa historia contar
Bobagem, esqueça, deixa pra lá!
Penal, Civil, Problemas Brasileiros

Batucando e sambando o dia inteiro.
Em Direito Constitucional encerrei
O sagrado magistério que tanto amei.
Meu tempo na UCG correu tanto
E aqui estou sem perder o encanto.
Encanto que me faz viajar, agora,
E os vultos passando na memória:
Reitores Naca, Ormindo, Cristóbal,
Que escreveram o capítulo inicial.
Relembro também os padres Jávier,
Lanuza, Cunha e irmã Laura Chaer.
Também Antônio Capi, Isa Jubé
E tantos outros amigos de fé.
E os Reitores que na cultura apostaram,
E os poderes logo me entregaram?
— Vá, Zé, plante a árvore da cultura,
Dissemine nela a literatura!
Padre Vaz, Padre Pereira e Pedro Wilson,
Reitores amigos, nunca me esqueço disso!
Metade da carga horária lecionando,
A outra metade, pesquisando.
Nasce o Centro de Cultura Goiana.
Para dirigi-lo, Pereira me chama.
Obras publicadas e tanto movimento
Mostrava a força, a garra do Centro
Goiânia completa cinqüenta anos,
O Centro de Cultura comemorando
Republicou *Oeste* com depoimentos
De intelectuais do seu tempo.
Por essa época, o carinho, o afeto,
Dom Fernando me dá “Honra ao Mérito”!
Honra demais para um pobre marquês
Que via a glória pela primeira vez.
Dom Fernando parte, eterna viagem
Ficou na memória, *Arcebispo Coragem!*
Dom Antônio Ribeiro o substituindo

A Católica deslanchando, evoluindo.
 Dom Antônio é paz e humildade,
 Como cresce nossa Universidade!
 Nasce a série *Memórias Goianas*,
 Nossa história a partir da lusitana.
 Foram tantas as emoções vividas
 Na UCG tive horas repartidas.
 De um lado, magistério batendo fundo
 Do outro, a cultura, eis o meu mundo!
 Surge o IPEHBC, fui seu diretor
 Lá também deixei respeito e amor.
 Microfilmamos o *Cinco de Março*,
 — Batista Custódio, aquele abraço!
 E naquele milagre do destino,
 Olha eu no Arquivo Ultramarino!
 Documentos valiosos do passado
 No IPEHBC são agasalhados!
 No projeto, Antônio César Pinheiro
 Que ficou em Portugal o ano inteiro
 A ele, o reconhecimento dos goianos,
 Por seu trabalho no acervo lusitano.
 E assim, dando por findo os trâmites,
 Chegou a hora do último instante.
 Momento de agradecer essa honraria
 Que vem mexendo comigo noite e dia.
 Doutor Honoris Causa, é causa demais,
 Para um goiano que só pensa Goiás.
 Ao arcebispo Dom Washington Cruz,
 Nosso pastor na doutrina de Jesus,
 Ilustre e sábio cidadão baiano,
 Que agora é crismado goiano,
 Meu abraço e sincero agradecimento,
 Pela amizade, pelo entendimento.
 A estima deste Doutor Honoris Causa,
 Que neste instante faz uma pausa
 E pede, quando for para o Paraíso,

Leve-me, Dom Washington, consigo.
Agradecer ao Reitor Wolmir Amado,
Nome por si só muito estimado,
Que meu nome respeitoso aprovou,
Muito obrigado, meu caro Reitor.
Agradecimentos também estendidos
Onde meu nome, unânime, foi ungido:
Ao notável Conselho de Ensino,
Que deu carta branca ao meu destino.
À Sociedade Goiana de Cultura,
Que acreditou em minhas aventuras.
Às amigas Janira, Fabiana, do IPEHBC,
Por tudo que fizemos acontecer.
Aos funcionários da Universidade
O aperto de mão da saudade.
O mais, que me perdoem pela poesia,
Não resisti ao encanto e à magia.
Finalmente, àquele que o ofício assinou
E meu nome ao Reitor apresentou,
Àquele que devia aqui estar
Recebendo honraria em meu lugar
Homem ético, jurista respeitado,
E na Católica mestre consagrado.
Professor Jônathas Silva, meu amigo
Onde estiver estarei contigo!
Ao final do finalmente, o versinho,
Na inspiração de Nelson Cavaquinho:
*“Dê-me flores em vida
Carinho, a mão amiga
Para aliviar meus ais
Depois que eu me chamar saudade,
Não preciso de vaidade
Quero preces e nada mais.”*



UNIVERSIDADE



José Mendonça Teles, tendo à sua esquerda os amigos escritores Crispim Silva Araújo, Aidenor Aires e Luiz de Aquino. À sua direita, José Fernandes, Ney Teles de Paula e Luiz Augusto Sampaio, por ocasião do recebimento do título de Doutor Honoris Causa da UCG.

Universidade Católica de Goiás
Instituição de Ensino Superior
Fundada em 1956
Rua 15 de Novembro, 1000 - Centro - Goiânia - GO - CEP 74000-000
Fone: (62) 3225-1000

Homenagem do Deputado Luiz Bittencourt (PMDB-GO) a Bariani Ortencio

Senhor presidente, senhoras e senhores Deputados.

Venho registrar hoje, para que conste de nossos anais, o fato de estar a intelectualidade de Goiás celebrando os 80 anos de vida do escritor Bariani Ortencio, que também cultiva com muita eficiência a arte da música, é poeta, cronista e, sobretudo, um estudioso do folclore à maneira de Luiz da Câmara Cascudo, de quem foi um dileto amigo. Ele é uma das figuras de maior renome nas letras de Goiás, membro da Academia Goiana de Letras, da Sociedade Geográfica Brasileira e da Comissão Nacional de Folclore, além de compositor e membro da União Brasileira de Escritores e do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

O octogenário Bariani Ortencio é natural da cidade paulista de Igarapava e veio para Goiânia em 1938, quando a nova capital de Goiás começava a desabrochar na laboriosa atividade de bravos nordestinos que ajudaram a construí-la, colaborando com entusiasmo para a realização do ideal de Pedro Ludovico, seu fundador. Antes, residiu em Ituverava e daí se transportou com a família para Campinas, bairro que foi núcleo de Goiânia, hoje o mais populoso e mais comercialmente desenvolvido da metrópole que abriu caminho para a edificação de Brasília no Planalto Central e as portas da Amazônia, atravessando toda a hinterlândia brasileira.

Na mocidade foi alfaiate e jogador de futebol, vendedor de discos fonográficos e um empresário bem sucedido, com iniciativas de elevado alcance social e espírito empreendedor no setor da iniciativa privada. Tornou-se um paciente pesquisador e, durante 40 anos, coletando material de alto interesse, publicou o **“Dicionário do Brasil Central”** e, posteriormente, um livro exclusivamente de uso doméstico, ao qual deu o título de **“A Cozinha Goiana”**. Lançou nos Estados Unidos pela Editora Thesaurus, um livro denominado

“**A Deal With Death**”, que contou também com o patrocínio expresso da Publishing House.

É Bariani Ortencio autor de um livro de contos “**O Que Vai Pelo Sertão**”, assim como de “**Sertão Sem Fim**”, “**Força da Terra**” e de um livro de ficção científico-policial, que leva o título de “**Doutor Libério, o Homem Duplo**”. Ainda é de sua autoria um livro que lhe consumiu mais de 30 anos de pesquisa e que recolhe com minucioso critério, uma relação de plantas medicinais. Chama-se ele “**Medicina Popular do Centro-Oeste**”, que tem merecido constantes referências de bibliógrafos da América Latina e, inclusive, de pesquisadores europeus que trabalham em universidades francesas, alemãs e da Inglaterra. Da Academia Brasileira de Letras recebeu o prêmio João Ribeiro quando editou, em 1997, pela Universidade Católica de Goiás, uma “**Cartilha do Folclore Brasileiro**”.

O evento comemorativo dos seus 80 anos contou com o apoio de todas as instituições culturais de Goiás, inclusive do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal de Goiânia. A celebração constou de uma série de estudos sobre seus escritos a respeito do folclore goiano e das suas novelas, abordando assuntos infanto-juvenis, inclusive aprofundados ensaios acerca do “**Dicionário do Brasil Central**”, “**A Cozinha Goiana**” e “**Medicina Popular do Centro-Oeste**”, ensaios que despertaram a atenção da classe médica e de estudiosos da área acadêmica.

Jubiloso por estar registrando os 80 anos de Bariani Ortêncio nesta Casa do Congresso Nacional, quero homenageá-lo também pelo seu ofício de palestrante em escolas públicas e particulares de Goiânia, eis que habitualmente comparece a reuniões de jovens estudantes para debater assuntos culturais relativos às pesquisas folclóricas. É um ofício que pratica com o melhor do seu entusiasmo e com o objetivo exclusivo de despertar os jovens para o gosto desse gênero literário. Envio daqui ao escritor Bariani Ortêncio os meus mais efusivos cumprimentos e a certeza de que Goiás é muito grato ao seu trabalho no campo das letras. Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Homenagem do Deputado Luiz Bittencourt (PMDB-GO) a Brasilete Gomes Caiado

Senhor presidente, senhoras e senhores Deputados.

A Cidade de Goiás foi recentemente proclamada, por decisão da UNESCO, Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, passando a integrar a lista de outras localidades brasileiras a receberem o mesmo título, entre elas Olinda, Diamantina e alguns sítios urbanos da Bahia e de Brasília. Muita gente se empenhou pela conquista deste título, uma luta que envolveu o próprio Governo do Estado e todas as instituições culturais do meu Estado, no que, aliás, contou com o apoio da população goiana.

Uma mulher de muita altivez e coragem, chamada Brasilete Ramos Caiado, foi uma das pessoas que se juntaram ao movimento destinado à obtenção dessa honraria de um dos órgãos da ONU. Professora magistralmente dedicada ao estudo das tradições históricas do seu berço natal, orientadora educacional da juventude e exemplo de ousadia cívica, ela foi até o fim da meta de fazer da Cidade de Goiás um dos núcleos patrimoniais do mundo no campo da cultura e do passado histórico.

Incansável e destemida na tarefa da preservação de todas as tradições da antiga capital do Estado, essa mulher de inquebrável fibra moral e plena de idealismo, faleceu em decorrência de um acidente rodoviário na estrada que liga a Cidade de Goiás a Goiânia, nas proximidades de Itaberaí. Sua morte causou muita consternação em todo o povo do meu Estado, sobretudo e principalmente nos círculos acadêmico e universitário, onde ela desfrutava de renomado prestígio.

Era Brasilete Ramos Caiado filha do ex-presidente de Goiás, Brasil Ramos Caiado, tio do Deputado Federal Ronaldo Caiado, pertencente, portanto, a uma das mais tradicionais famílias da antiga Vila Boa. Seu irmão, Brasília Caiado, médico generalista, foi prefeito da sua cidade, deputado estadual, presidente da Assembléia Legislativa, deputado federal e secretário de justiça durante o governo Ary Valadão. Tinha, portanto, a tradição de uma família

que, durante muitos anos dominou a política de Goiás, sob o comando do então senador Antônio Ramos Caiado, um dos vultos ilustres da República Velha.

Professora de língua inglesa e outros idiomas, escritora, mulher de muita leitura e de primorosa dedicação às letras, Brasilete Ramos Caiado sempre agiu firmada num inquebrável idealismo e extrema fidelidade ao povo da Cidade de Goiás. Estava à frente de quase todas as iniciativas culturais promovidas e foi diretora do campus da Universidade Federal de Goiás, exercendo essa função com o mais absoluto brilhantismo. Era infatigável na luta pelo atendimento das reivindicações da sua comunidade, batia em todas as portas, tanto da administração pública quanta da iniciativa privada, e suas solicitações eram sempre dirigidas no interesse da preservação do patrimônio histórico de Goiás.

Foi, não há dúvida, uma arrojada mulher, modesta na singeleza das atitudes, cumpridora de seus deveres de patriotismo e amizade, respeitável e respeitada por suas posições em favor da Cidade de Goiás, uma mulher que se fez um instrumento do bem comum, compromissada com o progresso social e o desenvolvimento econômico da terra onde nasceu, jamais se valendo do prestígio político de sua família, mas apenas confiada na firmeza de suas justas pretensões, que não eram suas, mas do povo da antiga capital do Estado. Vejo-a agora na lonjura do tempo e recordo os versos de Dante Milano, que na sua linguagem poética falava que:

“Onde refluí o sonho do que foi,
Onde o tempo passado continua,
Se não fosse a poeira das palavras
Só ficaria um círculo, e eu no meio.”

Isto é, debruçada na janela da casa de Cora Coralina, a Casa da Ponte, assistindo a poesia caindo do céu.

É assim que traço o perfil humano de Brasilete Ramos Caiado, a goiana ilustre que agora desaparece na plenitude de sua vida a serviço de uma hospitaleira, generosa, efetiva e tradicional cidade,

que outrora foi a sede do governo de Goiás. Em sua homenagem, desejo que se faça inserir nos anais da Câmara Federal um voto de pesar pelo falecimento dessa mulher arrojada, de coragem e ousadia que soube lutar com fervor para fazer da Cidade de Goiás, por escolha da **UNESCO**, um patrimônio da Humanidade. Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Documento inédito de Antônio (Totó) Ramos Caiado: notas prévias e transcrição

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas

Antônio (*Tótó*) Ramos Caiado foi figura preeminente da História de Goiás, durante a Primeira República. Secretário de Estado, deputado e senador federal, integrou e depois presidiu a Comissão Executiva do Partido Democrata, que dominava a política em Goiás, a partir da capital, através de uma rede de diretórios disseminados pelo interior. Bacharel pela tradicional Faculdade de Direito de São Paulo, lutou no Batalhão Acadêmico em defesa da República, ameaçada pela Revolta da Armada, galgando o posto de Alferes e recebendo a patente de Tenente Honorário do Exército. Em outros momentos de sua vida, organizou *batalhões patrióticos* e combateu adversários armados do regime.

Homem de temperamento autoritário, dirigiu com mão forte os destinos de Goiás por quase duas décadas (1912-1930), sendo muito criticado e atacado por adversários políticos, dentre os quais membros de sua própria família. Valendo-se da liberdade de imprensa então vigente, jornais oposicionistas divulgaram histórias fantasiosas de violências e crueldades, atribuindo-as a *Totó* Caiado e seus correligionários. Estes defendiam-se com base na legislação em vigor, como é o caso da carta em epígrafe. Todavia, aquelas histórias, repetidas à exaustão, adquiriram foros de verdade, durante o regime de exceção que se instalou em 1930, com a suspensão dos direitos constitucionais, instalação da censura à imprensa e da propaganda massiva veiculada, em nível nacional, pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e, nos estados, pelos DEIPs (Departamentos de Imprensa e Propaganda dos Estados).

Em Goiás, a vitória da Revolução de 1930 consumou-se com a transmissão do governo ao Dr. Carlos Pinheiro Chagas, que chegara à capital goiana à frente de uma coluna mineira, proveniente de Paracatu. Nos dias subseqüentes, *alliancistas*¹ exaltados invadiram a sede do Partido Democrata e o escritório de seu presidente, Totó Caiado, destruindo móveis e queimando papéis. Parte destes foi salva e possivelmente entregue a Pedro Ludovico, que logo seria nomeado Interventor Federal em Goiás.

Os documentos remanescentes foram preservados e encontram-se no museu Casa de Pedro Ludovico². Recentemente, foram incluídos entre os *Documentos avulsos de arquivos pessoais de Pedro Ludovico e Venerando de Freitas*, em edição digitalizada da AGEPEL, dentre os quais está o que ora se publica.

O documento em questão tem a forma de *rascunho de carta*, escrita de próprio punho por Antônio Ramos Caiado e dirigida a redator de jornal não indicado, defendendo-se e ao Governo de Goiás de injúrias veiculadas na imprensa. Não está especificado o dia, nem o lugar aonde foi redigida, mas, pelos fatos que refere, conclui-se que data do mês de fevereiro de 1929, sendo escrita no Rio de Janeiro, onde o signatário exercia o mandato de senador da República.

Desconhece-se se a carta foi publicada. Em estilo fluente, nela se desenvolve argumentação lógica e convincente, marcada por traços de indignação, de ironia e de elevada auto-estima do signatário. Estão evidentes as idéias de Ramos Caiado sobre o que julgava ser o caráter pouco ético e impatriótico da oposição; de igual modo, faz-se presente sua alienação quanto ao verdadeiro significado do movimento oposicionista que crescia em Goiás. Sinalizando que o autor estava atualizado em suas preferências literárias, são referidos Cornélio Pires e Coelho Netto, cronistas então muito em voga.

¹ *Aliancistas*: partidários da Aliança Liberal que liderou a Revolução de 1930 e levou Getúlio Vargas ao poder.

² Sobre os documentos, consultar: MACHADO, Maria Cristina Teixeira. Pedro Ludovico. Um tempo. Um carisma. Uma História. Coleção Documentos Goianos no. 18. Goiânia: Ed. UFG 1990. Os documentos em questão encontram-se relacionados sob a forma de Anexo, p. 189-199.

Ramos Caiado tem 55 anos quando redige a carta em epígrafe, fazendo-o pessoalmente, pois os parlamentares da Velha República não tinham funcionários à disposição. A letra cursiva, de traço forte e regular, segue os padrões da época, permitindo a fácil leitura e transcrição do documento.

Transcrição do Documento³:

Fls. 1.

Senhor Redactor

Por disposição da lei cabe ao offendido a publicação da defesa, sob o mesmo título e na mesma pagina que lhe foi assacado o insulto.

– Quero usar desse direito.

Em Goyaz não há partido de opposição.

Há sim meia dúzia de indivíduos profissionaes da diffamação, assoalhadores da mentira para desmoralizarem o estado que – elles deviam defender e exaltar.

Essa meia dúzia tem fora dous ou trez prepostos secundando seus propósitos.

Abusando do agasalho que lhes dão na imprensa, raro o dia em que esses boateiros deixam de publicar falsidades, visando injuriar ou calumniar o Governo de Goyaz ou a minha pessoa.

Propositalmente, tenho deixado muitas vezes de responder, porque julgo que os excessos de agressão e de mentira, por si mesmos,

hão de patentear as qualidades dos embusteiros.

As extraordinárias canalhices, urdidas para demolir a situação política do estado, lá não repercutem, porque são bem conhecidos. pela falta de idoneidade, os seus auctores.

Aqui esses derrotistas desfraldam as conscien-

³ In Documentos avulsos de arquivos pessoais. Pedro Ludovico Teixeira e Venerando de Freitas Borges. Goiânia: Governo de Goiás/AGEPEL, 2003. Versão digitalizada. Acervo de Pedro Ludovico, fls. 39-42. Na transcrição, foi obedecida a grafia, bem como a seqüência das páginas e linhas do original manuscrito.

Fls. 2 *tes perfidias no pressupotso de comprometterem e desprestigiarem os homens públicos de lá.. E fazem coisas verdadeiramente extraordinárias! Nesta Capital telegrapharam para Goyaz noticiando o embarque de forças federaes às ordens do marechal Sócrates, que, segundo elles, ia como interventor, com carta de prego...⁴ Essa noticia foi durante dias festejada alli com foguetes pelo tal grupinho. Verificada a mentira da intervenção, enorme foi o ridículo e innominável o fiasco...até para o pobre interventor, que de lá partiu à noite, sozinho, fugindo aos olhares sarcásticos dos menos generosos!... São tantas as façanhas e invencionices desses despeitados, que bem poderiam ser aproveitadas em um livro de Cornélio Pires. Já telegrapharam para a imprensa daqui que o Presidente de Goyaz havia mandado matar e salgar Heliodoro de Sant'Anna.. Essa noticia produziu escandalo. E o Presidente de Goyaz foi então injuriado por grande parte da imprensa carioca, como um déspota, um Nero, um sanguinário!... Os jornalistas tinham sido ludibriados!...*

Fls. 3 *Era tudo mentira!... Heliodoro, o morto e salgado, ainda está vivo, com saúde e gosa liberdade. Mas isto é muito? Pois ainda assistimos muito mais! Na semana passada foram ao Supremo Tribunal Federal e pediram habeas corpus para o coronel Antonio Martins Borges e dr. Pedro Ludovico Teixeira, affirmando acharem-se os dous presos e incommunciaveis, desde o dia 27*

⁴ *Carta de prego*: carta fechada que contem instruções e ordens secretas, para serem conhecidas em circunstâncias especiais.

*de Janeiro na cidade de Rio Verde, em Goyaz!
Mas esta, como as outras acusações era
também mentira.*

*O coronel Martins Borges e Pedro Ludovico
tinham sido presos no mez de Janeiro, durante
algumas horas, sendo soltos por ordem do
Presidente do Estado, imediatamente.*

*Pois bem, esses insultadores não se pejaram
de levar até ao Supremo Tribunal agora,
tão escandalosa mentira.*

*São dessa força os que injuriam e ca-
lumniam a situação de Goyaz.*

*Hontem, um d'elles, o agente da Brasileira
mandou dizer que o Presidente de Goyaz
comprou, por intermédio de terceiros, automóveis
postos em leilão.*

*O edital annunciou a venda em leilão de
automóveis inutilizados, mas o*

Fls. 4 *agente declarou que os automóveis são
perfeitos!...*

*Assim é que esses políticos sem eleitores nos
detractam.*

Mentindo. Sempre mentindo!

E com o vezo de diffamarem escrevem:

*“Terceiros arremataram em nome do
Presidente” .*

Há de convir Sr.Redactor que isto é demais!

*Taes processos são tão pequeninos, tão indignos
de homens que se prezam, que só essa historia
de terceiros bem define o insultador.*

*Assim também essa historia de gado apanhado
sem dono pelas estradas.*

*Não é possível que alguém que se respeite
esteja todos os dias a responder a impostores e
a malandros, dando-lhes confiança.*

*Bem disse, há pouco, Coelho Netto: “ Si a
Policia tomasse a peito vigiar tais melian-
tes, pondo-lhes a mão em cima, quando os
encontrasse em exercicios diffamatorios,*

muito lucraria o Paiz que, volta e meia é abalado por noticias alarmantes”.

E acrescentou: “ Si adoptamos o brado ‘Morte ao mosquito!’ vehiculador da peste, porque não havemos de bradar contra inimigo peor, o ‘boateiro’ propagador de infâmias? Ramos Caiado.

Sr. Redactor.

Por disposições da lei cabe as offensas a publicações de defamação, sob o mesmo título e na mesma pagina que lhe faz associações e insultos.

— Quer usar desse direito.

Com Goyaz não ha partito de approximação.

Ha porém muita durezza de indivíduos profissionais de defamação, assophaadores de mentiras para demoralizar Goyaz que — elles deoiam defender e exaltar.

Essa muita durezza tem fora dois ou tres prepostos, secundando seus propositos.

Abusando de agasalhos, que lhes dão na sua ^{mente} para o ^{seu} ^{proprio} ^{beneficio} ^{de} ^{esses} ^{contornos} ^{deixam} de publicar falsidades, visando injuriar ou caluniar o Governo de Goyaz ou a mesma pessoa.

Propontadamente, tenho deixado muitas vezes de responder, por seu fulgo que os excessos de agressão e de mentira, por si mesmos, não de patentear as qualidades dos ambos teus.

As extraordinarias canalhices urdidias para demolic a situação politica do Estado, lá não repercutem, porque são bem conhecidas, pela falta de idoneidade, os seus auctores. Aqui esses demostres desfraldam as consciências.

Detalhe de carta manuscrita de Antônio Ramos Caiado (Totó Caiado) a jornal não identificado

As personagens referidas são as seguintes:

- Marechal Sócrates (Eduardo Artur) : nascido na Cidade de Goiás, seguiu carreira no Exército, chegando aos mais altos postos da hierarquia militar; combateu os revolucionários de 1924; foi comandante da 4ª. Região Militar de Minas Gerais e da 2ª. Região Militar de São Paulo; representou Goiás na câmara dos deputados de 1906 a 1912.
- Cornélio Pires: nascido em São Paulo, foi escritor e jornalista muito popular, divulgando o universo *caipira*, com suas histórias e *causos* bem humorados e satíricos.
- Heliodoro de Sant' Anna – jagunço proveniente de Minas Gerais, onde era conhecido pelo nome de João Alves da Silva; teria sido autor de emboscada para matar o senador Ramos Caiado.
- Presidente de Goiás, o médico Brasil Ramos Caiado governou o Estado de 1925 a 1929, enfrentando crises sucessivas, a par da hostilidade da oposição que crescia e se organizava, ameaçando tomar o poder pelas armas no Sudoeste do Estado.
- Senador Antônio Martins Borges: fazendeiro e político de Rio Verde, rompeu com o Partido Democrata e passou a combater o governo; acusado de articular movimento sedicioso no Sudoeste goiano, foi preso a despeito das imunidades parlamentares que o mandato de senador estadual lhe conferia; libertado por ordem do Presidente do Estado, Brasil Ramos Caiado.
- Pedro Ludovico Teixeira: nasceu na Cidade de Goiás, formou-se na renomada Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e estabeleceu-se em Rio Verde, onde se casou com a filha do senador Martins Borges; líder da oposição no Sudoeste, foi acusado de instigar a sedição da Serra do Cafezal, motivo pelo qual foi preso, juntamente com o sogro, sendo igualmente solto por ordem do Presidente do Estado;

nomeado Interventor Federal em 1930, transferiu a capital de Goiás para Goiânia.

- Coelho Netto (Henrique Maximiliano): nascido no Maranhão, notabilizou-se como escritor, romancista, deputado federal e jornalista na capital federal; foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras.

A expressão “Morte ao mosquito!” reporta-se à campanha movida pelas autoridades contra o mosquito transmissor da febre amarela

Encontro dos Institutos Históricos
do Brasil em Goiânia

Meeting of the Historical Institutes
of Brazil in Goiânia

Encontro dos Institutos Históricos do Brasil, em Goiânia 7 a 9 de novembro de 2002

ANO II - OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2002 - Nº 3

GOIÂNIA - GOIÁS - BRASIL

DISCURSO DO PRESIDENTE NA ABERTURA DO ENCONTRO

Com a graça de Deus, abrimos os espaços físicos e sentimentais desta Casa para receber os irmãos brasileiros, neste Encontro de afirmação de nosso amadurecimento histórico-cultural e sobretudo democrático, quando digitamos nas urnas a maturidade de nossa cidadania.

A idéia da reunião de todos os Institutos Históricos e Geográficos no coração da pátria brasileira, nasceu do entusiasmo de Colemar Natal e Silva, um dos fundadores desta Casa e seu presidente durante 43 anos. Em 30 de dezembro de 1992, com problemas de saúde e por determinação médica, Dr. Colemar me convoca em seu gabinete para entregar-me, na condição de Vice-

Presidente, a direção do Instituto. À oportunidade redige, do próprio punho, a seguinte carta da qual extraio este texto:

"Dileto amigo e escritor José Mendonça Teles
"...Um pedido venho lhe fazer: dar execução ao projeto unanimemente aprovado pelo Plenário, para a realização do Encontro Nacional dos Institutos Históricos e Geográficos do Brasil, em Goiânia..."

Durante muitos anos as palavras de Colemar bateram no meu sub-

consciente, mas eu tinha plena convicção de que um dia realizaria o seu desejo, quando tivesse uma sede digna, com auditório e amplos espaços para acolher os representantes dos Institutos estaduais.

Dez anos se passaram, Colemar poderia estar aqui presente, em companhia de seus companheiros de geração, nossos associados Genesco Ferreira Bretas e José Sêneca Lobo, saudáveis à altura de seus noventa e



tantos anos bem vividos. Mas ele nos deixou no dia 23 de fevereiro de 1996. Partiu para outras galáxias, seguindo os desígnios de Deus.

Seu desejo foi cumprido. A Casa está cheia, estamos aqui na comemoração dos 70 anos do nosso Instituto e da conquista da Cidade de Goiás, como Patrimônio Mundial da Humanidade.

Assim, realizado, só me resta agradecer, a Deus, pela saúde que me deu, para chegar até aqui; agradecer aos funcionários, aos companheiros

da comissão organizadora, Lena Castelo Branco Ferreira de Freitas, Elizabeth Abreu Caldeira Brito e Getúlio Pereira de Araújo; aos nossos patrocinadores: Governo de Goiás, Prefeitura de Goiânia, Arroz Cristal, Flamboyant, Samedh, Editora Kelps, Instituto Goiano de Radiologia e, especialmente a BrasilTelecon, que patrocinou todo esse evento; ao Café Di Casa e Água Goia; à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, na pessoa de seu diretor José Sizenando Borges; à historiadora Cybelle de Ipanema, Secretária Geral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; à representante do Senhor Ministro da Cultura, doutora Esther Caldas Bertoletti, agradecer ao historiador Mário Barata, Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, neste ato representando o presidente Arno Wehling, aos alunos do curso de história da FECHA (Faculdade de Anicuns); finalmente, os agradecimentos às representações de Rondônia, Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Bahia, Sergipe, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul, que acreditaram em mim, ajudando-me a realizar o sonho de Colemar Natal e Silva. A todos, de coração, muito obrigado!

PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO

70º Aniversário - 1932 - 2002

Encontro dos Institutos Históricos do Brasil em Goiânia
Tema: Cidade de Goiás - Patrimônio Mundial da Humanidade

Cronograma

Data: 07 a 09 de novembro de 2002

Local: Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Participantes: Presidentes e Representantes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dos Institutos Históricos e Geográficos Estaduais

Programação:

Dia 07.11.2002 - Quinta-feira
 Credenciamento dos participantes

Abertura: José Mendonça Teles - Presidente do IHGG

Presenças de: Esther Bertoletti, representante do Ministro da Cultura. Nars Chaul representando o Governador do Estado de Goiás e Mário Barata representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

- Hino Nacional, Hino do Estado de Goiás, Objetivos, Histórico do IHGG

- Lançamento do carimbo comemorativo aos 70 anos de fundação do IHGG pela Empresa Brasileira de Correios e Telé-

grafos - Diretoria Regional de Goiás e Tocantins

Diretor Regional - José Sizenando Borges

Conferência: Mário Barata
 Vice - Presidente do IHGB

Dia 07.11.2002 - Quinta-feira

Mesa redonda

Tema: Goiás Patrimônio da Humanidade

Coordenador: Elder Passos de Camargo

Conferências:

A História - Lena Castelo Branco Ferreira Freitas

A Feição Urbana - Gustavo Neiva Coelho

A Cultura - Nasr Chaul

Debates

Comunicações dos Presidentes dos Institutos Históricos e Geográficos do Brasil

Coordenação: Belkiss Spenciére Carneiro de Mendonça

IHG do Amazonas, IHG da Bahia, IHG do Ceará.

Coordenação: Geraldo C. Vaz
 IHG do Distrito Federal, IHG do Espírito Santo, IHG do Maranhão

Jantar e sarau - Chácara Santa Cruz, da associada Lena Castelo Branco

Dia 08.11.2002 - sexta-feira

Coordenação: Ney Teles de Paula

IHG do Mato Grosso do Sul, IHG de Minas Gerais

Coordenação: Nancy Ribeiro de Araújo Silva

IHG do Paraná, IHG Paraíba

Coordenação: Getúlio Pereira Araújo

IHG do Piauí, IHG do Rio de Janeiro, IHG do Rio Grande do Norte, IHG do Rio G. do Sul

Coordenação: Gilka Vascelos de Salles

IHG de Rondônia, IHG de Santa Catarina, IHG de Sergipe

Coquetel no Palácio das Esmeraldas e lançamento do livro *Goiás 1722 2002*.

Dia 09.11.2002 - sábado

Visita à Cidade de Goiás:

- Museu das Bandeiras, Chafariz, Museu da Boa Morte, Palácio Conde dos Arcos, IPHAN, Casa de Cora Coralina, Casa de Goiandira, Chácara Baumann
- Chácara Dona Sinhá - Almoço-Sarau.

Comissão Organizadora do Encontro:

- José Mendonça Teles - Presidente do IHGG
- Getúlio Pereira de Araújo - Sócio Titular
- Lena Castelo Branco Ferreira Freitas - Sócio Titular
- Elizabeth Abreu Caldeira Brito - Chefe de Gabinete

ENCONTRO DOS INST. HIST. DO BRASIL EM GOIÂNIA

As Fotos Dizem Tudo

Abertura do Encontro



Composição da mesa: Esq. p/ direita: Esther Caldas Bertoletti (Repres. Ministro da Cultura), Mílea Severino (Reitora da UFG), Desembargador Ney Teles de Paula (Repres. TJ-GO), Nasr Chaul (Repres. Governo do Estado de Goiás), José Mendonça Teles (Presidente IHGG), Mauro Borges Teixeira (Ex governador de Goiás), Marisvaldo Cortez Amado (Reitor UCG), Mário Barata (Repres. IHG Brasileiro), Pedro Jardim (Diretor Brasil Telecom), Lourival Louza (Presidente Flamboyant).



Apresentação do Coral Coralina dos Correios e Telégrafos.



Autoridades a mesa ouvindo o Hino Nacional



5. Historiador Mário Barata discursando.



Presidente José Mendonça Teles mostrando o carimbo comemorativo dos 70 anos do IHGG.

ENCONTRO DOS INST. HIST. DO BRASIL EM GOIÂNIA



Historiador Mário Barata obliterando o carimbo juntamente com o representante dos Correios, Telmo Castrillon de Macedo.



Obliteração do carimbo do IHGG pela prof.ª Esther Caldas Bertoletti ao lado do Sr. Telmo Castrillon de Macedo.



Jorge Jardim (Presidente Brasil Telecom) sendo cumprimentado pelo prof.ª Nasr Chaul, ao receber a medalha de Sócio Honorário do IHGG.



Jorge Jardim ao receber o diploma de Sócio Honorário do IHGG da Sr.ª Ana Braga (Presidente AFLAG).



Nasr Chaul (Presidente AGEPEL) obliterando o carimbo comemorativo do IHGG ao lado do representante dos Correios, Telmo Castrillon de Macedo.



Nasr Chaul discursando na abertura do Encontro ao lado do Presidente do IHGG.

Comunicações



Reitor da UCG Marisvaldo Cortez, colocando a medalha do Sócio Honorário no Sr. Lourival Louza (Pres. Flamboyant).



Comunicação da Presidente do IGH da Bahia, Consuelo Pondé, ao lado de Geraldo Coelho Vaz (Coordenador da mesa).

ENCONTRO DOS INST. HIST. DO BRASIL EM GOIÂNIA



Comunicação do Presidente do IHG do Amazonas, Roberto Mendonça.



Conferência do Presidente da AGEPEL Nasr Chaul. À sua direita Elder Camargo



Exposição do coordenador de mesa, historiador Ney Teles de Paula. À sua direita Hildebrando Campestrini.



Exposição da coordenadora de mesa, historiadora Nancy Ribeiro de Araújo e Silva.



Comunicação do Presidente do IHG Minas Gerais, Syllas Agostinho Ferreira.



Exposição do coordenador de mesa, escritor José Mendonça Teles tendo a sua esquerda, prof. Luís Cibillis do Rio Grande do Sul.



Participantes atentos: Yédda Pinheiro (Rondônia), Esther Bertoletti, José Mendonça Teles, Lígia Rassi e Ana Braga.



Participantes atentos: Anysio Negrão (Brasília), Janusz Gerulewicz, Célia Siqueira Arantes e Solange Pondé.



Nivaldo Macieira (Maranhão).



Cybelle de Ipanema (Rio de Janeiro).



Jorge Lasmar (Minas Gerais).

ENCONTRO DOS INST. HIST. DO BRASIL EM GOIÂNIA



Yêdda Pinheiro (Rondônia).



Caio Lóssio (Ceará).



Enélio Petrovich (Rio Grande do Norte).



Lea Brígida Rocha (Espírito Santo), à sua dir. Geraldo Coelho Vaz, Jarbas Marques (Distrito Federal).



Hildebrando Campestrini (Mato Grosso do Sul), à sua esq. Ney Teles de Paula.



Lena Castelo Branco Ferreira Freitas.



Getúlio Pereira de Araújo.



Maria Thetis Nunes (Sergipe).



Carlos Humberto Pedemeiras (Santa Catarina), à sua dir. Gilka Vasconcelos e Maria Thetis Nunes (Sergipe).



Geraldo Coelho Vaz (Goiás).



Luiz Hugo Guimarães (Paraíba).

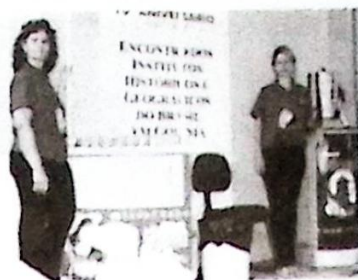
ENCONTRO DOS INST. HIST. DO BRASIL EM GOIÂNIA



Gustavo Neiva Coelho (Goiás).



Gilson Silva (Anicuns- GO).



Apoiando o evento: Rita (Água Mineral Goyá) e Christiane (Café Dicaça.)



José Mendonça Teles, à sua esq. Ney Teles de Paula, Syllas Ferreira (Minas Gerais), à dir. Hildebrando Campestrini (Mato Grosso do Sul)



41. Funcionários do IHGG: esq. p/ dir., Juliana Cruvinel, Vânia, Beth, Péricles, Enilda, João, Rita, Emília e Cristiane.

Jantar e Sarau na Chácara Santa Cruz, da Associada Lena Castelo Branco Ferreira Freitas.



Foto histórica dos participantes.

ENCONTRO DOS INST. HIST. DO BRASIL EM GOIÂNIA



Bariani Ortêncio, Lena Castelo Branco, Brasilete Caiado, José Mendonça Teles e Marco Antônio Veiga.



Foto histórica dos participantes.



Momento de descontração: José Mendonça Teles, Beth, Marilda, Lena, Vânia – sentados: Valéria, Mel, Goiana e Maria Ludovico.



Jarbas Marques, Carlos Humberto Pedernieras, Nivaldo Macieira e Luiz Hugo.



Posando para a posteridade: ao fundo José Mendonça Teles, da esq. p/ dir. Goiana Vieira, Ana Maria Teles, Lena Castelo Branco, Angelina Garcez, Consuelo Ponde, – sentados: Luiz de Barros (PB), Solange Ponde, Maria Thetis Nunes e Esmeralda Aragão.



Para posteridade: Yédda, Lea, José Mendonça, Luis Alberto Cibillis, Cybele, Cristovam e Neuza Nery – Atrás, José Mendonça e Lena Castelo Branco.



Momento de descontração: Beth, Goiana, Valéria, Mel, Vânia e Juliana Barsi. De costas Maria Ludovico

ENCONTRO DOS INST. HIST. DO BRASIL EM GOIÂNIA



Geraldo e Alcione, Neuza – de costas: Ana Maria Teles e Ney Teles.



José Mendonça e Geraldo Coelho Vaz.



Goiana Vieira, acompanhada por Andréia (Flauta) e Maria Ludovico (Teclado).

Visita à Cidade de Goiás



Recepção na Chácara Baumann pela Banda da Polícia Militar.



Café da manhã na Chácara Baumann.



Cantora lírica Rita Ludovico acompanhada pela mãe Maria Ludovico.



A consagrada cantora Ely Camargo.



Chácara Dona Sinhá – Mário Barata, José Mendonça, Luis Alberto Cibillis



Visita à casa da consagrada Artista Plástica Goiandira do Couto, 2ª da esquerda para direita



Almoço na Chácara Dona Sinhá.

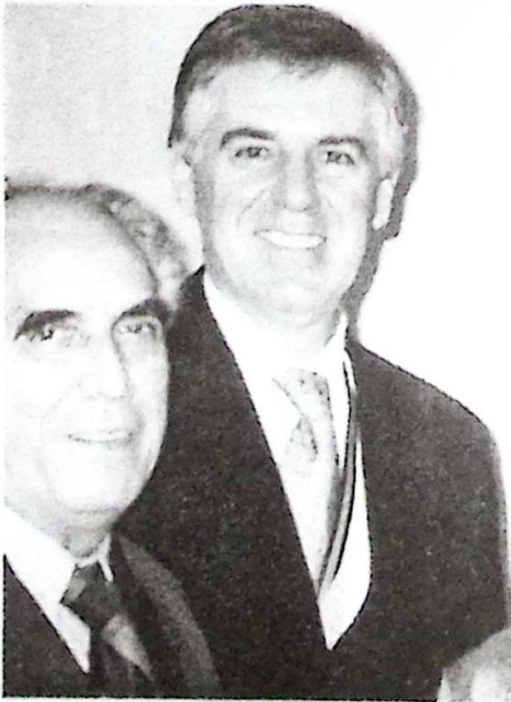
ENCONTRO DOS INST. HIST. DO BRASIL EM GOIÂNIA



Chácara Dona Sinhá – José Mendonça, Paulo Bertran, Graça e amiga, Marilda e a dir. Irmã Áurea.



Chácara Baumann - Luiz Hugo, Luis Alberto Cibillis, Mary Yázigi, Augustinha, José Mendonça, Paulo Bertran, Enélio Petrowich e Jorge Lasmar – agachados: Hildebrando Campestrini e José Fleury Curado.



Para a posteridade: José Mendonça Teles, Jorge Jardim - vice presidente da Brasil Telecom, Célia Arantes - Sócia do IHGG, Pedro Jardim - Diretor de assuntos Institucionais da Brasil Telecom (Empresa patrocinadora do encontro) e Esther Bertoletti - MINC.

Sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Partners of the Historical and
Geographical Institute of Goiás

Sócios Titulares

Cadeira nº 1

Patrono: Pedro Ludovico Teixeira

Titular: PAULO BERTRAN WIRTH CHAIBUB

End: MI- Trecho 11- Chácara 258 – Setor das Mansões – Lago Norte

CEP: 71540-115 - Brasília - DF

Fone: (61) 974-0748

Cadeira n.º 2

Patrono: Maria Angélica do Couto Brandão

Titular: JUAREZ COSTA BARBOSA

End: Rua Jaraguá, n.º 108 - Campinas

CEP: 74515-040 - Goiânia - GO

Fone: (62) 233-0158

Cadeira n.º 3

Patrono: Francis Castelnau

Titular: FRANCISCO ITAMI CAMPOS

End: Rua T-38, n.º 964 – Setor Bueno

CEP: 74.223-040 - Goiânia - GO

Fone: (62) 255-2123

Cadeira n.º 4

Patrono: Guimarães Natal

Titular: URSULINO TAVARES LEÃO

End: Rua 14, n.º 95, aptº 503 – Ed. João Paulo I – Setor Oeste

CEP: 74125-120 - Goiânia - GO

Fone: (62) 215-4026

Cadeira n.º 5

Patrono: Albatênio Caiado de Godoy

Titular: MARILDA GODOI DE CARVALHO

End: Rua 15, n.º 134, aptº 704 – Ed. Nápoles – Centro

CEP: 74030-020 - Goiânia - GO

Fone: (62) 223-1248

Cadeira n.º 6

Patrono: Zoroastro Artiaga

Titular: RUY RODRIGUES DA SILVA

End: Rua 90, n.º 210, apt.º 201-B – Setor Sul

CEP: 74093-020 - Goiânia-GO

Fone: (62) 241-1744 / 9971-1065

Cadeira n.º 7

Patrono: Arlindo P. Cardoso

Titular: JOSÉ ASMAR

End: Rua 10, n.º 950, aptº 1502 – Resid. Brenner – Setor Oeste

CEP: 74120-020 - Goiânia-GO

Fone: (62) 215-5992

Cadeira n.º 8

Patrono: Luís Antônio da Silva e Souza

Titular: MAURO BORGES TEIXEIRA

End: Rua 20, n.º 744 – Setor Oeste

CEP: 74120-110 - Goiânia-GO

Fone: (62) 251-5115

Cadeira n.º 9

Patrono: Antônio Félix de Bulhões Jardim

Titular: FRANCISCO LUDOVICO DE ALMEIDA NETO

End: Av. Concórdia, n.º 26 – Setor Santa Genoveva

CEP: 74670-430 - Goiânia-GO

Cadeira n.º 10

Patrono: Gelmires Reis

Titular: MOEMA DE CASTRO E SILVA OLIVAL

End: Rua T-38, n.º 722, Ed. Luchon, apt.º 1001 – Setor Bueno

CEP: 74223-040 - Goiânia-GO

Fone: (62) 241-1966

Cadeira n.º 11

Patrono: Honestino Guimarães

Titular: GERALDO COELHO VAZ

End: Rua 14, n.º 25, aptº 103 – Ed. João XXIII – Setor Oeste

CEP: 74310-010 - Goiânia-GO

Fone: (62) 214-2215

Cadeira n.º 12

Patrono: Capistrano de Abreu

Titular: JOSÉ LUIZ BITTENCOURT

End: Rua Dom Orione (antiga T-48-A), nº 225, aptº 201 – Ed. Piratini – Setor Oeste

CEP: 74140-080 - Goiânia-GO

Fone: (62) 251-7206

Cadeira n.º 13

Patrono: Pe. Luiz Palacin Gomes

Titular: Pe. JOSÉ PEREIRA DE MARIA

End: Rua 226, n.º 906 – Setor Universitário

CEP: 74610-130 - Goiânia-GO

Fone: (62) 202-1434

Cadeira n.º 14

Patrono: Joaquim Bonifácio de Siqueira

Titular: ELDER CAMARGO DE PASSOS

End: Travessa da Boa Vista, nº 01 – Centro

CEP: 76600-000 - Cidade de Goiás-GO

Fone: (62) 371-1049

Cadeira n.º 15

Patrono: Emmanuel Pohl

Titular: LUIZ AUGUSTO PARANHOS SAMPAIO

End.: Rua 31, n.º 40, aptº 1401 – Centro

CEP: 74015-070 - Goiânia – GO

Cadeira n.º 16

Patrono: Auguste de Saint Hilaire

Titular: BRASIGÓIS FELÍCIO CARNEIRO

End: Rua C-24, Qd. 22, Lt.18 – Jd. América

CEP: 74265-140 - Goiânia – GO

Fone: (62) 285-5823

Rua do farol, s/nº

CEP:59590-000 - São Bento do Norte - Natal

Fone: (84) 260-2251

Cadeira n.º 17

Patrono: Raimundo da Cunha Matos

Titular: GILKA VASCONCELOS FERREIRA SALES

End: Av. Tocantins, nº 850, aptº 906 – Ed. Jarina – Centro
Goiânia-GO

CEP: 74015-010

Fone: (62) 292-1071 / 224-0836

Cadeira n.º 18

Patrono: Couto de Magalhães

Titular: MARTINIANO JOSÉ DA SILVA

End.: Caixa Postal n.º 26

Mineiros-GO

CEP: 75830-000

Fone: (6) 661-1239

Cadeira n.º 19

Patrono: José Martins Pereira de Alencastre

Titular: Vaga

Cadeira n.º 20

Patrono: Luiz Gonzaga de Faria

Titular: AIDENOR AIRES PEREIRA

End.: Rua 1, n.º 250, apt.º 401 – Setor Oeste

CEP: 74115-040 - Goiânia – GO

Cadeira n.º 21

Patrono: José Lobo

Titular: LUÍS ANTÔNIO ESTEVAM

End: R. 16, n.º 289, apt.º 1002- Ed. Solar Magno Regina – Centro

CEP: 74000-000 - Goiânia – GO

Fone: (62) 212-6634

Cadeira n.º 22

Patrono: Sebastião Pompeu de Pina

Titular: AUGUSTA FARO FLEURY DE MELO

End: Rua 23-A, nº 70 – Setor Oeste

CEP: 74150-110 - Goiânia – GO

Fone: (62) 241-8424 / 9977-1875

Cadeira n.º 23

Patrono: Crispiano Tavares
Titular: MÁRIO RIBEIRO MARTINS
End.: Caixa Postal n.º 90
CEP: 77001-970 - Palmas - TO
Fone: (63) 215-4496

Cadeira n.º 24

Patrono: José Lopes Rodrigues
Titular: NEY TELES DE PAULA
End.: Rua 1124, Qd. 223, Lt. 09 – Setor Marista
CEP: 74175-080 - Goiânia – GO
Fone: (62) 242-1907 / 216-2958

Cadeira n.º 25

Patrono: Luiz do Couto
Titular: JOSÉ AMAURY DE MENEZES
End.: Rua 6, Ed. Empire Center
CEP: 74115-070 - Goiânia – GO
Fone: (62) 215-4466

Cadeira n.º 26

Patrono: Jarbas Jayme
Titular: JACY SIQUEIRA
End.: Rua 5, n.º 605, apt.º 204 – Setor Oeste
CEP: 74125-070 - Goiânia – GO
Fone: (62) 223-5467

Cadeira n.º 27

Patrono: Manoel Onofre Andrade
Titular: LEDONIAS FRANCO GARCIA
End.: Rua 86, n.º 581 – Setor Sul
CEP: 74083-385 - Goiânia – GO

Cadeira n.º 28

Patrono: Bouyhan Helou
Titular: MARY JOSÉ YAZIGI
End.: Rua Ipameri, n.º 232 – Campinas
CEP: 74525-030 - Goiânia – GO
Fone: (62) 233-0231 / 233-5532

Cadeira nº 29

Patrono: Salomão de Vasconcelos

Titular: JOSÉ NORMANHA DE OLIVEIRA

End: Rua 94, nº 603 – Setor Sul

CEP: 74310-010 - Goiânia – GO

Fone: (62) 223-1941

Cadeira nº 30

Patrono: Clifford Evans

Titular: ALTAIR SALES BARBOSA

End: Av. Universitária, nº 1440 – Setor Universitário

CEP: 74605-010 - Goiânia – GO

Fone: (62) 227-1711

Cadeira nº 31

Patrono: Eurídice Natal e Silva

Titular: MARIA NARCISA DE ABREU CORDEIRO PIRES

End: Rua 1, nº 480, aptº 1101 – Ed. Tainã – Setor Oeste

CEP: 74125-020 - Goiânia – GO

Fone: (62) 215-7955

Cadeira nº 32

Patrono: José Peixoto da Silveira

Titular: JOSÉ PEIXOTO DA SILVEIRA JÚNIOR

End: Rua C-220, Qd. 288, Lt. 17 – Jardim América

CEP: 74275-230 - Goiânia – GO

Fone: (62) 252-1914

Cadeira nº 33

Patrono: Antônio Americano do Brasil

Titular: GENESCO FERREIRA BRETAS

End: Rua 100, nº 89, apt.º 502 – Setor Sul

CEP: 74080-140 - Goiânia – GO

Fone: (62) 223-2344

Cadeira nº 34

Patrono: Amália Hermano Teixeira

Titular: JOSÉ ÂNGELO RIZZO

End: Rua 18, nº 105, aptº 102 – Ed. Stela – Centro

CEP: 74030-040 - Goiânia – GO

Fone: (62) 521-1186 / 223-9652

Cadeira nº 35

Patrono: Moisés Santana

Titular: MARIA TEREZINHA CAMPOS SANTANA

End.: Rua 215, nº 49 – Setor Coimbra

CEP: 74530-130 - Goiânia – GO

Fone: 233-0597 / 821-1091

Cadeira nº 36

Patrono: Ricardo Paranhos

Titular: NASR NAGIB FAYAD CHAUL

End: Av. 82 – Palácio Pedro Ludovico Teixeira – 1.º andar

CEP: 74083-010 - Goiânia – GO

Fone: (62) 201-4601

Cadeira nº 37

Patrono: Luís Cruls

Titular: HORIESTE GOMES

End: Rua C-260, n.º 36, aptº1504, Res. Pontal – Setor Nova Suíça

CEP: 74280-260 - Goiânia – GO

Fone: (62) 259-2306 / 227-1711

Cadeira nº 38

Patrono: Henrique Silva

Titular: JOSÉ SÊNECA LOBO

End: Av. Tocantins, nº 296 – Centro

CEP: 74015-010 - Goiânia – GO

Fone: (62) 225-6432

Cadeira nº 39

Patrono: José Honorato de S. Silva

Titular: LICÍNIO LEAL BARBOSA

End: Av. Goiás, n.º 310, sala 707 - Centro

CEP: 74010-010 - Goiânia – GO

Fone: (62) 225-3448 / 225-0812

Cadeira nº 40

Patrono: Dom Emanuel Gomes de Oliveira

Titular: ÁUREA CORDEIRO DE MENEZES

End: Rua José Hermano, nº 244 – Campinas

CEP: 74515-030 - Goiânia – GO

Fone: (62) 233-97 51 / 291-7877

Cadeira nº 41

Patrono: Maria Barbosa Reis

Titular: ANTÔNIO CÉSAR CALDAS PINHEIRO

End: Av. Goiás, n.º 991, apt.º 501 - Centro

CEP: 74005-010 - Goiânia - GO

Fone: (62) 225-2517/227-1143

Cadeira nº 42

Patrono: Ministro Jorge Latour

Titular: BINÔMIO DA COSTA LIMA

End: Av. Goiás, n.º 530 - Cx. Postal 422

CEP: 75800-000 - Jataí-GO

Fone: (64) 631-3418

Cadeira nº 43

Patrono: Cora Coralina

Titular: MARIA DO ROSÁRIO CASSIMIRO

End: Rua 10, n.º 810, aptº 710 – Setor Oeste

CEP: 74120-020 - Goiânia-GO

Fone: (62) 214-3031

Cadeira nº 44

Patrono: Francisco Tossi Colombina

Titular: JOSÉ FERNANDES

End: Av. Venerando de Freitas Borges, Qd. 35, Lt. 02 – Setor Jaó

CEP: 74673-010 - Goiânia-GO

Fone: (62) 204-1078

Cadeira nº 45

Patrono: Cândido Mariano Rondon

Titular: LEOLÍDIO DI RAMOS CAIADO

End: Rua 22, Qd. E, Lt. 56 – Setor Oeste

CEP: 74120-130 - Goiânia-GO

Fone: (62) 215-4062

Cadeira nº 46

Patrono: Manoel Aires de Cazal

Titular: WALDOMIRO BARIANI ORTÊNCIO

End: Rua 82, n.º 505 - Setor Sul

CEP: 74083-010 - Goiânia-GO

Fone: (62) 223-0330

Cadeira nº 47

Patrono: Regina Lacerda
Titular: NICE MONTEIRO DAHER
End.: Caixa Postal n.º 79 – Agência Central
CEP: 74020-060 - Goiânia-GO
Fone: 299-1157

Cadeira nº 48

Patrono: Rosarita Fleury
Titular: CARLOS FERNANDO FILGUEIRAS DE MAGALHÃES
End: Rua 3, nº 351, aptº 103 – Ed. Rural – Centro
CEP: 74023-010 - Goiânia-GO
Fone: (62) 225-9476 / 9977-0754

Cadeira nº 49

Patrono: Joaquim Teotônio Segurado
Titular: ANA BRAGA
End.: Rua 85-A, nº 60 – Ed. Estoril – Setor Sul
CEP: 74080-020 - Goiânia-GO
Fone: 212-5765

Cadeira nº 50

Patrono: Gerson de Castro Costa
Titular: Vaga

Sócios Correspondentes

ADILSON CÉSAR

End: Rua Miranda Azevedo, nº 147, aptº 61 – Ed. Santa Catarina –
Centro
CEP: 18035-090 - Sorocaba-SP
Fone: (11) 288-9343

ANA MARIA DE ALMEIDA CAMARGO

End: Av. 9 de julho, nº 2861, aptº 22
CEP: 01407-000 - São Paulo-SP

ANDRÉIA LUÍZA DE OLIVEIRA TEIXEIRA

End.: Rua 23, n.º 243, apt.º 604 – Centro
CEP: 74015-120 - Goiânia-GO
Fone: 223-9678

ANTOLINDA BAÍA BORGES

End: Rua D. Cândido, nº 27 – Centro
CEP: 76600-000 - Cidade de Goiás-GO
Fone: (62) 371-1931 / 371-1990

ANTÔNIO MIGUEL CHAUD

End.: Av. 20 de Agosto, n.º 1857 – Centro
CEP: 75701-010 - Catalão-GO

ANTÔNIO OLIVEIRA MELLO

End: Rua Olavo Amorim, nº 162 - Cx. Postal 195
CEP: 38700-000 - Patos de Minas -MG

ARNO WEHLING

End.: Rua Soares Cabral, n.º 59, apt.º 603 - Laranjeiras
CEP: 22.240-070 - Rio de Janeiro-RJ

BRÁULIO NASCIMENTO

End: Rua Sá Ferreira, nº 205 / 901 – Copacabana
CEP: 08900-000 - Rio de Janeiro -RJ

BENTO ALVES ARAÚJO FLEURY CURADO

End.: Praça Constantino Xavier, n.º 36 - Centro
CEP: 75380-000 - Trindade-GO
Fone: (62)505-1171

CARLOS GRANADO VIEIRA DE CASTRO

End: Rua Aristides Espíndola, n.º 08, aptº 403 – Leblon
CEP: 22440-050 - Rio de Janeiro – RJ
Fone: (21) 294-1006

CARLOS HUMBERTO P. CORREA

End: Rua Allan Kardec, nº 181
CEP: 88025-100 - Florianópolis – SC
Fone: (48) 228-2185

CÉLIA SIQUEIRA ARANTES

End: Rua R-11, nº 691, aptº 702 – Setor Oeste
CEP: 74140-010 - Goiânia-GO
Fone: (62) 253-1898

CYBELLE MOREIRA DE IPANEMA

End: Rua Rui Vaz Pinto, n.º 130, apt.º 302 – Jardim Guanabara
CEP: 21931-390 - Rio de Janeiro-RJ
Fone: (21) 393-3927

DJALMA SILVA

End: Rua L-5, n.º121 – Bairro Feliz
CEP: 74630-320
Fone:(62) 261-1059

DOMINGOS PACÍFICO CASTELO BRANCO FERREIRA

End: Rua Timóteo da Costa, n.º 623, aptº 802 – Leblon
CEP: 22450-130 - Rio de Janeiro -RJ
Fone: (21) 274-9794

DULCE MADALENA RIOS PEDROSO

End: Rua 88-A, n.º 5 – Setor Sul
CEP: 74085-020 - Goiânia-GO
Fone: (62) 241-0988 / 227-1502

EDMAR CAMILO COTRIM

End.: Rua Anhanguera, n.º 36 – Centro
CEP: 75180-000 - Silvânia-GO

ENÉLIO LIMA PETROVICH

End: Rua da Conceição, n.º 622 – Cidade Alta Brasil
CEP: 59025-270 - Natal-RN
Fone (84) 221-1228

ESTHER CALDAS GUIMARÃES BERTOLETTI

End 1: Rua das Laranjeiras, n.º 147, aptº 204 – Bairro das Laranjeiras
CEP: 22240-000 - Rio de Janeiro -RJ
End 2: Rua da Imprensa, n.º 16, sala 13 – Centro
Rio de Janeiro -RJ

FILADELFO BORGES DE LIMA

End: Rua 27, n.º 412 – Bairro Carolina - Caixa Postal 255
CEP: 75901-970 – Rio Verde-GO
Fone: (64) 613-1779

GILSON SILVA

End.: Rua Santa Gertrudes nº 316 Setor Coimbra

CEP: 74643-050 - Goiânia-GO

Fone: (62) 293- 9467

GUSTAVO NEIVA COELHO

End.: Caixa Postal 12.062

CEP: 74645-970 - Goiânia-GO

Fone: (62) 9968-3646

HILDEGARDES VIANNA

End: Av. Princesa Isabel, nº 401, aptº 102 – Barra

CEP: 40130-030 - Salvador-BA

IAPERY SOARES DE ARAÚJO

End: Rua Aderbal Figueiredo, n 192/603 - Praia do Meio

CEP: 59 010-115 - Natal-RN

Fone: (84) 201 43 40 - (84) 215 43 71

JAYME LUSTOSA DE ALTAVILA

End.: Rua João Pessoa, nº 382 - Centro

CEP: 57020-970 - Maceió-AL

Fone: (82) 2237797

JOÃO ALBERTO NOVIS GOMES MONTEIRO

End: Rua Barão de Melgaço, nº 3709

CEP: 78005-500 - Cuiabá-MT

JOSÉ FARIA NUNES

End. Av. Idelfonso Carneiro, n.º 295 – Centro

CEP: 75813-000 - Caçu-GO

Fone: (64) 656-2833 / 656-1262 / 9963-2832

JOSÉ CARLOS DE LIMA VAZ

End.: Rua São Pedro de Alcântara, nº12 – Centro

CEP: 25685-300 - Petrópolis-RJ

Fone: (24) 2231-5212

LUIZ HUGO GUIMARÃES

End.: Rua Barão do Abiai, n.º 64

CEP: 58013-080 - João Pessoa - PB

Fone: (83) 222-0513

LUIZ JOSÉ BITTENCOURT

End: Rua Dom Orione (antiga T-48-A), n.º 225, apt.º 201

Ed. Piratini – Setor Oeste

CEP: 74140-080 - Goiânia-GO

Fone: (62) 251-7206

MANOEL RODRIGUES FERREIRA

End: Av. Higienópolis, n.º 240, apt.º 31

CEP: 01238-000 - São Paulo-SP

MARLENE GOMES VELLASCOS

End: Rua Cândido, n.º 27

CEP: 76600-000 - Cidade de Goiás-GO

Fone: (62) 371-1931 / 371-1990

MARIA CAVALCANTI MARTINELLI

End: Rua T-48, n.º 11, apt.º 404 – Setor Oeste

CEP: 74140-086 - Goiânia-GO

Fone: (62) 251-1168

MARIA HELENA DE AMORIM ROMACHELI

End.: Rua 115, Qd. F 39, n.º 132 – Setor Sul

CEP: 74085-240 - Goiânia-GO

MELQUIADES PINTO PAIVA

End.: Rua Baronesa de Poconé, n.º 71, apt.º 701

CEP: 22471-270 - Rio de Janeiro-RJ

OSVALDO RODRIGUES PÓVOA

End: Rua Prof.º Carlos Alberto Wolney, n.º 15 – Centro

CEP: 77300-000 - Dianópolis-TO

Fone: (63) 692-1261 / 224-3243

PAULO NUNES BATISTA

End.: Rua Benjamin Constant, n.º 1792 – Centro

CEP: 75024-020 - Anápolis-GO

Fone: 3098-6335

RAMIR CURADO

End.: Pça. Monsenhor Chiquinho, 87

CEP: 72960-000 - Corumbá - GO

Fone: (62) 338-1103

SÔNIA MARIA FERREIRA

End: SQS 410, Bl. K, aptº 205

CEP: 70276-110 - Brasília-DF

Fone: (61) 244-4497

STELLA LEONARDOS

End: Rua Marquês de São Vicente, nº 200 – Gávea

CEP: 22451-040 - Rio de Janeiro-RJ

Fone: (21) 2239-2375

TEREZY FLEURY DE GODOI

End: SQN 313, Bl. F, aptº 510

CEP: 70766-060 - Brasília-DF

VALDEMES RIBEIRO MENEZES

End: Rua Cesário Silva, nº 365

CEP: 75400-000 - Inhumas – GO

Fone: (62) 514-1400

VALDON VARJÃO

End: Rua Cel. Antônio Cristino Cortês, nº 08

CEP: 78300-000 - Barra do Garças-MT

Fone: (65) 446-2755 / 446-3335 / 446-1531

YASMIN JAMIL NADAF

End.: Rua Francisco de Sá, n.º 32, apt.º 802 - Copacabana

CEP: 22080-010 - Rio de Janeiro-RJ

Fone (21) 2267-6467

YVAN AVENA
End.:54, rue Nationale
32.700
Lectoure – France

ZÉLIA DOS SANTOS DINIZ
End: Av. Catarina deAbreu, nº 36
CEP: 76240-000 - Aragarças – MT

ZILDA PIRES DA SILVA
End.:Av. Presidente Vargas nº 904, apto 202 - Centro
CEP: 75901-040 - Rio Verde-GO
Fone: (64) 613-3559 / FAX (64) 621-1319 / Cel: (64) 9987-2805

Sócios Eméritos

ÁTICO VILAS BOAS DA MOTA
End: Praça da Matriz, nº 248
CEP: 46500-000 - Macaúbas – BA

BELKISS SPENZIERI CARNEIRO DE MENDONÇA
End: Av. Tocantins, nº 776 – Centro
CEP: 74015-010 - Goiânia-GO
Fone: (62) 223-1272

CRISTOVAM FRANCISCO DE CASTILHO
End: Rua 101, nº 171, aptº 201 – Ed. Goyá -Setor Sul
CEP: 74080-150 - Goiânia-GO
Fone: (62) 224-1396 / 215-1736

JOSÉ MENDONÇA TELES
End.: Rua 89, n.º 333 – Setor Sul
CEP: 74093-140 - Goiânia-GO
Fone: 241-3612

LENA CASTELO BRANCO FERREIRA DE FREITAS
End: Rod. GO-060, Km 11,5 – Chácara Santa Cruz
Cx. Postal 101
CEP: 75380-000 - Trindade-GO
Fone: (62) 294-5889

MARI DE NAZARÉ BAIOCCHI

End: Rua 3, nº 906, aptº 1401 – Ed. Johen Carneiro – Setor Oeste
CEP: 74115-050 - Goiânia-GO
Fone: (62) 245-1475 / 214-1343

MARIA AUGUSTA CALLADO DI SALOMA RODRIGUES

End: Rua 128, nº 150 – Setor Sul
CEP: 74080-180 - Goiânia-GO
Fone: (62) 241-6598

MARIA AUGUSTA SANTANA DE MORAES

Rua 9-A nº 210 Apto.1101 Setor Oeste
CEP: 74110-110 - Goiânia-GO
Fone: (62) 229-1639

MODESTO GOMES DA SILVA

End: Rua 1, nº 967, aptº 701 – Setor Oeste
CEP: 74115-040 - Goiânia – GO

NANCY RIBEIRO DE ARAÚJO E SILVA

End: Rua 107, nº 312 – Setor Sul
CEP: 74085-060 - Goiânia-GO
Fone: (62) 281-9847 / 225-6140

WALDYR DO ESPÍRITO SANTO CASTRO QUINTA

End: Rua 1, nº 800, aptº 101 – Ed. Minerva – Centro
CEP: 74115-040 Goiânia-GO
Fone: (62) 215-1985

Sócios Beneméritos

ESTHER BARBOSA ORIENTE

End.:Rua João de Abreu nº 744, apto. 12, Ed. Aquarius Setor Oeste
CEP: 74120-110 - Goiânia-GO
Fone: (62) 274-4863

GILBERTO MENDONÇA TELES

End: Rua Pompeo Loreiro, nº 36, aptº 802 – Copacabana

CEP: 22061-000 - Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 2235-7454

HUMBERTO CRISPIM BORGES

End: Rua 19, nº 71, aptº 906 – Centro

CEP: 74030-090 - Goiânia – GO

Fone: (62) 224-4625

Sócios Honorários

ABÍLIO MARANHÃO GONÇALVES

End: Rua T- 37, nº 3602. Aptº 801

Ed. Residencial Guanavenas. Setor Bueno.

CEP: 74230-020 - Goiânia – GO

Fone: (62) 278-1908

ANTÔNIO DE SOUZA ALMEIDA

End: Rua 19, nº 100 – Setor Marechal Rondon

CEP: 74560-460 - Goiânia – GO

Fone: (62) 211-1616

GOIANDIRA DO COUTO

End: Rua Joaquim Bonifácio, nº 19

CEP: 74600-000 - Cidade de Goiás – GO

Fone: (62) 371-1303

HÉLIO SEIXO DE BRITO JÚNIOR

End: Rua 110, nº 48 – Setor Sul

CEP: 74093-070 - Goiânia-GO

Fone: (62) 241-6402 / 524-4314 / 9973-7366

JÔNATHAS SILVA

End.: Av. Anhanguera, n.º 7364 – Setor Aeroviário

CEP: 74435-300 - Goiânia-GO

DOM JOSÉ CARLOS DE LIMA VAZ

End.: Rua Santos Dumont nº 571

CEP: 25625-090 - Petrópolis-RJ

Fone: (24) 242-0082/ 243-0060

JORGE DE MORAES JARDIM

End.: SAI-Sul ASP-LD – Bloco A

CEP: 71215-000 - Brasília-DF

Fone: (61) 415-1362

JORGE GABRIEL MOISÉS

End: Av. Edmundo P. de Abreu, nº 423, aptº 401

Setor Pedro Ludovico

CEP: 74823-030 - Goiânia-GO

KLEBER ADORNO

End.: Rua T-47, nº 355, Apto. 1201

Ed. Plaza Maior - St. Bueno

CEP: 74140-120 - Goiânia - GO

Fone: (62) 524-1716

LEONARDO MARTINS NORMANHA

End: Av. T-9, nº 303 – Setor Marista

CEP: 74150-300 - Goiânia-GO

Fone: (62) 281-1873 / 281-1358

LOURIVAL LOUZA JÚNIOR.

End: Av. Jamel Cecílio, n. 3300, Jardim Goiás

CEP: 74816 900 - Goiânia- GO

Fone: (62) 546 20 19

LUIZ JOSÉ BITTENCOURT

Rua T- 38, nº 692, Apto. 1201

Edifício Saint-Moritz - St. Bueno

CEP: 74223-040 - Goiânia - GO

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

End: Pç. Pedro Ludovico Teixeira, nº 1 - Centro

CEP: 74003-010 - Goiânia-GO

Fone: (62) 224-0022 / 229-3420 (fax)

NELSON PATRIOTA

End: Rua Pe. Pinto, nº 740 – Cidade Alta
CEP: 59025 – 010 - Natal – RN

PEDRO PAULO MONTENEGRO

End: Rua Visconde de Mauá, nº 3302 – Pio XII
CEP: 60125-161 - Fortaleza – CE

PEDRO WILSON GUIMARÃES

End.: Av. do Cerrado, n.º 999, Qd. APM-09 – Park Losandes
CEP: 74884-092 - Goiânia-GO

TEREZINHA VIEIRA DOS SANTOS

End: Rua 32, nº 147 – Setor Marista
CEP: 74150-130 - Goiânia-GO
Fone: (62) 281-5654

WALTERDAN MADALENA

End.: BR 153, Km 1292 – Jardim Cristal
CEP: 74982-760 - Aparecida de Goiânia-GO
Fone: (62) 283-7777

VILMAR ROCHA DA SILVA

End: Praça dos Três Poderes – Câmara dos Deputados
CEP: 70160-900 - Brasília-DF
Fone: (61) 318 – 5151

Este livro foi impresso

na oficina da ASA EDITORA GRÁFICA LTDA.

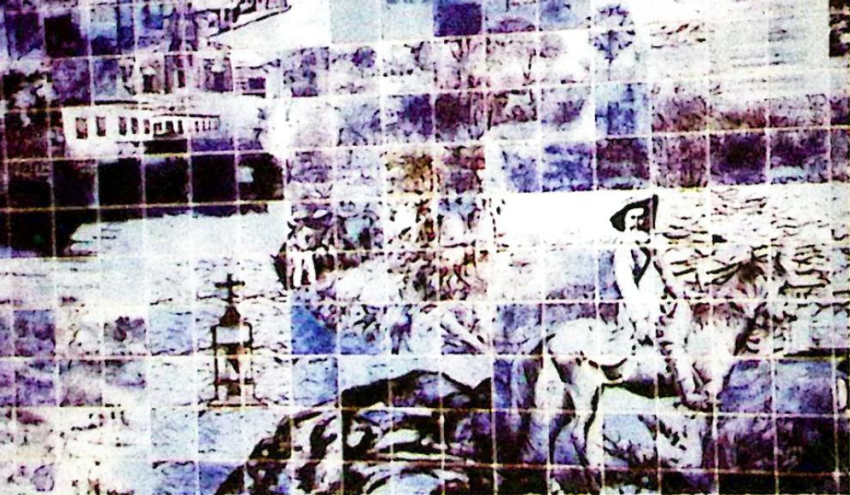
No papel: off-set 75g

Rua 15 Nº 117, Qd. 20 Lt. 13

Setor Marechal Rondon Goiânia - GO

CEP: 74.560-420

Fone: (62) 211-3958



Apoio:

